# História e Economia

Revista Interdisciplinar

# História e Economia

Revista Interdisciplinar

HISTÓRIA E ECONOMIA - revista interdisciplinar.
Brazilian Business School. - v.19, n. 1, (2017). - São Paulo/Lisboa

Semestral
ISSN 1808-5318

1. História - Periódicos 2. Economia - Periódicos 3. Finanças - Periódicos 4. Brasil - Periódicos I. Instituto BBS.

CCD 330.981

# Expediente

## História e Economia
Revista Interdisciplinar

**Instituto BBS**
**Editor:** John Schulz
**Vice editora:** Rita Almico
**Secretários gerais:** Roberta Barros Meira e Alexandre Ramos

**Conselho editorial:**
André Villela (Fundação Getúlio Vargas) •Antonio Miguel Linares Luján (Universidad de Extremadura) • Antônio Penalves Rocha (Universidade de São Paulo) • Carlos Eduardo Carvalho (Pontifícia Universidade Católica de São Paulo ) • Carlos Gabriel Guimarães (Universidade Federal Fluminense) •David Carvajal de la Veja (Universidad de Valladolid) •Francisco Manuel Parejo Moruno (Universidad de Extremadura) • Felipe Pereira Loureiro (Universidade de São Paulo) • Gail Triner (Rutgers University) •Jaime Reis ( Universidade de Lisboa) • Javier Moreno Lázaro ( Universidad de Valladolid) • John Schulz (Instituto BBS) • John K. Thornton (Boston University)• Jonathan B. Wight (University of Richmond) • José Luis Cardoso ( Universidade de Lisboa)• Luiz Felipe de Alencastro (Fundação Getúlio Vargas ;Sorbonne) • Mafalda Soares da Cunha (Universidade de Évora) • Marcos Cintra (Unicamp) • Miguel Figueira de Faria (Universidade Autónoma de Lisboa) • Pedro Carvalho de Mello ( ESALQ-Universidade de São Paulo) • Pedro Lains (Universidade de Lisboa) • Renato Leite Marcondes (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto) • Ricardo Feijó (Universidade de São Paulo, Ribeirão Preto) • Rita Almico (Universidade Federal Fluminense) • Steven Topik (University of California Irvine) • Vitoria Saddi (Insper)

**Agradecimento aos pareceristas externos**:
Marcelo Magalhães Godoy (Universidade Federal de Minas Gerais), Luís Espinha da Silveira (Universidade Nova de Lisboa), Victor Pelaez (Universidade Federal do Paraná), Silvia Helena Zanirato (Universidade de São Paulo), Guilherme Grandi (Universidade de São Paulo), Herton Castiglioni Lopes (Universidade Federal da Fronteira Sul), Vítor Fonseca Figueiredo (Universidade Federal de Juiz de Fora), Mateus Sampaio (Universidade de São Paulo), Júlio Manuel Pires (Universidade de São Paulo), Ricardo Pessa (Universidade de Lisboa), Dilma Andrade de Paula (Universidade Federal de Uberlândia), Luiz Eduardo Simões de Souza (Universidade Federal do Maranhão), Inês Amorim (Universidade do Porto), Alcides Goularti Filho (Universidade do Extremo Sul Catarinense), Alfredo Saad-Filho (University of London), Fábio Antonio de Campos (Unicamp), Álvaro Garrido (Universidade de Coimbra), Luciana Suarez Lopes (Universidade de São Paulo), Sheila de Castro Faria (Universidade Federal Fluminense); Adriana Angelita da Conceição (Universidade Federal de Santa Catarina); Cecilia Senén González (Universidade Autônoma do México); Marina Bay Frydberg (Universidade Federal Fluminense); João Paulo Garrido Pimenta (Universidade de São Paulo); Gildo Magalhães dos Santos Filho (Universidade de São Paulo); Marina de Mello e Souza (Universidade de São Paulo); Antonio Castro Henriques (Universidade Católica Portuguesa); Carlos Guilhermo Reluz (Universidad Nacional de Colombia); Manoela Pedroza (Universidade Federal do Rio de Janeiro)

**Projeto gráfico e arte:** Meca Comunicação Estratégica
**Diagramação:** Valter Luiz de Freitas
**Tiragem:** 500 exemplares
**Impressão:** Neoband

**Instituto BBS**
Travessa Ponder, 67 - Cep: 04008-040 -Vila Mariana, SP, Brasil
Rua Duques de Bragança, 9 gr 4E, 1200-162 Lisboa, Portugal

**Universidad de Extremadura**
Area de Historia e Instituciones Económicas
Avenida de Elvas s/n 06006 Badajoz, España
revistahistoriaeconomia@gmail.com – http://revistahistoriaeconomica.weebly.com/

# Sumário

## Apresentação

**O momento de História e Economia**
*The Moment of História e Economia*
Conselho editorial.....9

**Nota do Editor**
*Editor´s Note*
John Schulz.....11

## Artigos

**Around the British Gold Standard: Portugal and Brazil, Two Satellites?**
John Schulz.....15

**A natureza da crítica em economia: o caso da economia institucional**
Carolina Miranda Cavalcante.....55

**As origens culturais e politicas da Revolução Industrial**
Ademar Ribeiro Romeiro.....75

**Novíssima dependência e desenvolvimentismo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)**
Angelita Matos Souza.....107

**O Estado contemporâneo em debate: apontamentos sobre as reformas neoliberais em face da mundialização do capital**
Vinícius Figueiredo Silva e Acson Gusmão Franca.....129

**Notas preliminares sobre: los largos ciclos políticos en Haití durante los siglos XX y XXI y sus efectos en el crecimiento económico**
Guy Pierre.....143

**Os Wilson na Corte Imperial (1837-1888)**
Thiago Mantuano.....177

Roteiro para submissão de artigos.....203

# O momento de História e Economia

## *The Moment of História e Economia*

Originalmente sediada no Brasil, esta revista tem se dedicado a promover estudos interdisciplinares, especialmente entre história e economia, e incentivar estudos comparativos, especialmente aqueles envolvendo o Brasil. Sentimos que o Brasil, um país de proporções continentais, olhou muito para dentro e muito pouco para o mundo exterior.

Há dois anos, o editor mudou-se para Lisboa e decidimos aproveitar esta oportunidade para ampliar a participação de pesquisadores deste lado do Atlântico. Estamos satisfeitos por ter a Universidade de Extremadura, de Badajoz (UNEX), Espanha como co-patrocinadora desta revista. Esta instituição traz uma vasta experiência na publicação de revistas acadêmicas e orientará a nossa revista através do processo de acreditação na Europa. Esperamos que o credenciamento europeu torne esse periódico ainda mais atrativo para historiadores e economistas brasileiros.

Temos frequentemente publicado artigos em espanhol recebidos de professores da Espanha e da América espanhola. Esperamos que a proporção de contribuições nesta língua aumente agora. Publicámos trabalhos de qualidade relacionado à história e economia, e dois dos nossos artigos mais memoráveis analisaram o transporte de azeite do Vale do Guadalquivir para a Grã-Bretanha romana e a circulação de ideias e tecnologias entre a França e a Grã-Bretanha no

*Originally based in Brazil, this journal has dedicated itself to promoting inter-disciplinary studies, especially between history and economics, and to encouraging comparative studies, especially those involving Brazil. We have felt that Brazil, a country of continental proportions, has looked too much inwards and too little to the outside world.*

*Two years ago, the editor moved to Lisbon, and we decided to use this opportunity to expand the participation of researchers from this side of the Atlantic. We are pleased now to have the Universidad de Extremadura, of Badajoz (UNEX), Spain as a co-sponsor of this journal. This institution brings extensive experience in the publication of academic journals and shall guide our journal through the process of accreditation in Europe. We expect that European accreditation shall make this journal an even more attractive venue for Brazilian historians and economists as well.*

*We have often published articles in Spanish received from professors from both Spain and from Spanish America. We expect the proportion of contributions in this language now to increase. While we publish any quality work relating to history and economics, and two of our most memorable articles include one on the transportation of olive oil from the Guadalquivir Valley to Roman Britain and another comparing technology in France and Great Britain at the*

tempo da Revolução Francesa. Agora esperamos uma concentração geográfica na América Latina, na Ibéria e na África lusófona.

Esperamos e temos a expectativa que a nossa nova ligação ibérica torne este jornal mais internacional, o que tem sido uma das nossas principais preocupações desde o início.

*time of the French Revolution, we now expect a geographic concentration on Latin America, Iberia, and Lusophone Africa.*

*We hope and expect that our new Iberian connection will make this journal more international which has been a main concern since the beginning.*

# Nota do editor

## Editor's note

Embora os editores normalmente não publiquem em seus próprios periódicos, devemos tentar dar um exemplo sobre o tipo de artigo que queremos divulgar. Esta revista sempre incentivou estudos comparativos. Around the British Gold Standard: Portugal and Brazil, Two Satellites? examina as relações desses dois países com a Inglaterra e entre si. O artigo também compara decisões tomadas pelas duas elites nacionais. Embora o Brasil e Portugal não sejam geralmente vistos como modelo um para o outro, eles de fato enfrentaram muitos problemas semelhantes durante o século XIX, mas frequentemente escolheram soluções radicalmente diferentes.

*A Natureza da Crítica em Economia: O Caso da Economia Institucional* de Carolina Miranda Cavalcante analisa o pensamento econômico nos Estados Unidos no final do século XIX e início do século XX. Como parte natural desse exame, a autora faz referências repetidas aos pensadores econômicos europeus contemporâneos. O artigo seguinte, As Origens Culturais e Políticas da Revolução Industrial, de Ademar Ribeiro Romeiro, discute a importância da Revolução Comercial da Idade Média no processo que finalmente chegou à Revolução Industrial. Concordo completamente com essa posição. Este estudo ousado abrange uma série de países e discute os acontecimentos considerando a Europa Ocidental como um conjunto de economias inter-relacionadas.

While editors normally do not publish in their own journals, we should try to set an example regarding the type of article we want to display. This journal has always encouraged comparative studies. "Around the British Gold Standard: Portugal and Brazil, Two Satellites?" examines the relationships of these two countries to Britain and to each other. The article also compares decisions taken by the two national elites. While Brazil and Portugal are not usually seen as foils for each other, they in fact faced many similar problems during the nineteenth century but often chose radically different solutions.

*A Natureza da Crítica em Economia: O Caso da Economia Institucional* by Carolina Miranda Cavalcante, analyzes economic thought in the United States at the end of the nineteenth and the beginning of the twentieth century. As a natural part of this examination, the author makes repeated references to contemporaneous European economic thinkers. The following article, As origins culturais e politicas da Revolução Industrial, by Ademar Ribeiro Romeiro, discusses the importance of the Commercial Revolution of the middle ages in the process that eventually arrived at the Industrial Revolution. I agree completely with this position. This bold study covers a range of countries and discusses developments looking at Western Europe as a set of inter-related economies.

Diversity of opinion is necessary for

Diversidade de opinião é necessária para a democracia. Publicamos artigos que expressam pontos de vista diferentes da maioria das pesquisas produzidas no mundo acadêmico. Dois exemplos desse tipo são os artigos Novíssima dependência e desenvolvimento nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) de Angelita Matos Souza e O estado contemporâneo em debate: apontamentos sobre as reformas neoliberais em face da mundialização de capitais por Vinicius Figueiredo Silva e Acson Gusmão Franca.

Guy Pierre, que publicou uma série de artigos sobre o Haiti e o Caribe nesta revista, nos dá Notas preliminares sobre: Los largos ciclos políticos en Haití durante los siglos XX y XXI y sus efectos en el crecimiento económico. Finalmente, em um número onde predominam os economistas, apresentamos a história de uma casa mercantil britânica no Brasil: Os Wilson na Corte Imperial (1837-1888), escrito por Thiago Mantuano. Como sempre, aguardamos comentários e críticas.

democracy. We publish articles that express views that differ from those of mainstream academia. Two such examples are Angelita Matos Souza´s Novíssima dependência e desenvolvimento nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT) and O estado contemporâneo em debate: apontamentos sobre as reformas neoliberais em face da mundialização de capitais by Vinicius Figueiredo Silva and Acson Gusmão Franca.

Guy Pierre, who has published a number of articles concerning Haiti and the Caribbean in this journal, gives us Notas preliminaries sobre: Los largos ciclos politicos en Haiti, los siglos XX y XXI y sus efectos en el crecimiento economico. Finally, in a number where economists predominate, we present a history of a British merchant house in Brazil: Os Wilson na Corte Imperial (1837-1888) written by Thiago Mantuano. As always, we look forward to comments and criticism

# Around the British Gold Standard: Portugal and Brazil,

## Two Satellites?[1]

**John Schulz**
*Diretor do Instituto BBS de História e Economia*
*johnhschulz@gmail.com*

**Resumo**

*Gerações anteriores consideraram as elites de Portugal e do Brasil como seguidores das idéias britânicas de livre comércio. Um olhar mais atento às finanças públicas desses países revela que, apesar de toda a retórica do livre comércio, os dois países mostraram-se entre os mais protecionistas de seu tempo. As elites conduziram políticas monetárias independentes, muitas vezes fugindo da ortodoxia. Finalmente, as elites de ambos os países aproveitaram as oportunidades oferecidas pelo sistema financeiro internacional.*

**Palavras-chave:** *finanças públicas, dívida pública, proteção, câmbio, bancos de emissão*

*N20;N40;N43, N46*

**Abstract**

*Previous generations considered the elites of Portugal and Brazil as dupes of British free trade ideas. A closer look at the public finances of these countries reveals that, for all the free trade rhetoric, both countries proved to be amongst the most protectionist of their time. The elites conducted independent monetary policies, often flying in the face of orthodoxy. Finally, the elites of both countries took advantage of the opportunities provided by the international financial system.*

**Keywords:** *public finance, public debt, protection, exchange, banks of issue*

1 *Artigo recebido em 13/11/2017. Aprovado em 05/03/2018*

For those who have lived through military dictatorship and cold war, dependence is an emotional issue. Each period of time must of course be analyzed on its own merits. In the "Age of Imperialism" (1850-1914), subject of this paper, there were various truly imperialist regimes. Britain proved a cruel master to nearby Ireland and far away India. Both countries experienced their worst famines of all time under British rule. And the English were no more enlightened in their treatment of Africans than were the other colonial powers on that continent. Although Brazil and Portugal are customarily included in Britain´s informal empire, British influence upon the elites of these two countries was in fact quite circumscribed.

As the First World War destroyed many things, including the gold standard, 1914 is an obvious break point. 1850 perhaps should be explained. This year, the European elites shook off the shock of the Revolutions of 1848 and began to look at economic growth as a means to avoid social convulsion as well an opportunity to further enrich themselves. The well-read Brazilian elite followed the European revolutions with considerable interest. Brazil´s finance minister in 1848 boasted that his country was safer than Europe.1 The English and Portuguese elites watched the events of 1848 with considerable apprehension, the Portuguese having suppressed their most important social uprising of the century during the previous year. On a more positive note, England celebrated its famous World Exposition in 1851 which demonstrated its industrial accomplishments. With many of its railroads already in place, the country stood ready to export capital in unprecedented amounts while the recent discoveries of gold in the US and Australia provided the world financial system with unusual liquidity. The year 1850 found England with its tariffs and banking system rearranged. Free trade, envisaged by Adam Smith in 1776, became a reality with the repeal of the corn laws in 1846 while the Bank Charter Act of 1844 made the Bank of England the sole issuer of new banknotes, reaffirmed gold backing for these banknotes, and confirmed the Bank´s de facto lender of last resort functions. Three years later, with a bill of indemnity from the government permitting it to temporarily exceed its issue limits, the Bank successfully acted as a lender of last resort during a major crisis.

Turning to Brazil, 1850 marked a major turning point with the abolition of the slave trade. Aggressive British naval action played a significant part in forcing the elite to end the traffic after over twenty years of unkept promises (Bethell, 1970). Britain´s only physical intervention in the politics of independent Brazil consisted of sending frigates into Guanabara Bay to capture slavers. The end of the slave trade allowed the considerable capital thus employed to migrate to other parts of the economy provoking a boom in urban real estate, government bonds, stocks, foreign exchange, and coffee farms. While slaves represented one third of imports in the five years before the abolition of the trade, the end of the traffic turned Brazil´s commercial deficit into a surplus. The year 1850 witnessed independent Brazil´s first commercial code and first land law. As in the case of England, there were also several critical actions taken during the years prior to 1850. In 1844, Brazil significantly raised import tariffs following the expiration of the commercial treaty with Britain the first emperor signed, under duress, to win English and Portuguese recognition of Independence. Never again did England successfully interfere with Brazilian tariffs. In 1846, the government lowered the official gold content of the Brazilian currency to the level where it had traded for the past 20 years in an attempt to move towards participation in the

gold standard. Last, but certainly not least, the army overcame the final local uprising in 1849. From this point to the fall of the Empire in 1889, Brazil enjoyed internal peace --after almost 30 years of foreign wars, coups, and civil wars.

Like Brazil, Portugal had a difficult time from 1820 to 1850. In fact, Portugal´s troubles started in 1807 when Napoleon invaded the country. Conveyed by the Royal Navy, the Portuguese court moved to Brazil where it opened the colony´s trade to all friendly shipping. This decision cost continental Portugal a significant portion of its tariff revenues. After Portugal regained its Independence from Napoleon, King João VI remained in Brazil which he raised to the status of equal kingdom. In 1820, a Liberal and military revolt attempted to re-colonize Brazil and forced the king to return to Europe. While provoking Brazilian Independence, this revolt set off a series of coups and civil wars in Portugal that ended with the coup of the Regeneration in 1851. From this moment until the dictatorship installed by King Carlos in 1907, Portugal experienced but one minor coup. Like Brazil, but slightly earlier, 1837-´42, Portugal raised its tariffs after the expiration of its trade treaty with Britain. Finally, 1850 proved important to Portugal due to the abolition of the slave trade in Brazil. Although the Portuguese colonies continued sending slaves to Cuba for another 20 years, Brazil was clearly Angola´s and Mozambique´s largest market. The negative effects of the abolition of the trade upon Portugal were attenuated by the fact that most of the profits anyway appear to have remained with the slavers resident in Brazil while several former traders returned to Portugal from Brazil after this event bringing their capital home with them.

The paragraphs above demonstrate the similarities in the experiences of Portugal and Brazil as well as the economic links between the two countries. The first British banks outside Britain´s formal empire were established in the future colony of Egypt and then in Brazil, in 1863 (Jones, 1993). The London and Brazilian Bank quickly opened branches in Lisbon and Porto to take advantage of the money flows from immigrant's resident in Brazil. Immigrants´ remittances remained a significant income for Portugal throughout this period as well as a considerable debit to Brazil´s balance of payments. Portuguese merchants comprised a large share of the commercial community in Brazil, a phenomenon easy to observe but difficult to quantify. As many of the most successful merchants did not return to Portugal, at what point did their contemporaries begin to see them as Brazilians? Intermarriage with the landholding and political elite was not difficult. Eugene Ridings noted (Ridings, 1994, page 33) that the Portuguese were the most numerous, though not the wealthiest, group of foreigners in the various Commercial Associations in Brazil during the nineteenth century. He gives the number of directors of the Commercial Association of Rio de Janeiro in 1877, when British influence had passed its peak and suffered increasing competition from Germany, France, and the US, as follows: Brazilians 3, British, Portuguese, and French, 2 each, Germans, Americans, Austro-Hungarians, Italians, Spaniards, Belgians, 1 each, and 1 each to be divided between Sweden and Denmark--Norway and Argentina and Uruguay. We still need to quantify how much money flowed from large numbers of less fortunate Portuguese immigrants and how much flowed from the largest Lusitanian merchants.

In 1850, Britain ranked first by a considerable distance as creditor to both countries, ranked first as trading partner with Portugal, and numbered among the two largest trading partners of Brazil.

To evaluate dependence, we propose to consider four areas: physical intervention, trade (tariffs and exchange), credit, and technology. Political obstacles to the transfer of technology existed during the Middle Ages and the Early Modern Period, and these obstacles have returned during the Contemporary Period; during the years under study, technology transfer does not appear to have been an issue. Physical intervention in Brazil by British forces did not exist after the abolition of the slave trade. Although Britain subsequently pressured the Brazilian authorities to recognize the freedom of slaves imported illegally after 1831, a process which culminated in a rupture of diplomatic relations briefly in 1863, the British never contemplated extra-diplomatic measures. In the case of Portugal, Britain intervened in 1847, unwillingly and at the insistence of the Portuguese government, together with France and Spain (Bonifacio, 1993). Britain would have used armed force in Africa in 1890 had the Portuguese government not accepted the British ultimatum. More of this event in its chronological place below. The rest of this paper shall focus on trade and credit.

We shall divide this analysis in two broad periods. The first of these cover years of continued political peace and sustained economic growth beginning in 1850, passing through several world crises, and terminating in Brazil with a political and financial crisis caused by abolition in 1888. In Portugal, a crisis became apparent in 1890 with the British ultimatum mentioned above combined with collapse of immigrants´ remittances from Brazil and the embarrassment of Portugal´s bankers, Barings. Both countries experienced over a decade of continuous financial/political turmoil. Brazil came out of the crisis in 1901 as it resumed the payment of its international debt while embarking upon another period of intense agricultural and industrial development. Portugal attenuated its financial crisis by reaching an agreement with its international creditors in 1902 and experienced some growth in the years prior to the First World War. Political peace did not return as the country experienced continuous unrest, a dictatorship in 1907, regicide in 1908, the proclamation of a Republic in 1910, and years of continued turbulence thereafter. We shall focus on the periods of improvement, 1850-1890, and crisis, 1890-1902 with brief mention of the post-crisis period, 1902-1914 as an epilogue.

## Brazil, 1850-1888

The Brazilian elite of this period was composed of coffee planters, sugar mill owners, ranchers and planters that supplied the exporting plantations as well as the cities with foodstuffs, merchants, officials, and professionals. All these groups took for granted that the state served them and not the mass of the population and that slavery was essential to the process of production. During the 1850s and 1860s, only the most forward-looking leaders of the elite imagined abolition within 20 years; their opponents thought slavery to be eternal. Another given for the elite was that public income depended on tariffs; coffee and sugar planters even consented to an export tariff on their commodities. Tariffs generally provided 60 to 70% of imperial government revenues during this period. And import tariffs were high by European standards generally averaging at least 30% (Luz, 1961). Historians of an earlier generation accused the elite of blindly accepting free trade and the gold tariff to the detriment of industrial growth (Werneck Sodré, 2004, pages 294-95). This view is incorrect on three levels: first the planters and their allies did what they understood to be in their own best interests and proposed actions that helped them access international markets, so they were no one´s dupe, second, their revenue tariffs provided local

industry with substantial protection regardless of speeches in favor of free trade, and third, the Brazilian elite adapted the rules of the gold standard to suit their own convenience.

Although the Portuguese monarchy prohibited manufactures in Brazil during the colony, in fact some industries appeared in Minas to clothe slaves in situations where the cost of transporting imports from the coast proved too expensive. Upon arriving in Brazil, João VI encouraged the establishment of factories granting bounties and other favors. Perhaps we should consider him the father of Brazilian industry. Due to lack of scale as well as British competition, few early industries survived. Authors like Werneck Sodré (Sodré, 2004, page284) and Caio Prado (Prado, 1956, pages 174-176) recognized that the age of free trade ended with the Alves Branco Tariff of 1844 that generally doubled tariffs to some 30%. The abolition of the slave trade released resources which could have been employed in manufacturing had there existed genuine opportunities. In fact, industrialization really took off only around 1880. Although tariff levels continued at the high levels Alves Branco put in place, scale for textiles, processed foods, beverages, and building materials began during the 1880s caused by the increase of demand from immigrants (Dean, 1969). A secondary stimulant present at this moment was the passage of a law in 1882 that facilitated the establishment of limited liability corporations. (Similar laws passed in Britain in 1858 and in Portugal in 1867, by way of comparison.) To conclude, from the 1850s through the 1870s, Brazil had high revenue tariffs, improving transportation, and increasing local capital, but little industrialization took place for lack of a market. Without a shift in the elite´s outlook towards industry, this situation began to change in the 1880s due first to a surge in immigration and then to abolition which incorporated, albeit at very modest levels, some of the freedmen into the monetary economy.

In her groundbreaking study of fifty years ago, Nicia Vilela Luz (Luz, 1961) demonstrates that the governments of the empire never promoted tariff increases for the sake of protection. Only in the 1880s did machinery imports become significant (Graham, 1972, pages 331-332). This decade saw industrialists achieving some prominence in the commercial associations while attempting, unsuccessfully, to establish an organization of their own (Ridings, 1994, pages 45-46). If we cannot praise the imperial elite for a conscious industrialization policy, we also cannot condemn them for not improving the economy. The 1850s saw the commencement of railroad construction in Brazil. By the early 1870s, rails tied São Paulo´s hinterland to its port of Santos and São Paulo city to the imperial capital. Government loan guarantees proved fundamental for rail construction, and the authorities nationalized the Dom Pedro II railway from Rio to São Paulo. Rail construction became highly controversial as many members of the elite thought that several tracks would only lose money. These critics often proved correct. Of course, the lines in São Paulo made healthy returns for their investors. The imperial elite also funded telegraphs and the transatlantic cable.

The Brazilian elite closely followed economic developments in Europe and the United States. Many members of this elite demonstrated considerable economic nationalism and conducted well informed debates on how to develop their economy. Politicians recognized that industrialization had not only benefits but also costs in terms of higher prices and lower quality. The participants recognized that heavy industry could not acquire scale in Brazil while not even every light industry could expect to do so. As Luz demonstrates (Luz, 1961, pages 34-35), the

viscounts of Itaboraí and Souza Franco, leading spokesmen, from the late 1840s to their deaths in the early 1870s, respectively, of the conservative Saquaremas and the liberal current of the elite, both acknowledged the need for industrializing over time, both recognized the primacy of agriculture, and both saw revenue tariffs as necessary for financing the state. In short, Souza Franco proved somewhat, although only somewhat, more pro-industry than Itaboraí.

While few members of the elite became industrialists prior to abolition, the elite divided between a group devoted to the preservation of slave agriculture and another who envisaged a growing economy paced by the immigration of Europeans, the expansion of both small farms and large plantations, the development of railroads and other infrastructure, the encouragement of a banking system spread all over the provinces, and to a lesser degree, to the growth of industry and education. From 1848 to 1862, with one brief interruption, the Saquarema slavocrats controlled the government. In fairness, they abolished the slave trade (under duress), created the first land law (to favor large landowners), and the first (restrictive) commercial code. Their hardest fight against the more progressive forces took place on the issue of banking regulations.

After the world crisis of 1837, which had a traumatic, if short, impact upon the merchants of Rio de Janeiro, a group of the larger traders established Brazil´s first bank since the demise of the Banco do Brasil in 1829. This Banco Comercial do Rio de Janeiro suffered relatively little government influence and could not issue banknotes although it issued “vales”, a short-term debt instrument. During the next decade, one bank opened each in Belem, São Luís, Recife, and Salvador. In 1851, during the boom following the abolition of the slave trade, the future viscount of Mauá, already one of Brazil´s leading businessmen, opened the second Banco do Brasil. Capitalized at twice the size of the Banco Comercial do Rio de Janeiro, the new bank competed directly with the older one. The Saquaremas, led by the finance minister viscount of Itaboraí, did not approve of independent banks. A year after the organization of Mauá´s bank, the finance minister ordered the merger of the Banco Comercial with the Banco do Brasil and effectively placed the new entity under government control by nominating the president and vice president. Although the surviving Banco do Brasil continued privately owned, the government effectively dominated the decision-making process. An extreme centralist, Itaboraí forced the other four regional banks to become branches of the Banco do Brasil. Brazil then had but one bank. Anyone hostile to the government would have difficulty obtaining a bank loan anywhere in Brazil.

Itaboraí considered himself an orthodox follower of the gold standard. He wanted to retire the paper money the government had outstanding (originally placed in circulation to replace the banknotes of the first Banco do Brasil that failed in 1829) and substitute these with gold--backed banknotes issued by the new Banco do Brasil. A well-informed man, he knew that the Bank Charter Act of 1844 required the Bank of England to issue banknotes 100% backed by gold (above the original L14,000,000 of notes backed by the government debt). He also knew that the British commercial banks tried to maintain cash and funds at call equal to one third of their liabilities including deposits. Combining the two notions, he granted the new Banco do Brasil the right first to issue banknotes equal to the double of its capital (paid into the bank in the form of gold and government paper money) and then enhanced this privilege to the triple. A contemporary English banker would have considered this practice as wildly inflationary yet

Itaboraí maintained his reputation for soundness. When Itaboraí left the ministry of finance in 1853, his successor appointed him president of the Banco do Brasil. By 1857, his bank had doubled the circulating medium of Brazil while the exchange hovered around par.

In May of 1857, the emperor decided to call a more progressive government for the first time since 1848. The new finance minister, the future viscount of Souza Franco, represented the sector of the elite that favored decentralization, including regional banks of issue, immigration of Europeans, gradual emancipation, railroad construction, and with less enthusiasm, industry and education (Schulz, 2013a). Souza Franco participated in the organization of Brazil´s first four railroads and issued Brazil´s first international railroad bond to finance the Dom Pedro II from the capital to São Paulo. His other immediate initiative was to permit the organization of five new banks of issue, one each in Rio, Porto Alegre, Salvador, Recife, and São Luís, and the transformation of an existing bank in Rio into a bank of issue. These banks had more stringent limits for banknote issue than those set by Itaboraí for the Banco do Brasil; they could issue up to one time their capital backed 100% by government debt or certain other securities. Souza Franco sought to maintain the milreis at parity but did not oblige these banks to redeem their notes in gold. He allowed redemption in paper money. In the meantime, Mauá, who had set up an unincorporated banking house after being pushed out of the management of the Banco do Brasil by Itaboraí, received from Souza Franco the privilege of converting this entity into a limited partnership (sociedade em comandita). The limited partnership emerged during the middle ages as an institution that gave limited partners (sócios comanditarios) limited liability as long as they did not participate in the management of their partnership. Only the general partners (sócios ostensivos) faced unlimited liability. Souza Franco justified this structure by reference to a French law of the previous year, 1856, in spite of the medieval origin of the limited liability partnership.

During Souza Franco´s tenure, these six banks issued a total of 14,000 contos of banknotes as opposed to 40,000 contos issued by the Banco do Brasil since 1853. As luck would have it, six months after assuming office, and when the new banks had just begun to issue banknotes, an international crisis hit Brazil. This crisis began, as did most others in the nineteenth century, in the United States. The US economy suffered from over-investment in railroads as well as speculation in other assets. Without having a central bank at this time, the American banks had to abandon the gold standard for two months. Britain, America´s greatest creditor, suffered in turn, curtailing lending in its other markets like Brazil. This reduction in credit proved a double stroke against the Rio business community as the US constituted Brazil´s largest export market and diminished its purchases during moments of stress. In London, the Bank of England again acted as lender of last resort, saving the local market from a wave of bankruptcies. The Bank appeared set to go over its limit for banknote issue and obtained an indemnity from the government, which it happily did not have to use. In Brazil, Souza Franco permitted the Banco do Brasil to issue over three times its capital. The four-year-old bank thereafter did an excellent job as lender of last resort. Given the demand for gold by foreign merchants anxious to discharge their debts, the Brazilian currency fell from par, 27d, to 22.5d very rapidly. During the worst of the crisis, the government guaranteed the foreign exchange positions of the Banco do Brasil which sold sterling to raise the milreis. Once the worst had pas-

sed, the directors of the bank no longer wanted to participate in this business and declined the minister´s request to continue, a rare act of lack of cooperation.

Souza Franco turned to Mauá to sell sterling and maintain the milreis. This banker readily agreed and invested his own money in this project rather than relying solely on the government´s guarantee as the directors of the Banco do Brasil had. Mauá and Souza Franco properly assessed the market that quickly rebounded after the crisis, making a large profit for the banker and restoring parity for the minister. During this period, Souza Franco came under intense attack from Itaboraí and his followers who blamed the incumbent for provoking the crisis with his banknote issue. In vain, Souza Franco pointed out that Itaboraí´s bank had issued far more banknotes than his banks had, that the crisis originated outside Brazil, and that anyway, the milreis had returned to par. Itaboraí insisted that banknote issues be restricted to avoid future crises. Although a not inconsiderable part of the imperial elite shared Souza Franco´s views of the Brazilian economy, at the end of the day, the Saquaremas still had a majority of this elite in 1858 and managed to have the emperor replace Souza Franco with a series of ministers who concurred with Itaboraí. By 1860, these men had the parliament pass the Law of Obstacles which made it impossible for the banks of issue to continue. By this law, they were forced to redeem in gold banknotes originally issued against paper. Any fall from parity resulted in a loss for the issuing banks so they surrendered their issue rights. Until its partial repeal in 1882, the Law of Obstacles applied a break to all types of corporations which required acts of parliament to obtain limited liability.

After the banks of issue relinquished their issues, money in circulation contracted in Brazil compromising the liquidity of the markets. A major domestically induced crisis almost took place in 1862 and did occur in 1864. Excessive lending by banking houses through factors to Rio province coffee planters, that began to feel the effects of age and exhaustion of their trees, provoked this crisis. Once again, the Banco do Brasil acted as lender of last resort and had its issue limit suspended. Despite rapid and energetic action taken by the viscount of Caravelas, finance minister at the time, a good deal of wealth disappeared as major unincorporated banking houses collapsed. By the time the smoke cleared from this crisis, the country found itself at war with Paraguay in what turned out to be a long and expensive struggle.

In 1866, the government named a commission of three former finance ministers, precisely Itaboraí, Souza Franco, and Caravelas, to re-organize the Banco do Brasil. The needs of war forced the three men into agreement. They decided that the Banco do Brasil would surrender all its gold to the government so that the latter could meet its obligations in hard currency. No one hoped for a gold standard as long as the war continued. The three former ministers also resolved that the bank could no longer issue new notes but that its existing notes would enjoy legal tender status. Finally, they agreed to convert a large share of the bank´s loan book into a mortgage portfolio. In fact, this last measure converted past due short-term loans into long term mortgages that in practice might not be received in the future.

After the passage of this reform, the war proceeded slowly while the government, encouraged quietly by the emperor, discussed a time table for emancipation for the first time. In a dramatic moment which foreshadowed the coup d'état of 1889, the Saquaremas utilized a threat to resign by the duke of Caxias, the Brazilian

commander in chief, to oust this progressive ministry replacing it with one presided by Itaboraí. After silencing all talk of abolition, Itaboraí saw the war to a victorious conclusion while having to endure the lowest exchange of the whole empire, 17d.

Once the war ended, Emperor Pedro II relieved Itaboraí of office. The monarch forged a coalition that passed the Law of the Free Womb, in 1871, which declared all children of slaves born after this date as free. This legislation has been viewed by some as a major concession by the slave owners acknowledging that servitude would come to an end while others see it as a cynical maneuver to preserve slavery for another generation. The truth must be somewhere in the middle, a compromise possible at that moment. With peace and with prosperity in the world, Brazil appeared to recover quickly from the war as the milreis returned to parity. While at war, the world crisis of 1866 had barely affected Brazil, and when a new international crisis began in May of 1873, this one too seemed to pass Brazil by. In September, the crisis, that began in Central Europe, reached the United States, Brazil´s largest market, and still no impact on Brazil. Finally, in May of 1875, a week after the death of his friend and defender, Senator and Councilor of State Souza Franco, Mauá suspended payments. Prime minister and finance minister viscount of Rio Branco reacted energetically to this new crisis. As the Banco do Brasil had been prohibited by the law of 1866 from issuing new banknotes, Rio Branco supplied liquidity by lending the bank the paper money the government had on hand. This action once again made the Banco do Brasil into a lender of last resort that saved many firms from going under, although Mauá and three incorporated banks eventually went into liquidation.

1875 proved to be the empire´s last financial panic, but it inaugurated a decade of recession in the coffee market forcing the milreis down from its parity of 27d to 20d, almost as low as during the Paraguayan War. During the coffee recession, São Paulo and southern Minas continued to increase their production while that of Rio province accelerated its decline. In 1880, a vigorous abolitionist campaign began supported by residents of the cities. In 1884, seeing the handwriting on the wall, the Banco do Brasil refused to accept slaves as collateral for loans. In the future, planters would have to offer in guarantee either their land, which often was difficult due to unclear titles, or crops on the trees. The depreciation of the Brazilian currency served well the planters who followed the Saquarema leadership. With the decline of the milreis, they received more local currency for their coffee exports. When coffee exports and the exchange recovered in 1887, finance minister Francisco Belisario Soares de Souza, nephew of Itaboraí´s Saquarema colleague, the viscount of Uruguai, suggested lowering parity so the coffee planters would not lose their income in local currency.2 The Saquarema dedication to gold went only so far. By 1887, the world of the Saquaremas was turning upside down. Through death and manumission, the number of slaves had declined to the point that servile labor could no longer man the expanding coffee plantations of São Paulo. Drought in the Northeast, making free labor cheaper than slaves, combined with the sale of slaves to São Paulo to undermine the Northeastern commitment to slavery. That year, leaders from São Paulo and the Northeast abandoned the last slaveocrat ministry, that of the baron of Cotegipe where Belisario continued as finance minister. Months later, Cotegipe was out and abolition passed in parliament. With coffee prices at cyclical highs, the milreis at parity, and immigrants swarming in, the fears generated among the elite by abolition disappeared. Except for the coffee

planters of Rio, with their old, uncompetitive trees, the remainder of the elite, including the planters of São Paulo and Minas, reached a state of euphoria. But the coffee planters of Rio could still make themselves heard. Although the government denied the Rio planters an indemnity for the loss of their slaves, the last two monarchist ministries tried to provide them with debt relief through easy loans.

From the currency reform of 1846 to abolition, Brazil had the gold standard as an ideal. For years, the milreis hovered around parity and even traded above this level during periods of high coffee prices. On the other hand, during the Paraguayan War and again during the late seventies and early eighties, the milreis moved well below parity only to recover once more around abolition. Not being on the gold standard benefitted planters. Being close to the gold standard helped pay the international debt, to which we turn next.

Brazil´s international debt began in 1825 when Emperor Pedro I assumed part of the Portuguese debt to Britain as the price for the recognition of Independence by Portugal and Britain. During the difficult years that followed, Brazil had to borrow to pay interest but always serviced its debt.

After 1850, as we have seen, the country´s fortunes improved. The Rothschilds, who participated in several of the earlier issues, consolidated their position as Brazil´s lead bankers with the loan of 1852 and their appointment as exclusive agent in 1855. This house underwrote all the facilities for the central government until 1906. In addition to direct loans, the government guaranteed funds taken by railroad companies. The railroad loans were contingent liabilities; when rail profits generated dividends of, usually, 7%, the government did not have to pay. Many of the lines failed to produce profits while the São Paulo Railway always did. By the end of the Empire, annual disbursements of railroad guarantees came to L800,000 compared to interest on international government debt of L1,900,000 and immigrants´ remittances of L3,000,000.

Local debt, called apolices, payable in milreis rather than sterling, modelled itself on the British consols. As such, these instruments, by 1850, had evolved into perpetuals yielding interest, generally 6% per annum, but no amortization. Apolices immediately became popular with a wide cross-section of the elite including planters, merchants, officials, and professionals as well as their spouses and widows. When the decline of the milreis during the Paraguayan War made foreign debt more onerous and less forthcoming, the government accelerated the issue of apólices. To make these instruments more attractive, the government issued special national loans with interest paid in gold, at 5% rather than the customary 6% in milreis (Summerhill, 2015).

After the war, international borrowing became progressively less expensive while internal demand for apólices grew. Indebted planters complained that potential creditors preferred apólices to loans. As apólices traded consistently over par, the government proved able, in 1886, to reduce the interest rate to 5% by threatening to prepay existing apólices. The conversion economized funds for the treasury but did not increase credit for the Rio coffee planters because potential lenders considered them an unsatisfactory credit risk. The cries of the Rio planters also induced the Saquarema ministry of Cotegipe, 1885-1888, to substitute domestic debt for foreign in a move to diminish the supply of apólices. The recovery of the coffee market after 1885, allied with the country´s excellent

payment record, led to a great improvement of terms: Cotegipe and Belisario took an international loan of L6,000,000 for 38 years at a coupon of 5% and a discount of only 5%, a cost which compared favorably with those of many European states.

Contemporaries sensed what we would call "crowding out" by the government of the private sector, in this case the Rio coffee planters. Successive governments took the twin measures of reducing the interest on apólices and issuing more foreign debt to avoid crowding. Back in 1866, with the support of both Itaboraí and Souza Franco, the government created a mortgage portfolio in the Banco do Brasil that, in theory, would make it easier for planters to borrow long term at reasonable rates. On that occasion, the directors formed this portfolio by exchanging largely past due advances, originally made to the banking houses that collapsed during the crisis of 1864, into mortgages on the properties of the planters who were the ultimate recipients of these credits, often through their factors (comissários). In the following years, the bank´s collection experiences turned out to be unfavorable, and in 1887, it terminated this portfolio. The mortgage law itself did not properly defend creditors as it stipulated that loans could not exceed half of the hypothecated property. As a result, there were cases of debtors suing their creditors to take their properties against payment to the debtors of the other half! Although the declining Rio planters obtained a terrible reputation as deadbeats, more prosperous planters in other regions like São Paulo and the south of Minas Gerais provided their creditors with a more satisfactory experience. Recent research by Rita Almico (Almico, 2015), Renato Marcondes (Marcondes, 1998), and Anderson Pires (Pires, 2009), among others, covering the rising areas of São Paulo and Minas, has caused a major reappraisal in the role of the mortgage as a credit instrument during the late nineteenth and early twentieth centuries. Often the creditors were local capitalists lending in their own names. Formal bank credit took time to reach the interior of the country, but credit by private individuals, relying on mortgages, and credit by factors on the security of future coffee sales, went a long way to satisfying the needs of those planters that managed viable properties.

To conclude, Brazil achieved abolition, an event that many had thought impossible a generation before, without major violence or disruption of the economy. The availability of European and potential oriental immigrants played a major role in the timing of abolition, but external pressure, even of the moral sort, proved to be of minor importance (Rocha, 2008) in the passage of emancipation. Throughout the period from the abolition of the slave trade to abolition, the Brazilian elite had maintained prudent financial administration that gave the state ample access to both international and domestic credit markets as well as an exchange rate that had periodically returned to parity. High revenue tariffs provided local industry with a degree of protection while the emergence of a domestic market comprised of salaried immigrants and, to a lesser extent, freedmen, had produced by 1888 the beginnings of national light industry. The independence of the Brazilian elite during this period appears clear.

In order to placate the declining Rio coffee planters, the last two prime ministers of the Empire and especially the first governments of the Republic abandoned this prudence with dire results. Before discussing this departure from prudent finance, let us turn to the Portuguese experience.

## Portugal, 1851-1890

The current consensus among Portuguese historians (Reis, 1993, Lains, 1995) is that Portugal found itself further behind the most advanced economies in 1914 than it had been in 1850. Stephen Haber (Haber, 1997) suggests the same for Brazil. In one sense, Haber is correct in that the United States growth exceeded that of Brazil at that time. On the other hand, if we take the dynamic Central and Southern parts of Brazil by themselves, we may find a rate of expansion like that of the United States, while of course the economy of the Northeast failed to grow or even shrank. In the case of the dynamic areas of Brazil, especially São Paulo, Rio city, Southern Minas, and Rio Grande do Sul, contemporaries sensed a great expansion throughout this entire period. There were moments of euphoria, during the 1850s, after abolition, and again during the first decade of the twentieth century. To overlook this optimism would make it difficult to understand the "age of improvements". For its part, all of Europe, in a wave going from northwest to southeast, became enthralled with this age of improvements. Despite not being able to participate in the material progress to the same degree as other small economies did, Portugal still experienced a feeling of exhilaration with the opening of its railroads, bridges, ports, and telephone service. Although the period 1890-1914 proved particularly difficult for Portugal, this country did benefit visibly from the improvements of the age up to 1890. For all its shortcomings, the "Regeneração" was precisely a regeneration.

Turning to industry in Portugal, today there exists a consensus that protection during this period was high, in fact even higher than in the United States, the quintessential high tariff country (Reis, 1993, page 16). The Portuguese elite, like its Brazilian equivalent, was not a dupe of the free trade arguments made by British economists. If anything, Portuguese development may have been retarded by excessive tariffs that removed the incentives for Portuguese firms to modernize themselves3. For the public finances, import tariffs turned out to be slightly less important than their Brazilian equivalents, amounting to slightly less than half of state revenues compared to a range of 60 to 70% for Brazil. In any case, the tariffs constituted a major source of state income although the state did use the tariffs to protect industry and, unlike Brazil, to protect agriculture as well.

As Portugal had an industry in the eighteenth century (Madureira, 1997), industrial interest groups already functioned in Portugal in 1850. State protection for industry had a tradition in this country beginning with the count of Ericeira, an almost contemporary of Colbert in the seventeenth century, running through the marquess of Pombal in the eighteenth, to various governments of the nineteenth century, including the Setembrists of 1837, who imposed the first protective tariff after the British occupation. In fact, protective tariffs proved a constant after 1837, free trade rhetoric to the contrary notwithstanding. Due to adequate protection, the restoration of peace, and a favorable world economy, Portuguese industry began to grow in the decade before 1850 and continued at a respectable if not spectacular pace until the First World War (Lains, 1995, page 60).

While both Portugal and Brazil depended upon England as their chief supplier of external funds, Portugal saw Britain as her principal market for wine while Brazil had a different buyer for coffee: The United States. One must remember that the United States remained a large debtor economy until the very end of the nineteenth century, competing with Brazil and Portugal for British loans until the Boer War,

1899-1902, when J P Morgan appeared as a creditor to Britain. While Brazil "effortlessly" diversified its markets as new areas like Germany, Austria-Hungary, and Italy became major consumers of coffee at the end of the century, Portugal had more difficulty in identifying its market for wine as England imported more from the competition. Clearly England used its importance as a customer to negotiate the best possible trade treaty with Portugal; Britain did not have this position of strength in bargaining with Brazil.

As Portugal practiced protection while several of its leaders praised free trade, this country´s elite also demonstrated independence in its exchange policies and in its debt repayment practices. Let us turn first to Portugal´s experience with the metal backing for its currency. The war against France forced even England off the metallic standard in 1797. Banknotes, especially of the Bank of England, circulated at that time while gold went to an 80% premium over paper at the worst moments of the Napoleonic War (Clapham, 1945, II, page 78). When England returned to convertibility in 1821, sterling had the same metallic value as it had had in 1797. The lowering of prices from the 80% premium caused commercial failures, salary reductions, depression, and social conflict. As many members of parliament were creditors of the state, they thought these inconveniences worth the benefits of the state paying its creditors the full amount owed them in metal. Borrowers, many merchants, and the unemployed would have disagreed. Portugal, without a state bank, issued paper money beginning in 1797 sending gold to a premium. Political instability and civil war delayed Portugal´s return to convertibility until 1854. Worthy of note is that Portugal became the first state to follow Britain on the gold as opposed to the bi-metallic standard. Prior to suspending convertibility in 1797, England had reduced the legal tender status of silver to transactions no greater than L25. In 1821, only gold became legal tender thus commencing the era of the gold standard. Even more remarkable, in my opinion, is that Portugal returned to convertibility at a rate only slightly lower than the level of 1797: a milreis of 55d as compared to 63d in 1797. Brazil, which of course had a common currency with Portugal until 1822, adopted a milreis of 27d in 1846 and rarely achieved convertibility at that rate.

Between 1797 and 1854, Portugal suffered the War of the Oranges with Spain, repeated French invasions, British occupation, civil war between absolutists and constitutionalists, several coups, and finally another major civil conflict. The decision to go on gold at 55d must have gratified the domestic creditors, many of whom held seats in the legislature. Unfortunately for the creditors, the same government, whose moving spirit was Fontes Pereira de Melo, in 1852 had unilaterally lowered the interest on both external and internal debt to 3% p.a. as well as terminating amortization, turning all the Portuguese debt into non-amortizing consols or perpetuals. As new debts could only be sold at over double this 3% yield, the "renegotiation" represented a major capital loss for the creditors. Brazil treated both its external and internal creditors in a much more favorable manner. In the case of external debt denominated in pounds sterling, the exchange rate did not matter to the creditors who received in gold. External creditors suffered no loss lending to Brazil until World War I disrupted the market. As the de facto Brazilian exchange rate fell during the 1820s to what would become the parity of 27d, domestic creditors who purchased apólices after this time, would have lost nothing by Brazil officially going on a 27d parity, which

continued through 1889. (After 1889, holders of domestic Brazilian debt suffered from the devaluation; in 1914, the Brazilian currency stood at 16d). While the holders of Portuguese debt lost half of their investments in real terms when the interest rate dropped to 3%, Brazil´s creditors never suffered an involuntary conversion and came out whole. What is most interesting is that, after Fontes personally went to London in 1855 to negotiate with Barings, both external and internal creditors purchased ever increasing amounts of Portuguese debt at ever more advantageous terms, even after sustaining this severe "hair cut".

We do not know who really held either the Brazilian or the Portuguese external and internal debts. One may imagine that a number of individuals held both. Foreign, including Portuguese, merchants held a good deal of the Brazilian internal debt (Summerhill, 2015). Brazilian landowners, politicians, and professionals held the rest. Foreign merchants resident in Brazil, along with wealthy Brazilians, purchased the external debt. Coupons could be presented in England or Brazil for payment so that clients of the British banks in Portugal would find no difficulties in receiving coupons through their banks. One may assume that many large investors in Brazil´s external obligations were successful Portuguese merchants who returned home. By the same token, Brazilians and Portuguese resident in Brazil held Portuguese debt. How much Portuguese and Brazilian external debt was held by British investors not commercially linked to these two countries is an interesting question waiting for future research. A first hypothesis is that more not commercially linked foreigners held Portuguese debt than held Brazilian debt. The Brazilian state had a harder time even partially repudiating its debt because these obligations were held by local people who counted politically.

The banking system of Portugal developed at the same time as that of Brazil, with the advantage for Portugal for allowing regional banks of issue. Portugal´s first bank began later than that of Brazil. João VI organized a privately owned, but government controlled, Banco do Brasil in 1809, almost as soon as he arrived in Rio de Janeiro. This bank enjoyed a monopoly of banknote issues, financed the government thereby, and collapsed in 1829 due to the government´s inability to repay. When the king returned to Portugal in 1821, he took as much of the Banco do Brasil´s gold as he could and presided over the foundation of the Banco de Lisboa. This bank also was privately owned, enjoyed a monopoly of banknote issues in the capital, and financed the government. The Banco de Lisboa suffered from its inception under the difficulties of Portugal´s unstable political situation. In 1846, during the civil war, the government merged it with another troubled institution and created thereby the Banco de Portugal. This new institution, like the Bank of England, and the soon-to-be-formed second Banco do Brasil, was privately owned, enjoyed a monopoly of banknote issue in the capital, acted as lender of last resort, and assisted the government whenever necessary.

In 1835, the Banco Commercial do Porto was established in that city with the privilege of issuing banknotes. When Portugal returned to convertibility in 1854, the banknotes of the Banco de Portugal and the Banco Commercial had to be exchanged for gold at sight at these banks. After 1854, several private note issuing banks established themselves in various towns of the Northwest of Portugal.

Convertibility proceeded normally for these banks until Portugal abandoned the gold

standard in 1891. Unlike Brazil, Portugal only had one major financial crisis, that of 1876, in the entire period from 1854 to 1891. Of the major world financial crises of the nineteenth century, the United States was at the middle of the following: 1837, 1857, 1873, and 1893, and was certainly involved to a lesser but important extent in those of 1825, 1847, and 1866. Regarding Brazil, we have noted above that the crises of 1837, 1857, and 1873 (this last crisis with a delayed effect) all upset the local financial markets. As Brazil depended upon the United States for purchasing its coffee, the contagion seems evident. Although Portugal did not export to the United States directly, it did export to England which felt the effects of the US immediately. A first hypothesis for these crises not spreading to Portugal is that the Portuguese economy appeared less dependent on the outside world.

The Portuguese crisis of 1876 occurred in August, thus 15 months after the suspension of the Banco Mauá and the Brazilian crisis of 1875, 35 months after the collapse of J Cooke in the United States, and 39 months after the Krach on the Berlin Stock Exchange which set off the world crisis of 1873 in the first place. Brazil might have something to do with the Portuguese crisis. Since the abolition of the slave trade, the volume of remittances from Brazil had become a significant component of the Portuguese balance of payments. During the Paraguayan War, 1864-1870, the Brazilian currency fluctuated reaching a low of 17d. Remittances became more expensive, so the volume sent to Portugal contracted and the Portuguese economy felt this loss. When the war terminated, the Brazilian currency rebounded towards parity and remittances increased in tandem. The Brazilian crisis of 1875 affected the exchange rate and created a pessimistic mood in the country which would have continued as the prices of coffee proceeded downward. All over the world, deflation appeared to have settled in as contemporaries experienced the "Great Depression", ultimately from 1873 to 1896. The United States in 1876 had not yet returned to the metallic standard that it abandoned in 1861 at the onset of its civil war. By 1876, the government was moving to return to convertibility, which happened in 1879, only into gold. The demonetization of silver as a currency caused a major political battle that ultimately was resolved only with the discovery of gold in Alaska and the end of the deflation after 1896. To return to convertibility without lowering the gold content of the dollar, the US authorities exacerbated the deflation creating bankruptcies, labor strife, and resentment from debtors of all types, especially the still numerous farmers. With this conflicted background, coffee prices fell and remained low for another decade. Portuguese residents of Brazil in 1876 could have foreseen a difficult patch ahead and decreased remittances thereby also creating an expectation of lower remittances in the future.

Portugal´s banking bubble accompanied that of Germany with a lag. Germany´s began with the victory over Austria in 1866 that resulted in a virtual unification of the country under Prussian leadership. Many new banks were organized, including the Deutsche Bank, which continue through today. Other institutions lacked real capital and lived on promises rather than resources. The boom received more fuel with victory over France in 1870, the annexation of Alsace-Lorraine, the French indemnity, and the proclamation of the German Empire. By 1873, many companies had their stock values bid up to impossible levels, and the inevitable Krach occurred. Portugal´s bubble started around 1870. By 1873, there were 13 banks, perhaps an adequate number for an economy the size of

Portugal´s. By 1876, the number had quadrupled to 52. The crisis was quickly overcome with the Banco de Portugal acting as the lender of last resort. Several banks failed outright while others merged. Although the Banco de Portugal obtained a law giving it a monopoly of banknotes all over the country, opposition from the other banks of issue prevented this monopoly from going into effect. In 1887, a second law affirmed this monopoly, again without success. As Portugal remained on the gold standard, all the banks of issue had to deliver gold when customers presented their notes. In terms of banknote issue, Portugal stimulated economic growth outside the capital. This was the situation when the great crisis of 1890 struck.

During the 1880s, three events appeared that would affect Portugal´s future: the occupation of Africa, the exhaustion of the Regeneração and with it of the monarchy, and the wine glut. Until this decade, Africa represented nothing more to Portugal than a source of slaves to export. At the time of Brazil´s independence, the Portuguese elite feared that the Angolan elite would desire to form a union with Brazil. When the Portuguese demonstrated that, despite British pressure, they would not interfere with the slave trade, Angola remained a colony. The abolition of the Brazilian slave trade in 1850 eliminated the African colonies` major export although both Angola and Mozambique continued to supply Cuba with slaves for a further 20 years. As early as 1825, writers suggested that Angola could become a new Brazil by planting the same tropical crops, especially coffee, sugar, and cotton, that Brazil did. While the period 1825 to 1880 witnessed Brazil´s takeover of the world coffee market as well as its continuation in the sugar and cotton businesses and its emergence as a supplier of cocoa, Angola and Mozambique languished, perhaps because the Portuguese could not enslave Africans on their homeland (Gervase-Smith, 1985).

By 1880, England had established firm control over the English-speaking areas of South Africa but only nominal power over the Dutch speaking provinces of Transvaal and Orange. Awareness of the mineral wealth of South Africa made the English anxious to secure the use of Lourenço Marques harbor in case of a conflict with the Boers. That year, they made a treaty with Portugal to assure the use of this port, and in so doing, provoked a strong reaction in Lisbon, that led to the fall of the Portuguese government.

Also by 1880, other European powers began to take note of Africa´s potential. That decade, due to the failure of Egypt and Tunisia to pay their external debts, England and France, respectively, established protectorates over these north African states. In the southern and central parts of the continent, England, France, Germany, Belgium, and Italy all became interested in acquiring colonies. Although the German victory over France in 1870 had established this country as the most feared force on the European mainland, England viewed France as an almost equal danger to the island empire´s balance of power strategy. England preferred Portuguese settlement to that of potential rivals and, at first, defended the Portuguese claim to control the Congo River against Belgium. When, in 1884, it became apparent that King Leopold of the Belgians had effectively occupied the north bank of the river, England withdrew its support of Portugal. The loss of the northern side of the Congo galvanized the Portuguese government into an attempt to occupy as much of the territory between the coasts of Angola and Mozambique as possible. Here, Portugal´s aspirations clashed with those of her oldest ally which sought to consolidate its dominium from newly occupied Cairo to the Cape of Good Hope. For Britain to maintain control from

Cape to Cairo, Portugal could not hold Luanda to Beira. At this time, Germany became a colonial power annexing Tanganyika, just north of Mozambique, Namibia, on the southern border of Angola, as well as several areas of central western Africa. Although of all the colonies mentioned, only Egypt and South Africa generated serious income for their owner, the European states believed that the several African areas would prove valuable. As the decade of the 1880s came to a close, Portugal found itself in potential conflict both with England and with Germany but without a revenue stream from its colonies. As early as 1871, Eça de Queiroz suggested selling all or part of the African colonies to repay the national debt, that he felt was becoming unsustainable (Monica, 2009, page 124).

Eça was far from the only observer to be worried about the size of the national debt. Prior to the 1880s, Spain, Greece, and Italy had serious debt problems while even Hungary, then part of the Austro-Hungarian Empire, came close to a moratorium in 1873. Portugal´s debt service, almost exclusively interest, absorbed half of the budget, and many contemporaries, including the Economist expressed skepticism during the 1880s regarding Portugal´s ability to pay. The optimism of Fontes Pereira de Melo helped maintain the value of Portuguese securities, but his death in 1887 removed one of the mainstays of growth. After Fontes´s passing, the whole idea of the Regeneração came to be questioned. Yes, Portugal had railroads, but the elite began to feel deceived as prosperity had not come along with transport, and the country felt that it had lost ground relative to other European states. With the disillusion over the Regeneração came also a questioning of the monarchy. France, Portugal´s Latin model, became a Republic in 1870 inspiring the formation of a Portuguese Republican Party in 1876. Though the incumbent monarchist leaders could still easily control the outcome of parliamentary elections, the vocal republican party, attacking the current regime as corrupt, made the successive royal governments uncomfortable. An articulate, if small, Socialist Party, promoted Portugal´s first strikes and competed with the Republican Party in the two cities. The fall of King Carlos´ Brazilian cousin, Emperor Pedro II, in November 1889, added tension to the air.

The bright spot in Portugal´s 1880s was wine exports. A disease attacked French vines making France a major market for Portuguese wines, both for consumption and for re-export in French bottles. As British consumption of Portuguese wines declined, the French market became providential. Unfortunately, in 1887, the exports to France began to decline as the French vineyards recovered while imports from France´s colony of Algeria expanded.

Let us now return to the difficulties faced by the Bragança monarchy in Brazil.

## Brazil, 1888-1901

Immediately after abolition, the planters of Rio demanded indemnity for their loss of slaves. Although the Conservative government led by João Alfredo Correa de Oliveira denied this appeal, the prime minister knew he would have to do something to placate this still important group. The month of abolition, João Alfredo summoned a bi-partisan committee, led by the Conservative viscount of Cruzeiro and the Liberal viscount of Ouro Preto, to draft a banking reform that would permit the issue of banknotes. While this committee prepared its bill, João Alfredo signed agreements with two existing institutions, the Banco do Brasil and the Banco da Bahia, to on lend to planters the 4,300 contos Cotegipe had left unused in the emancipation fund. The banks received these funds interest free and

agreed to provide an equal amount from their own resources in order to lend the double long term at 6%. In fact, the banks appear to have lent only the funds received from the government.

In November of 1888, the Cruzeiro-Ouro Preto proposal became law, and in January 1889, João Alfredo regulated this statute. This measure appeared to look backwards to the 1850s as it provided for banknotes with two types of backing: government debt and gold. With government debt, apólices or national loans, as backing, the new banks of issue could issue banknotes up to two thirds of their capital. This fraction compares conservatively with the contemporary United States law permitting 90% of capital, and Sousa Franco´s rules of 1857 which permitted issues up to 100% of capital. The regulation on gold backing allowed issues as high as three times capital backed by and convertible into gold. Three times capital is extremely inflationary, even if mitigated by the need to convert the banknotes to gold on demand. In fact, during João Alfredo´s government, no bank found issues, as regulated in January, to be an interesting proposition.

Unsatisfied by João Alfredo, just over a year after abolition, the Rio planters joined with their Liberal opponents in parliament to overthrow him. Emperor Pedro II summoned the Liberal viscount of Ouro Preto to form a government at a moment when the Republican sentiment of many in the elite became apparent not to say vociferous. Limited by the emperor in terms of the political concessions he could make, particularly in regards to federalism, Ouro Preto concentrated his energies on financial measures with four major initiatives. He converted most of the external debt from 5% coupons into 4%s for 55 years, demonstrating Brazil´s standing in the international market, while issuing a large domestic national loan to have cash on hand to help provide liquidity to the coffee planters. He expanded João Alfredo´s loans to the banks for on lending to agriculture; whereas João Alfredo had contracted to provide 16,000 contos and actually lent 4,300, Ouro Preto contracted 172,000 (almost the size of the circulating medium) and actually advanced 26,000 contos to no fewer than 17 banks, some which appear to have been organized exclusively to receive the state´s funds.4 The banks on lent the government money and came back for further resources without releasing any funds of their own as they had contracted to do. Ouro Preto´s third initiative removed João Alfredo´s limits to the issue of gold-backed banknotes. When these new rules failed to elicit issues, Ouro Preto launched a fourth measure, the creation of the Banco Nacional. This new institution, which included the French Banque de Paris et de Pays Bas as a major shareholder, had 90,000 contos of authorized capital and the privilege of issuing three times this amount backed by and convertible into gold. With the milreis at par, Ouro Preto thus attempted to go on the gold standard, giving the appearance of highly conservative finances. In fact, an issue of three times capital, a sum larger than the entire circulating medium, would have been highly inflationary and would have the immediate impact of preventing the milreis trading over par thus guaranteeing planters more local currency for their exports. In the longer run, this convertibility had no chance of success as a fall in coffee exports would have quickly ended the possibility of redeeming banknotes in gold. Ouro Preto, however, focused on winning support for the monarchy in the short run.

Ouro Preto´s energetic measures started a bubble which affected the prices of stocks and other assets, called the Encilhamento. Like other bubbles, this one had real underpinnings in the sense of a positive coffee market combined with the successful abolition of slavery and the crea-

tion of a national market of immigrants and freedmen. Ouro Preto´s financial measures won him much support from some members of the commercial community of Rio as well as criticism from others for his use of public funds to bail out the Rio planters.5 As it turned out, the Rio planters abandoned the monarchy while a coalition ostensibly led by the military staged a successful coup against Pedro II on November 15, 1889. We have no signs of British or other foreign influence leading to this coup. On the contrary, the Rothschilds suspended new transactions for Brazil until the Republic conducted elections while the British government also denied recognition to the Republic until the new regime proved its legitimacy. The Banque de Paris et de Pay Bas immediately cut its lines to its affiliate, the Banco Nacional.

Foreign merchants, including the substantial Portuguese community, as well as wealthy Brazilians, sent large amounts of money out of the country during the weeks that followed the coup, forcing the milreis down from par of 27d to 24d in one month. The stock market boom of the Ouro Preto months came to a halt, while the coffee planters continued to clamor for more loans. The first finance minister of the Republic, Ruy Barbosa, has been among the most admired and most attacked figures in Brazilian history. The stint in the finance ministry, from November 1889 to January 1891, constituted his only experience in executive office. Hailed as a protector of Brazilian industry, one of his initial acts was to cancel a tariff increase promulgated by Ouro Preto. In December, he tried to force the banks of issue that had signed contracts with his predecessor to effect these issues. Reasonably the banks refused to issue notes at 24d that the ambiguous legislation might oblige them to redeem at 27d. In January, with the stock market paralyzed, the exchange declining, and the planters complaining, Barbosa decided to abandon the conservative practices of his predecessors, going even further than Ouro Preto had on the path to recklessness. On his authority and that of the president, Marshal Deodoro da Fonseca, without advising his colleagues in the cabinet, Barbosa issued a decree giving a bank to be organized by Francisco Mayrink, principal shareholder of several other institutions, the privilege of issuing banknotes up to 200,000 contos, the entire circulating medium of the country at that time. This issue was to be backed by government bonds. The idea of bond backing as practiced in the contemporary United States and by Souza Franco´s banks of issue made a good deal of sense. What bothered many within the elite was the astronomic size of this issue which permitted the 200,000 contos for the central part of Brazil while authorizing another bank, yet to be established in Barbosa´s home town of Salvador, to issue a further 150,000 contos for the Northeast and North of Brazil and a third institution to cover Rio Grande do Sul with an issue limit of 100,000 contos. A public outburst within two weeks reduced the authorized limit of Mayrink´s bank´s issue to 100,000, and a second protest caused the three banks to be further reduced in March to 50,000 each. As it turned out, by September, Mayrink´s bank had issued 50,000 in banknotes while the entire volume of apólices negotiated on the secondary market was 33,000 contos in 12 months (Franco, 1983, page 107). Apparently, no one inspected Mayrink´s books to see if he had purchased the 50,000 contos of apólices necessary to back his issue.

Three of the ministers in the provisional government numbered among the banks´ most outspoken critics: the war minister General Benjamin Constant Botelho de Magalhães, the justice minister Manuel Ferraz de Campos Sales, and the agriculture minister Demetrio Ribeiro.

All three offered their resignations. Benjamin Constant remained in the provisional government when Marshal Deodoro appealed to him in the name of the unity of the armed forces. Campos Sales withdrew his resignation after Barbosa promised to allow the establishment of a bank of issue in São Paulo that Campos Sales´ party, the PRP, could control (Abranches, 1954, page 91). Ribeiro left the government.

The privileged banks of the monarchy, the Banco do Brasil and the Banco Nacional, did not remain out in the cold. In March, as Mayrink´s issue limit was reduced to 50,000 contos, these two banks received the same issue limits under even more favorable circumstances. They could issue each these 50,000 contos backed 50% by gold but not convertible into gold until the exchange returned to par and remained there for one year, an extremely unlikely event. An unconvertible gold backed note is nonsense; these banks received the right to print money. Together with Mayrink´s Banco dos Estados Unidos do Brasil, with its 50,000 of bond backed notes, where no one inspected the bonds, the three institutions could in effect almost double the circulating medium. Two noteworthy events occurred in August: Barbosa permitted Mayrink to issue 50,000 contos of gold backed but unconvertible banknotes, like the two former monarchist institutions could issue, taking his total limit back up to 100,000 contos, and Mayrink gave Barbosa a mansion in Rio.6 By September, the circulating medium had risen from 210,000 contos in January to 280,000 contos, after years of stability.

Once these banks began to issue, the stock market boom returned while the milreis continued its decline despite excellent coffee exports. In May, Barbosa discontinued Ouro Preto´s loans to agriculture after disbursing an additional 14,000 contos to pet banks. That same month, he began collecting 20% of the import tariffs in gold to compensate for the loss of revenue due to the devaluation. In October, he decided to collect 100% of the tariffs in gold forcing up the cost of living. That same month of October, Barbosa took steps to curb the most egregious practices of the stock market, receiving praise from his loudest critics.7 Within two months, the leaders of the Encilhamento discovered ways around the new rules, and the abuses began again. This month, December of 1890, Barbosa gave Mayrink a final present: the minister authorized the merger of the Banco dos Estados Unidos and the Banco Nacional to form the Banco da Republica. The surviving bank received the issue rights of the two merging banks as well as those of the Banco do Brasil which sold these to Mayrink. The banker´s dream came true as he could issue 150,000 of unconvertible gold backed notes plus 50,000 backed by bonds no one inspected. He could finally double the circulating medium at the beginning of the Republic. Increased issues, facilitating and encouraging capital flight, forced the exchange down to 20d, a level seen at the trough of the previous coffee cycle during the early 1880s.

While Barbosa prepared his final gift to Mayrink, two important events transpired, one outside and one inside Brazil. Barings, the second most powerful merchant bank after Rothschilds, became insolvent due to excessive exposure to Argentina and had to be bailed out by a group of banks led by the Bank of England and Rothschilds. Investor appetite for Latin America fell off as Argentina had been the most active market in the region, followed precisely by Brazil, now experiencing a financial bubble of its own. Inside Brazil, the provisional government successfully conducted legislative elections in September convening congress on November 15, the first anniversary of the proclamation of

the Republic.

Already at the beginning of the legislative session, the PRP, the Republican Party of São Paulo, elected Prudente de Morais as the president of the senate. São Paulo emerged as the richest state in the new Republic exporting twice as much as Rio de Janeiro. The PRP expected Prudente to be elected president by the constituents as soon as they passed the new constitution. As so often happens after military coups, the officers acquired a taste for political power, and Deodoro presented his candidacy as an alternative to that of Prudente. Campos Sales, representative of the PRP in the provisional government, as well as several colleagues, supported Prudente and had themselves elected to congress. At the end of January, the entire provisional government resigned. Barbosa had by this time lost the confidence of Deodoro due to the low exchange and had not won the confidence of the PRP which generally disapproved of the Encilhamento in Rio. He therefore left the ministry of finance to take up his seat as senator from Bahia. Deodoro replaced the provisional ministers with former monarchists mostly from the Northeast. The baron of Lucena, occupied first the ministry of agriculture and then the ministry of finance and acted as if he were the prime minister. He took over Barbosa´s friendships with Mayrink and the other leaders of the Encilhamento. Described as a plunderer by the British minister (Schulz, 2008, page 91) when he assumed office, Lucena went on to prove the minister correct.

On February 24, 1891, the constitution went into effect. The following day, congress elected a president and vice president to serve until November 15, 1894. By threats and bribery, Deodoro won the election. His second minister of war, Marshal Floriano Peixoto, endorsed both by Deodoro and by Prudente, became the vice president. The PRP started a ferocious opposition while Lucena continued to encourage the bubble. By the second quarter, although Mayrink issued ever increasing amounts of notes, prices on the stock exchange began to fall. By the third quarter, the milreis sank to 14d, lower than it had ever been, even during the worst moments of the Paraguayan War. Coffee prices remained high demonstrating that excessive issues caused this currency collapse, as contemporaries perceived. By September of 1891, eight months after Lucena took office, the Banco da Republica had 300,000 contos of notes in circulation, an immense amount, without considering paper money or other banknotes, equal to 150% of the circulating medium at the proclamation of the Republic 22 months before. Lucena now proposed to congress to double this limit to 600,000 contos. He lacked the votes to do so. Partially in response to opposition in congress, Deodoro and Lucena staged the “stock market coup”, closing the legislature by force on November 3. Immediately, the PRP, in control of São Paulo, began to conspire with the navy and with vice president Floriano Peixoto. A strike of railroad workers, their standard of living compromised by the inflation that accompanied the devaluation, isolated the capital by land while the navy severed sea communications. Realizing that he could not even count on the garrison of Rio and not wishing to start a civil war, the first president of the Republic resigned on November 23, only 20 days after the coup.

Vice President Floriano Peixoto assumed power with the desire to end the Encilhamento and return to the prudent finances of the monarchy. He also wished to consolidate the Republic while providing protection for national industry. These three goals conflicted with one another as he pursued all three in tandem. The PRP had hoped that Floriano would follow the letter of the constitution and hold new presidential elections

as Deodoro´s term still had more than two years to run. Floriano argued that the transitory articles of the constitution provided that the first president and vice president should serve until November 15, 1894, and he always referred to himself as vice president. The PRP accepted this interpretation in exchange for control of São Paulo and the selection of one of their own, Francisco de Paula Rodrigues Alves, as minister of finance.

Rodrigues Alves took office with the milreis at a new low of 12d. The cost of living in Rio, highly dependent on imports, became intolerable for those on fixed salaries while industrialists who had ordered foreign machinery now had to pay twice as many milreis for these. The first six months of government proved chaotic. While the senate resisted Rodrigues Alves´ campaign to prohibit further banknote issue, Floriano concentrated his energies on deposing all the governors who had accepted Deodoro´s coup. In fact, only one governor, Lauro Sodré of Pará, repudiated the coup and another, Julio de Castilhos of Rio Grande do Sul, was ousted even before Deodoro fell in Rio. All the other governors were removed by force by March of 1892. It looked as though the country would fall apart. The leaders of the Encilhamento organized several unsuccessful coups culminating in a major conspiracy to depose Floriano in April. When soldiers purportedly bribed by a leading railroad owner failed to appear, Floriano counter attacked capturing and deporting to the Amazon some 40 figures including politicians, bankers. journalists, and military officers.

Floriano and Rodrigues Alves had little time to savor this victory. On the one hand, a group of economic nationalists organized a campaign to bail out those industries suffering from the collapse of the exchange. Here Rodrigues Alves began to part company with Floriano and his minister of industry, Colonel Serzedello Correa. Floriano and Serzedello felt the need for Brazil to be self-sufficient at least regarding light industry and threw their weight behind the industrialists, even if this meant delaying the balancing of the budget, another major goal of theirs. The campaign for industry proved a free for all with the profiteers of the Encilhamento favoring the bail out together with the young military officers around Floriano and against the PRP. To finally complicate an already difficult situation, in June, Floriano restored Julio de Castilhos to the governorship of Rio Grande do Sul from which he had been deposed in November precisely for supporting Deodoro´s coup. Floriano felt that Castilhos was the only republican capable of maintaining the state against the old monarchist politicians.

That same month of June one of Floriano´s followers proposed issuing 100,000 contos of internal bonds to finance the industries through the banking system. The Rothschilds wired their disapproval of this inflationary measure. Simultaneously, Rodrigues Alves, who also disliked the aid to industry, negotiated a nine, twelve, and fifteen-month loan with the Rothschilds, the first external borrowing of the Republic.

Two months later, the finance minister resigned, largely against aid to industry which he considered inflationary as well as inefficient, and Floriano replaced him with Serzedello. Serzedello believed both in the gold standard and in protecting industry. His varied political, military, and business career was crowned with his election in 1904 as the first president of the Centro Industrial do Brasil. Unable to reorganize the financial system through a congress still highly influenced by the leaders of the Encilhamento, Floriano and Serzedello waited until parliamentary recess. In December they merged the Banco da Republica with the Banco do Brasil, placing the president of the latter institution, former Liberal prime minister Manuel Pinto de Souza

Dantas, as president of the surviving entity with the senator from São Paulo, Rangel Pestana, as vice president. The government authorized the surviving entity to issue 100,000 contos of 5% 30-year bonds to finance its bail out of industry. At the same time, the president and his minister raised the tariffs on textiles, the first time in Brazilian history where protection counted for more than revenue. Not until over a generation later would Brazil again have such an avowedly pro--industry government in office.

The Rothschilds applauded the merger and the termination of further banknote issues although, of course, they did not like the industrial bonds. In any case, they approved first of Rodrigues Alves and now of Serzedello to the point of underwriting a term loan on behalf of the Oeste de Minas railway (which delivered the proceeds of the loan in gold to the government in return for paper money in Brazil). The exchange market showed its contentment with Serzedello by rising to 13d in early 1893 while the external bond market also recovered.

Unfortunately, in April, Serzedello resigned in protest against what he considered an erroneous policy pursued by Floriano in Rio Grande do Sul. The previous June, the vice president restored Julio de Castilhos as governor. In February, the state suffered an invasion by forces, both monarchist and republican, hostile to the governor. Rather than attempt a mediation, Floriano gave all his support to Castilhos while deaths, especially by throat slitting, rose. Navy minister Admiral Custodio de Melo resigned with Serzedello against the Rio Grande policy. From this point, Floriano and his new finance minister, Felisbelo Freire, attempted no further reforms while struggling to find means to pursue the civil war.

In September Admiral Custodio led the fleet into rebellion, expecting to repeat the quick overthrow of Deodoro. This time, things went differently; the army staid loyal to Floriano who held the capital. The naval revolt added a new dimension to the civil war and placed the vice president in the hands of the PRP. To suppress the rebellion, he agreed to allow the election of Prudente as president, which occurred in March 1894. Floriano appealed to the foreign powers with warships in Guanabara Bay to prevent the rebellious fleet from bombarding the city. At the same time, his partisans accused the British of aiding the monarchists in Rio Grande do Sul. Floriano purchased a new fleet in the United States and had it sail down to Brazil (Topik, 1996). Presumably the United States favored the Republic. In fact, the participation of the foreign states proved limited, with Portugal ultimately playing a leading role. When the rebels in Guanabara Bay scuttled their ships in March of 1894, they were received onboard two Portuguese warships, an act that provoked a public outcry against the Lusitanians. As the Portuguese bakers were always the scapegoats for the high price of bread, several suffered harassments or worse after the escape of the rebels. Floriano broke off diplomatic relations with Portugal, which were only restored the following year by the Marshal´s successor.

Floriano´s recapture of Guanabara Bay, followed by victories over the rebels in Parana and Santa Catarina, led observers to wonder if he would in fact turn power over to the oligarchy in the person of Prudente. Floriano ungracefully declined to attend Prudente´s inauguration but did not interfere with the proceedings. With the war still active in Rio Grande do Sul, Prudente took over a country with severe financial difficulties. He summoned Rodrigues Alves back to the ministry of finance with a conservative agenda. Their top priority was to reduce the cir-

culating medium, now 708,000 contos, or triple its size at the beginning of the Republic. In consequence of Floriano´s printing paper money to finance the war in the South, the milreis had descended to 10d, just over a third of its parity, tending to confirm believers in the quantity theory of money. The most pressing economy measure was to negotiate an end to the fighting, achieved in July of 1895, not coincidentally a month after the death of Floriano. In their first two years in office, Prudente and Rodrigues Alves succeeded in reducing the circulating medium to 678,000 contos.

Unfortunately for Prudente, the coffee trees planted during the euphoria of the Encilhamento began to bear fruit just as he took office. As Brazil produced most of the world´s coffee, prices fell drastically. Now Prudente faced the demands of his allies in São Paulo for easier money. Attempting a contractionary monetary policy during a commodity down turn proved to be an extremely difficult task. The consensus, both inside Brazil and outside, thought the government should seek to restore the parity of 27d, in effect since 1846 and loosely maintained under the monarchy. On the other hand, one of Prudente´s advisers, the Englishman J. P. Wileman, suggested the president defend the current 10d without attempting to return to parity. Wileman argued that rising exchange had negative effects just as great as declining currency. When currency fell, salaries lagged so the poor earned less. When currency rose, employers quickly reduced salaries or made workers redundant. Any variation in exchange made it difficult for businessmen to calculate their costs. Countering the argument that devaluation constituted an expropriation of creditors who placed their faith in the state, Wileman stated that apolices had changed hands since their issue so that an appreciation of the milreis would benefit unduly those who acquired these instruments along the way. History tended to agree with Wileman especially after the British government´s disastrous return to parity in 1925.

Prudente did not follow Wileman´s advice and sought to strengthen the milreis. The local market believed that, at least, the period of devaluation had come to a close, so Rodrigues Alves proved successfully placed a large issue of apólices. The Rothschilds also believed in the PRP government and underwrote an international bond issue. The devaluation had decreased the cost of servicing the local debt in relative terms while increasing the portion of the budget necessary to cover the international debt. A portion of the proceeds of the new international bond surely went to pay interest on previous issues.

In addition to balancing the budget and contracting the circulating medium, Prudente wished to nationalize the former banks of issue as well as their banknotes which had become paper currency in fact. During his first two years in office, he proved unable to win legislative approval for this measure. In fact, he did not control congress at all. In November of 1896, in the middle of his four-year term, Prudente took a leave of absence for health reasons. His vice president, Manuel Vitorino Pereira, changed the entire cabinet when he took office, and many believed that Prudente would never return. Although the president and the vice president had become enemies, they agreed on the necessity of nationalizing the banks of issue which Vitorino executed shortly after coming into power. Given the debt of the Banco da Republica and the others to the state, the government saw no reason to pay compensation to the former shareholders. As Prudente had desired, the banknotes became government paper money while the state took the gold and bonds backing these issues, even if this backing proved considerably less than the volume of

notes outstanding. The experiment with private banknotes, begun under the monarchy in 1888, had come to an end. Although privately-issued banknotes continued until well into the twentieth century in countries like the United States and Australia, Brazil never tried them again.

In March of 1897, Prudente recovered to the point where he could resume office. While coffee prices continued downward, he had to fund a costly military campaign against a millenarian movement in the Northeast. After victory over these rebels in October, Prudente survived an assassination plot the next month that killed his minister of war. The president seized the opportunity to crush the conspirators and win control over congress. For better or worse, the presidents who followed Prudente through the end of the First Republic in 1930, all enjoyed immense power during their terms. As a sign of his force, the incumbent had no difficulty in making a fellow Paulista, former justice minister Campos Sales, his successor. On the economic front, Prudente had less success during his final two years and found himself obliged to expand the circulating medium as a consequence of the military expenses as well as the decline of tariff revenues. The milreis duly fell to 7d, its lowest level prior to World War I.

Faced with difficulties in meeting his external debt payments, Prudente arranged a two-year external loan in November of 1897 as a stopgap. It became clear to both the government and the Rothschilds that a more comprehensive renegotiation must take place. Both parties acted with a long-term perspective, and both parties did well because of their farsightedness. The indebted government sent the president-elect to London to negotiate, an unusual gesture which highlighted its commitment to honoring its obligations. The bankers, for their part, agreed to go three years without interest payment in cash, as they received new bonds therefore, and thirteen years without principal payments. The country won time while the creditors received payments as agreed from 1901 until the First World War stopped all gold remittances

The Rothschilds based their decision to support Prudente and Campos Sales largely on Brazil´s good payments record. During the Empire, the external debt, consumed less than 10% of exports. Even under the Republic, debt payments to exports, known as the debt service ratio in financial circles, generally stood only slightly over 10%. This ratio was considered quite conservative. During the Empire, Brazil´s external and internal debt payments each ranged from just over 10% to just under 20% of the national budget. Devaluation during the Republic caused the service of the internal debt to fall below 10% while the external service reached 25% which precipitated the renegotiation (Schulz, 2013, page 251). Brazil´s debt figures compared favorably to those of many European countries.

Campos Sales took office in November of 1898 with the Funding Loan in place and with the discovery of additional gold reserves in South Africa and Alaska. Coffee prices remained stable while the volume of exports boomed bringing Brazil much needed gold. Together with his finance minister, Joaquim Murtinho, Campos Sales increased revenues while diminishing expenditures. He raised income by levying Brazil´s first excise, on alcohol and tobacco, and by charging a quarter of the import tariffs in gold. The president and his minister lowered expenses on the army and navy. They succeeded in reducing the circulating medium, which had reached 733,000 contos at the end of Prudente´s term, down to 675,000 by the end of their term. As gold flowed in and fewer milreis circulated, the value of the milreis rose from 7d at their inauguration to 14d two years later. Campos Sales

also ignored Wileman´s advice which suggested adopting a new, lower parity. Even with the exchange doubling, Campos Sales not only failed to announce a new parity but he and his minister spoke of regaining 27d.

In March of 1900, Murtinho made an agreement with the shareholders of the Banco da Republica to give them back the right to elect their two top officers that Serzedelo´s decree had assigned to the government in 1892. Murtinho also negotiated a partial forgiveness of the official loans to the bank in return for a schedule for the repayment of the rest of the government´s extensive loans to the bank. Like many of the other banks in Rio, the Banco da Republica took positions in gold and the milreis. The directors had speculated on the milreis when it hit 14d in July before receding to 10d the next month. With the decline of the milreis, the public began withdrawals at the bank which appealed to the government for help. Although displeased with having to make loans instead of receiving repayment as negotiated earlier in the year, Murtinho did offer loans in sterling. In September, the directors ran out of cash and suspended, provoking the worst financial crisis in Brazil´s history thus far. No fewer than eight banks suspended, and many had to be liquidated. Contemporaries called this crisis the liquidation of the Encilhamento.

The terms of the Funding Loan precluded Murtinho from allowing a bank to issue banknotes as in 1857 and 1864 and limited the government´s issue of paper money, as in 1875, to the amount outstanding in 1898. He could therefore lend only 25,000 contos, a moderate amount of paper. He had already lent, in the month prior to suspension, L1,000,000, equivalent to 30,000 contos. To provide liquidity to the Banco da Republica, the minister supplied the bank with 100,000 contos of five-year government bonds with a coupon of 3%. In return for the bond, the sterling advance, and the loan of paper money, Murtinho obtained from the shareholders the pledge of all their shares as well as the right to appoint the two principal officers that he had relinquished in March. From then on, there was no question that the Banco da Republica was the government´s bank. In a few weeks, both the creditors and the shareholders accepted Murtinho´s proposal. During the month that it took to print and distribute the bonds, the Rio market remained paralyzed as few merchants had the liquidity to make payments. As soon as the bonds hit the street, they circulated as quasi currency, and the economy began to recover. Both Brazil´s international and its domestic debt rose on the secondary market.

Murtinho received criticism from all sides. Merchants complained that he did not do enough to secure liquidity for the market and that many firms could have survived if only he had made available a bit more resources. Foreigners attacked him as overly permissive. In fact, he acted with energy to provide significant liquidity to the market while scrupulously observing the terms of the Funding Loan. Successful tight money policies invite the question of whether they would still have been successful if they had been less tight. What we know is that the Brazilian economy enjoyed 14 years of expansion following the crisis of 1900. On July 1, 1901, Brazil resumed cash payments on its external debt, and shortly thereafter, obtained a large facility from the Rothschilds which Murtinho employed to purchase several loss-making railroads. This purchase saved the large payments of guaranteed interest that the government had been disbursing for years. Murtinho also rented out railroad lines in the government´s possession receiving rent instead of losing money. Campos Sales delivered his office to former finance minister Rodrigues Alves with the milreis at 12d

and the economy booming.

## Portugal, 1890-1902

Before the term "gay" acquired a new meaning, the 1890s were commonly referred to as the Gay Nineties. The generation that experienced the first world war quite naturally recalled this decade as a wonderful, peaceful, and prosperous time when the rich could revel in the fruits of material progress and the middle class in the United States could enjoy the comforts of indoor plumbing and telephones. In one sense, this was true. In terms of finance, it proved to be a most difficult decade for many states. The Great Depression, which had begun in 1873, persisted. Several countries like Argentina, in 1890, had to suspend the service of their debts while others, like Italy, in 1894, had to abandon the gold standard. The United States, which had already overtaken Britain to become the largest economy in the world, almost had to abandon the gold standard twice, in 1893 and again in 1895. As these events happened at different times, internal factors rather than one acute world crisis must be the causes of their difficulties.

We have seen in the case of Brazil, the crisis dragged on for the whole of the 1890s due to three separate and consecutive factors: first from 1888 to 1891, an attempt to placate the debt-ridden Rio coffee planters by easy money. After the governments that pursued this policy were repudiated and overthrown, a new president, Marshal Floriano Peixoto, tried to return to conservative practices on one hand but became involved in a costly civil war he might have been able to avoid. His successor, in office from 1894 to 1898, achieved peace rapidly but failed to balance his budget due to a collapse of coffee prices. Only with the recovery of coffee did Brazil regain financial stability. Portugal suffered from four problems that occurred simultaneously during the entire decade. Brazil was Portugal´s first problem. With the slide of the Brazilian currency during the bubble, it became more expensive to send remittances to Portugal, so this major source of revenue shrank. We can recall that remittances from Brazil exceeded that country´s external debt payments. Only with Brazil´s recovery at the end of the decade did remittances return to their level of the 1880s with a positive effect on the value of the Portuguese currency. There was nothing the Portuguese authorities could do to ameliorate this problem except cheapen their own currency which they did in 1891. Mata (Mata, 1987, page 33) demonstrates that by 1896, the volume of remittances returned to the level of 1889. Ironically, the collapse of the Brazilian milreis in 1890 is described by a local journalist as in part caused by merchants, particularly Portuguese, sending money out of the country in the expectation that things would deteriorate further.8 Given the decline in Portuguese receipts, this observation begs the question of where the funds went. Probably a fair amount left Brazil by exchange operations at British, Portuguese, or Brazilian banks and went to banks in England. International private banking with England as a jurisdiction of destination appeared during the very end of the seventeenth century and expanded enormously with the receipt of emigrant money during the French Revolution (Healey, 1992). By the 1890s, investors enjoyed a wide choice among banks in England. At this time, wealthy Portuguese taking funds out of Brazil might have found it to be much less risky to park these resources in London rather than bringing them into their own country.

Other than Brazil, Portugal´s three problems were: the decline of wine exports, the dispute over the African colonies, and an unfortunate decision regarding the payment of the public debt. Due to vine diseases in France

during the 1880s, Portugal sold large quantities of wine to that country which both consumed and re-sold the Portuguese beverage to others. As the French production of wine recovered and France imported more from its African colonies, Portuguese wine exports to that country declined significantly beginning in 1887. England, Portugal´s traditional wine consumer had been reducing its purchases for several decades due in part to a change in preferences away from fortified wine and in part to accommodate other trading partners. In this case, Portugal had to find new markets for wine and other products. During the 1890s, while France fell to become an entirely marginal market for Portugal, the African colonies, Brazil, and to a lesser extent, Germany and Spain all absorbed greater quantities of Lusitanian exports (Lains, 1995, page 93). Wine represented 50% of Portuguese exports during the 1880s as compared to 43.6% during the following decade (Lains, 1995, pages 92, 106-107).

The problems of foreign relations over Africa and the public debt ran together. By 1890, England held both Egypt and South Africa and wished to connect the two by rail. In the latter country, England ruled directly over English speaking areas but only loosely over Dutch speaking Transvaal and Orange. From the previous decade, one of the goals of British foreign policy had been to assure free use in wartime of Lourenço Marques, now Maputo, and then not yet until 1898 capital of Mozambique; expansionist leader Cecil Rhodes advocated outright annexation.

During the 1880s, as noted previously, the English had not yet decided whether their main potential rival was Germany or France. As England quarreled more with France, precisely over Suez and other parts of Africa, there existed a group within the British elite that looked to an alliance with Germany. Only after the Boer War, during the first decade of the twentieth century, did it become likely that England would join France and Russia against Germany. After Portugal´s failure to gain the north bank of the Congo in 1884, the Portuguese government turned its attention to occupying the territory between its East and West African colonies. Unfortunately, the Lusitanians came too late as the British, moving south from Kenya and north from South Africa had already commenced the occupation of what is today Zimbabwe and Zambia. Both the British and the Portuguese lacked tack. The Portuguese leaders should have bent over backwards to not antagonize their major creditor, major consumer, and shield against a highly acquisitive Germany, looking over Portugal´s shoulders from Namibia and Tanganyika. The British for their part should have been careful not to de-stabilize a monarchist regime that held various strategic bits of land in case of hostilities with another great power. In a world of coaling stations, the Azores, Madeira, and the African colonies, especially Lourenço Marques, proved valuable assets.

A recent Portuguese historian (Costa, 1998, page 62) places most of the blame for the confrontation with Britain on the shoulders of the Portuguese foreign minister, Barros Gomes, and his group. Diplomacy did not prevail as the Portuguese government sent troops into areas where the English already had established, if small, bases, and the British reacted by presenting a formal ultimatum to the Portuguese authorities to desist in these disputed areas or face war. Once the ultimatum came, the Portuguese government had no choice and backed down by the next day. The consensus is that the ultimatum cost the monarchy a good deal of support and released great feelings of humiliation among the elite as well as among the lower middle

urban groups. Consumers boycotted English goods while employees left British enterprises. One intellectual apparently committed suicide illustrating the depth of feeling. On the other hand, Eça de Queiroz opined that Portugal´s problem was Portugal and not external powers (Monica, 2009, pages 365-366). The economic consequences of the ultimatum were minimal. Portugal retained a territory in Africa beyond its resources to develop. A railroad across from Luanda or Lobito to Lourenço Marques or Beira would not have made much difference to the progress of Portuguese Africa. When the dust settled, England and Portugal made a treaty, within 18 months of the ultimatum, giving access to Lourenço Marques to Britain in case of war and maintaining Portugal´s claim to many square miles that it had not yet effectively occupied. The British government also took steps to show its support for the Portuguese monarchy, which, thereby regained part of its lost prestige (Marques, 2009). By this time, however, the ultimatum helped provoke a major financial crisis that would disturb Anglo-Portuguese relations in a different way.

During 1890, as we have seen, remittances from Brazil seem to have plummeted, even though a considerable amount of capital flight from that country occurred. At the same time, wine sales to France almost disappeared placing the government in a gold shortage. Both external and internal borrowing became progressively more difficult as many potential lenders considered Portugal to be what we would call today over-leveraged. In November, Barings, Portugal´s principal bankers, had to suspend due to over commitment in Argentina. The Bank of England and Rothschilds rescued Barings but new facilities from this bank were out of the question. Rothschilds had contacts with the Portuguese authorities at this time, but no loans proved forthcoming from this source. That year, the finance minister muddled through. On January 31, 1891, a major if unsuccessful republican uprising in Porto further jostled an already nervous market. During the beginning of this year, to anticipate revenues, the government rented out the tobacco monopoly, an expedient utilized at various moments in the past. This action constituted a return to tax farming. By May, the Banco de Portugal held too little gold to guarantee conversion of its banknotes. The government accordingly relieved all the issuing banks of converting their banknotes for sixty days. When this sixty-day period proved insufficient, Portugal abandoned the gold standard indefinitely in July. The other issuing banks could also not convert their notes and finally gave up the issue privileges that the authorities had attempted to cancel in 1877 and again in 1887. Circulation would henceforth consist of Banco de Portugal notes and paper money. Leaving the gold standard further effected the self-esteem of the elite. But it was probably a good idea. Brazil and other Latin American countries had benefitted from not being on the gold standard. With a depreciating currency, Portugal´s exports would become cheaper while immigrants´ remittances would go further in Portugal. Importers and creditors of the internal debt were the two groups who would be negatively impacted.

Off the gold standard, the Portuguese state honored its commitments to both internal and external creditors during 1891. Early in 1892, a new minister, the historian Oliveira Martins, decided that drastic action had to be taken regarding the debt payments which consumed half of the budget. Perhaps, had the Barings house enjoyed a normal situation, the debt negotiation could have been similar to the one Campos Sales was to agree with

the Rothschilds. Unfortunately, there were no serious negotiations, and the Portuguese government unilaterally imposed a settlement which the creditors did not accept. Oliveira Martins may have thought that he was raising taxes, but the creditors certainly considered his actions a default (Costa et al, 2011, pages 358-361). The minister raised the withholding tax on the domestic debt from 3% to 30%. As no other type of income was taxed at this level, this measure could be understood as a partial default. The domestic bonds, since 1852, were consols or perpetual debt without amortizations so that an increase on the tax on the interest reduced the yield by the same percentage.

Treatment of the foreign creditors was even worse. Of the three per cent interest due on the successive international issues since the re-negotiation of 1852, only one per cent would be paid in gold. The other two per cent would be paid in Portuguese currency subject to the 30% tax. Amortizations of principal, on those external loans that had amortizations, were also cancelled (Mata, 1987, page 26). Of the two per cent paid in Portugal, 30% would be taxed. Of the remaining 1.4% after taxes, at the very least, the creditor would sustain a major exchange loss plus associated expenses. It is not clear how negotiable the paper received from the government would be. In practice, the creditor could at the end of the day receive only one third of that which was due on interest and no principal in the foreseeable future. At any period, this act of the Portuguese government comes very close to a unilateral repudiation and must have caused the worst possible impression on the international financial community.

Portugal´s balance of payments had caused creditors to worry already in the 1880s. By 1891, the figures had become untenable: exports L 4.4 million, imports L 8.2 million, immigrant remittances L 2.0 million, and external debt payments L 2.6 million.9 External debt payments to exports, the debt service ratio, exceeded 50%, by itself a sign of disaster. Remember, we noted above Brazil´s debt service ratio at this time of 11%. Even if we add remittances to exports in the denominator, which is generally not done, the debt service ratio would still be over 40%. Portugal´s internal and external debt payments consumed half of the budget compared to Brazil´s one quarter to one third. While the numbers show that Portugal could only meet its external obligations by new borrowing, the unilateral repudiation could probably have been avoided.

Oliveira Martins moved in the highest intellectual and social circles including the court. The government in which he participated represented an opportunity for reform at a moment when part of the elite recognized the need for change following national humiliation at the hands of England as well as national bankruptcy. King Carlos, who had spent a good deal of time with Oliveira Martins, gave his full and considerable support. The minister, for his part, wished to enhance the already great powers of the monarchy reversing the example of Victorian Britain where the queen increasingly reigned but did not rule. Oliveira Martins, the king, and many intellectuals such as Eça de Queirós recognized the need to curb corruption while reforming public finances. To his credit, Oliveira Martins attempted to raise taxes and reduce expenses to eliminate the chronic and deteriorating fiscal deficit that accompanied the balance of payments deficit. In various respects, his possibilities for action were limited by the unwillingness of most politicians to change a system that benefitted themselves. The consensus among politicians that prevailed until the death of Fontes in 1887 had, by 1891, broken down resulting in a degree

of paralysis. Regarding the debt itself, Fontes cast the giant shadow: his renegotiation during the 1850s served as Oliveira Martin´s example as it included precisely a decrease in interest. But the context was different. While Fontes proved able to negotiate with Barings in 1854, Oliveira Martins could not do so as the bank had its own problems. The anti-English atmosphere of the ultimatum also made an understanding more difficult as the minister had to be seen as standing up to John Bull. As compared to the Brazilian deal obtained from the Rothschilds, which of course was seven years in the future, the Portuguese decision gave the creditors some immediate cash while Brazil provided none. But the negotiated solution pleased the creditors infinitely more. Oliveira Martins would have been far better off paying nothing but negotiating longer than by his unilateral action.

It should be no surprise that it took Portugal ten years to come to an agreement with its creditors. It should also be no surprise that Portugal only received one small loan in England during the period of dispute, in 1896, and only one other small facility after the renegotiation, in 1912 (Mata, 1987, page 26). The loan of 1896 was guaranteed by the tax on tobacco, already alienated to a private syndicate under exceptionally favorable terms, an unusual arrangement for the late nineteenth century (Mata, 2010, page 18). By June of 1892, Portugal came to be considered a deadbeat. From the time Portugal abandoned the gold standard, Cecil Rhodes pressured both the British government and his bankers, the Rothschilds, to purchase what he called Delagoa Bay: Lourenço Marques. The Rothschilds declined to help and told him that the Portuguese did not want to sell the port, and no one would force them to do so. (Ferguson, 1998, page 887). In 1893, the Portuguese did not have the same luck with the Germans who seized a disputed area in the north of Mozambique.

In 1892, Portugal increased the level of its industrial tariffs to raise revenues as well as to become more self-sufficient. This time the legislators paid particular attention to the colonies giving continental Portuguese industries a privileged position in these markets. Gradually Africa began to become an economic asset and generate revenues for the Portuguese economy.

In two steps, 1889 and 1899, Portugal imposed high duties on wheat to protect domestic producers. As a consequence of the "Law of Hunger", the cost of living of urban workers jumped enhancing their inclination to strike and to join opposition groups such as the Republicans and the Socialists. Portugal was in good company as Bismarck had adopted the same policy of protecting grain for Germany. Agricultural protection has always been even more controversial than industrial protection. Taxes on wheat reduced the volume of imports leading to lower tax collection.

Oliveira Martins´ tenure as minister lasted only a few months, but his various successors over the next decade failed to reach an agreement with the creditors due to Portugal´s continued balance of payments deficit, the cautious state of the international capital markets, and the political paralysis mentioned above. Throughout the 1890s, as a consequence of Portugal´s impasse with its external creditors, interested parties in both England and Germany imagined they would be able to purchase all or part of the Portuguese Empire. If we use the exchange rate as an indicator, the Portuguese situation deteriorated further after the departure of Oliveira Martins; the worst years for Portugal were also the worst years for Brazil, 1897 to 1900. After the latter year, as the Brazilian exchange revived, so did the Portuguese, approaching par

by 1905, the year before Brazil went on the gold standard (Mata, 1987, pages 52-53). During the nadir of the crisis, in 1898, the Germans and the British signed a secret treaty with one another that offered to lend money to Portugal on the guarantee of the African colonies and Timor and by which the two powers agreed which portions of the empire they would receive should Portugal default. In the minds of the negotiators were France´s annexation of Tunisia in 1881 for failure to honor its debts as well as the more dramatic Anglo-French occupation of Egypt the following year for the same reason.

In spite of this secret convention, the British authorities, once assured of the use of Lourenço Marques, proved more interested in limiting German expansion than acquiring Portuguese territory. Thus, with covert British assistance, Portugal arranged a bridge loan in France that year avoiding borrowing in either Germany or England and consequently pledging its colonies (Costa, 1998, 88). A year later, as the Boer War loomed, Portugal´s bargaining position improved. It reached an agreement with England confirming the use not only of Lourenço Marques but also of other ports in Mozambique by the British military and restored the "oldest alliance". The German emperor´s pro-Boer stance, as well as his insistence on building his navy, separated him from England which found it worthwhile to defend Portugal from further German expansion.

With the recovery of the exchange, Portugal thought it expedient to sit down with the creditors. In 1902, the cabinet agreed to increase payments by about one third and won the grudging consent of the primarily British and French lenders (Mata, 1987, page 26). In fact, that year, the Portuguese government negotiated first in Paris with French, Belgian, and Dutch investors, and after the conclusion of this agreement, the government finally renegotiated with the British creditors led by the recovered Barings. In both cases, the Portuguese pledged their continental customs receipts, as did the Brazilians in 1898. Of great significance, the Portuguese did not have to pledge the receipts of their African colonies or their Atlantic islands. Germany, and to a lesser degree, France, still entertained the hope of acquiring part of the Portuguese empire (Costa, page 122).

We have noted that Brazil´s external situation improved dramatically in the years following 1898 mirrored by events in the United States. While America almost departed the gold standard in 1893 and 1895 and nearly elected William Jennings Bryan president in 1896 on a platform of abandoning the gold standard, by 1902, this now booming country had created an overseas empire by defeating Spain in 1898 and had become a creditor to Britain by helping to finance the Boer War. Whereas these countries, and many others, experienced prosperity from 1898 to 1914, Portugal missed this opportunity. In 1902, emigrants´ remittances provided room to breathe, but the accompanying growth of exports never took place, aside from a modest expansion of sales to the African colonies. The traditional political parties had not taken advantage of the economic improvement to attempt any significant reforms and refused to share power with a developing lower middle class. After 1902, a reform-minded king became increasingly authoritarian in his frustration with the politicians. A serious republican opposition also appeared at this time to capture the obvious dissatisfaction of elements of the lower middle and the upper middle sectors (Valente, 1976). As late as 1902, neither royal dictatorship nor republican success were foregone conclusions.

## Epilogue: Brazil, 1901-1914

The Rodrigues Alves government left

its mark on Brazil´s capital as it disposed of the resources to build many impressive official edifices as well as the new main avenue. In 1905, Rodrigues Alves completed the liquidation of the Banco da Republica, which had in fact functioned all of time since Murtinho took it over during the crisis of 1900. Capital in this institution, re-named the Banco do Brasil, was divided among the old shareholders, the state, which received a participation in return for its uncollectible loans, and new shareholders, who contributed cash. Since 1905, the Banco do Brasil has functioned as the state´s official commercial bank and fiscal agent. Industry grew, even without protectionist governments, to the point where Brazil had become self-sufficient in several light industries, especially in the textile sector. The milreis rose further, reaching 16d by the end of the Rodrigues Alves administration. Now the coffee planters began to see too much of a good thing. Their exports brought them ever less local currency, and the thought of a milreis at 27d proved entirely distasteful to them. To prevent the milreis from further appreciation, Brazil´s leaders resolved to go on the full gold standard. There took place a long discussion on what would be the best rate which President-elect Afonso Pena settled by choosing 15d. In 1906, Brazil went on the gold standard at this parity from which it increased to 16d a few years later. Brazil remained on the gold standard until the First World War (and briefly returned from 1926 to 1930).

By 1906, with a new super-crop of coffee, Brazil threatened to supply more of the beverage than the world could consume. Rather than allow the price to fall, President-elect Pena and the governors of the coffee producing states took advantage of Brazil´s strong credit to obtain foreign funding to take the excess off the market. Rothschilds declined to lend for this purpose, ending their tenure as Brazil´s banker. American banks stepped in with glee and provided the funds. The valorization scheme worked in the short run but failed over the longer term. The manipulation provided an incentive for Colombia and other competitors to increase their production. What the valorization demonstrated was that Brazil´s elite, rather than depending upon England or any other power, knew how to manipulate the financial system for their perceived benefit.

## Epilogue: Portugal, 1902-1914

For much of the world, the years 1902 through 1914 witnessed impressive economic growth lubricated by gold flowing from Alaska and British-controlled South Africa. As Brazil participated in this boom, immigrant remittances to Portugal attained new highs. Thanks to Portugal´s collaboration during the Boer War, as well as England´s preoccupation with an expansionist Germany, England visibly supported its oldest ally with a state trip by King Edward VII to Lisbon in 1904. Thus, two of the factors which had provoked the crisis in 1890 had been resolved while two remained. By 1902, remittances contributed positively to the balance of payments even if some contemporaries saw the emigration of able bodied males as an obstacle to growth. And although the Ultimatum of 1890 left scars, King Edward´s trip went a good way to restoring King Carlos´ prestige while the Royal Navy came to be seen more as a guarantee than as a threat to the Portuguese Empire. The other two factors, the need to recover international markets for Portuguese goods and the lack of tax revenue to service the public debt, continued. The successive Portuguese governments´ failure to increase the efficiency of tax collection, improve the treatment of creditors, and resolve the country´s unfavorable trade balance contributed to Portugal´s inability to take advantage of the

global conjuncture.

Politics dominated events in Portugal during this period of mediocre growth. The consensus among the leading political parties to rotate in power appears to have broken down during the crisis and could not be restored during the first decade of the century. Facing increased criticism of the monarchy due the government´s inability to provide either economic growth or political reform, King Carlos assumed a progressively more authoritarian position, declaring a dictatorship in 1907. Early the next year, he and the crown prince were assassinated. In a further two years, the monarchy was overthrown. The new republic did not really consolidate itself by the time that World War I started, as it faced the same social, political, and economic difficulties that the monarchy did, often employing many of the same personnel.

Portugal´s disappointing performance from 1890 onwards cannot be blamed on dependence. The Portuguese made at least one disastrous and avoidable decision, the one regarding payment of the external and the internal debt. Other policies and practices such as meager investment in education or poor use of the colonies may also have contributed to an unsatisfactory experience. The breakdown of the political process, which no doubt had a major impact on economic growth, came from internal factors not unique to Portugal. In his classic, The Strange Death of Liberal England, George Dangerfield shows how even England appeared to be tearing itself to pieces in the years before the first war between the unions, the suffragettes, and the Irish.10 Portugal appeared unable to find a political consensus, either under the monarchy or under the republic, to include the new groups, especially the urban lower middle classes and the factory workers, that were thrown up by the success of the Regeneração.

## Final Remarks

To the extent that the elites of Portugal and Brazil did not do everything they wanted, their limitations arose from domestic causes: divisions within the elites or opposition from rising groups outside the elite. Foreign interference had little impact.

Here we have examined Portuguese and Brazilian policies regarding trade, currency, and public debt to demonstrate the limited British influence in these key areas. Only on two instances, using armed force, did Britain make its presence felt: in the 1840s, the Royal Navy invaded Brazilian waters to seize slave ships, and in the 1890s, the same Royal Navy assured English control of Rhodesia while protecting Mozambique from German ambitions. These exceptional actions proved the rule.

## Notes

1. Brazilian “Anais da Câmara de Deputados”, August 30, 1848.

2. Schulz, 2013, pages 139-143. Generally, where there are various paragraphs without references, this is because I am based on my publications cited here.

3. Lains, 1995, page 36, notes that the Portuguese economy was among the most closed in Europe creating an obstacle to growth that tariffs exacerbated.

4. Figueiredo, 1889, page 75.

5. Rio News, July 1, 1889.

6. Rio News, August 18, 1890.

7. Rio News, October 20, 1890

8. Rio News, June 30, 1890.

9. Mata, 1987, pages 30 to 33 for all figures except for immigrants´ remittances which is my estimate.

10. See also Powell, 1996.Rio News, June 30, 1890.

Mata, 1987, pages 30 to 33 for all figures except for immigrants´ remittances which is my estimate.

10. See also Powell, 1996.

## Bibliography

Abranches, João Dunshee de. Atas e Atos do Governo Provisório, Rio de Janeiro, M. Abranches/Jornal do Brasil, 1954

Almico, Rita de Cassia da Silva. Em nome da palavra e da lei: relações de credito em Minas Gerais no oitocentos, Rio de Janeiro, 7 Letras, 2015

Bagehot, Walter. Lombard Street, London, 1874.

Barbosa, Ruy. O papel e a baixa do cambio, Rio de Janeiro, Reler, 2005 (first published 1892)

Belo, Alberto José. A Câmara dos Pares na época das grandes reformas políticas, 1870-1895, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2015

Bethell, Leslie. The Abolition of the Brazilian Slave Trade, Cambridge, Cambridge U P, 1970

Bonifácio, Maria Fátima. A Monarquia Constitucional, 1807-1910, Alfragide, Texto Editores, 2010

----------Estudos de história contemporânea de Portugal, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2007

----------Historia da Guerra Civil da Patuleia, 1846-47, Lisboa, Editorial Estampa, 1993.

Bonney, Richard org. Economic Systems and State Finance, Oxford, Oxford U P, 1995

Cabral, Manuel Villaverde. Portugal na alvorada do século XX, Lisboa, Editorial Presença, 1988

Cameron, Rondo. Banking in the Early Stages of Industrialization, Oxford, Oxford U P, 1967

Carreira, Liberato de Castro. Historia financeira e orçamentaria do Império no Brasil, Brasilia, Senado Federal, 1980 (first published in 1890)

Castro, Ana Celia de. As empresas estrangeiras no Brasil, Rio de Janeiro, 1979

Cavalcanti, Amaro. Resenha financeira do ex-Império do Brasil, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1890

Chernow, Ron. The House of Morgan, New York, Simon and Shuster, 1990

Clapham, John. The Bank of England, Cambridge, Cambridge U P, 1945

Clarence-Smith, Gervase. The Third Portuguese Empire, Manchester, Manchester U P, 1985

Conant, Charles. A History of Modern Banks of Issue, New York, 1896

Costa, Fernando. Portugal e a Guerra Anglo-Boer, Lisboa, Edições Cosmos, 1998

Costa, Leonor Freire, Pedro Lains, and Susana Munch Miranda. Historia Económica de Portugal, 1143-2010, Lisboa, A Esfera do Livro, 2011

Dangerfield, George. The Strange Death of Liberal England, London, 1935

Dawson, Frank. The First Latin American Debt Crisis, 1822-1825, New Haven, Yale U P, 1990

Dean, Warren. The Industrialization of São Paulo, 1880-1945, Austin, University of Texas Press, 1969

Feis, Herbert. Europe, the World´s Banker, 1870-1914, New York, Kelly, 1961

Ferguson, Niall. The World´s Banker: The History of the House of Rothschild, London, Weidenfeld and Nicolson, 1998

Figueiredo, Afonso Celso de Assis (viscount of Ouro Preto). Auxílios á Lavoura, Rio de Janeiro, Imprensa Nacional, 1889

Fragoso, João Luís. Homens de grossa aventura, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 199

Franco, Bernardo de Souza. História dos bancos no Brasil, Brasilia, Universidade de Brasilia, 1984 (first published in 1848)

Franco, Gustavo Henrique Barroso. Reforma monetária e instabilidade durantes a transição republicana, Rio de Janeiro, BNDES, 1983

Gambi, Tiago.Fontenelas Rosado. O banco da Ordem, São Paulo, Alameda, 2015

Graham, Richard. Britain and the Onset of Modernization in Brazil, Cambridge, Cambridge U P, 1972

Guimarães, Carlos Gabriel. A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial, São Paulo, Alameda, 2012

Haber, Stephen ed. How Latin America Fell Behind, Palo Alto, Stanford U P, 1997

Hammond, Bray. Banks and Politics in America, Princeton, Princeton U P, 1957

Healey, Edna. Coutts & Co, 1692-1992, London, Hodder & Stoughton, 1992

Holanda, Sergio Buarque de. Capítulos de historia do Império, São Paulo, Companhia das Letras, 2010

Jones, Geoffrey. British Multinational Banking, 1830-1990, Oxford, Oxford U P, 1993

Joslin, David. A Century of Banking in Latin America, Oxford, Oxford U P, 1963

Kilbourne, Richard Holcombe. Slave Agriculture and Financial Markets, London, Pickering & Chatto Publishers, 2006

Kindleberger, Charles. A Financial History of Western Europe, Oxford, Oxford U P, 1993

Lains, Pedro. A economia Portuguesa no século XIX, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1995

---------- Os progressos do atraso, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2003

----------e Álvaro Ferreira da Silva, organizadores. Historia Económica de Portugal, 1700-2000, Lisboa, Imprensa das Ciências Sociais, 2005

Love, Joseph. Rio Grande do Sul and Brazilian Regionalism, 1882-1930, Palo Alto, Stanford U P, 1971

Luz, Nicia Vilela. A luta pela industrialização no Brasil, São Paulo, Alfa-Omega, 1961

Madureira, Nuno Luís. Mercados e privilégios: A industria portuguesa entre 1750 e 1834, Lisboa, Editorial Estampa, 1997

Manchester, Alan. British Preeminence in Brazil, London, 1933

Marcondes, Renato Leite. A arte de acumular na economia cafeeira, São Paulo, Stiliano, 1998

Marichal, Carlos. A Century of Debt Crisis in Latin America, Princeton, Princeton U P, 1989

Marques, Paulo Lowndes. O Marquês de Soveral, Alfragide, Texto Editores, 2009

Martins, Joaquim Pedro de Oliveira. Portugal Contemporâneo, Lisboa, Guimarães Editores, 1996 (first published, 1885).

Mata, Maria Eugénia. Câmbios e política cambial na economia Portuguesa, 1891-1931, Lisboa, Livraria Sá da Costa Editora, 1987

----------Portuguese Public Debt and Financial Business Before World War I in Business and Economic Horizon, 2010, page 18.

-------- and Joseph Love. A Reversal in the History of Tariffs in Economic Growth? The Cases of Brazil and Portugal, Estudos Economicos (USP), vol 38, number 3 July/September, 2008.

-------- and Nuno Valério. História Económica de Portugal, Lisboa, Editorial Presença, 1993

Mello, Pedro Carvalho de. The Profitability of Brazilian Slavery in Robert Vogel and Stanley Engerman, eds, Without Contract or Consent, New York, Norton, 1992

Mónica, Maria Filomena. Eça de Queirós, Lisboa, Quetzal Editores, 2009.

---------- Fontes Pereira de Melo, Porto, Edições Afrontamento, 1999

Nabuco, Joaquim. O Abolicionismo, Brasilia, Senado Federal, 2003 (first published in 1883)

Needel, Jeffrey. The Party of Order, Palo Alto, Stanford U P, 2000

Oliveira, Wilson Rodrigues de. Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Portal Literario, 2008

Pacheco, Claudio. História do Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Banco do Brasil, 1973

Pereira, Miriam Halpern. Das revoluções liberais ao estado novo, Lisboa, Editorial Presença, 1994

Pires, Anderson. Café, finanças e industria, Juiz de Fora, Funalfa Edições, 2009

Powell, David. The Edwardian Crisis, Britain, 1901-1914, London, MacMillan Press Ltd, 1996

Prado, Caio. História económica do Brasil, São Paulo, Editora Brasiliense, 1956

Quaresma, Vitor Sérgio. A Regeneração, Lisboa, Publicações Dom Quixote, 1988

Reis, Jaime. O atraso económico português, 1850-1930, Lisboa, Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1993

Ridings, Eugene. Business Interest Groups in Nineteenth-Century Brazil, Cambridge, Cambridge U P, 1994

Rocha, Antonio Penalves. Abolicionistas brasileiros e ingleses, São Paulo, Editora Unesp/BBS, 2008

Sardica, José Miguel. A Regeneração sob o signo do Consenso, Lisboa, Imprensa de Ciências Sociais, 2001

Schulz, John. A crise financeira da abolição, São Paulo, EDUSP, 2013

---------- Souza Franco and Banks of Issue as Engines of Growth, in Historia e Economia, volume 11, 2013a

---------- The Financial Crisis of Abolition, New Haven, Yale U P, 2008

Smith, Vera. The Rationale of Central Banking, Indianapolis, Liberty Press, 199

Sodré, Nelson Werneck. Formação histórica do Brasil, Rio de Janeiro, Graphia Editorial, 2004 (first published in 1962)

Souza, Irineu Evangelista de (viscount Mauá). O meio circulante no Brasil, Rio de Janeiro, 1878

Summerhill, William. Inglorious Revolution, New Haven, Yale U P, 2015

Sweigart, Joseph. Coffee Factorage and the Emergence of a Brazilian Capital Market, 1850-1888, New York, Garland Publishers, 1987

Topik, Steven. Political Economy of the Brazilian State, 1889-1930, Austin, University of Texas Press, 1987

-------- Trade and Gunboats, The United States and Brazil in the Age of Empire, Palo Alto, Stanford U P, 1996

Triner, Gail. Banking and Economic Development in Brazil, 1889-1930, New York, Palgrave, 2000

Valente, Vasco Pulido, O Poder e o Povo: A Revolução de 1910, Lisboa, Publicaçóes Dom Quixote, 1976

Viana, Victor. O Banco do Brasil, Rio de Janeiro, Tipografia do Jornal do Commercio, 1926

Wileman, J P. Brazilian Exchange: The Study of an Inconvertible Currency, Buenos Aires, Galli Bros, 1896

# A natureza da crítica em economia: o caso da economia institucional[1]

**Carolina Miranda Cavalcante**
*Universidade Federal do Rio de Janeiro*
*cmcavalcante@gmail.com*

**Resumo**

*A ciência possui o status social de ser o veículo de discursos verdadeiros sobre a realidade. Na ciência social, a verdade pode ser ocluída por discursos falsos, sendo aceitos como uma descrição objetiva da realidade social. Talvez a Economia seja a ciência social na qual esse divórcio da realidade seja mais visível. Acusações acerca da irrealidade dos supostos da economia mainstream têm sido feitas desde a revolução marginalista do final do século XIX e da consolidação do programa de pesquisa neoclássico ao longo do século XX. O objeto desse artigo são os debates em economia institucional do final do século XIX e início do século XX. Pretende-se mostrar como a Economia mainstream usa a crítica não para construir uma visão mais objetiva da realidade econômica, mas para ampliar o conjunto de problemas considerados em seu arcabouço teórico, numa postura que podemos denominar como cientificidade conspícua.*

**Palavras-chave:** *ontologia, instituições, economia institucional, economia neoclássica, realismo crítico*

N26; N36; B10

**Abstract**

*Science has the social status of being the vehicle of true discourses about reality. In social science, truth can be hidden by false speeches that are accepted as objective descriptions of social reality. Perhaps economics is the social science in which this divorce from reality is most visible. Accusations about the unreality of mainstream economics' assumptions have been made since the marginal revolution of the late nineteenth century and the consolidation of the neoclassical research program throughout the twentieth century. The aim of this article is to consider the debates on institutional economics at the end of nineteenth century and the beginning of the twentieth century in the United States. We intend to show how mainstream economics uses analysis not to build a more objective view of economic reality, but solely to enlarge the set of problems considered by its theories.*

**Keywords:** *ontology, institutions, institutional economics, neoclassical economics, critical realism*

*1 Artigo recebido em 03/10/2017. Aprovado em 05/03/2018.*

Eu tinha estragado este quadro. Tinha deixado escorrer sobre ele tinha vermelha. A princípio, fiquei furiosa, mas essa mancha começou a me agradar porque poderia ser vista como uma divisão, como se a fábrica não fosse uma verdadeira fábrica, mas apenas um velho cenário rachado em que a fábrica aparecia como uma ilusão. Comecei a me distrair com essa fenda, a aumentá-la, imaginando o que poderia ser visto através dela. Foi assim que comecei a pintar meu primeiro ciclo de quadros que chamei de "cenários". Está claro que ninguém podia vê-los. Seria expulsa da escola. No primeiro plano havia sempre um mundo perfeitamente realista e, um pouco mais ao fundo, como através da cortina rasgada do cenário de um teatro, via-se alguma coisa a mais algo de misterioso e abstrato.

Fez uma pausa e acrescentou: - Na frente ficava a mentira inteligível, por trás a verdade incompreensível.

(Milan Kundera, "A Insustentável Leveza do Ser")

## Introdução

A ciência possui o status social de ser o veículo de discursos verdadeiros sobre a realidade social. No entanto, na ciência social, a verdade pode ser ocluída por discursos falsos, não objetivos, sendo aceitos como uma descrição verdadeira da realidade social. Talvez a Economia seja a ciência social na qual esse divórcio da realidade seja mais visível. Acusações acerca da irrealidade dos supostos da economia mainstream têm sido feitas desde a revolução marginalista do final do século XIX e da consolidação do programa de pesquisa neoclássico ao longo do século XX. Como isso é possível?

Thomas Kuhn nos informara que a ciência se desenvolve alternando períodos de ciência normal – na qual há um paradigma dominante – com períodos de ciência extraordinária, na qual muitos paradigmas emergem e lutam pela aceitação da comunidade científica. Então, na ciência normal, temos uma única visão de mundo aceita acerca da realidade econômica. John Kenneth Galbraith também nos informa que a sabedoria convencional tende a persistir na mente das pessoas até que a realidade coloque essa sabedoria convencional em dúvida, tornando-a obsoleta, incompatível com a realidade[2]. Não obstante, na ciência econômica, as teorias heterodoxas têm muito amiúde convivido lado a lado com o paradigma ortodoxo dominante. Apesar das abundantes críticas heterodoxas direcionadas às teorias ortodoxas, essas avaliações críticas são sempre englobadas sob os termos do programa de pesquisa ortodoxo. Esse foi o caso da crítica do institucionalismo americano à ortodoxia econômica na passagem do século XIX para o século XX. O objeto desse artigo é a observação dos debates na ciência econômica no final do século XIX no que concerne à economia institucional na Academia norte-americana. Pretende-se iluminar como a Economia mainstream usa a crítica não para construir uma visão mais objetiva da realidade econômica, mas tão somente para ampliar o conjunto de problemas presumidamente explicados pelo programa de pesquisa ortodoxo.

Esse artigo possui três seções, além da introdução e da conclusão. Na primeira seção, a crítica do institucionalismo americano, principalmente de Thorstein Veblen, à ortodoxia econômica do final do século XIX será considerada. A segunda seção trata da forma como o novo institucionalismo adaptou a temática das instituições nos termos do programa de pesquisa neoclássico, que pode ser considerado ortodoxo sob o ponto de vista da própria crítica vebleniana. Nesse sentido, mantém-se a mesma visão de mundo acerca da realidade econômica, mas

*2 Ver: Galbraith (2012, 29-41).*

agora no âmbito de um programa de pesquisa recheado de novas temáticas. Na terceira seção são trazidos alguns debates no âmbito da filosofia da ciência, em que o realismo crítico de Lawson e Bhaskar é apresentado como uma alternativa metodológica para a construção teórica no âmbito da proposta heterodoxa.

## O Institucionalismo Americano e a crítica à ortodoxia do final do século XIX

Embora elementos institucionalistas possam ser encontrados em autores como Adam Smith, Karl Marx e Alfred Marshall, como assinalado por Hodgson (1999), uma explícita consideração das instituições em Economia foi inicialmente realizada por Thorstein Veblen e seus discípulos. Destacam-se entre seus discípulos John Commons e Wesley Mitchell, embora existam divergências importantes tanto no foco da pesquisa quanto na construção teórica desses autores[3]. O próprio termo "economia institucional" teria sido forjado alguns anos depois do surgimento dos primeiros escritos de Veblen. Segundo Rutherford (2001, 173), o termo "economia institucional" teria sido cunhado por Walton Hamilton em 1919.

Os primeiros passos do Institucionalismo Americano foram dados por Veblen em seu provocativo artigo "Why is Economics not an Evolutionary Science?", publicado em 1898 no The Quarterly Journal of Economics. Nesse artigo, Veblen direciona uma crítica à ortodoxia econômica de seu tempo. Numa sequência de artigos posteriores, Veblen não apenas direciona sua crítica às ideias neoclássicas de John Bates Clark, mas também distribui sua crítica para uma ampla gama de autores e escolas de pensamento[4], como Karl Marx, Adam Smith, Economia Austríaca e a própria Escola Histórica Alemã; esta última tendo influenciado o institucionalismo americano no que concerne à sua defesa do embasamento empírico-factual das teorias econômicas. Nesse artigo, o foco será a crítica de Veblen à ortodoxia econômica, desenvolvida no referido artigo de 1898, no qual o autor acusa a ortodoxia econômica de ser uma ciência irrealista, não evolucionária, atrasada em relação a outras teorias contemporâneas como a biologia evolucionária e a psicologia dos instintos. Curiosamente, a atual ortodoxia, sintetizada no programa de pesquisa neoclássico, recebeu praticamente a mesma crítica do movimento pós-autista[5].

Veblen identificou a ciência não evolucionária com a ortodoxia econômica do final do século XIX, afirmando que a "economia está irremediavelmente atrasada no tempo, e incapaz de lidar com seu objeto de estudo de uma forma que a autorize a figurar como uma ciência moderna."[6] (Veblen, 1961 [1898], 56). Segundo o autor, o principal problema da ortodoxia econômica se resumiria a três equívocos, a saber, animismo, hedonismo e taxonomia. Deste modo, a crítica vebleniana pretendeu superar essa concepção não evolucionária de ciência, bem como construir uma ciência econômica pós-evolucionária, em acordo com os mais recentes desenvolvimentos no âmbito da psicologia dos instintos e da biologia evolucionária. Segundo o autor, uma ciência evolucionária "é um intrincado corpo teórico. Esta é uma teoria do processo, de uma sequência que se desdobra."[7] (Veblen, 1961 [1898], 58)

Uma ciência evolucionária deve se engajar na explicação de sequencias de causa e efeito, ao contrário da explicação não evolucionária de fenômenos econômicos em termos

*3 Ver: Cavalcante (2014).*

*4 Esses artigos foram publicados entre 1899 e 1900 no The Quarterly Journal of Economics. Ver Cavalieri (2014, 46).*

*5 Sobre o movimento pós-autista, ver: http://www.paecon.net/HistoryPAE.htm*

*6 "(...) economics is helplessly behind the times, and unable to handle its subjetc-matter in a way to entitle it to standing as a modern science." (Veblen, 1961 [1898], 56)*

*7 "(...) is a close-knit body of theory. It is a theory of a process, of an unfolding sequence." (Veblen, 1961 [1898], 58)*

de alguma finalidade, que levaria ao animismo, ou seja, a uma concepção teleológica dos eventos econômicos. De acordo com Veblen (1961[1898]), o animismo estaria presente na concepção de Adam Smith de autointeresse e mão invisível como promotores do bem-estar econômico. Outro elemento teórico identificado com uma ciência não evolucionária é o sistema econômico taxonômico, isto é, "um corpo de proposições consistentes concernentes à relação normal das coisas" (Veblen 1961[1898], 67). A taxonomia também estaria presente na Escola Histórica Alemã, adepta do método indutivo, bem como na Economia Clássica e na Escola Austríaca, comprometidas com um método dedutivo. De um lado os dados são considerados sem teoria, do outro lado a teoria é elaborada sem referência empírica. A sugestão de Veblen para superar tal questão seria a adoção do método abdutivo no âmbito da construção teórica (Hodgson, 1994, 61).

O último argumento que Veblen direciona contra a ciência não evolucionária remete à compreensão do agente econômico. Segundo o autor, a ortodoxia econômica possuía uma compreensão hedonista dos sujeitos, que teria definido o agente econômico como um "perfeito calculador de dores e prazeres"[8] (Veblen, 1961[1898], 73). Em lugar de uma concepção hedonista dos agentes econômicos, Veblen sugeriu a psicologia dos instintos como os motores subjacente à ação humana. Destarte, os agentes econômicos seriam movidos por três instintos básicos além do instinto de sobrevivência, a saber, instinto de artesanato (wormanship), instinto de proteção (parental bent) e instinto de conhecimento (idle curiosity). Ademais, Backhouse (1985, 227) chama atenção para o fato de que uma psicologia hedonista da ação humana implicaria uma concepção de preferências dadas exogenamente, enquanto Veblen teria considerado que as preferências individuais seriam moldadas pelas instituições.

Deste modo, ao contrário de uma ciência não evolucionária comprometida com uma construção teórica animista e taxonômica, "uma ciência evolucionária deveria ser uma teoria do processo de crescimento cultural enquanto determinado pelos interesses econômicos, uma teoria de uma sequência cumulativa de instituições econômicas posta em termos do próprio processo" (Veblen, 1961 [1898], 77). Em lugar de uma construção teórica animista e taxonômica, o cientista econômico comprometido com uma ciência evolucionária deveria explicar a realidade econômica considerando as cadeias de causa e efeito em sua complexa interação entre instituições e instintos humanos no processo evolucionário da vida econômica. Mas o que são instituições e quais instintos humanos são esses?

Conforme indicado acima, Veblen reconhece o instinto de sobrevivência ao lado de outros três instintos básicos: (i) instinto de artesanato, o impulso que nos leva ao incremento tecnológico; (ii) instinto de proteção, o impulso que nos leva a buscar garantir o bem-estar da nossa família e da sociedade; (iii) instinto de curiosidade, o impulso que nos leva a produzir explicações coerentes acerca do mundo (Backhouse, 1985, 227). Estes seriam os motores da ação humana. Porém, mais importantes que os instintos seriam as instituições, que ganhariam relativa autonomia sobre os instintos ao longo do tempo. Deste modo, instituições são definidas como hábitos de pensamento, ou os "métodos habituais de conduzir o curso da vida da comunidade em contato com o meio material na qual se vive"[9] (Veblen, s.d. [1988], 89). Para exemplificar a ideia de instituições como hábitos de pensamento, podemos mencionar dois hábi-

*8 No original: "lightning calculator of pleasures and pains" (Veblen, 1961[1898], 73).*

*9 "(...) habitual methods of carrying on the life process of the community in contact with material environment in which it lives" (Veblen, s.d. [1988], 89).*

tos mentais identificados por Veblen, a saber, a empresa de negócios (business enterprise) e os processos mecânicos (machine process). Com a substituição das habilidades artesanais (craftsmanlike skill) pela padronização mecânica (mechanical standardisation), as pessoas foram levadas a pensar em termos de causa e efeito devido ao seu modo de vida; esse modo de pensamento é bem diferente do hábito mental da empresa de negócios, baseado numa motivação de ganho pecuniário (Backhouse, 1985, 223). Esses foram os hábitos mentais identificados por Veblen em seu tempo. Ao longo da "Teoria da Classe Ociosa"[10], publicada originalmente em 1899, Veblen traça a origem do consumo conspícuo nos instintos primitivos de emulação de força através da luta e outras atividades animadas como a caça e a guerra.

Nessa rápida consideração do artigo seminal de Veblen, podemos notar uma abordagem mais interdisciplinar do objeto econômico. Também é possível notar que o objeto da Economia não se baseia na restrita definição da economia como uma luta por recursos escassos, que podem ser qualquer coisa, como "dois cães lutando por um osso ou dois estudantes lutando por uma bola"[11] (Searle, 2005, 1). Ao contrário, o objeto da ciência econômica é entendido por Veblen como um complexo conjunto de relações humanas, tanto materiais quanto psicológicas, que se cristalizam em hábitos mentais, ou instituições. Importante notar que Veblen não critica apenas as deficiências teóricas da ortodoxia econômica, mas também aponta para a necessidade de se considerar o objeto da ciência econômica de forma mais ampla.

Veblen foi considerado um crítico radical da ortodoxia econômica, ao contrário de seus discípulos mais referidos, a saber, Wesley Mitchell e John Commons. Backhouse (1985, 228) chama a atenção para o fato de que Mitchell deveria mais à Walras em sua teoria dos ciclos de negócios que a Veblen. O objetivo de Mitchell era construir teorias aptas a capturar a complexidade dos fenômenos econômicos, independentemente da fonte dos elementos conceituais utilizados, fossem eles ortodoxos ou não. Deste modo, Mitchell não negou o raciocínio dedutivo, apesar de sua maior ênfase na indução.

Mitchell concordou com Veblen quanto à definição de instituições como "hábitos de pensamento que ganharam aceitação geral como normas para guiar a conduta"[12] (Mitchell, 1910b, p.203). Ademais, o autor rejeita as concepções ortodoxas acerca da natureza humana, reafirmando a ideia de instituições como "entidades psicológicas – hábitos de pensamento e ação prevalecentes dentre a comunidade sob investigação"[13] (Mitchell, 1910a). O foco de Mitchell era a construção de teorias complexas do ciclo de negócios, não diretamente com uma crítica demolidora da ortodoxia econômica, portanto, o autor não concentrou seus esforços numa crítica das escolas de pensamento existentes. Contudo, o núcleo da teoria institucionalista de Mitchell se aproxima mais das concepções veblenianas que o arcabouço teórico sugerido por Commons.

As contribuições institucionalistas de Commons foram bem recebidas pela nova economia institucional, uma vez que suas contribuições possuíam elementos simpáticos ao programa de pesquisa neoclássico, no qual o novo institucionalismo encontra-se ancorado. Commons foi considerado o institucionalista americano mais importante do ponto de vista dos novos institucionalistas (Furubotn; Richter, 2005, 41). Ademais, o institucionalismo de Commons esta-

*10 Título original em inglês: Theory of the Leisure Class.*
*11 "(...) two dog fighting over a bone or two schoolboys fighting over a ball" (Searle, 2005, 1).*
*12 "(...) habits of thought which have gained general acceptance as norms for guiding conduct" (Mitchell, 1910b, 203).*
*13 "(...) psychological entities – habits of thought and action prevailing among the comunities under observation" (Mitchell, 1910a).*

va intimamente ligado à dimensão legal das relações econômicas, fazendo "mais que qualquer outro no sentido de estabelecer a importância das questões legais para a economia, e com muitos outros ele intensificou a interface entre economia e direito"[14] (Hodgson, 2003, 548).

O ponto de partida de Commons é a escassez de recursos, de forma similar à definição do objeto da economia dada pelo programa de pesquisa neoclássico. O autor afirma que num mundo no qual os recursos são escassos, a tendência ao conflito é inevitável. Na ausência de restrições à ação humana, a escassez de recursos levará as pessoas a resolverem seus conflitos com base na força física. Commons (1931) argumenta que um mundo como esse engendra um cenário no qual a insegurança torna difícil o planejamento do futuro. A solução, segundo o autor, seria a ação coletiva, responsável pela imposição de restrições ao comportamento humano. Essa ação coletiva seria exercida através de mecanismos institucionais. Destarte, o autor define "uma instituição como a ação coletiva no controle, liberação e expansão da ação individual"[15] (Commons, 1931, s.p.).

Nessa concepção, instituições são entendidas como um acordo coletivo voltado à resolução de conflitos. Regras e punições para seu não cumprimento estão implicadas nesse acordo. Para Commons (1931), o controle coletivo é exercido através das instituições, e podem resultar de costumes desorganizados (unorganized customs) ou da ação organizada (organized action), em que a última compreende o Estado, a família, a igreja, as corporações, os sindicatos, etc. As instituições que emergem da ação organizada são regras de funcionamento (working rules) que definem "o que um indivíduo pode, não pode, deve, não deve, poderia ou não poderia fazer"[16] (Commons, 1931, s.p.). Essa regulação da ação humana é crucial num mundo repleto de transações.

Uma transação é mais que uma simples troca mercantil entre indivíduos; é um veículo de transferência de propriedade entre indivíduos. Transações "são, não a 'troca de mercadorias', mas a alienação e aquisição, entre indivíduos, de direitos de propriedade e liberdade criados pela sociedade"[17] (Commons, 1931, s.p.). Transações são, portanto, um acordo inicial entre as partes, antes de mais nada um acordo coletivo que permite a um sistema econômico produzir, distribuir e trocar bens. Por conseguinte, Commons considera a transação como a unidade básica de análise[18]. Ademais, os indivíduos transacionam não apenas porque desejam, mas pela própria necessidade imposta por sua condição humana, que gera a necessidade do intercâmbio de direitos de propriedade, ou seja, a necessidade das transações. Numa relação de troca, os indivíduos envolvidos experimentam uma relação que é ao mesmo tempo de dependência e de conflito. Para que o conflito não prevaleça na troca, as instituições devem funcionar como eficientes mecanismos de resolução de conflitos.

Essas contribuições de Commons ao pensamento institucionalista não apenas se liberam da tarefa de atacar diretamente a ortodoxia econômica, mas também acabam por se aproximar, ainda que involuntariamente, dessa tradição de pensamento. No item seguinte, veremos como a auto denominada nova economia institucional absorve a crítica vebleniana nos seus próprios termos.

*14 "(...) more than anyone else to establish the importance of legal matters for economics, and with several others he intensified the interface between economics and law" (Hodgson, 2003, 548).*
*15 "(...) an institution as collective action in control, liberation and expansion of individual action" (Commons, 1931, s.p.).*
*16 "(...) what the individual can, cannot, must, must not, may or may not do" (Commons, 1931, s.p.).*
*17 "(...) are, not the 'exchange of commodities', but the alienation and acquisition, between individuals, of the rights of property and liberty created by society" (Commons, 1931, s.p.).*
*18 A ideia de transação foi posteriormente utilizada por Ronald Coase e Oliver Williamson no âmbito da abordagem dos custos de transação.*

## Nova Economia Institucional: uma leitura neoclássica das instituições

Após um período de declínio do institucionalismo americano, denominado como velha economia institucional por Oliver Williamson, observa-se a retomada dos debates concernentes ao papel das instituições em Economia a partir de um artigo publicado em 1937 por Ronald Coase, intitulado "The Nature of the Firm". Esse artigo reabriu o debate acerca das instituições, mas sob uma perspectiva neoclássica. A nova economia institucional reage à crítica vebleniana de uma falta de empiria e da temática das instituições no discurso ortodoxo. O próprio Coase argumentou que os economistas estariam estudando "a circulação do sangue sem um corpo"[19] (Coase, 1998, 73). Nesse sentido, o autor buscava construir uma teoria econômica mais realista, mas, ao contrário de Veblen, sem intencionar um rompimento total com o modo de pensamento ortodoxo de sua época. Coase procurou fornecer uma alternativa teórica que fosse ao mesmo tempo tratável e realista no âmbito da teoria da firma.

> (...) a definição de firma a ser construída deve ser não apenas realista no sentido de corresponder ao que se entende por uma firma no mundo real, mas também tratável pelos dois mais poderosos instrumentos de análise econômica desenvolvidos por Marshall, a ideia de margem e a de substituição, juntas fornecendo a ideia de substituição na margem. (Coase, 1990 [1937], 34)[20]

Na citação acima, podemos observar a preocupação de Coase acerca da construção de uma teoria da firma que seja não apenas realista, mas também tratável nos limites de instrumentos teóricos específicos. O autor não estava engajado em revoluções teóricas no âmbito da Economia, como Veblen estava, mas sim em construir uma teoria mais realista através da expansão do conjunto de problemas sugerido pelos marginalistas do final do século XIX. Deste modo, a concepção de realismo de Coase estava comprometida com a expansão dos problemas postos pelo marginalismo, que em seu tempo já se convertia no mainstream econômico sob a roupagem da tradição neoclássica. Tal concepção de realismo não se compromete, por conseguinte, com uma investigação crítica do objeto de estudo da ciência econômica.

Em seu artigo seminal, "The Nature of the Firm", Coase chama a atenção para o que ficaria conhecido como custos de transação, elemento que teria sido desconsiderado pelos economistas do mainstream. O autor afirma a realidade das firmas através da observação de custos de transação positivos no sistema econômico. Os custos de transação podem ser entendidos como "'o custo de usar o mecanismo de preços', ou 'o custo de conduzir uma transação através de uma troca no mercado aberto', ou simplesmente 'custos de transação'"[21] (Coase, 1990, 6). Nesse sentido, os custos de transação são todos aqueles custos envolvidos numa transação econômica como pesquisa de preços, contratos, assim como o próprio conhecimento do mercado.

Os custos de transação estão em toda parte, cabendo aos indivíduos minimizá-los através da escolha de uma alocação de recursos eficiente, que pode ser conduzida no âmbito do mercado, da firma ou do Estado. Coase considera o Estado um mecanismo de alocação de recursos alternativo à firma e ao mercado em seu artigo de

*19 "(...) the circulation of the blood without a body" (Coase, 1998, 73).*
*20 "(...) a definition of a firm may be obtained which is not only realistic in that it corresponds to what is meant by a firm in the real world, but is tractable by two of the most powerful instruments of economic analysis developed by Marshall, the idea of the margin and that of substitution, together giving the idea of substitution at the margin." (Coase, 1990 [1937], 34)*

*21 "(…) 'the cost of using the price mechanism', or 'the cost of carrying out a transaction by means of an Exchange on the open market', or simply 'marketing costs'". (Coase, 1990, 6)*

1960, "O Problema dos Custos Sociais"[22]. Coase identifica esses mecanismos de alocação com as instituições, definidas como mecanismos de redução de custos de transação. A escolha entre mecanismos de alocação de recursos alternativos é realizada através da avaliação de qual das instituições – Estado, firmas, mercado – é capaz de alocar os recursos do sistema de forma mais eficiente, ou seja, com os menores custos de transação. Em acordo com os instrumentos postos pelo marginalismo, essa escolha é feita na margem. Portanto, se o custo de realizar uma transação a mais no mercado é superior à realização dessa transação adicional na firma, então o indivíduo deve escolher a firma para alocar essa transação adicional.

Oliver Williamson é reconhecido por ter cunhado o termo nova economia institucional como forma de distingui-la dos institucionalistas americanos, que acabaram por receber a denominação de velha economia institucional (Coase, 1998, 72). Assim como Coase, Williamson adota a ideia de transação como unidade básica de análise, ideia sugerida por Commons. Apesar dos insights de Commons terem sido reconhecidos pelos novos institucionalistas, as contribuições desse autor, assim como dos demais ditos velhos institucionalistas, foram consideradas "anti-teóricas, e sem uma teoria para reunir sua coleção de fatos"[23] (Coase, 1998, 72). Ao lado da ideia de transação como unidade básica de análise, Williamson adota ainda a ideia de que os indivíduos possuem uma capacidade computacional limitada, ou racionalidade limitada. O conceito de racionalidade limitada fora desenvolvido por Herbert Simon (1979), sendo ainda adotado por Douglass North em sua teoria institucionalista do crescimento econômico. Além de limitados cognitivamente, os indivíduos também estariam "inclinados ao oportunismo, que é uma profunda condição de busca pelo autointeresse que contempla a astúcia"[24] (Williamson, 1993, 92).

Num mundo de indivíduos oportunistas e limitados cognitivamente, instituições como as firmas, o mercado e as relações contratuais emergem como formas de frear esse comportamento oportunista, guiando as ações desses indivíduos limitados cognitivamente. Douglass North (1991) também adota a ideia de racionalidade limitada. De fato, apenas através da substituição de um suposto de racionalidade completa por um suposto de racionalidade limitada que a teoria institucionalista do crescimento econômico de North torna-se possível. O argumento é similar ao de Coase acerca da necessidade da firma no mundo econômico, no qual a condição de existência das instituições não é posta pelo objeto de estudo, mas sim por uma necessidade de construção de uma categoria teórica inexistente na tradição neoclássica. Para North, as instituições existem porque os indivíduos são cognitivamente limitados e as regras que emanam da matriz institucional fornecem um suporte cognitivo a esses indivíduos. Contudo, as instituições são um pouco mais, na concepção de North.

> Instituições são as regras do jogo numa sociedade ou, mais formalmente, são as restrições humanamente criadas que moldam a interação humana. Em consequência, elas estruturam os incentivos na troca humana, seja ela política, social ou econômica. A mudança institucional molda a forma como as sociedades evoluem ao longo do tempo e, consequentemente, é a chave para a compreensão da mudança histórica. (North, 1990, 3)[25]

Assim sendo, as instituições são aquelas restrições constituídas informalmente pe-

*22 No original em inglês, "The Problem of Social Costs".*
*23 "(...) anti-theoretical, and without a theory to bind together their collection of facts" (Coase, 1998, 72).*
*24 "(...) given to opportunism, which is a deep condition of self-interest seeking that contemplates guile" (Williamson, 1993, 92).*
*25 "Institutions are the rules of the game in a society or, more formally, are the humanly devised constraints that shape human interaction. In consequence they structure incentives in human exchange, whether political, social, or economic. Institutional change shapes the way societies evolve through time and hence is the key to understanding historical change." (North, 1990, 3)*

los indivíduos, como sanções, tabus, costumes, tradições e códigos de conduta; bem como são restrições formais, escritas em constituições, leis e direitos de propriedade (North, 1991, 97). Essas restrições ao comportamento humano são necessárias num mundo de indivíduos limitados cognitivamente que – na ausência de um conhecimento completo e da capacidade computacional necessária para processar toda informação disponível – precisam se apoiar em regras institucionais para guiar suas ações e fundamentar seu processo de tomada de decisão. O Estado, uma organização com vantagem comparativa em violência, é responsável pela garantia do cumprimento dessas regras formais (North, 1981, 21).

Importante notar que, assim como Coase e Williamson, North busca formular sua teoria institucionalista dentro dos limites da economia neoclássica. North (1985) insere explicitamente sua contribuição nos limites do programa de pesquisa neoclássico, construindo uma teoria voltada à análise da performance das economias ao longo do tempo, buscando relaxar alguns supostos neoclássicos fundamentais. Um dos supostos fundamentais da economia neoclássica, que define o agente econômico enquanto um agente racional, é integrado à análise institucional sob a forma de um agente dotado de racionalidade limitada.

> O arcabouço analítico é uma modificação da teoria neoclássica. O que este retém é o suposto fundamental da escassez e, consequentemente, competição, bem como as ferramentas analíticas da teoria microeconômica. O que este modifica é o suposto de racionalidade. O que este adiciona é a dimensão do tempo. (North, 1994, 359)[26]

Destarte, North desenvolve uma crítica bem diferente da ortodoxia econômica que Veblen havia realizado na virada do século XIX para o século XX. Enquanto Veblen indicou a inadequação da teoria ortodoxa para explicar os processos efetivos de causa e efeito – nesse sentido, uma inadequação da teoria ao seu objeto –, North busca incluir elementos teóricos até então negligenciados pelos instrumentos teóricos neoclássicos. North sequer avalia a natureza do objeto de estudo da ciência econômica, afirmando categoricamente que a "A Economia é uma teoria da escolha – até aí tudo bem"[27] (North, 2005, 11). Apesar da teoria de Veblen ter se apoiado numa concepção psicológica que sofreu duras críticas, o autor não buscou sujeitar a realidade econômica a uma modalidade de construção teórica específica, procurou antes reunir diversas concepções e ideias no sentido de compreender o objeto de estudo da ciência econômica. Como podemos notar, isso é diferente de tentar compreender o curso efetivo de eventos acriticamente através de lentes teóricas específicas, sem considerar que a ciência econômica é mais que a ortodoxia econômica. Ademais, o objeto de estudo da Economia não pode ser reduzido a uma teoria da escolha racional sob escassez, eliminando o conflito inerente às relações sociais e que se coloca para além de uma mera disputa por recursos escassos. Como nos lembram o institucionalismo americano, as instituições são parte orgânica da sociedade, não um mero mecanismo de alocação de recursos.

## O que a Filosofia da Ciência pode nos dizer sobre tudo isso?

Para que possamos qualificar a ortodoxia e a heterodoxia econômica no que concerne ao seu método e à sua ontologia, serão apresentados nessa seção alguns debates em filosofia da ciência. Serão consideradas as seguintes abordagens em filosofia da ciência: positivismo lógico, tradi-

*26 The analytical framework is a modification of neoclassical theory. What it retains is the fundamental assumption of scarcity and hence competition and the analytical tools of microeconomic theory. What it modifies is the rationality assumption. What it adds is the dimension of time. (North, 1994, 359)*

*27 "Economics is a theory of choice – so far so good" (North, 2005, 11).*

ção do crescimento do conhecimento e realismo crítico.

O positivismo lógico representou um empreendimento filosófico voltado à análise do discurso científico, em que seu principal projeto intencionava eliminar as proposições metafísicas da ciência. O objetivo do positivismo lógico consistia na construção de um discurso único, válido tanto para a ciência natural quanto para a ciência social. Nesse discurso, apenas proposições com conteúdo empírico ou sentenças tautológicas seriam consideradas como contendo significância cognitiva (Caldwell, 1984, 13). Logo ficou claro que a completa aplicação da filosofia lógico positivista à ciência natural implicaria a eliminação de leis naturais do discurso científico – como a lei da gravidade, por exemplo –, impossibilitando a própria ciência natural. Ademais, os positivistas lógicos não puderam construir um critério de demarcação entre proposições científicas e metafísicas, uma vez que a verificação conclusiva de uma proposição implicaria infinitos testes empíricos.

Karl Popper forneceu uma avaliação crítica do positivismo lógico, questionando tanto o princípio da verificação quanto o projeto antimetafísico sugerido pelos positivistas lógicos. O autor sugeriu que se não é possível verificar conclusivamente uma proposição científica, ainda é perfeitamente possível falsificá-la. Popper sustenta ainda que mais importante que o teste de teorias científicas seria sua constante crítica teórica, afirmando ainda que os cientistas não deveriam se concentrar tanto na eliminação da metafísica, uma vez que isso seria uma perda de tempo. O trabalho mais importante dos cientistas seria a busca pela falsificação de suas teorias; não no sentido de buscar construir teorias falsas, mas no sentido de que os cientistas nunca deveriam entender suas teorias como uma verdade absoluta.[28]

Resumindo o debate anterior, ficou claro que seria impossível eliminar a metafísica do discurso científico[29]. Entra em cena, então, a tradição do crescimento do conhecimento, pondo a questão da subjetividade inerente às teorias científicas, anteriormente negada pela lógica positivistas. Os autores mais referidos no âmbito dessa abordagem são Thomas Kuhn e Imre Lakatos. A ênfase no caráter social e histórico do conhecimento científico é um ponto distintivo entre a tradição do crescimento do conhecimento e o positivismo lógico; conforme apresentado anteriormente, os positivistas lógicos consideravam o cientista como um mero processador de dados empíricos. Ao aceitar que a ciência é feita não apenas de dados empíricos, mas também de concepções compartilhadas por uma comunidade científica, a metafísica pôde ser readmitida no discurso científico. Portanto, a ontologia volta a ser considerada como parte da ciência.

Mas como a metafísica retorna ao discurso científico no âmbito da tradição do crescimento do conhecimento? Kuhn sugere a concepção de paradigma, definido como "alguns exemplos aceitos dos efetivos exemplos práticos científicos que incluem leis, teoria, aplicação e instrumentalização juntos – [que] provê modelos dos quais surgem particularmente coerentes tradições de pesquisa científica"[30] (KUHN apud Caldwell, 1984, 71). O paradigma contém a visão de mundo, ou ontologia, de uma comunidade científica; constitui a forma como os cientistas entendem seu objeto de estudo e seus respectivos instrumentos teóricos utilizados para explicar esse objeto. Quando os cientistas concordam acerca de um paradigma, temos um período de

*28 Para mais sobre o pensamento de Popper, ver Caldwell, 1984, 41-45.*
*29 Ver Duayer; Medeiros; Painceira (2001).*
*30 "(...) some accepted examples of actual scientific practice-examples which include law, theory, application and instrumentation together – [which] provide models from which spring particular coherent traditions of scientific research" (KUHN apud Caldwell, 1984, 71).*

ciência normal, no qual a maior parte do trabalho da comunidade científica consiste na atividade de resolução de problemas (puzzle-solving activity)[31]. Quando o paradigma corrente não é mais capaz de resolver os problemas postos pela realidade, a comunidade científica ingressa num período de ciência extraordinária, no qual muitos paradigmas competem entre si, buscando fornecer uma explicação para os novos eventos observados. Em algum momento, um desses paradigmas ganha a aceitação da comunidade científica e é escolhido como o novo paradigma da nova ciência normal[32].

Como vimos, o critério de seleção de paradigmas é baseado na crença dos cientistas na habilidade do novo paradigma em lidar com os eventos observados, desafiando o velho paradigma. Lakatos fornece uma outra forma de selecionar visões de mundo, ou ontologias, concorrentes. O autor sugere a ideia de programas de pesquisa científico (doravante, PPC), bem como um critério empírico de seleção entre PPCs concorrentes. Um PPC é composto por um núcleo rígido e por um cinturão protetor. Os princípios e supostos fundamentais compartilhados por uma comunidade científica encontram-se no interior do núcleo rígido e não devem ser questionados pelos cientistas que fazem parte desse PPC; uma vez que o núcleo rígido é composto por uma heurística negativa. A heurística positiva é dada pelos limites do cinturão protetor, que são aqueles elementos teóricos que os cientistas podem mudar e reelaborar sem deixar os limites do PPC. O critério de escolha entre dois PPCs concorrentes é dado por sua capacidade de prever fatos novos, bem como pela precisão dessas previsões (Caldwell, 1984, p.87). O núcleo rígido não deve ser jamais questionado. Note que não é a visão de mundo, ou ontologia, de um PPC que deve ser cotejada, mas sim a capacidade preditiva de suas teorias componentes.

Destarte, Kuhn e Lakatos trouxeram de volta a metafísica para o discurso científico, mas não dão nenhum papel significativo à ontologia no processo do crescimento do conhecimento. Se a escolha entre paradigmas é realizada com base na fé dos cientistas no novo paradigma e a escolha entre PPCs é realizada com base em sua capacidade preditiva, qual é, afinal, o papel da ontologia na construção científica? Agora a ontologia possui um lugar no discurso científico, mas nenhum papel na construção teórica efetiva. Esse estado de coisas pode ser atribuído a uma ontologia filosófica – herdada do positivismo lógico – que limita o objeto de estudo da ciência aos eventos empíricos. Na década de 1970, uma nova tradição de pensamento em filosofia da ciência entra no debate. Em 1975, Roy Bhaskar publica o livro A Realist Theory of Science, inaugurando o realismo crítico. A proposta central do realismo crítico é a reafirmação da ontologia, ou seja, a proposição de que toda teoria pressupõe uma visão de mundo e, fundamentalmente, que essas visões de mundo podem e devem ser cotejadas.

Em 1997, Tony Lawson publica o livro Economics and Reality, trazendo as ideias crítico realistas para os debates em metodologia econômica. Nesse livro, Lawson identifica o dedutivismo como a modalidade de análise e construção teórica própria do mainstream econômico. O dedutivismo consistiria na "concepção de "leis" (ou 'resultados significantes' ou 'formulações teóricas') sobre as quais a explicação dedutivista depende em última instância"[33] (Lawson, 1997, 16). Essas leis são "formuladas em termos de conjunções constantes de eventos ou estados de coisas", elas são covering laws que expressam regularidades "da forma 'sempre que evento x

*31 Ver Kuhn (1970).*
*32 Caldwell (1984).*

*33 "(...) the conception of 'laws' (or 'significant results' or 'theoretical formulations') upon which deductivist explanation ultimately depend" (Lawson, 1997, 16).*

então evento y'"[34] (Lawson, 1997, 17). Para que essas leis possam operar no mundo real é necessário pressupor que a realidade é composta por uma ubiquidade de conjunções constantes de eventos. Por conseguinte, a realidade é entendida como um conjunto de entidades empíricas que produzem conjunções constantes de eventos, em que suas correlações devem ser apreendidas pela ciência. Nesse sentido, a economia mainstream continuaria comprometida com uma ontologia positivista, apesar do amplo reconhecimento da derrocada do projeto antimetafísico do positivismo lógico.

Como visto anteriormente, a construção teórica não é possível sem a utilização de elementos metafísicos, ou seja, é amplamente reconhecido que toda teoria pressupõe uma visão de mundo. Deste modo, uma saída para construir teorias "modernas", ainda que amparadas numa ontologia científica atrelada ao positivismo lógico, foi sugerida pelo instrumentalismo metodológico de Milton Friedman. O autor desenvolve seu argumento a favor de uma ciência positiva em seu artigo de 1953 "A Metodologia da Economia Positiva", defendendo a ideia de que a economia normativa, repleta de opiniões e asserções com conteúdo ético e moral, deveria ser subjugada à economia positiva, baseada em instrumentos e dados independentes dos julgamentos pessoais dos cientistas. O autor nega ainda a possibilidade de um conhecimento objetivo acerca da realidade, identificado com conhecimento absoluto, argumentando que as abstrações necessariamente desfazem conexões reais dos elementos constituintes do objeto de estudo, tornando o conhecimento objetivo (absoluto) uma tarefa impossível. Tudo que restaria ao cientista seria a captura de regularidades empíricas, baseadas em teorias que não precisariam ser realistas; tais teorias precisariam apenas produzir acuradas previsões acerca dos eventos econômicos.

Seria possível identificar as teorias de Friedman com o dedutivismo, uma vez que o autor reduz a realidade ao empírico e suas conjunções constantes de eventos. Também é possível identificar a modalidade de construção teórica do mainstream econômico – aí incluída a tradição neoclássica, herdeira do marginalismo – com uma concepção instrumentalista de ciência. Apesar das boas intenções de alguns autores que buscam a expansão do conjunto de problemas considerados pela teoria econômica mainstream, seu compromisso com uma ontologia empirista, lógico-positivista, acaba por limitar sua capacidade de obtenção de um conhecimento objetivo da realidade econômica. Algumas correntes de pensamento, no âmbito do mainstream, podem ser mencionadas como exemplo, a saber, os novos e velhos keynesiano, a nova economia institucional, dentre outros. Apesar de se apresentarem como críticos de teorias econômicas pouco realistas, essas escolas de pensamento permanecem no âmbito do programa de pesquisa neoclássico, que se enraíza profundamente na revolução marginalista do final século XIX. Contudo, se o programa de pesquisa neoclássico teria, através da nova economia institucional, considerado em seu cinturão protetor todas as demandas teóricas do institucionalismo americano, por que esse institucionalismo heterodoxo ainda se coloca como uma alternativa ao mainstream?

A crítica heterodoxa posta no sentido de apontar ausências de certos elementos teóricos no programa de pesquisa mainstream sempre estará sujeita à tradução nos termos do programa de pesquisa dominante. Nesse sentido, a afirmação do caráter ontológico da crítica heterodoxa se coloca como fundamental para a construção de uma alternativa teórica assentada em outra visão de mundo. O problema do mainstream econômico não seria um mero desleixo em relação a

*34 "(...) formulated in terms of constant conjunction of events or states of affairs (...) [they are] covering laws (…) [expressing regularities] of the form 'whenever event x then event y'" (Lawson, 1997, 17).*

determinados elementos teóricos ou uma casual falta de realismo de algumas teorias, mas sim sua ontologia, ou sua concepção acerca do objeto da ciência econômica. Deste modo, a proposta crítico realista se apresenta bastante promissora não apenas na avaliação crítica da ontologia que define e delimita o programa de pesquisa neoclássico, mas também na construção de uma alternativa heterodoxa a partir de outra visão de mundo.

Como vimos anteriormente, Lawson (1997) identifica o mainstream econômico com a modalidade de análise científica por ele denominada como dedutivismo, que consistiria numa definição do objeto da ciência econômica como conjunções constantes de eventos empíricos, correlacionados, mas não ontologicamente relacionados. Tal ontologia implicada no dedutivismo é compatível com uma concepção de lei científica enquanto covering law[35], capazes tanto de encontrar correlações de eventos passados quanto de eventos futuros. Para que as covering laws possam operar, deve-se pressupor ainda que a realidade econômica é povoada de sistemas fechados. Nas palavras de Lawson, "uma precondição da universalidade, ou ampla aplicação, do dedutivismo é simplesmente que a realidade seja caracterizada como uma ubiquidade de tais fechamentos"[36] (Lawson, 1997, 19). Tal concepção de ciência, identificada com o positivismo lógico, carrega consigo uma concepção de realidade, ou ontologia, denominada por Lawson, em acordo com Bhaskar (1997), como realismo empírico. No que segue, será brevemente apresentado o argumento de Lawson acerca da inadequação da ontologia do realismo empírico tanto para a ciência natural quanto para a ciência social.

Iniciemos com a ideia de sistemas fechados. Um sistema fechado implica que novidades não podem ocorrer, uma vez que leis do tipo "sempre que evento x então evento y" estão em operação. Sempre que o evento x ocorrer, não se pode esperar que nada além do evento y aconteça. Por conseguinte, tal conjunção de eventos somente pode ocorrer em sistemas fechados. Como podemos notar, mesmo o mundo natural não é feito de sistemas fechados, uma vez que novos eventos, inesperados, podem ocorrer. A questão que se coloca remete à questão de como a ciência social pode ser bem-sucedida se o mundo natural não é composto de sistemas fechados. Lawson e Bhaskar sugerem a ontologia realista transcendental no sentido de explicar a efetividade das práticas dos cientistas naturais. No âmbito de uma concepção de ciência realista transcendental, "o mundo é composto não apenas de eventos e seus estados de coisas e nossas experiências ou impressões, mas também de estruturas, poderes, mecanismos e tendências subjacentes que existem, sejam eles detectados ou não, e governam ou favorecem o curso efetivo de eventos"[37] (Lawson, 1997, 21). O mundo natural seria composto por três domínios da realidade, a saber, empírico, efetivo e real. O domínio empírico seria composto de "experiência e impressões", objetos empíricos, o domínio efetivo seria composto de "eventos efetivos e estados de coisas em adição ao empírico", e no domínio real estariam as "estruturas, poderes, mecanismos e tendências, em adição ao curso efetivo de eventos e experiências" (Lawson, 1997, 21). Se entendermos que o mundo natural é composto de sistemas abertos e que a realidade é estratificada em três domínios, a concepção de lei científica do tipo "sempre que evento x então evento y" torna-se inadequada para explicar uma prática amplamente reconhecida e utilizada no âmbito da ciência natural, a atividade experimental. Uma forma de entender a atividade experimental seria o reconhecimento

*35 Uma tradução para covering law seria "lei de cobertura". No entanto, ao longo do texto, manteremos o original em inglês.*
*36 "(...) a precondition of the universality, or wide applicability, of deductivism is simply that reality is characterised by a ubiquity of such closures" (Lawson, 1997,19).*
*37 "(...) the world is composed not only of events and states of affairs and our experiences or impressions, but also of underlying structures, powers, mechanisms and tendencies that exist, whether or not detected, and govern or facilitate actual events" (Lawson, 1997, 21).*

de que fechamentos artificiais são produzidos em laboratório de modo a identificar mecanismos causais e tendências que não são dados imediatamente no domínio empírico, mas podem ser acessados através da análise científica.

No parágrafo anterior foi brevemente assinalada a inadequação do dedutivismo para a explicação da prática efetiva dos cientistas naturais. A seguir, cumpre analisar a adequação do dedutivismo à ciência social. Lawson sugere a análise de uma prática econômica amplamente reconhecida pelos economistas do mainstream, o fato de que "seres humanos fazem escolhas"[38] (Lawson, 1997, 30). Escolha real pressupõe que, numa dada situação, "se sob condições x um agente de fato escolheu y, seria o caso do mesmo agente ter podido realmente não ter feito y"[39] (Lawson, 1997, 30). Em outras palavras, a escolha pressupõe sistemas abertos. Outro pré-requisito da possibilidade de existência da escolha é que os agentes possuam alguma "concepção do que eles estão fazendo e buscando obter com sua atividade"[40] (Lawson, 1997, 30). Por conseguinte, escolha pressupõe ação humana intencional. Como intencionalidade pressupõe cognoscibilidade, para que a ação humana seja possível, o mundo social deve ter algum "grau de durabilidade de seus objetos de conhecimento suficiente para permitir seu processo de conhecimento"[41] (Lawson, 1997, 30-31). Portanto, um conhecimento objetivo, não absoluto, da realidade social é possível a partir de uma ontologia realista transcendental, que reconhece a realidade enquanto estratificada em empírico, efetivo e real.

Diante das ideias apresentadas anteriormente, qual seria a diferença entre uma construção teórica fundamentada no realismo empírico e uma concepção de ciência baseada no realismo transcendental? Observando a forma com os novos institucionalistas consideram as instituições no sistema econômico, enquanto um mecanismo de alocação de recursos em Coase ou um complemento cognitivo a agentes limitados em sua capacidade de processamento de informações em North, vemos que a ideia central de indivíduo racional otimizador não é abandonada. Contudo, essa concepção do agente enquanto um calculador, perfeito (racionalidade completa) ou imperfeito (racionalidade limitada), abstrai, no sentido friedmaniano, características intrínsecas à ação humana. Nesse sentido, por mais próximo da realidade que uma concepção de racionalidade limitada seja, esta permanece sendo um suposto irrealista, que Friedman (1953) acreditava ser um dispositivo necessário para a construção científica. Nesse sentido, o conceito de racionalidade limitada não precisaria ser realista, apenas fornecer teorias com maior poder preditivo.

Mas por que a previsão é tão importante para os economistas do mainstream? Se entendermos que a concepção de ciência do mainstream é comprometida com métodos dedutivistas e fornece uma visão de mundo baseada em conjunções constantes de eventos empíricos atomísticos, o que restaria ao cientista senão buscar correlações entre esses eventos empíricos atomísticos? Nesse sentido, o único critério razoável de sucesso científico seria a precisão das previsões fornecidas pelas teorias científicas. Mas se a teoria seleciona a mesma evidência empírica que utiliza para os testes de suas teorias, então uma certa circularidade na construção e na avaliação teórica estaria presente.

> (...) se a teoria determina a priori como é a configuração do mundo e, com isso, determina igualmente aquilo que é relevante (dados, eventos, objetos, relações) e ao mesmo tempo

*38 "human beings make choices" (Lawson, 1997, 30).*
*39 "(...) if under conditions x an agent in fact choose to do y, it is the case that this same agent could really instead have not done y" (Lawson, 1997, 30).*
*40 "(...) conception of what they are doing and wanting to achieve in their activity" (Lawson, 1997, 30).*
*41 "(...) degree of endurability in the objects of knowledge sufficient to facilitate their coming to be known" (Lawson, 1997, 30-31).*

> prescreve os critérios de corroboração empírica, parece evidente que se está então diante de uma flagrante circularidade (Duayer; Medeiros; Painceira, 2001, 759).

Kuhn (1970) sustenta que todo paradigma traz consigo uma visão de mundo, mas não é possível comparar dois ou mais paradigmas em bases objetivas, uma vez que dois paradigmas distintos fornecem visões de mundos distintos. Deste modo, dois paradigmas podem apenas ser traduzidos na linguagem um do outro, mas nunca podem ter suas ontologias comparadas. A escolha de um paradigma é realizada, em última instância, com base na fé dos cientistas. Na concepção de Lakatos, a escolha entre paradigmas é realizada com base em um critério de adequação empírica e na capacidade preditiva dos programas de pesquisa, mas o núcleo rígido, recheado com a visão de mundo de uma tradição de pensamento, não é objeto de crítica ou comparação entre programas de pesquisa. Friedman argumenta que os supostos, que são parte da visão de mundo das teorias, não podem e não precisam ser realistas. Sendo assim, tudo que resta à ciência é a captura e a correlação de eventos atomísticos para seu subsequente teste empírico. Mas se esses testes empíricos são circulares, de modo que a teoria já nasce validada, qual seria o propósito do trabalho científico? Tal questão nos habilita a refletir se os economistas do mainstream não estariam comprometidos com uma modalidade de construção científica que poderíamos denominar como cientificidade conspícua, em analogia com a concepção vebleniana de consumo conspícuo. As teorias mainstream seriam construídas para se adequar aos critérios de cientificidade postos pela economia mainstream, em vez da construção teórica estar comprometida com uma compreensão mais objetiva do objeto de estudo da economia. Nesse sentido, o trabalho do cientista passaria a consistir mais numa atividade de emulação de pertencimento ao que é reconhecido como Economia do que a busca pela compreensão do objeto econômico.

## Conclusão

Este artigo teve o propósito de mostrar como a ortodoxia se apropriou – e se apropria – da crítica heterodoxa, traduzindo-a em seus próprios termos. No caso do institucionalismo americano, a resposta à falta de empiria na construção teórica ortodoxa foi o desenvolvimento dos métodos econométricos na década de 1930. Veblen definiu instituições como hábitos de pensamento, como formas de se pensar e fazer as coisas, correspondentes ao curso efetivo de eventos. Nas teorias de Coase e North, a condição de existência das instituições no mundo real depende do relaxamento de algumas hipóteses teóricas. Nesse sentido, a condição de existência das instituições em Veblen parte de um argumento ontológico, ou seja, as instituições constituem organicamente a realidade social. Na concepção novo institucionalista, as instituições somente podem existir quando as hipóteses teóricas são relaxadas de modo que a categoria das instituições caiba na visão de mundo posta pela teoria ortodoxa. No caso da construção teórica vebleniana, o objeto de estudo da ciência econômica coloca sua condição de possibilidade de existência e de conhecimento. No caso da construção teórica ortodoxa, aqui representada pelo novo institucionalismo, é a teoria que determina o que pode ser conhecido a partir dos instrumentos teóricos existentes. Nos termos de Lawson, poderíamos dizer que o novo institucionalismo incorre numa falácia epistêmica – redução de questões ontológicas a questões epistemológicas[42].

Mas de que tipo de teoria científica estamos falando? A concepção ortodoxa – ou mainstream – de teoria econômica é aquela que se encontra alinhada com o dedutivismo e, em alguns casos, com o instrumentalismo. Para se enqua-

*42 Ver Duayer (2003).*

drar ao critério de cientificidade do mainstream, a teoria econômica deve possuir um conjunto de supostos e uma formulação estatístico-matemática que permita o teste empírico, em que a realidade desses supostos não necessariamente são considerados. No que concerne ao dedutivismo, vimos que tal metodologia não é adequada nem à ciência natural nem à ciência social. Portanto, a insistência do mainstream no uso de uma metodologia baseada no dedutivismo somente pode ser entendida como um esforço no sentido da construção de teorias adequadas à concepção de ciência lógico positivista. Como visto anteriormente, o projeto lógico positivista de eliminação da metafísica do discurso científico não pôde prosperar, sendo suplantado pela crítica de Popper e pela tradição dos teóricos do crescimento do conhecimento. Esses desenvolvimentos em filosofia da ciência culminaram no instrumentalismo de Friedman (1953), que foi largamente adotado por grande parte dos economistas do mainstream. Atrelada a essa concepção de construção científica está um esforço de universalidade do mainstream quanto a seus métodos, que busca impor essa modalidade de construção teórica a toda ciência econômica; excluindo qualquer outra forma de teoria científica que não se conforma aos critérios de cientificidade do mainstream no campo da ciência econômica. Além de negar um pluralismo teórico no âmbito da ciência econômica, essa postura universalista e impositiva do mainstream acaba por tomar acriticamente o objeto da ciência econômica, com a reiterada resistência em abrir a caixa preta do núcleo rígido de seu programa de pesquisa.

Essa postura acrítica acerca da ontologia posta pelo mainstream pode ser entendida como um esforço, por parte de muitos economistas, no sentido de pertencer ao que é definido e considerado como ciência econômica. North (1994, p.359), em sua Nobel Lecture, define seu arcabouço analítico como uma "modificação da teoria neoclássica". Assim North modifica o suposto de racionalidade de modo que as instituições tenham um lugar em sua teoria, sem negar, contudo, o indivíduo racional enquanto elemento central de análise para a Economia. North, assim como outros novos institucionalistas, não negam o núcleo rígido do programa de pesquisa neoclássico, herdeiro do marginalismo, e a concepção dedutivista e instrumental de ciência nele implicado. Portanto, esses são críticos autorizados no âmbito da ciência econômica, se colocando nos limites do cinturão protetor do programa de pesquisa neoclássico; consequentemente, apesar de críticos, suas teorias são consideradas científicas aos olhos do mainstream econômico. Muitos heterodoxos, como os institucionalistas americanos, são vistos como adeptos de teorias não científicas, ou até de formuladores de ideias que não se constituiriam em teorias propriamente ditas, muitos nem são considerados economistas aos olhos de seus pares.

Destarte, o que define a ortodoxia é a adoção da metodologia do dedutivismo, conforme definida por Lawson, em que se busca antes conformar as teorias científicas aos limites do cinturão protetor do que buscar uma avaliação crítica do núcleo rígido, ou ontologia, de seu programa de pesquisa. Nesse sentido, passa a ser mais importante construir programas de pesquisa progressivos, em termos lakatosianos, do que construir teorias que capturem objetivamente as categorias e conexões econômicas objetivas. A heterodoxia parece se comprometer mais com a objetividade de suas teorias do que com a progressividade de um suposto programa de pesquisa mainstream. A ortodoxia é mais simpática à filosofia lógico positivista e seus derivados, como o dedutivismo e o instrumentalismo. A heterodoxia se aproxima mais da modalidade de crítica científica da filosofia crítico realista[43]. De acordo

*43 Clive Lawson denominou esse trabalho crítico da ciência como*

com uma perspectiva crítico realista, a filosofia não pode fazer o trabalho da ciência, mas pode ajudar a esclarecer "inconsistências e confusões, e pode agir como uma 'parteira', ajudando novas ciências a emergir"[44] (Lawson, 1997, 61).

Atualmente, a ortodoxia parece estar engajada numa tarefa de emulação de cientificidade, que foi denominado anteriormente, com inspiração em Veblen, como uma cientificidade conspícua. Os economistas do mainstream não parecem usar as teorias para compreender o mundo; parecem antes estar mais preocupados em se enquadrar nos critérios de cientificidade do mainstream de forma a garantir que suas teorias sejam consideradas científicas. Mas qual a função de uma ciência construída apenas com o objetivo de obedecer a seus próprios critérios de cientificidade? Nesse estranho mundo dos herdeiros do falido projeto lógico positivista, aqueles que colocam o objeto de estudo da ciência em primeiro lugar acabam banidos da Economia, sendo considerados não cientistas. O selo de cientista econômico é reservado apenas àqueles que se provam fiéis aos critérios de cientificidade postos pelo mainstream e preservam sua fé no paradigma neoclássico. Nesse estranho mundo é a teoria que coloca os limites e a possibilidade de conhecimento do objeto, não o contrário. Deste modo, a ontologia é apenas uma palavra no discurso de Kuhn e Lakatos, bem como dos demais teóricos do crescimento do conhecimento, em que o instrumentalismo seria antes um resultado previsível do projeto lógico-positivista de eliminação da metafísica do discurso científico do que sua superação crítica (Duayer; Medeiros; Painceira, 2001, 735).

Com grande parte da comunidade científica, em Economia, engajada nessa concepção teórica e filosófica, não é fácil construir um argumento do ponto de vista heterodoxo, uma vez que este já nasce com uma estampa de não cientificidade. Destarte, para que teorias econômicas mais objetivas possam emergir, a ciência econômica precisa urgentemente revisitar seus fundamentos ontológicos e metodológicos. Nesse sentido, a heterodoxia tem muito a contribuir. A ontologia não pode ser apenas um elemento descartável na construção teórica, uma vez que é o objeto de estudo que impõe sua possibilidade de conhecimento para a ciência, não o oposto. Nesse sentido, a ciência econômica deve mudar o foco do mero alargamento do cinturão protetor do programa de pesquisa neoclássico para a consideração de seu objeto de estudo, ou seja, seu núcleo rígido – ontologia – precisa ser objeto de crítica.

*underlabour task, em que o objetivo da filosofia da ciência seria a análise da adequação das teorias científicas a seu objeto, ajudando na emergência de novas teorias mais objetivas. Ver Lawson; Peacock; Pratten (1996).*

*44 "(...) inconsistencies and confusions, and it can act as a 'midwife' in helping new sciences to emerge" (Lawson, 1997, 61).*

## Bibliografia

BACKHOUSE, Roger. A History of Modern Economic Analysis. Oxford: Basil Blackwell, 1985.

BHASKAR, Roy. A Realist Theory of Science. London: Verso, 1997.

CALDWELL, Bruce. Beyond positivism: economic methodology in the twentieth century. Londres: George Allen & Unwin, 1982.

CAVALCANTE, Carolina Miranda. A Economia Institucional e as três dimensões das instituições. Revista de Economia Contemporânea, 18(3), p.373-392, 2014.

CAVALIERI, Marco Antonio Ribas. O surgimento do institucionalismo norte-americano de Thorstein Veblen: economia política, tempo e lugar. Economia e Sociedade, Campinas, v.22, n.1(47), p.43-76, abr., 2014.

COASE, Ronald. The Firm, the Market and the Law. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1990.

_____. The Nature of the Firm. In: COASE, Ronald. The Firm, the Market and the Law. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1990 [1937].

_____. The Problem of Social Cost. In: COASE, Ronald. The Firm, the Market and the Law. Chicago/London: The University of Chicago Press, 1990 [1960].

_____. The New Institutional Economics. The American Economic Review, vol.88, n.2, mai., p.72-74, 1998.

COMMONS, John R. Institutional Economics. In: American Economic Review, vol.21, p.648-657, 1931. Disponível em: <http://www.efm.bris.ac.uk/het/commons/institutional.txt> (acesso em: 13.07.2015)

DUAYER, Mário; MEDEIROS, João Leonardo; PAINCEIRA, Juan Pablo. Desventuras Filosóficas na Ciência Econômica (Naturalização da Sociedade do Capital e Relativismo Ontológico). In: ENCONTRO NACIONAL DE ECONOMIA POLÍTICA, 5., 2001, Fortaleza.

DUAYER, Mário. Economia depois do Relativismo: crítica ontológica ou ceticismo instrumental? In: ENCONTRO DA SOCIEDADE BRASILEIRA DE ECONOMIA POLÍTICA, 8., Florianópolis, p.1-20, 2003.

FRIEDMAN, Milton. The Methodology of Positive Economics. In: FRIEDMAN, Milton. Essays in Positive Economics. Chicago: University of Chicago Press, 1953.

FURUBOTN, Eirik; RICHTER, Rudolf. Institutions and Economic Theory: the contribution of the new institutional economics. Ann Arbor: The University of Michigan Press, 2005, 2ª ed.

GALBRAITH, John Kenneth. Galbraith Essencial: ensaios de John Kenneth Galbraith. São Paulo: Saraiva, 2012.

HODGSON, Geoffrey. The Return of Institutional Economics. In: SMELSER, Neil; SWEDBERG, Richard. (eds.) The Handbook of Economic Sociology. New York: Princeton University Press, 1994.

_____. Evolution and Institutions: on evolutionary economics and the evolution of economics. Cheltenham: Edward Elgar, 1999.

_____. John R. Commons and the Foundations of Institutional Economics. Journal of Economic Issues, vol.XXXVII, n.3, September, 2003.

KUHN, Thomas. The Structure of Scientific Revolution. Chicago/London: University of Chicago Press, 1970.

KUNDERA, Milan. A Insustentável Leveza do Ser. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1983.

LAWSON, Clive; PEACOCK, Mark; PRATTEN, Stephen. Realism, Underlaboring and Institutions. Cambridge Journal of Economics, Cambridge, n.20, p.137-151, 1996.

LAWSON, Tony. Economics and Reality. London: Routledge, 1997.

MITCHELL, Wesley C. The Rationality of Economic Activity: I. The Journal of Political Economy, vol.18, n.2, fev., p.97-113, 1910a.

_____. The Rationality of Economic Activity: II. The Journal of Political Economy, vol.18, n.3, mar., p.197-216, 1910b.

NORTH, Douglass. Structure and Change in Economic History. New York: Norton, 1981.

_____. Institutions, Institutional Change and Economic Performance. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.

_____. Institutions. The Journal of Economic Perspectives (1986-1998), vol.5, n.1, 1991.

_____. Economic Performance Through Time. The American Economic Review, vol.28, n.3, jun., p.359-368, 1994.

_____. Understanding the Process of Economic Change. Princeton/Oxford: Princeton University Press, 2005.

_____. Institutional Economics: then and now. Journal of Economic Perspectives,15(3), pp.173-194, 2001.

SEARLE, John. What is an Institution? Journal of Institutional Economics, vol.1, n.1, 2005.

SIMON, Herbert. From substantive to procedural rationality. In: HAHN, F.; HOLLIS, M. (Eds.) Philosophy and economic theory. Oxford: Oxford University Press, p. 65-86, 1979.

WILLIAMSON, Oliver. Introduction. In: WILLIAMSON, O.; WINTER, S. (Eds.) The nature of the firm: origins, evolution, and development. Oxford: Oxford University Press, p. 3-17, 1993.

VEBLEN, Thorstein. A teoria da classe ociosa: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Nova Cultural, 1988 [1899].

_____. Why is Economics not an Evolutionary Science. In: _____. The Place of Science in Modern Civilization and Other Essays. New York: Russel & Russel, 1961 [1898].

# As origens culturais e políticas da Revolução Industrial[1]

**Ademar Ribeiro Romeiro**
*Instituto de Economia da UNICAMP*
*arromeiro@gmail.com*

## Resumo

*O objetivo principal do trabalho é mostrar a importância da herança político/cultural da Idade Média para explicar o processo de crescimento econômico sustentado que resultou na Revolução Industrial. As ordens político-sociais medievais eram ordens que possuíam uma abertura à introdução de inovações (tecnológicas, organizacionais e institucionais) inédita na história das civilizações. Essa abertura se devia à competição entre elas e, dentro delas, a existência de instituições e organizações independentes do Estado. A ascensão dos Estados nacionais irá mudar muita coisa, porém o fundamental do legado medieval irá permanecer e será decisivo para explicar a Revolução Industrial. Esse legado é um legado cultural/institucional - o Império da Lei, o individualismo, as assembleias representativas, o respeito ao trabalho e às profissões (sobretudo a de comerciante) e o embrião de uma cultura de crescimento econômico -, mas também o legado de um processo de acumulação de capital que permitiu um nível de produtividade do trabalho superior ao de todas as civilizações até então.*

**Palavras-chave:** *Idade Média; Crescimento Econômico; Política/Cultura e crescimento econômico; Império da Lei; Individualismo.*
*NO, N20; F00.*

## Abstract

*The paper argues that the cultural and political legacy of the middle ages was crucial for the sustained economic growth which led to the Industrial Revolution. The medieval social/political orders had an exceptional openness to innovations (technological, organizational, and institutional) as compared to other contemporary civilizations. Such openness was due to the competition among them as well as to the existence of multiple organizations which were independent of the State. The emergence of national states would significantly change the medieval scenario but a legacy of fundamental cultural/institutional features of the middle ages played a decisive role in the forthcoming Industrial Revolution: the Rule of Law, individualism, representative assemblies, the respect for work and professions (notably that of merchant), and the embryo of a culture of economic growth. Another legacy was the process of capital accumulation which created a higher level of labor productivity than those prevailing in any other civilization at that time.*

**Keywords:** *Middle Ages and Economic Growth; Culture/Politics and Innovations; Rule of Law; Individualism.*

*1 Artigo recebido em 20/10/2017. Aprovado em 05/03/2018.*

## Introdução[2]

A historiografia que permite compreender melhor os fatores que levaram à eclosão da Revolução Industrial (RI) na Europa aumentaram imensamente nas últimas décadas. Um conjunto impressionante de trabalhos de especialistas em temas e períodos e, com base nestes, obras analíticas de fôlego cujo estudo permite contribuir com clarificações e novos entendimentos. A análise histórica comparada com base nesses trabalhos indica que na Europa Ocidental fatores político/culturais específicos fizeram com que o processo civilizatório que começa a partir do fim do Império Romano tomasse um rumo distinto daquele nas demais civilizações. A Revolução Industrial aí ocorreu não por acaso. Ela foi o resultado de um processo evolucionário impulsionado pela introdução de inovações que começa na alta Idade Média e que se acelera fortemente no século XVIII. Capitalismo, Revolução Industrial e modernidade foram fenômenos europeus, frutos de um amalgama peculiar de fatores político/culturais que pela primeira vez permitiu o rompimento de um "teto invisível" que até então havia bloqueado a continuidade do processo de crescimento econômico em todas as civilizações.

De modo geral os autores que estudaram esse processo histórico com tal perspectiva – qual seja, a de um processo evolucionário peculiarmente europeu - foram chamados de "eurocêntricos" em um sentido negativo, seja porque atribuiriam à Europa qualidades excepcionais que justificariam considera-la como superior a todas as demais; e/ou porque ignorariam as contribuições de outras civilizações; e/ou ainda porque não levariam em conta o papel da exploração colonial. Cabe destacar nesse sentido as críticas ao último grande trabalho de Landes (1998). No entanto, o "eurocentrismo" da narrativa aqui apresentada não tem nenhuma conotação de valor, mas apenas resulta da análise de fatos históricos. O fato de invenções de origem externa, em especial da China, terem tido um grande impacto inovador na Europa e praticamente nenhum em suas regiões de origem, mostra justamente o caráter peculiar da dinâmica de inovações europeia; do mesmo modo, o colonialismo deve ser visto muito mais como uma consequência e não como causa da trajetória de crescimento econômico sustentado na Europa[3].

Para North, Wallis and Weingast (2009) e Acemoglu and Robinson (2012) os fatores decisivos para explicar a ascensão europeia foram de ordem primordialmente institucional, os quais se consolidam na Inglaterra do século XVII criando as condições para a emergência de uma ordem social de acesso aberto ou de instituições políticas inclusivas, condições necessárias para um processo de crescimento econômico sustentado que desemboca na RI. Por sua vez, McCloskey (2006, 2010 e 2016) critica essa visão institucionalista. Seu argumento é de que nessa perspectiva as instituições surgem um tanto ad hoc como fator explicativo fundamental, quando na verdade seriam parte de um processo que tem início com uma mudança cultural decisiva trazida pela a ascensão da burguesia e seus valores – as virtudes, a dignidade e a igualdade burguesas. Mokyr (2016) segue na mesma perspectiva que este último embora com o foco no fenômeno cultural que representou a emergência de uma "cultura do crescimento" a partir do século XVI.

O argumento aqui desenvolvido combina as duas perspectivas e propõe considerar também como relevante para explicar a RI o que ocor-

*2 Baseado em Romeiro,AR.(2017). Agradecemos ao apoio recebido do CNPq. Uma primeira versão foi apresentada no XII Congresso Brasileiro de História Econômica, 28-30 de agosto de 2017. Universidade Federal Fluminense, Niterói.*

*3 Hobson (2004) defende que a ascensão da Europa se deveu à assimilação de invenções orientais e ao imperialismo que permitiu a apropriação de recursos orientais sobretudo (terra, trabalho e mercados). Pomeranz (2000), por sua vez, considera que até 1800 o que estava ocorrendo na Europa era similar ao que ocorria em muitos outros lugares; a "grande divergência" começaria no século XIX quando a Europa foi capaz de ter um "acesso privilegiado aos recursos ultramarinos".*

reu na Idade Média. O legado desse período foi fundamental. Como sugerem as análises de medievalistas como White (1962) e Gimpel (1975) entre outros, a Revolução Industrial no século XVIII é muito mais o resultado de um processo evolucionário inédito que começa na Idade Média quando surge pela primeira vez na história das civilizações uma "Civilização Mutante", expressão usada por Braudel (1979) para distinguir uma Civilização em permanente processo de mudança devido a introdução incessante de inovações em contraposição a todas as demais até então, onde predominava a fixidez, uma aversão a inovações vistas como perturbadoras de ordens estabelecidas consideradas ideais. Como nota Needham (1969, p.119), a Europa possuía algo como uma "qualidade intrínseca de instabilidade" (built-in quality of instability) em contraste com a situação de "homeostase espontânea" na China[4].

Acemoglu e Robinson (2012) têm razão quando postulam que a história da riqueza e pobreza das nações é a história de como foi superada ou não a resistência inerente das ordens políticas ao processo de "destruição criativa" pela introdução sistemática de inovações. O crescimento econômico é subversivo dado que sua continuidade depende da introdução contínua de inovações que impactam todas as esferas de atividade da sociedade criando ganhadores e perdedores. Por esta razão, em todas as civilizações o necessário processo de introdução de inovações que as consolida como tais tende progressivamente a cessar à medida em que as ordens políticas se consolidam[5]. Os interesses velados dos agentes dominantes dessas ordens políticas os fazem então reagir contra a introdução de inovações que os ameaçam; mesmo a população em geral que sustenta essas ordens com trabalho penoso as vêm também como ordens 'naturais' permanentes, depositárias de uma tradição (religiosa, cultural, social) cuja legitimidade não pode ser contestada.

As ordens políticas medievais possuíam essa "qualidade intrínseca de instabilidade", a qual resultava de um amalgama de fatores culturais e políticos que impedia a manutenção permanente de interesses estabelecidos: uma cultura que favorecia ações transformadoras da natureza em busca de maior conforto material dentro de uma ordem geral competitiva; a competição entre as ordens feudais e, dentro delas, a existência de instituições e organizações independentes do Estado que exerciam um contra poder com iniciativas próprias. Uma situação excepcional que oferecia um grau sem paralelo de liberdade a iniciativas inovadoras.

O trabalho começa com uma análise dos fatores culturais (2) em duas subseções, uma (2.1.) sobre a cosmovisão peculiar do período e outra (2.2.) sobre a emergência do individualismo. Em seguida vem a análise dos fatores políticos/institucionais (3). A seção (4) é dedicada à análise dos atores e da dinâmica do processo evolucionário político/institucional/cultural, tendo sido subdividida 5 subseções: (4.1.) a peculiaridade dos Estados feudais na Europa; (4.2.) o papel de uma organização religiosa indepen-

*4 Ver Romeiro (2017) sobre as razões pelas quais o Estado chinês consciente e deliberadamente combateu a difusão de invenções que poderiam ter revolucionado as atividades produtivas e que na Europa tiveram um grande impacto. É preciso distinguir invenção de inovação. Inovação ocorre quando uma invenção se difunde com grande impacto social e/ou econômico. É possível uma sociedade ser muito mais inventiva que inovadora, como foi a China; ou muito mais inovadora que inventiva como a Europa, que acolhia com entusiasmo todo tipo de invenções independentemente de sua origem.*

*5 Como observa Lopez (1976, pos.67), tendo em vista o caso do Império Romano, "o crescimento econômico...é perturbador e tende a perder seu apelo uma vez que um equilíbrio satisfatório é atingido...Cada um dos grandes impérios que floresceram antes de Roma, cedo ou tarde, cresceram até um ponto considerado confortável e procuraram não ir adiante. Similarmente, nos últimos dois séculos antes de Cristo, a Roma republicana tinha atingido junto com sua forte expansão militar um nível semelhante de aventura empreendedora e comercial; mas as convulsões políticas que acompanharam este crescimento amedrontaram os aristocratas fundiários que detinham originalmente o poder e que acabaram vencendo. Augustus restaurou a paz e dedicou o Império à tranquilidade agrícola e à busca do meio termo dourado, 'aurea mediocritas'. A cada cidadão foi garantido o sentimento de segurança e de estar bem ajustado ao padrão de vida ao qual sua posição social dava direito, sendo desencorajado a buscar mais. Estabilidade, não oportunidade, era considerado o objetivo mais desejável".*

dente; (4.3.) as universidades; (4.4.) as ordens monásticas; (4.5) as cidades independentes. Na quinta seção (5), o objetivo é mostrar as consequências econômicas dessa dinâmica político/cultural. Por último (6.), as considerações finais.

## Os Fatores Culturais

## 2.1. Uma Cosmovisão Peculiar

A cosmovisão judaico-cristã, embora tenha tido sua origem no Oriente Médio, floresce na Europa latina em todo seu potencial como fator cultural importante para explicar o extraordinário dinamismo inovador aí observado desde os primórdios do que veio a ser a Civilização Ocidental. Nessa visão o ser humano é visto como o centro da criação divina, estando a natureza a seu serviço. Para White (1967) esse fato leva a uma dessacralização da natureza, na medida em que o lócus divino/espiritual é transferido da natureza para Deus e os santos[6], conferindo com isso uma grande liberdade na sua manipulação. E, como nota Mokyr (1990), manipular a natureza é a essência mesma do progresso tecnológico inovador. Outra característica dessa cosmovisão é sua concepção linear do tempo, que pode ser regressiva, mas de modo geral era progressiva, em direção a um mundo melhor, em contraste com as concepções cíclicas predominantes em outras civilizações, onde a ideia de progresso é inexistente. Finalmente, o respeito pelo trabalho presente nos Antigo e Novo Testamento, que na Cristandade Latina Medieval assumirá, começando pelos monastérios, um valor social amplamente respeitado em contraste com a visão do trabalho como algo degradante, digno de escravos, prevalecente em todas as civilizações.

Para Le Goff (1990) as atitudes sociais que se desenvolvem neste período do processo civilizatório ocidental foram decisivas. Em relação ao trabalho em especial o período medieval foi capital. Partindo de uma situação herdada do mundo greco-romano de desprezo pelo trabalho (incluindo o de engenheiros) e de uma concepção pessimista do trabalho como maldição, punição, penitência, chega-se por caminhos múltiplos a uma valorização do trabalho e dos trabalhadores; desenvolve-se um conceito próprio e um vocabulário específico ao trabalho e aos trabalhadores. Os monastérios tiveram um papel crucial nesse processo, na solução do que pode ser considerado um conflito sócio-ideológico do trabalho a partir da regra de São Bento, ora e labora. O trabalho seria penitência sim, mas uma penitência bendita[7].

O conflito entre as duas grandes ordens monásticas do tempo, Cluny e Citeaux, teve como uma de suas motivações precisamente o peso relativo que se deveria atribuir a cada uma dessas injunções beneditinas. No final vence a visão (de Citeaux) do trabalho como dignificante da pessoa humana, digno das bênçãos celestes como as representadas pelos santos padroeiros das Corporações de Ofício. Estas corporações, como será visto mais adiante, foram inovações organizacionais decisivas para as revoluções comercial e pré-industrial medievais. Oxele (1990) assinala também que a consolidação no século XI do esquema mental das três ordens associada a três funções sociais, que justapunha a função social do trabalho junto com as funções sociais da oração e da proteção militar (oratores, bellatores et laboratores), revela uma notável valo-

*6 Em famoso trabalho publicado na Revista Science, White (1967) aponta essa dessacralização como a causa histórica da crise ecológica atual. Nesse trabalho ele retoma algumas ideias publicadas anteriormente em seu influente livro de 1962, colocando uma ênfase que parecia ser negativa em relação a esses fatores culturais. Reagindo a estas interpretações White procurou clarificar sua posição afirmando que no antropocentrismo da cosmovisão judaico-cristã a natureza deve servir sim à humanidade, porém deveria ser manejada diligentemente ('stewardship') de modo a conservar sua capacidade de provimento de meios de vida. E entende, como São Francisco de Assis, que ele propõe como Santo patrono do ambientalismo, que o direito de existir se estenderia a toda a criação independente de sua utilidade.*

*7 A valorização do trabalho manual e da sua contrapartida inseparável, a ferramenta, gerou estórias milagrosas como aquela do milagre operado pelo Prior de um monastério que teria, através da oração, recuperado uma ferramenta muito importante que havia caído no tanque, fazendo-a voltar ao cabo de madeira da qual havia se soltado (Le Goff,1990).*

rização do trabalho. Os laboratores começaram a aparecer de modo bem mais ativo no cenário histórico através de organizações sociais de camponeses, artesãos e mercadores, que se agrupam em associações juramentadas por juramentos públicos mútuos de ajuda e proteção recíprocas.

## Individualismo versus Familismo

Outro fator cultural fundamental é o excepcionalismo europeu medieval no que concerne o processo de saída do tribalismo para formas de organizações sociais estatais. A efetividade de um Estado depende do deslocamento em algum grau da lealdade dos indivíduos do grupo familiar para o Estado. Entretanto, em todas as civilizações as instituições baseadas em território e autoridade legal centralizada tiveram que ser superpostas sobre sociedades onde o familismo de origem tribal perdura – sociedades baseadas em linhagens agnáticas (patrilineares) (Fukuyama,F.2011). No caso europeu as redes de relações familísticas como base do jogo político desaparecem com a emergência do feudalismo. Este desaparecimento se deveu a ação de duas forças agindo simultaneamente. A primeira foi a capacidade de influência sociocultural de uma instituição religiosa que desde o final do Império Romano difunde um novo padrão de casamento na Europa Ocidental. Como mostrou Goody (1983), o padrão mediterrâneo era fortemente patrilinear, resultando numa sociedade segmentada em grupos endógamos com fronteiras rigidamente definidas, e com uma certa preferência para o casamento entre primos. Havia estrita separação de sexos e poucas oportunidades para a mulher ter propriedade ou participar da esfera pública.

No novo padrão de casamento promovido pela Igreja católica a herança era bilateral (pelo homem e pela mulher), o casamento inter primos banida e a exogamia estimulada. Também foram proibidas outras estratégias familísticas para manter a propriedade dentro do grupo familiar como o casamento das viúvas dentro da família, o repúdio (divórcio) da mulher pelo homem, a concubinagem e a adoção de crianças na falta de um herdeiro masculino. A mulher passou a ter maiores direitos de propriedade e de participação da vida pública[8]. Ao notar o papel das mulheres na conversão de reis pagãos, que foi crucial na expansão do cristianismo na Europa - a começar pela conversão de Clovis, rei dos Francos, no século VI, sob influência decisiva da esposa Clotilde - , Pernoud (1980) se pergunta se isto teria sido uma mera coincidência. Para ela o significativo número de casos semelhantes mostra que não foi uma mera coincidência e sim o resultado da forte atração que o cristianismo exercia sobre as mulheres ao proclamar e promover a igualdade de direitos entre homens e mulheres, tendo elas se tornado ativas evangelizadoras[9]. Por volta do final do século IV, sob influência do cristianismo, a lei civil romana já havia sido modificada, tendo sido retirado o direito de vida e morte do pai sobre os filhos, o que beneficiou em especial as filhas que tendiam a ser sacrificadas se já houvesse uma primogênita.

É digno de nota também que esse padrão de casamento promovido pela Igreja não deve ter encontrado resistências por parte das tribos germânicas que invadiram o Império Romano, a julgar pelas evidências disponíveis

*8 Goody (1983) considera que a motivação da Igreja católica nessa trajetória possa ter sido menos teológica do que institucional, na medida em que ela seria a beneficiária maior da herança daquelas que morriam sem deixar herdeiros. Por esta visão o status elevado da mulher na Europa Ocidental teria sido um efeito colateral acidental dos interesses da Igreja! Porém, a motivação teológica era extremamente importante, uma vez que era o indivíduo que estava no centro de uma reflexão teológica fundada no livre arbítrio. A mulher sem autonomia e liberdade no casamento greco-romano batia de frente com essa base teológica*

*9 Além de Clotilde no que viria a ser a França, a conversão dos Lombardos no Norte da Itália se deveu em grande medida a Theodolinda, esposa do rei Agilulf; na Espanha Theodósia se casa em 573 com Leogivilde, Duque de Toledo, que restaurou a autoridade real, e o converteu ao catolicismo; na Inglaterra cerca de vinte anos depois, Bertha de Kent obteve a conversão do rei Ethelbert; por toda a Europa as mulheres foram um fator decisivo na conversão dos povos pagãos ao cristianismo. Ver Pernoud.(1980, 18-19).*

sobre certas características peculiares dessas sociedades tribais. Entre essas características Jones (1987, 14,15) chama a atenção para a persistente tendência em manter o crescimento da população um pouco abaixo do que seria seu máximo de modo a manter terras disponíveis para pastagens e florestas, tendo como resultado um padrão de consumo (alimentar sobretudo - carne) acima daquele prevalecente na Ásia. Os indivíduos nestas sociedades tribais estavam dispostos a trocar, na margem, crianças por bens de modo a manter um dado padrão de consumo, o que 'empoderava' as mulheres. Com base no trabalho de Hajnal (1965), Jones nota como um elemento distintivo europeu a prevalência de casamentos mais tardios e de uma alta percentagem de indivíduos que não se casavam – as mulheres tinham o direito a não casar! Os indivíduos eram estimulados a formar algum pecúlio antes de casar e constituíam famílias nucleares, relativamente independentes de círculos familísticos mais amplos, sendo que este padrão de comportamento poderia ser retraçado desde o segundo milênio A.C.

Desde cedo, portanto, a sociedade europeia era individualista[10] no sentido de que eram os indivíduos e não suas famílias ampliadas (seus clãs) que tomavam importantes decisões sobre casamento, propriedade e outras questões pessoais. Desse modo, as instituições de Estado foram superpostas em sociedades onde os indivíduos já gozavam de uma grande liberdade em relação às obrigações sociais familísticas. Por esta razão Fukuyama (2011, 231) considera apropriado dizer que na Europa o desenvolvimento social precedeu o desenvolvimento político.

*10 A falácia de Hobbes: a ideia de que os seres humanos eram primordialmente individualistas e que eles resolveram se organizar em sociedades como resultado de um cálculo racional de que a cooperação social era a melhor maneira de atingir suas finalidades individuais. O que ocorreu na verdade foi o inverso: foi o individualismo e não a sociabilidade que se desenvolveu ao longo da história humana. E ele só se mantém hoje porque foram desenvolvidas instituições que se sobrepõem aos instintos comunais naturais aos seres humanos. Ver Fukuyama (2011, 29).*

A segunda força em ação na destruição das relações familísticas como base da organização social foi a forma peculiar do feudalismo europeu. Para Bloch (1949) o feudalismo, formado "no cadinho fervente" de invasões e desordens imensas, foi uma desesperada resposta de autodefesa que exigiu encontrar formas de articulação entre grupos isolados não relacionados familiarmente (o sistema de vassalagem). Em outras palavras, o feudalismo surgiu como uma alternativa não familística de organização social. As estruturas familísticas já não ofereciam uma proteção adequada na medida em que já se encontravam fortemente comprometidas pelas regras de casamento exogamicas definidas pela Igreja. A essência do feudalismo, portanto, foi a submissão voluntária de um indivíduo a outro, baseada não em relações de parentesco, mas na troca de proteção por serviço.

Desse modo, durante o período medieval, antes do início da formação dos Estados nacionais e séculos antes da Reforma, do Iluminismo e da Revolução Industrial, as sociedades europeias no Ocidente já haviam se tornado muito mais individualistas do que qualquer sociedade contemporânea a elas. Uma transformação que não resultou, portanto, destas grandes mudanças modernizantes, mas, ao contrário, foi um elemento importante para a explicar a ocorrência das mesmas. Assim, a economia capitalista emergente não teve que enfrentar, como na China e na Índia, a resistência de grandes grupos familísticos corporativamente organizados com substancial propriedade a proteger, mas, ao contrário, avançou em sociedades onde a propriedade trocava de mãos rotineiramente entre estranhos (não-parentes).

## Os Fatores Políticos/Institucionais

Outro elemento decisivo para explicar a especificidade europeia foi a fragmentação do

poder. Esta situação de fragmentação de poder decorreu de fatores geopolíticos (regiões e Estados em competição) bem como, dentro de cada Estado, de fatores que resultaram do entrelaçamento de elementos culturais e políticos que permitiram o surgimento de instituições e organizações independentes do Estado, condição imprescindível para evitar a formação de regimes despóticos. A própria emergência dos Estados centralizados na Europa Ocidental ocorreu posterior e/ou concomitantemente com o surgimento dos elementos constitutivos de uma ordem político/social menos despótica e que se tornou progressivamente mais democrática.

Tal como a define Fukuyama (2011), uma ordem política plenamente democrática é aquela onde o Estado é efetivo, porém submetido ao Império da Lei (Constituição e Judiciário independente), dando origem a Governos Responsabilizáveis (perante parlamentos, assembleias e outros corpos políticos representantes de setores mais amplos da população). Um Estado despótico pode ser efetivo, mas é imprevisível em função das inclinações pessoais, dos caprichos, dos sucessivos déspotas. Ou, como no caso do precoce e altamente despótico Estado Chinês, bastante previsível na sua aversão a mudanças no status quo. Não há um mínimo de segurança e liberdade necessárias para florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras.

De modo análogo, para North, Wallis e Weingast (2009) a ordem social mais compatível com o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras é a Ordem Social de Acesso Aberto. Acesso aberto nos sistemas econômico e político. O acesso aberto no sistema econômico evita a manipulação de interesses econômicos pelo sistema político. Por sua vez o sistema político aberto permite a contestação do grupo no poder através de meios constitucionais formais prescritos. Todos os cidadãos têm o direito, definido impessoalmente (a igualdade é impossível sem a impessoalidade), a formar organizações sem o consentimento do Estado, o que assegura a competição não violenta na política, na economia e em virtualmente em qualquer área de uma sociedade de acesso aberto. Na mesma linha, Acemoglu e Robinson (2012) apontam para emergência de instituições políticas inclusivas, que substituem as instituições políticas extrativas prévias, como a causa fundamental da grande divergência em desenvolvimento entre a Europa e o resto do mundo. No entanto, para ambos o período relevante de análise começa no final do século XVII, com a Revolução Gloriosa na Inglaterra. Até então as ordens sociais existentes seriam fechadas, com a predominância de instituições políticas extrativas.

Na verdade, como se vê, os elementos constitutivos de uma ordem político/social democrática evolveram de um modo excepcional e precoce, bem antes do século XVII, levando à formação de entidades sócio-políticas ('polities') de acesso relativamente aberto, com predominância do individualismo no plano social e de organizações e instituições de caráter corporativo independentes dos Estados em formação. É esse excepcionalismo europeu na evolução da ordem político/social que explica em grande medida sua criatividade tecnológica, organizacional, institucional e cultural. Capitalismo, Revolução Industrial e Modernidade Democrática, não ocorreram aí por acaso. São os frutos de um mesmo e único processo.

Processo este que começou no período de formação do Feudalismo, entre os séculos V e X, e que atinge uma primeira fase de maturidade entre os séculos XI e XIII, quando ocorre o que pode ser considerado como revoluções pré-industrial e comercial, impulsionadas por uma sequência de macro e micro inovações tecnológicas, institucionais/organizacionais e apoiadas

numa ampliação do processo de acumulação de capital na agricultura. Os principais atores que garantiram essa dinâmica foram os Estados feudais, as cidades, a Igreja, os monastérios, as universidades e as corporações de ofício.

Os Estados feudais que se consolidam no final no século X eram Estados em equilíbrio instável, em competição entre si e com as cidades. Eram chefiados por reis eles próprios senhores feudais, sendo apenas "primus inter pares". Eram suseranos de domínios senhoriais diversos, cujos respectivos vassalos possuíam, via de regra, relações de vassalagem com outros senhores simultaneamente, os quais com o tempo foram adquirindo controle pleno da terra que passa a ser transmitida diretamente para os herdeiros. O poder real era, portanto, limitado pelo da aristocracia feudal, que se diferencia em alta e pequena (gentry) nobreza, atuando através de assembleias representativas.

As cidades, por sua vez, tinham uma governança própria que se torna independente, as Comunas. Alternando alianças com as monarquias e a aristocracia feudal, se armando e sendo capazes de derrotar inclusive o Imperador, as cidades medievais tiveram um papel na ordem política único na história das civilizações. Para começar, formavam uma espécie de fronteira interna aos domínios senhoriais que ampliava a mobilidade do trabalho. Essa maior mobilidade, por sua vez, exercia um impacto evolutivo permanente nas relações entre senhores e servos. Também, do ponto de vista econômico, elas tiveram um impacto transformador decisivo ao muito precocemente se engajar no comércio internacional de modo diferenciado, o que permitiu criar um enorme espaço de mercado que unia norte (Mar Báltico) e sul (Mar mediterrâneo) da Europa e Ocidente e Oriente/África.

A Igreja, por sua vez, como uma instituição religiosa independente foi capaz de definir um campo de prerrogativas de poder espiritual separado do poder temporal, bem como de jogar um papel decisivo na definição e legitimação de uma lei maior à qual todos estavam subordinados, incluindo o monarca. Ligadas a esta instituição, porém com grande autonomia, cabe destacar os monastérios e as universidades. Os monastérios embora também capazes de atuar diretamente no jogo político de poder, têm seu papel mais notável como verdadeiras empresas proto-capitalistas, centros de inovações de todos os tipos, agrícolas e industriais. As universidades, por sua vez, como centros autônomos de pensamento e atuando corporativamente tiveram, por um lado, um impacto evolutivo sem paralelo no plano mais geral do embate de ideias e, por outro lado, um impacto no ordenamento jurídico ao formar toda uma categoria de especialistas legais que está na origem de um judiciário profissional independente que irá consolidar o "Império da Lei".

Por último, cabe destacar as corporações de ofício, as Guildas. Tendo como origem confrarias de ajuda mútua de profissionais tiveram também uma importante atuação no jogo político. Em especial na governança das cidades em aliança com a Comunas. Para as atividades industriais e comerciais foram decisivas. Nas atividades manufatureiras a própria forma como o trabalho foi organizado refletia uma mudança de mentalidade histórica sobre seu valor, que era depreciado em todas as civilizações. Nessas corporações o trabalho e os trabalhadores, de todas as profissões, incluindo a de mercador, adquiriram uma dignidade própria.

## Os Atores e a Dinâmica do Processo Evolucionário Político/ Institucional/Cultural

Trata-se de um quadro político-institucional de governança único: muito antes da

consolidação do Estado moderno, na Europa medieval entre os séculos XI e XIII, Estados fragmentados em competição entre si e dentro deles com múltiplas organizações independentes, garantiram algo próximo de uma ordem social de acesso relativamente aberto tal como a entendem North, Wallis e Weingast (2009) e/ou da prevalência de instituições políticas inclusivas tal como as definem Acemoglu e Robinson (2012). São as condições necessárias para o florescimento dos indivíduos e de iniciativas inovadoras. É sob a égide deste quadro cultural e político/institucional, e por causa dele, que um longo período de crescimento econômico sustentado irá ocorrer até a crise do século XIV. Um processo de crescimento "schumpeteriano", na medida que teve seu motor principal a introdução de inovações técnicas, organizacionais e institucionais. O capitalismo foi a inovação institucional maior que resultou desse processo.

## 4.1. A peculiaridade dos Estados feudais na Europa

A formação dos Estados feudais na Europa além de representar uma saída peculiar do tribalismo em função da eliminação do familismo, teve também de excepcional o fato de sua legitimidade estar fortemente condicionada pela habilidade de seus construtores em prover justiça. Nesse sentido, o crescimento do poder e da legitimidade dos Estados europeus foi inseparável da emergência do Império da Lei. Isso se deveu, por um lado, às características do feudalismo europeu; por outro, à existência de uma Lei superior legitimada por uma instituição religiosa independente com capacidade de faze-la valer.

A dinâmica deste processo resulta da própria estrutura dos Estados feudais, na qual os reis nada mais eram que primus inter pares dentro de uma ordem feudal descentralizada. Eles passavam a maior parte do tempo viajando pelos respectivos reinos uma vez que esta era a única maneira de fazer valer sua autoridade e manter as comunicações num mundo fracionado em vilarejos e feudos isolados. Um dos principais serviços que o rei podia oferecer era um tribunal real de apelações para aqueles súditos insatisfeitos com as decisões dos tribunais senhoriais locais. Evidentemente era de todo interesse do rei expandir a jurisdição de seus tribunais, na medida em que isto aumentava sua autoridade e prestígio, mas também pelo fato desses serviços serem pagos. As cortes reais itinerantes tinham a vantagem de serem mais imparciais na medida em que possuíam menos ligações com os litigantes do que as cortes senhoriais locais. Também apresentavam vantagens procedurais como a capacidade de compelir os cidadãos a servirem como jurados e, com o tempo, passaram a gozar de economias de escala e de escopo. A administração da justiça requer trabalho especializado, executado por pessoal mais qualificado tecnicamente.

É preciso ter claro que não se trata apenas de dispensar justiça, algo que cabia aos governantes em qualquer civilização, mas de dispensá-la sob o 'Império da Lei'. A Lei constitui-se de um corpo de regras abstratas de justiça responsáveis pela coesão de uma dada comunidade. Nas sociedades pré-modernas a Lei era suposta ter sua origem numa autoridade superior a qualquer legislador humano, seja uma autoridade divina, um costume imemorial ou a natureza. A Legislação, por sua vez, corresponde ao que hoje é chamado de lei positiva, sendo uma função do poder político, ou seja, a habilidade do rei, do senhor da guerra, do presidente ou do legislativo em elaborar e fazer valer novas regras com base numa combinação de poder e autoridade. O "Império da Lei" existe somente quando um corpo de leis preexistente (baseado num texto religioso ou numa Constituição como nos Estados modernos) é soberano em relação à legislação, significando que aqueles que detém o poder polí-

tico são limitados pela Lei. A distinção entre Lei e Legislação corresponde atualmente à distinção entre leis constitucionais e leis ordinárias. A prevalência do Império da Lei implica, portanto, uma limitação ao poder do Estado.

É preciso considerar que as condições para o funcionamento apropriado do Império da Lei vão além de aspectos institucionais e/ou procedurais. É necessário que esta seja percebida como justa, não podendo haver exceções. Os próprios reis, bem como os barões senhoriais, não podiam estar acima da lei, uma lei cujo valor derivava em última instância de uma sanção religiosa. O Império da Lei no seu sentido mais profundo significa, portanto, que existe um consenso dentro da sociedade de que suas leis são justas, sendo que elas devem preexistir e balizar o comportamento de quem quer que seja o governante em cada momento. A Lei é soberana e não o governante. Este último somente possui legitimidade na medida em que deriva seus poderes da Lei. No passado a principal fonte de leis justas fora da esfera da ordem política era a religião. No entanto, para que estas leis fossem acatadas pelos governantes era condição necessária que a autoridade religiosa tivesse se afirmado de modo independente da autoridade política.

## O Papel de uma organização religiosa independente

Na China a religião não refletia um consenso sociocultural, mas tendia a ser uma fonte de protesto social. O Estado chinês jamais reconheceu alguma fonte religiosa de autoridade superior à sua própria e sempre controlou facilmente toda classe sacerdotal que tenha existido. Portanto, nunca houve na China um Império da Lei baseado em autoridade religiosa. Seguindo a tradição legalista, as leis primárias eram consideradas como leis positivas. Ou seja, a Lei era o que quer que o imperador decretasse.

Na Índia a situação era completamente diversa. A religião Bramânica, que se desenvolveu no mesmo período de formação dos Estados indianos, foi capaz de subordinar a classe político/guerreira à classe sacerdotal. A Lei era fortemente enraizada na religião. Não havia um campo secular separado de elaboração de leis. No entanto, a classe sacerdotal (Brahmins) não era organizada dentro de uma Igreja de forma hierarquizada como no Ocidente. Ela agia de forma fragmentada, dividida em espécies de subclasses definidas pelas funções exercidas (os que conduziam os ritos de investiduras de reis, os que conduziam os funerais, etc.). Jamais se subordinaram ao Estado, nem se transformaram em funcionários, mas foram incapazes de ação coletiva através de uma hierarquia institucional.

Na área de domínio da Civilização Islâmica, houve Império da Lei com base em autoridade religiosa, mas não uma instituição religiosa independente do Estado. Havia a uma lei maior de origem divina claramente expressa no Alcorão que deu origem a um corpo de leis codificado – a Sharia. A legitimidade do poder temporal estava condicionada a aplicação da lei islâmica. Desse modo, houve uma fusão dos poderes espiritual e secular em ordens políticas teocráticas.

Na Europa Ocidental o Império da Lei foi institucionalizado num grau bem maior do que na Índia e no mundo islâmico, ou mesmo do que na Europa Oriental. Além das especificidades dos Estados feudais, o fator explicativo fundamental para esta diferença foi a presença de uma instituição religiosa que obteve um grau de autonomia e influência sem paralelo com outras civilizações. Após a queda do Império Romano e o consequente enfraquecimento do poder político, a Igreja católica foi capaz de afirmar sua independência. Esta independência foi se perdendo na medida em que o poder político se recupera e

cada vez mais a nomeação de Bispos e mesmo Papas passou a ser prerrogativa dos poderes políticos locais e regionais, além do próprio imperador. No entanto, no final do século XI a Igreja foi capaz de novamente, e de forma incisiva, afirmar sua independência dos poderes seculares.

Esta capacidade, sem dúvida, dependeu naquele momento da energia, tenacidade e determinação de um homem como o monge Hildebrando que se tornou Papa em 1073 sob nome de Gregório VII. Ele estava determinado em acabar com a corrupção e o rentismo ("rent seeking") que este sistema de nomeações promovia, reforçado pelo fato de que o casamento era permitido aos religiosos e que podiam legar aos filhos a propriedade que deveria ser da Igreja. A obrigatoriedade do celibato resolve este último problema. Para resolver o primeiro era necessário atacar diretamente o direito de nomeação de Bispos e padres pelos poderes seculares, conferindo-os com exclusividade à própria Igreja. Mais ainda, ele defendia a supremacia legal dos papas sobre todos os cristãos, incluindo o imperador (que poderia ser deposto).

A reação do Imperador Henry IV foi de tentar depor o Papa, que revidou excomungando-o. A excomunhão teve por efeito levar o imperador em 1077, em episódio histórico, a humildemente de pés descalços no inverno pedir perdão a Gregório VII que o esperava na fortaleza de Canossa (norte da Itália). No entanto, esse conflito sobre o "direito de investidura" somente terminará em 1122, depois de muitas idas e vindas (Gregório VII morreu no exílio em 1085) com a Concordata de Worms, através da qual o imperador Henry V, filho de Henry IV, reconhecia o direito da Igreja nas investiduras (nomeações) e esta, por sua vez, reconhecia o direito do Imperador numa série de matérias temporais. A capacidade de a Igreja levar adiante a política de independência iniciada por Gregório VII, de se firmar como um poder político autônomo, dependia certamente da peculiar situação de fragmentação política da Europa ocidental, fragmentação esta que se exacerba novamente após o fim da centralização carolíngia de Carlos Magno no século IX. Esta fragmentação permitia à Igreja buscar proteção contra ameaças seja do Imperador, seja de qualquer outro senhor da guerra, nos respectivos rivais. Os reis do reino Normando na Sicília tiveram um papel decisivo de apoio à Igreja contra Henry IV e seu filho Henry V, imperadores do Sacro Império Romano Germânico.

Para Fukuyama (2011), além de contribuir para o processo de consolidação da institucionalização da Igreja como poder político autônomo, como organização de grande complexidade e capacidade de adaptação, o conflito em torno do direito às nomeações (conflito da investidura) teve como consequência uma separação mais clara dos domínios dos poderes espiritual e temporal, abrindo assim o caminho para a emergência do Estado secular moderno. Depois de um longo e conflituoso processo, atingiu-se um compromisso sobre os respectivos e separados domínios dos poderes espiritual da Igreja e temporal do Estado, divisão esta de trabalho que estabeleceu as bases para o surgimento e consolidação do Estado secular.

Por último, este conflito foi importante para o desenvolvimento tanto da Lei como do Império da Lei na Europa. Para o desenvolvimento da Lei na medida em que este conflito estimulou os esforços da Igreja para ganhar legitimidade através da formulação de um cânon legal sistemático, o direito canônico. Para o desenvolvimento do Império da Lei na medida em que a Igreja foi capaz de criar um domínio separado e bem institucionalizado de autoridade espiritual com jurisdição universal. Como assinala Fukuyama (2011), trata-se de uma situação historicamente inédita em que o Império da Lei

se afirma na sociedade europeia não somente antes do advento de governos democráticos e responsáveis, como também do próprio processo de formação dos estados nacionais centralizados a partir do século XV. Por essa razão, mesmo os Estados mais absolutistas na Europa jamais atingirão o nível de poder despótico dos "despotismos orientais".

## As Universidades

No esforço de busca de fontes da lei que pudessem fortalecer a reivindicação de jurisdição universal em determinadas matérias, os sucessores de Gregório VII redescobriram o Código Justiniano no final do século XI. A partir de então, até os dias de hoje, este Código permanece como base das leis civis praticadas em toda a Europa continental e nos países colonizados ou influenciados por ela. O vigor deste "revival" do direito romano resultou em grande medida do fato de que os estudos legais haviam sido estabelecidos sobre novas bases institucionais com a "invenção" da Universidade moderna, começando em Bolonha em 1088, a partir das escolas das Catedrais. A diferença fundamental da Universidade em relação aos demais tipos de instituições de ensino superior na Europa e em outras sociedades, estava na liberdade e autonomia de pesquisa, de debate. Autonomia garantida por todas as instâncias de poder. Em 1158, o Imperador Federico I promulga uma "Constitutio Habita" (lei orgânica da universidade) que transforma praticamente a Universidade de Bolonha em uma Cidade Estado. As municipalidades disputavam entre si o privilégio de sediar uma universidade. O papado defendia a autonomia das universidades frente aos poderes estabelecidos, além de respeitar a autonomia de pesquisa mesmo quando esta confrontava a doutrina e/ou orientações da Igreja.

Refletindo sobre o fato de que as universidades burlavam abertamente as restrições da Igreja sobre a dissecação de cadáveres, Schachner (1938, 3) constata que:

> A universidade era a querida, a criança mimada, de todos, do Papado e do Império, do rei e da municipalidade. Privilégios eram concedidos para as orgulhosas universidades num fluxo dourado contínuo; privilégios que não tinham contrapartida, nem antes, nem depois, nunca. Nem mesmo as hierarquias sagradas da Igreja tinham tantas isenções quanto o pobre universitário pedinte que solicita a proteção de uma Universidade. As municipalidades competiam violentamente pela honra de sedia-las entre seus muros; reis escreviam cartas de sirenes para atrair grupos de 'scholars' descontentes dos domínios dos rivais; Papas intervinham com linguagem de ameaças para compelir a realeza a respeitar a inviolabilidade dessa instituição favorita.

O novo currículo legal da Universidade de Bolonha atraía estudantes de toda Europa. Logo as demais universidades começam a competir fortemente nesse domínio, com destaque para a Universidade de Paris. Desse modo, o sofisticado sistema legal do Código Justiniano pôde ser usado como modelo para a lei nas diversas regiões. Depois de um período inicial de reconstrução e reprodução do direito romano, gerações de "scholars" foram mais longe na busca dos fundamentos intelectuais da lei, indo até os filósofos gregos. Os filósofos clássicos como Aristóteles consideravam que a tradição legal recebida deveria ser submetida à razão humana e confrontada com padrões mais universais de verdade. Nesse sentido, a recuperação da tradição filosófica clássica nas universidades europeias, sobretudo pelo trabalho de São Tomás de Aquino na Universidade de Paris, encorajou sucessivas gerações de comentadores legais a irem além da reprodução mecânica de um corpo de leis existente, para refletir racionalmente sobre as fontes

da lei e como ela poderia ser aplicada em novas situações.

Uma classe separada de especialistas legais emerge das corporações universitárias, e que passa a agir de modo análogo a uma corporação de ofício no aperfeiçoamento da sua "arte". Com o tempo tanto as autoridades religiosas como as laicas vieram a compreender que deveriam confiar no conhecimento de especialistas legais ao tomar decisões, em especial na esfera comercial onde contratos e direitos de propriedade eram fundamentais.

A partir da reforma gregoriana a Igreja pouco a pouco adquire uma estrutura de Estado, com uma legislação própria, o Direito Canônico, e uma burocracia profissional, similar à que se desenvolvera na China séculos antes. A reforma gregoriana ofereceu não somente um modelo burocrático e legal para os novos Estados centralizados que começam a emergir na Europa, como também estimulou o surgimento de uma pluralidade de novas formas legais relativas a distintos domínios – o feudo, a cidade, o comércio de longa distância, o que motivou a competição entre jurisdições. Particularmente importante foi a ascensão das cidades independentes para o desenvolvimento da lei comercial em função da sua dependência em relação ao comércio externo. Assim, o Império da Lei existiu antes do poder político se concentrar nas mãos de governos centralizados.

## As Ordens Monásticas

Os monastérios tiveram um papel pioneiro na busca sistemática por inovações de todo tipo, em especial os da ordem de Citeaux. Como vimos acima, esta ordem venceu a batalha « sócio-ideológica » em favor da visão do trabalho como dignificante para o homem. De modo geral, além de fazendas modelo as novas ordens monásticas transformaram também seus monastérios em modelos para a solução de problemas técnicos não agrícolas, desde o reforço e manutenção de diques na Hollanda passando por técnicas de perfuração de poços e de construção de pontes[11], até atividades industriais variadas que tenderam a se tornar especialidades de cada mosteiro. Evoluiram para se transformarem em empresas proto-capitalistas, onde o trabalho era valorizado, porém não o trabalho pesado e repetitivo ! O que era valorizado era muito mais o trabalho criativo, incluindo o dos engenheiros que inventavam formas de torná-lo menos penoso[12].

Um documento do século XIII sobre o papel da energia hidráulica na mecanização dos trabalhos no monastério cisterciense de Clairvaux dá uma ideia notavelmente clara do nível de mecanização atingida e do entusiasmo pela sua adoção:

Um braço de rio, atravessando as numerosas oficinas da Abadia, se faz benzer em todo lugar pelos serviços que proporciona...o rio se lança inicialmente com impetuosidade sobre o moinho, onde se torna muito agitado e se contorce, tanto para moer o grão sob o peso das pedras molares, como para agitar a peneira que separa a farinha da palha. Ei-lo em seguida no compartimento vizinho ; ele enche a caldeira e se entrega ao fogo que o cosinha para preparar a cerveja dos monges se a colheita de uvas foi não foi boa. O rio não desiste. Os moinhos de prensagem de tecidos os chama por seu turno. Ele que

*11 Uma ordem monástica como dos Cartuxos, por exemplo, furou o primeiro posso suficientemente profundo através do estaqueamento de tubos de ferro de poucos centímetros de diâmetro, de modo que a água não precisava ser bombeada, subindo sob pressão subterrânea. Foi o primeiro poço "artesiano" da história e cujo nome deriva da região de Artois onde se localizava o monastério. No caso das pontes uma ordem monástica especializada foi constituída, a Ordem dos 'Irmãos da Ponte', que tendiam a construir pontes cobertas de instalações como moinhos e residências. Ver Gies1994, 112 e 148-149)*

*12 O desdenho dos intelectuais da antiguidade pelo trabalho não se limitava ao trabalho manual. Nos Gorgias, Platão já assinalava o desprezo do filósofo pelo engenheiro: « Il n'en est pas du tout moins vrai que toi, tu es pour lui plein de mépris, ainsi que pour l'art qui est le sien; que ce serait en manière d'opprobre que tu le traiterais de mécanicien, et que tu ne consentirais ni à donner à son fils la main de ta fille, ni à prendre pour toi la sienne ». Platon, Gorgias, 512c. Apud. Gimpel, (1975, 8).*

estava ocupado em preparar a comida dos monges, pensa agora em suas vestimentas. Ele não recusa nada que lhe pedem. Ele eleva ou abaixa alternativamente estes pesados pilões, estes martelos, ou melhor dizendo, estes pés de madeira, poupando assim aos monges de grandes fadigas...quantos cavalos se esgotariam, quantos homens fatigariam seus braços neste trabalho que faz por nós este gracioso rio, ao qual nós devemos nossas vestimentas e nossa comida. Quando ele faz girar de um movimento acelerado tantas rodas rápidas, ele sai espumando, como se estivesse moído. Ao sair daí, ele entra no curtume, onde ele prepara  o couro necessário ao calçamento dos monges ; ele mostra aí tanto atividade como cuidado, pois ele se divide em numerosos pequenos braços para visitar diferentes serviços, procurando diligentemente por todo lugar aqueles que têm necessidade de seus serviços, que se tratasse de cosinhar, tanar, quebrar, molhar, lavar ou moer , não recusando jamais seu serviço. Enfim, para completar sua obra, ele leva embora as imundices deixando tudo limpo.[13]

## As Cidades Independentes

O caráter distintivo único das cidades medievais na Europa ocidental resultou de um processo que começou com as cidades portuárias italianas na costa do Adriático e foi se estendendo pelo interior sob lideranças destas. Segundo Lopez (1976), estas cidades, como era comum, mantinham ligações de vassalagem com mais de um suserano, no esforço de se manterem relativamente independentes. A diferença, entretanto, é que estas cidades portuárias, com destaque para Veneza e Amalfi, mantinham ligações com o Império Bizantino. Isto explica, provavelmente, o fato extraordinário de que suas elites, incluindo as que possuíam terras, desde muito cedo participavam ativamente do comércio marítimo[14]. Veneza era politicamente independente, mas tinha como suserano o Imperador Bizantino, ao qual fornecia apoio naval e intermediava as trocas com o Império (Carolíngio) no Ocidente. Mantinha também relações comerciais com o mundo islâmico no oriente médio e norte da África. Um próspero triangulo comercial: bens de luxo orientais (principalmente, especiarias, seda e joias) e “commodities” ocidentais (ferro, madeira, suprimentos navais e escravos); além de mercadorias “venezianas” (sal das suas lagunas e vidro). A posição de Amalfi era similar, mudando apenas os tipos de mercadorias produzidas localmente: tecidos, produzidos localmente em quantidades fora do comum, e óleo de oliva. Mas era menos independente politicamente do que Veneza por não ter a proteção do mar contra os senhores feudais circundantes.

Na medida em que o progresso de Veneza e Amalfi estava deslocando o centro de poder naval e econômico para península italiana, dois portos do outro lado se juntaram a elas, Genova e Pisa, depois de terem conseguido conjuntamente expulsar os mulçumanos da Córsega e da Sardenha, acabando com os saques e devastações que sofriam. Nestas cidades virtualmente todos os habitantes eram homens livres e participavam de algum modo, mesmo que modestamente, das assembleias municipais e em atividades administrativas menores. Desde meados do século VIII mercadores aí serviam no exército em pé de igualdade com senhores fundiários com renda equivalente e todos os cidadãos eram responsáveis pela defesa das muralhas.

Os filhos mais novos da nobreza feudal circundante encontravam nas cidades italianas uma oportunidade econômica no comércio, bem como de continuar exercendo a atividade para a qual foram educados a vida toda: o combate militar nas lutas frequentes contra piratas, “in-

*13 Descriptio Monasterii Claraevallensis, Migne, Patr. Lat., t.185, 570 A-571 B. Apud Gimpel (1975, 11-12).*

*14 Já no começo do século IX o testamento do Doge veneziano Justiniano Partecipazio mencionava entre seus bens uma soma substancial investida em empreendimentos ultramarinos. Ver Lopez, (1976, pos.829).*

fiéis", cidades concorrentes e na "abertura" de mercados. Comerciantes e nobreza fundiária se fundiram, inclusive literalmente através do casamento, sendo vistos conjuntamente a partir do século XII como pertencentes à categoria dos "magnatas" que se distinguiam dos "populares" pela renda e não por títulos de nobreza. Por esta razão era comparativamente mais fácil para a população urbana como um todo depor ou comprar o senhor feudal suserano da cidade e estabelecer o próprio governo comunal, sob a direção dos magnatas, mas com participação em graus variados de todos os cidadãos.

Foi bem mais difícil para as cidades do interior conquistarem sua independência dos senhores feudais cuja cavalaria pesada era inicialmente superior às forças da burguesia compostas de falanges ainda pouco numerosas de lanceiros apoiadas por arbaleteiros. Com o tempo, o acumulo de capacidade militar permitiu-lhes forçar os senhores locais a se tornar membros das comunas como única alternativa à ruina total. Em 1176 a Liga das cidades Lombardas venceu em Legnano o senhor supremo da Itália, o Imperador Frederico Barbavermelha, conquistando completa independência; a partir de então seu elo de vassalagem com o Imperador se tornou apenas nominal. Pouco tempo depois as cidades da Toscana atingiram o mesmo status sem ter que lutar. No século XII as comunas italianas haviam se tornado essencialmente "governos de mercadores, por mercadores e para mercadores" (Lopez, 1976).

A ascensão das cidades italianas e a revolução comercial-urbana que lideraram não teriam ocorrido sem uma resposta à altura por parte da sociedade feudal em que estavam inseridas. As cidades eram parte importante de um processo evolucionário institucional de formação dos Estados feudais, caracterizado pela dinâmica de múltiplas organizações corporativas independentes, desde os longos séculos de violência e distúrbios da Alta Idade Média. Alternando alianças com diferentes suseranos, sobretudo com as monarquias em suas disputas contra os senhores feudais, as cidades foram conquistando graus variados de autonomia. Funcionando cada vez mais como uma fronteira interna aos domínios agrários feudais, tiveram um papel decisivo na dissolução dos laços de servidão ao oferecer abrigo e oportunidades aos que abandonavam a servidão no campo. Também a monetização da economia promovida pela expansão comercial torna mais embaçada a distinção entre servidão e arrendamento livre, na medida em que ambos, servos e arrendatários livres, passaram a ter obrigações em dinheiro, acelerando o movimento em direção à liberação geral.

Como assinala Lopez (1976), a revolução comercial-urbana na Europa medieval permitiu, de modo inédito na história das civilizações, a liberação da renda agrícola para investimento nos negócios e viabilizou operações de crédito mais flexíveis, dois importantes obstáculos que impediam o crescimento econômico na antiguidade. A forte expansão do crédito foi o grande lubrificante desta revolução num contexto inflacionário e de escassez de moedas. Esta expansão foi obtida através de novas formulas de parcerias e outros arranjos para dividir riscos e lucros, os quais resultaram, segundo Lopez (1976, pos.951), da insistência da Igreja de que os empréstimos eram pecaminosos a menos que fossem concedidos sem juros no espirito da caridade ("grátis e amore Dei") e da mesma atitude de cooperação que envolvia a colaboração de homens de todas as classes na luta política que levou no final a ascensão das comunas independentes. O desenvolvimento dos contratos comerciais foi tão crucial na história do comercio como aquele das ferramentas e técnicas na história da agricultura.

O desenvolvimento bancário e financeiro foi praticamente um subproduto da expansão do comércio internacional. O que banqueiros locais de depósitos não podiam fazer – tinham um capital limitado, eram regulados pelas municipalidades e corriam o risco de serem processados por tribunais eclesiásticos por usura – era mais fácil para os comerciantes engajados no comercio internacional. As operações no exterior juntamente com as inovações contratuais que introduziram os permitia legitimamente praticar as mesmas operações de crédito em conexão com suas atividades comerciais: eles aceitavam depósitos que pagavam juros, ampliando subsequentemente os empréstimos com juros maiores sem risco de serem condenados pela Igreja. Eles se beneficiavam plenamente de instrumentos inovadores como as letras de câmbio para cobrar os juros que quisessem. Estas consistiam em contratos pelos quais uma parte recebia de outra um avanço em moeda local e prometia pagá-lo de volta em outra moeda em outro local. Ostensivamente, o objetivo principal deste tipo de contrato era fornecer a uma segunda parte dinheiro no exterior, poupando-a do risco e do custo de viajar carregando o dinheiro local. Nesse esquema a primeira parte tinha direito de cobrar pelo serviço de garantir a transferência dos fundos e de fazer o câmbio para outra moeda. Dado que transcorria um certo período de tempo entre o avanço em moeda local e o pagamento em moeda estrangeira, a transação envolvia na verdade um empréstimo da segunda parte para a primeira, pelo qual a primeira parte pagava um juro escondido na taxa de cambio.

A commenda foi outra inovação contratual de extrema importância. Foi o mais próximo antecedente medieval da moderna sociedade anônima e, como muitas outras, envolvia alguma forma de crédito. Na sua forma mais simples, um comerciante de uma cidade avança um capital para outro que se dispõe a viajar para realizar um negócio. O primeiro assume os riscos do capital e tem direito a ¾ dos lucros; o segundo assume os riscos do trabalho, sendo o único responsável pelas transações comerciais efetuadas, e fica com ¼ dos lucros. A notar que esse mesmo comerciante que avança um capital a outro, também faz o inverso, recebendo capital de outros comerciantes para investir em viagens de negócios. Nos primeiros contratos se exigia que a prestação de contas fosse apoiada em alguma espécie de prova sobre o valor dos lucros auferidos, mas com o tempo os negócios fluíam na base da confiança mútua. Progressivamente as atividades comerciais se tornam rotineiras, com a competição reduzindo a taxa de lucro. Os comerciantes mais experimentados podiam dirigir seus negócios sem viajar, através de empregados e agentes comerciais. No começo do século XIV na Itália a taxa média de juros dos empréstimos comerciais havia caído para 8 a 12%. Na Alemanha a taxa legal ainda era de 43% (em Nuremberg).

Durante o século XIII o centro de gravidade do comércio no mediterrâneo se deslocou definitivamente para os “quatro grandes” do centro e do norte da Itália: Veneza, Milão, Florença e Genova[15]. No restante da região mediterrânea somente os comerciantes catalães conseguiram concorrer com os italianos e no começo do século XIV controlavam uma parte importante do comércio internacional de longa distância. No Norte, o fim das invasões e a expansão agrícola a partir do século X, também tornaram possível, como na Itália, a um certo número de cidades da Alemanha desenvolver seu próprio comércio local e de longa distância (no Báltico), desafiar a autoridade do imperador e de seus vassalos e, com o tempo, construírem seu império comercial e colonial. Os principais produtos comercializados neste “mediterrâneo” do Norte eram fibras,

*15 Em 1293 o comércio marítimo de Genova era 3 vezes maior que toda a renda do reino da França.*

grãos, madeira, resinas, alcatrão, mel, cera, peles, metais preciosos e semipreciosos, lã, sal e arenque salgado. No canto ocidental do Báltico os ingleses e holandeses conseguiram controlar o comércio, sendo que muitas commodities das regiões atlânticas, como o vinho gascão e o ferro basco, eram comercializados por comerciantes locais; a navegação de cabotagem de curta distância era um negócio de todos. Praticamente toda a produção do interior distante do mar era comercializada nos centros regionais e levada para os centros principais por comerciantes locais. Nestes os comerciantes italianos predominavam.

As feiras de Champanhe eclipsaram todas as demais a partir do final do século XII até o começo do século XIV. Elas deveram seu sucesso ao fato que elas inovaram ao funcionar em rotação entre as cidades do local durante todo o ano, servindo principalmente como centro de trocas monetárias e de mercadorias para mercadores que para lá convergiam de toda a Europa e não estavam interessados em negócios locais. As mercadorias eram representadas por amostras, no máximo; e a moeda quase que inteiramente substituída por instrumentos de crédito. Entram em declínio quando os italianos começaram a ir diretamente com seus navios aos portos do mar do Norte, lá estabelecendo escritórios permanentes.

No eixo comercial norte-sul/oriente (o Levante), através da Itália, as principais mercadorias provenientes do Levante podem ser agrupadas em dois grupos de matérias primas de alto valor: 1-) especiarias (temperos, em especial a pimenta que também era um conservante, produtos medicinais e tintas de tecido); 2-) seda bruta, pedras preciosas, marfins. Do Norte as mais exportadas inicialmente eram os metais não preciosos e a madeira; mas cedo uma crescente e variada lista de produtos industriais começou a entrar em cena: vidro, armas e outras mercadorias de ferro e, sobretudo, tecidos de linho e de lã.

Lopez (1976, pos.1369) considera que "talvez o subproduto mais notável da crescente maturidade da expansão comercial tenha sido a consolidação das colônias comerciais e a crescente dependência dos comerciantes internacionais em relação a agentes baseados no exterior". Na verdade, este não foi um subproduto, mas um fator decisivo da expansão comercial o qual, por sua vez, só foi possível devido a duas inovações organizacional/institucionais: a Comuna e o sistema de responsabilidade comunitária. Essas duas inovações proveram uma governança de Estado peculiar diante da ausência de Estados centralizados, garantindo uma governança relativamente democrática, capaz de garantir direitos de propriedade, e garantindo ao comerciante envolvido no comércio de longa distância duas condições essenciais para a expansão de suas atividades comerciais: a possibilidade de empregar agentes no exterior sem ser enganado (problema principal-agente) e evitar que os governantes de outras jurisdições agissem predatoriamente.

A Comuna se constituía em uma associação voluntária juramentada temporária, dirigida por cônsules que eram eleitos por um período limitado por um parlamento composto de todos os cidadãos de "pleno direito". Era uma comunidade auto-governada que ocupava uma área cinza entre o Estado e as comunidades. Era similar a uma comunidade na medida em que se caracterizava pela familiaridade pessoal intra-comunitária. Mas também era similar a um Estado dado que possuía um monopólio geograficamente localizado sobre o uso legal de poder coercitivo.

O sistema de responsabilidade comunitária, por sua vez, resultado de uma associação das comunas com as guildas comerciais, foi capaz de coordenar a ação coletiva de um grupo de interesses, como os dos mercadores de uma

cidade, evitando os conflitos internos ao grupo e, ao mesmo tempo, tornando possível o estabelecimento de atividades comerciais de longa distância entre agentes econômicos não relacionados por ligações de parentesco e com direitos de propriedade assegurados vis-à-vis a Estados potencialmente predadores. No sistema de responsabilidade comunitária, o tribunal de uma comuna responsabilizava todos os membros de outra comuna pelo dano causado por um de seus membros. Se o tribunal da Comuna do fraudador se recusasse a compensar a parte lesada, o tribunal da Comuna do fraudado ordenaria o confisco da propriedade de quaisquer dos membros da Comuna do fraudador presentes na sua jurisdição para compensar o fraudado. O único modo da Comuna do fraudador evitar a compensação seria não ter negócio algum com a Comuna do fraudado. Mas isto poderia representar um custo muito elevado. Portanto, o comportamento mais sensato do tribunal de uma Comuna seria dispensar uma justiça imparcial, punindo seu próprio membro fraudador de um membro de outra comuna. Este sistema de reponsabilidade comunitária transformou as comunas em organizações de vida perpétua, as quais internalizavam o custo da fraude cometida por qualquer um de seus membros contra os membros de outra comunidade. [16]

Portanto, o binômio Guilda/Comuna resolveu na Europa pré-moderna o problema da troca impessoal, caracterizada pela separação entre quid e quo através de fronteiras jurisdicionais, por meio de uma instituição capaz de fazer valer as regras (self-enforcing). Ordem privada, baseada em instituições capazes de fazer valer as regras por elas criadas, foi a marca distintiva da expansão comercial medieval, sendo que este quadro não resultou, como pensavam Hayek e Friedman, de uma "ordem espontânea" entre agentes econômicos, mas sim foi o produto de esforços intencionais coordenados de muitos indivíduos não relacionados por ligações de parentesco. As estruturas sociais criadas através destes esforços não dependiam da participação de um membro em particular, sendo autogovernadas e baseadas nos interesses mútuos de seus participantes. Elas eram autogovernadas no sentido de que seus membros participavam na especificação das regras que regulavam suas atividades. Esta participação é que tornava as regras legítimas. Em outras palavras, corporações econômicas e políticas foram centrais para a estrutura institucional em que se baseou a expansão comercial medieval.

*16 ver: Greif (2006).*

Nesse sentido, para Greif (2006), a visão tradicional de que o surgimento do Estado centralizado foi uma precondição para a expansão dos mercados deve ser revista à luz da história do sistema de responsabilidade comunitária: este sistema é que possibilitou a expansão dos mercados, expansão esta que deu origem a uma demanda institucional que influenciou o desenvolvimento de instituições estatais/governamentais baseadas na lei. Nos lugares onde os futuros Estados nacionais puderam responder a esse desafio de ampliação do seu papel, mas mantendo-se constrangidos a não abusar dos direitos, como no caso inglês, os mercados prosperaram.

## Acumulação de Capital e Produtividade do Trabalho

A revolução comercial promovida pelas cidades independentes vai impactar fortemente os setores agropecuário e manufatureiro, eles próprios possuidores de uma dinâmica evolucionária progressiva.

## Uma Revolução Pré-Industrial[17]

*17 Optamos por empregar a expressão pré-revolução industrial em vez de revolução na medida em a divisão do trabalho era basicamente setorial/regional e não no próprio processo produtivo. Este era ainda largamente artesanal nos processos onde não fosse possível mecanizar,*

A enorme ampliação do espaço comercial possibilitada pelo sistema de responsabilidade comunitária, unindo comercialmente todo o espaço europeu mais o comércio internacional com o oriente e norte da África, teve por efeito um significativo aumento de produtividade ao estimular e tornar possível especializações regionais. O próprio processo produtivo, por sua vez, vai sofrer continuas modificações tendentes a aumentar a produtividade do trabalho. Inicialmente as Guildas, organizações corporativas de ofício (uma importante inovação institucional), tiveram um papel central na organização do trabalho e no aperfeiçoamento dos métodos produtivos. Elas tinham a mesma origem de suas congeneres comerciais, nas confrarias de ajuda mutua, com seus respectivos santos padroeiros, que caracterizavam a vida social em evolução nas cidades. Na Corporação de Oficio o trabalho era estruturado hierarquicamente, dos aprendizes até o mestre superior, mas a mobilidade era aberta ao talento e a dedicação. A corporação estabelecia os níveis de qualidade do produto e o preço justo para garantir a remuneração adequada de toda a hierarquia de artesãos. Sob esta forma de organização a qualidade artesanal dos trabalhos atingiu níveis muito elevados, como o testemunha o Museu da Ferramenta de Dijon, com sua enorme coleção de ferramentas especializadas de todos os tipos para os acabamentos os mais aperfeiçoados.

No entanto, a expansão dos mercados puxada pela Revolução Comercial irá pouco a pouco destruir esta estrutura por dentro e por fora. Por fora pelo sistema de « putting-out », que consistia em deslocar a produção para os vilarejos rurais fora da juridisção das Guildas. Por dentro, na medida em que a superior produtividade possibilitada pela parcelização do trabalho artesal em operações especializadas de partes do processo começa a se impor naqueles setores mais dinamicos como o textil. A produtividade do trabalho aí foi elevada ao máximo possível pela parcelização das tarefas : a produção de uma peça de pano passava por 26 operações distintas, cada uma executada por um trabalhador especializado (Gimpel, 1975).

Para Lopez (1976), do mesmo modo que a indústria têxtil baseada no algodão sobretudo iniciou a Revolução Industrial no século XVIII, a indústria têxtil baseada na lã iniciou a Revolução Pré-Industrial medieval no século XII. Uma das razões para este fato está exatamente em que a produção de têxteis era dividida em operações especializadas a cargo de diferentes Guildas, mas que, em função da interdependência entre elas, pouco a pouco são integradas numa única unidade gerencial. Cada operação pode ser acelerada por meio de inovações relativamente simples – a tecedora a pedal no lugar da tecedora manual e a fiação com a roca no lugar da fiação manual. Em segundo, o fato de que a flexibilidade e o peso tanto das matérias primas como dos produtos acabados permitem minimizar o impacto dos custos de transporte decorrentes da concentração da produção nos lugares mais favoráveis em termos de disponibilidade de mão de obra e de capacidade empreendedora, como nos países baixos em especial.

A indústria da seda na Itália não ficou muito atrás da indústria da lã nos países baixos. Também a produção de tecidos de linho, especialmente para a roupa de baixo (‘lingeries’), teve importância equivalente, sendo os principais centros produtores na Suíça e no vale do Reno alemão. Novos produtos têxteis mais baratos como o fustão foram também desenvolvidos a partir de uma mistura de algodão e lã. Por volta de 1200 uma peça de fustão custava um vigésimo de uma peça de lã de boa qualidade. A produção têxtil medieval com base no putting-out chegou

*embora já a partir da segunda metade do século XIII a produção capitalista fora do controle das Guildas cresce rapidamente, e onde a divisão do trabalho interno se aprofunda numa relação de trabalho propriamente capitalista.*

perto da indústria têxtil inglesa nas vésperas da Revolução Industrial.

## Expansão Agropecuária e Produtividade do Trabalho

A dinâmica de inovações no setor agropecuário não poderia deixar de ter um impacto evolucionário decisivo numa sociedade pesadamente rural. A ruralidade feudal se forma durante os longos séculos de perturbações e violências da Alta Idade Média, desde a queda do Império Romano. Em termos de sistemas de produção a violência leva ao abandono da agricultura itinerante em benefício de uma agricultura permanente: em busca de proteção as populações vão se fixar nas diversas regiões em torno de um chefe guerreiro[18]. As condições ecológicas para a agricultura que resultam desta fixação populacional são radicalmente distintas daquelas da agricultura itinerante. No meio florestal a agricultura itinerante consiste basicamente em preparar o campo de cultura queimando uma parte da floresta. O fogo limpa o terreno, elimina uma série de parasitas e micro-organismos nocivos, além de tornar disponíveis para as culturas os elementos minerais contidos na matéria orgânica florestal, que voltam ao solo através das cinzas.

O solo assim aberto é cultivado durante alguns anos, enquanto suas reservas de nutrientes permitirem. Uma vez esgotado, ele é abandonado pelos agricultores durante um período de tempo suficientemente longo para que a floresta se recupere. Esse período de recuperação da floresta varia em função do clima. Nas regiões tropicais ele é mais rápido do que nas regiões mais setentrionais. Na Europa do Norte, esse período parece ter variado entre 30 e 35 anos. Desde que o período de recuperação necessário seja respeitado, esse sistema de cultura é perfeitamente equilibrado do ponto de vista ecológico, podendo ser praticado durante séculos sem degradar a floresta. Nesse sistema de cultivo, a produtividade do trabalho é relativamente elevada. Certamente superior àquela obtida com o sistema de cultura permanente que lhe irá suceder. Essa diferença se deve principalmente, aos menores custos do trabalho de preparo do solo e de controle de ervas daninhas.

O estado estrutural do solo coberto pela floresta permite que seja semeado imediatamente após a queimada, em um modo que hoje é conhecido como plantio direto, poupando o trabalho de preparação. Além disso, clareiras abertas para cultivo na floresta não são invadidas por ervas daninhas. Desse modo, no terreno florestado basta o fogo uma única vez para ter o solo pronto para o cultivo. Tudo indica, ainda, que o rendimento da terra também era superior àquele obtido com os sistemas de cultura permanente, graças aos nutrientes minerais presentes nas cinzas. Em campo aberto permanente, além de um custo mais elevado para manter a fertilidade do solo, acrescente-se o custo extremamente elevado para controlar ervas daninhas. Em um terreno coberto por ervas invasoras (gramíneas), o fogo pode ter apenas um papel complementar, sendo necessário um penoso trabalho de controle mecânico. Como observa Sigaut (1975, 167), “o maior inimigo do agricultor de outrora não era a árvore, mas sim o capim”. Assim sendo, seria realmente incompreensível o abandono pelos agricultores do sistema de cultura itinerante em favor do sistema de cultura permanente mais trabalhoso se algo não os houvesse constrangido a fazê-lo.

O sistema de cultura permanente que sucede o sistema de cultura itinerante na Europa do Norte ficou conhecido por sistema de “pousio” (jachère). Para Sigaut (1977), esse método seria uma alternativa econômica à capina manual no controle das ervas daninhas durante todo o período de crescimento dos cultivos. A lógica eco-

*18 Mancur Olson (2000) procurar mostrar como este era um resultado previsível por ser a solução mais eficiente de defesa.*

nômica dessa escolha é a seguinte: na impossibilidade de se obter fertilizantes em quantidade suficiente de fora do espaço agrícola, o terreno cultivado recebe uma fertilização incompleta, proveniente do esterco dos animais e dos restos de cultura, insuficiente para repor os elementos minerais retirados com a colheita. Nessas condições, o rendimento da terra é limitado pela pouca quantidade de elementos fertilizantes liberados a cada ano por mecanismos físico-químicos naturais. Segundo experimentos realizados na Estação Experimental de Rothamsted na Inglaterra, o rendimento médio que se pode esperar nesse caso é de cerca de 10 quintais por hectare ao ano (no caso do nitrogênio ser o fator limitante).

Dada essa produtividade da terra, havia dois procedimentos alternativos para controlar as ervas daninhas: o primeiro consistia em semear os cereais todos os anos sobre todo o terreno, para colher 10 quintais por hectare ao preço de numerosas capinas necessárias para controlar as ervas daninhas que, nessas condições, não cessariam de rebrotar. O segundo era o sistema de "pousio", que consiste em semear sobre uma parte do terreno a cada ano, de modo a dispor de tempo suficiente para limpar das ervas daninhas da parte do solo em "repouso". Nesse caso, em vez de colher 10 quintais por ha ao ano, obter-se-ia o dobro (20 quintais por ha) a cada dois anos. O produto é o mesmo, mas o trabalho gasto no controle de ervas daninhas e na semeadura é menor. Portanto, o sistema de "pousio" não teria sido a única resposta técnica possível para enfrentar os problemas ecológicos da agricultura em campo aberto, mas sim a resposta mais econômica, ou seja, menos trabalhosa.

Nessa busca por aumentar a produtividade do trabalho a invenção do arado medieval, ou melhor da charrua, representou um salto decisivo. Concebido primordialmente para controlar ervas daninhas (capim), o novo arado[19], ao contrário do arado da antiguidade que apenas sulcava a terra, revira o solo de modo a expor ao sol as raízes das ervas daninhas. Nesse novo sistema de cultura permanente, o terreno foi dividido inicialmente em duas partes (sistema de rotação bienal), sendo que uma permanece em "pousio". No período seguinte, a cultura troca de lugar, permanecendo em "pousio" a faixa que fora cultivada no período anterior. Esse período de "pousio" foi confundido por um grande número de autores[20] com um período de "descanso" para que o solo recupere a fertilidade. Nesse caso, a lógica de alternância de cultivos seria análoga àquela da agricultura itinerante, mas com o período de "descanso" reduzido para apenas um ano. Na verdade, como precisa Sigaut (1977), essa ideia vai contra o próprio sentido etimológico da palavra "jachère", usada para caracterizar o sistema na França e que quer dizer trabalhar a terra. Durante todo o período de "pousio" a terra é trabalhada. Essa divisão do terreno em faixas entre as quais se alterna o cultivo faz parte, portanto, de uma técnica de preparo do solo. Na Europa do Norte úmida seu papel primordial era controlar as ervas daninhas.

Quanto à fertilização do campo de cultura, esta representava efetivamente um grande problema a resolver. Na impossibilidade de contar com fontes exógenas de nutrientes em escala significativa, as técnicas de fertilização se

*19 Ele é composto de 3 partes fundamentais: uma lâmina vertical, outra horizontal inclinada, que tem por funções cortar e levantar o solo e uma aba curva fixada na parte superior, cuja função é fazer girar em 180 graus o solo cortado. Mazoyer (1977) sustenta que sem esse instrumento não teria sido possível a prática de um sistema de cultura permanente na Europa do Norte. O arado da antiguidade utilizado na Bacia do Mediterrâneo, que apenas sulca o solo, não serve para romper o denso tapete herbáceo e controlar a rebrota nos solos pesados e úmidos da Europa setentrional.*

*20 Ver, entre outros autores, Bloch, (1976), Boserup (1970). Laurent,. (1976) e Dovring (1965). Em especial Boserup (1970), que considera que o sistema de cultura medieval de faixas alternadas de "pousio" teria sido o resultado do progressivo encurtamento do período de repouso necessário para a recuperação da floresta na agricultura itinerante. Desse modo, não teria existido ruptura, mas simplesmente uma diminuição progressiva dos rendimentos à medida que se reduzia o tempo de "repouso" da terra, até o ponto em que os agricultores "teriam percebido" que com a introdução do arado poderiam impedir a continuidade dessa queda dos rendimentos por hectare.*

baseavam na transferência de matéria orgânica das terras circundantes para o campo sob cultura permanente. Essa transferência era feita de duas maneiras: seja diretamente, através da coleta da vegetação (étrepage), seja indiretamente, através dos intestinos dos animais. A penúria da forragem disponível nas parcelas em "pousio" (restos de cultura, ervas daninhas arrancadas) forçava os camponeses a completar a alimentação do gado soltando-o nos bosques e pastagens naturais circundantes e recolhendo-o para o pernoite nos campos de cultura ("parcage de nuit") de modo a aproveitar as dejeções noturnas. As perdas de elementos minerais eram elevadas, especialmente de nitrogênio.

## 5.1. Dinâmica da Mudança Técnica

A invenção do arado pesado (charrua) tornou possível trabalhar com mais eficiência, em termos da produtividade do trabalho, os solos pesados do norte da Europa. Foi uma resposta tecnológica a uma mudança radical das condições agroecológicas ocasionada pela passagem da agricultura itinerante para a agricultura permanente. Esse instrumento torna possível uma preparação mais eficiente e rápida do solo. No entanto, seu uso plenamente eficaz é limitado quando atrelado a bois. O cavalo é o animal de tiro ideal por ser mais rápido. O problema é que o cavalo tinha uma capacidade de tração muito inferior àquela do boi, não apenas por ser menos forte[21], mas principalmente devido ao sistema de atrelagem utilizado até então. Tratava-se de um sistema no qual o ponto de apoio para o esforço de tração se localizava no pescoço do animal, comprimindo a jugular. A solução para esse problema foi a invenção do "colar" de cavalo ("horse collar"), um sistema de atrelamento que deslocava o ponto de apoio para o peito (ou "ombros") do cavalo. Nesse sentido, o sistema de atrelamento anterior representava (literalmente) um verdadeiro "ponto de estrangulamento" que impedia o uso mais eficiente do novo instrumento agrícola[22].

White (1962) considera que essas invenções combinadas dão origem a uma revolução agrícola entre os séculos VII e IX comparável àquela que irá ocorrer nos séculos XVIII e XIX. O ponto culminante desse processo será atingido com a passagem do sistema de rotação bienal para o sistema de rotação trienal. Nesse último, a parcela a ser cultivada passa a ser dividida em três faixas, sendo uma semeada normalmente com um cereal de inverno (trigo ou centeio) no final do outono, outra permanecendo em "pousio" e a terceira, esta é a novidade, semeada no começo da primavera com um cereal menos nobre como alimento humano (aveia, principalmente), mas também menos exigente em nutrientes que o trigo. Desse modo, em vez de produzir somente sobre metade da parcela a cada ano, passa-se para 2/3 da área total, o que representa um ganho de área de 34% em relação ao sistema de rotação bienal, para uma mesma quantidade de trabalho.

Do ponto de vista do calendário agrícola, os dois sistemas apresentam as seguintes fases básicas do trabalho: no sistema bienal, semeadura do cereal de inverno sobre a faixa que havia sido trabalhada durante o período de "pousio", aração do solo da faixa em "pousio" e colheita; no sistema trienal, semeadura do cereal de inverno na faixa que havia sido trabalhada durante o período de "pousio", a aração do solo da faixa em "pousio", semeadura da cultura de primavera na faixa que no período anterior havia sido cultivada com culturas de inverno e duas colheitas.

Para que esse novo calendário do trabalho agrícola fosse exequível, o preparo do campo

*21 Essa deficiência será solucionada através da seleção de raças de cavalos mais pesados e fortes.*

*22 Com o cavalo torna-se possível também empregar grades dentadas destinadas a afinar o horizonte superficial do solo cujo uso eficaz só é possível a partir de uma certa velocidade.*

para o plantio da cultura de primavera tinha que ser executado muito rapidamente, caso contrário não haveria tempo para que os grãos estivessem maduros no final do verão. Como se nota, no novo sistema o trabalho é melhor distribuído ao longo do calendário agrícola, mas é também mais preciso e mais intensivo, necessitando de um conjunto de instrumentos de preparo de solo mais rápidos e possantes, o que somente poderia ser obtido com o uso do cavalo como animal de tração. Apesar do fato desse novo conjunto de aração ser conhecido desde o século VIII, sua difusão mais ampla, juntamente com o sistema de rotação trienal, só adquire maior velocidade a partir do final do século X. Segundo White (1962), isto se deveu ao fato de que a mudança para o sistema trienal esbarrava nos interesses estabelecidos sobre a divisão das terras. Entretanto, este quadro fundiário sofreu um forte impacto com as grandes invasões Vikings do século IX e X, fazendo com que no final do século X houvesse grandes áreas devastadas a serem repovoadas, o que facilitou a adoção do novo sistema. É preciso considerar ainda o estímulo proveniente da mudança climática favorável no final do milênio[23] e da forte expansão do comércio. Ao aproximar-se o fim do primeiro milênio o longo ciclo deflacionário e de declínio demográfico que caracterizou esse período desde a queda do Império Romano, se revertem (o custo de vida quadruplicou na Inglaterra entre 1150 e 1325).

Está claro que não era possível implantar o sistema de rotação trienal sem a possibilidade de empregar o cavalo como animal de tração pesada. No entanto, o inverso também era verdadeiro, isto é, a expansão significativa do rebanho equino para uso nas mais variadas atividades na Europa só se tornou possível com a difusão do sistema trienal. Isto porque o cavalo, não sendo um ruminante, tem necessidade de complementar sua alimentação com cereais. Com o sistema de rotação bienal, a produção de cereais não era suficientemente grande para alimentar homens e animais. Com o sistema trienal, a cultura da primavera, geralmente a aveia, será destinada quase que exclusivamente para alimentar os cavalos. A expansão do rebanho equino, por sua vez, terá importância decisiva no desenvolvimento da Europa.

A começar pelo estímulo a uma série de atividades manufatureiras de ´produção dos equipamentos relacionados ao uso eficiente do cavalo. Dentre essas atividades, cabe mencionar a metalurgia na produção de ferraduras, sem as quais o uso intensivo do cavalo se tornava praticamente inviável. Outro elemento de transformação decisivo foi o emprego do cavalo no sistema de transporte, possibilitando a substituição do lento carro de boi por toda uma gama de equipamentos (carroças, carroções, charretes, etc.) destinados a múltiplos e variados usos. A melhoria da capacidade de transporte, por seu turno, teve múltiplos impactos positivos, a começar por aqueles no próprio sistema produtivo agrícola, ao tornar possível a aplicação mais sistemática de corretivos de solo como o calcário, além de alguns tipos de fertilizantes químicos naturais.

Além disso, como assinala Mazoyer (1977, p. 31), sem o transporte de várias toneladas de forragem, de palha e de esterco por cabeça de animal de grande porte por ano, não teria sido possível estabular e alimentar o gado no inverno e, por conseguinte, aumentar a produção animal e distribuir os fertilizantes orgânicos produzidos[24]. Até então, como foi mencionado, o método de fertilização consistia na transferência de matéria orgânica, direta ou indiretamente, dos

*23 Houve uma mudança climática importante provocada pelo movimento do ciclo glacial. Esse movimento depois de haver se expandido entre os séculos V e VIII, tornando o clima ruim, começou a refluir abrindo uma temporada climática mais amena e favorável à agricultura que durou até o final do século XIII.*

*24 Holmstrom, citado por Usher(1954), faz as seguintes estimativas sobre a capacidade de diversos meios de transporte: Homem 1.750 toneladas por Km ao ano; Pequenos animais 1.600; Animais de grande porte 3.600; Carros puxados por bois 8.650; Carros puxados por cavalos 15.000.*

bosques e campos circundantes para a terra de cultura. As perdas eram elevadas. Com a estabulação torna-se possível aproveitar integralmente as dejeções dos animais que, além disso, passaram a ser tratadas por métodos de compostagem que evitam as perdas de nutrientes, especialmente de nitrogênio. Em consequência, os rendimentos por hectare evoluem para dobrar com o tempo, compondo-se com a expansão de um terço da área cultivada com o sistema trienal para resultar num aumento muito significativo da produtividade do trabalho agrícola.

É preciso considerar ainda que a verdadeira revolução no sistema de transporte proporcionada pelo cavalo teve impacto inclusive sobre a distribuição geográfica da população, levando ao que ficou conhecido como um processo de "vilagelização": essas maiores facilidades de transporte permitiram aos camponeses habitar em vilas e se deslocar diariamente para os campos. Isto facilitou a defesa das comunidades agrícolas, que tenderam a se concentrar em vilas em torno de uma igreja que servia de «casa de Deus e abrigo dos homens» (lugar de reunião, de refúgio e mesmo de celeiro em casos de colheitas excepcionais) (Bloch,1976). Os impactos socioeconômicos e sobretudo culturais e psicológicos desse processo são incalculáveis.

Em resumo, a partir da invenção do arado, pode ser retraçada toda uma cadeia de inovações e melhorias que desenvolveram a infraestrutura e a capacidade de transporte da coletividade, aumentando seu potencial de acumulação de capital e dando origem ao que Mazoyer (1977) chamou de "cultura atrelada". Braudel (1979) assinala como um dos elementos marcantes do dinamismo da civilização europeia justamente a utilização maciça do cavalo como meio de transporte humano e de carga, em contraste com o esforço sobre-humano que exigia o transporte nas costas dos homens utilizado maciçamente em outras grandes civilizações como a Chinesa e a Hindu. Portanto, o aumento do rebanho equino representa uma forma superior de, literalmente, acumulação de capital[25] qualitativamente distinta daquela baseada em outros tipos de rebanhos.

Esse tipo de encadeamento entre técnicas é um fenômeno recorrente na história do progresso técnico. Via de regra, as técnicas não são isoladas umas das outras, mas articuladas num conjunto coerente; desse modo, basta que um dos elos se altere para que uma série de desequilíbrios apareçam, induzindo o surgimento de novas técnicas para supera-los. O novo sistema produtivo que assim surge tem, por seu turno, impactos em outros setores da economia, cuja evolução vai desempenhar um papel importante na própria difusão e desenvolvimento ulterior desse novo sistema produtivo, bem como da economia como um todo. A passagem para o sistema de rotação trienal não resultou, portanto, da pressão demográfica como tem sido assumido[26] e sua generalização elevou a produtividade geral do trabalho agrícola. O novo sistema de rotação trienal não exigia mais braços do que os já disponíveis, mas sim um meio de trabalhar mais rapidamente a terra. As novas bocas a alimentar não eram a dos homens, mas principalmente as dos cavalos. E mesmo tendo em conta que estes poderiam consumir quase inteiramente a nova produção de cereais, havia todo o interesse em introduzir o novo sistema pelo simples fato de poder alimentar mais cavalos, esses fantásticos meios de trabalho, de transporte, além de temíveis armas de guerra.

Cabe acrescentar ainda que, com respeito ao nível de vida do campesinato feudal, a difusão desse conjunto de inovações proporcionou aos camponeses uma ração alimentar cotidiana

*25 A origem da palavra capital é rebanho, "cheptel" em francês.*
*26 Ver Parrain (1942), Slicher van Bath (1966) e, especialmente, Boserup (1967) e North. e Thomas (1973).*

altamente satisfatória, que incluía normalmente a carne. É totalmente falsa, portanto, a ideia ainda prevalecente, pode-se dizer "popular", de que quanto mais se recua no tempo em direção à Idade Média, mais se aprofunda a miséria. Como observa Braudel (1979, tomo 1, 163), o que se passa e justamente o contrário. A deterioração das condições de vida da massa camponesa começa a partir do final do século XIII, em função do esgotamento da fronteira agrícola com o desflorestamento quase que completo, associado a uma nova mudança climática, desta vez desfavorável. O privilégio da "Europa carnívora" (l'Europe carnivore), segundo sua expressão, só será restabelecido (para os camponeses) com a generalização do sistema de rotação de culturas de tipo Norfolk ao longo do séculos XVIII e XIX.

## 5.2. Acumulação de Capital Agropecuário e Capitalismo

Além dos impactos transformadores dinâmicos inerentes ao tipo de acumulação de capital puxada por inovações da agricultura feudal, no contexto institucional/organizacional existente essa acumulação se conecta com a expansão manufatureira e comercial. A Revolução Comercial capitalista iniciada pelas cidades italianas no século IX não teria tido a amplitude que teve sem uma resposta à altura do mundo agrário feudal. Essa resposta implicou a progressiva redução dos laços de servidão nas relações entre camponeses e senhores em benefício de formas contratuais não servis, que desde sempre coexistiram com o sistema de relações de servidão, mas que vão assumindo um papel preponderante.

Vilar (1975) observa que foi somente a partir do século XI - período em que esta evolução tecnológica, socioeconômica e institucional chega à sua maturidade - que se generalizou o grande comércio internacional e que sua penetração se combinou com o crescimento da produção local e com a progressiva substituição do artesanato rural pelo artesanato urbano. O crescimento do excedente por unidade de trabalho tem impactos dinâmicos muito distintos dos impactos do aumento da massa de excedente trazido apenas pelo crescimento populacional: acirra a disputa entre servos e senhores pelo seu controle e estimula processo de diferenciação social do campesinato, dando origem a uma classe de capitalistas agrários. O desenvolvimento do comércio acelera ainda mais esse processo interno, modificando os hábitos de consumo do senhor feudal ao aumentar a quantidade e diversidade das mercadorias à sua disposição, o que não só acelera a difusão das prestações em dinheiro, como contribui para sua ruína ao leva-lo a uma dependência crescente do crédito[27]. O desenvolvimento das cidades também acelera a dissolução do sistema na medida em que aumenta o poder de barganha dos servos face aos senhores ao oferecer uma alternativa de trabalho e abrigo. Nos termos de Kula (1977), o "coeficiente de opressão praticável" se reduz em benefício dos servos[28].

É preciso não perder de vista que o feudalismo europeu evolui na maior parte do tempo num contexto de escassez de trabalho. Até o século X entretanto, período de formação, a escassez de trabalho agropecuário (e seu preço) é contrabalançada pela escassez de trabalho militar: a situação de extrema insegurança obriga os camponeses a se colocarem sob proteção

*27 "(...) joga também contra o senhor o luxo crescente da vida moderna, que ele quer alcançar a todo preço. Do mesmo modo que o camponês, o senhor faz a felicidade dos usurários burgueses" (Braudel, 1979, tomo 2, p. 226).*

*28 Segundo Kula (1977), o limite fisiológico à exploração dos servos pelos senhores feudais é modificado pelo coeficiente de opressão praticável, sendo definido este como o limite social da carga que é possível impor aos camponeses num dado quadro institucional, tendo em conta os rendimentos do trabalho, a correlação das forças sociais e as possibilidades de fuga e sabotagem. E preciso ter em conta, entretanto, que a análise de Kula se refere à Europa Central, num período em que se difunde o que ficou conhecido como "segunda servidão". Esse fenômeno constituiu-se de uma re-imposição de obrigações feudais (sem os deveres) pelas elites agrárias dessa região para aumentar a extração de excedentes de grãos destinados à exportação para a Europa ocidental em expansão urbana e industrial.*

de um chefe de guerra. A partir do século XI, quando cessam as grandes invasões, a fronteira agrícola se abre ampliando disponibilidade de terras as serem cultivadas. Portanto, cai o valor do trabalho militar e aumenta o valor do trabalho agropecuário. É o momento de grande expansão dos monastérios que não contavam praticamente com proteção militar. A disputa por mão de obra se acirra, tornando cada vez mais difícil para um senhor feudal manter o controle de um excedente que se amplia em função do progresso técnico.

As deserções eram numerosas e continuas. Frequentemente era o êxodo de toda uma aldeia, ou mesmo de todo um cantão, quando o senhor se mostrava inflexível. Por exemplo, no século XII os habitantes da ilha de Ré desertaram em massa por causa da severidade do senhor, vendo-se este obrigado a fazer concessões a fim de reter alguma mão de obra. Os senhores, por sua vez, procuravam fazer acordos de assistência mutua para a captura de servos fugitivos. Porém, as "forças de mercado" tenderam a prevalecer de modo que, não obstante tratados e mutuas promessas, o comportamento oportunista se generaliza em uma efetiva concorrência para atrair e seduzir os servos do domínio vizinho, o que implicava necessariamente ter que fazer certas concessões para não perder a mão de obra. Em muitas regiões na França os senhores se viram obrigados a vender franquias em troca de uma renda, levando à formação de comunas rurais através de associações de aldeias que possuíam, de modo similar ao das cidades, prefeitura e jurisdição próprias (ver Dobb, 1974, 65/66)[29].

O primeiro passo no caminho para a emancipação dos servos foi dado quando as prestações em trabalho, que caracterizam o sistema dominial clássico, foram transformadas em prestações em produtos e finalmente em dinheiro. Certamente, isso teve um impacto profundo nas relações entre servos e senhores; as relações pessoais entre servos e senhores são pouco a pouco substituídas por relações impessoais e objetivas. Takahashi (1972) observa também que a transformação das prestações em trabalho em prestações monetárias fixas, como rezava a jurisprudência, se constituiu também num fator importante de transformação das relações feudais, na medida em que a produtividade aumentou e a moeda se desvalorizou com a inflação, beneficiando os servos e, por conseguinte, reforçando o processo de diferenciação social no seio do campesinato e a decadência dos laços de servidão. Uma parte da classe senhorial conseguirá escapar da ruina transformando-se em capitalistas agrários ou comerciais[30].

## Considerações Finais

Após a queda do Império Romano, a nova ordem política que se afirma lentamente na Europa do Norte foi uma ordem política fragmentada em Estados feudais eles próprios caracterizados pela fragmentação do poder entre diversas instituições e organizações (corporações): monarquia, aristocracia feudal, Igreja, cidades independentes, monastérios, universidades e corporações de ofício. Esta ordem política fragmentada se combina com dois traços culturais distintivos: (a) uma cosmovisão, judaico-cristã, caracterizada por uma concepção linear, progressiva, do tempo, onde a natureza é uma criação divina que os homens devem manejar em benefício próprio e o trabalho visto inicialmente como uma penitência, mas que evolui para ser visto como uma atividade dignificante; (b) a afirmação e prevalência do individualismo em contraposição ao familismo predominante nas demais civiliza-

*29 Tem razão Sweezy (1972, p.40), em sua polêmica com Dobb, ao afirmar que "o declínio do feudalismo na Europa ocidental se deveu à incapacidade da classe governante para conservar o controle sobre, e consequentemente para superexplorar, a força de trabalho da sociedade".*

*30 Para os autores marxistas de maneira geral, Takahashi é uma das exceções, o dogma da "acumulação primitiva" os impede de admitir um processo de acumulação 'originária' de capital que não fosse através "das crises, violências, desequilíbrios, açambarcamentos e usuras que marcam o fim do regime feudal"...Ver: Vilar, (1975, 39).*

ções, condição indispensável para a evolução de uma sociedade baseada em contratos entre não parentes. Esse amalgama de fatores culturais e políticos produziu uma situação civilizacional inédita em termos de abertura à introdução incessante de inovações culturais, políticas, organizacionais e tecnológicas.

Do ponto de vista econômico pode-se dizer que um dos resultados mais expressivos do ambiente político/institucional e cultural que caracteriza o período foi o aumento da produtividade marginal do trabalho em marcado contraste com, por exemplo, o caso da China. A começar pelo principal setor produtivo, a agropecuária, mas se estendendo a todos os demais. A grande crise do século XIV encerra uma fase no processo evolutivo europeu, mas a retomada do crescimento no século XV é estimulada pela formação de Estados centralizados em competição entre si. Além disso, foi decisivo que essa retomada tenha partido de um legado medieval importante: a começar por um nível comparativamente elevado de acumulação de capital físico (sobretudo aquele representado pela vasta rede de moinhos eólicos e hidráulicos e pelo rebanho equino); mais decisivo ainda, a formação de Estados centralizados não eliminou inovações culturais e institucionais fundamentais geradas no período medieval: o Império da Lei, o individualismo, as assembleias representativas capazes de limitar o poder dos governantes, o respeito às profissões, o embrião de uma cultura do progresso, do crescimento.

Desse modo, embora com a ascensão dos Estados nacionais centralizados muitas das organizações medievais que tiveram papel importante no dinamismo inovador desse período vão desaparecer ou perder em grande medida sua autonomia - como as corporações de ofício, as cidades autônomas, a própria Igreja -, o movimento evolucionário impulsionado por inovações "schumpeterianas" vai continuar e levar à Revolução Industrial no século XVIII.

## Referências Bibliográficas

Acemoglu, D.and Robinson,J.A.(2012). Why Nations Fail. The Origens of Power, Prosperity and Poverty. New York: Crown Publishers. Kindle Edition.

Bloch,M.(1949). La société feodale. La formation des liens de dependence. Paris: Albin Michel.

Bloch,M.(1976). Les caractères originaux de l'histoire rurale française. Paris: Librairie Armand Collin.

Boserup,E.(1970). Evolution agraire et pression démographique. Paris: Flammarion.

Braudel,F.(1979, tome 1). Les Structures du Quotidien. Civilisation materièlle, économie et capitalisme, XVème – XVIIIème siècles. Paris: Librairie Armand Collin.

Braudel,F.(1979, tome2). Les Jeux de l'Echange. Civilisation materièlle, économie et capitalisme, XVème – XVIIIème siècles. Paris: Librairie Armand Collin.

Braudel,F.(1979, tome3). Les Temps du Monde. Civilisation materièlle, économie et capitalisme, XVème – XVIIIème siècles. Paris: Librairie Armand Collin.

Dobb,M. (1974). Estudios sobre el Desarollo del Capitalismo. Siglo Veintiuno Argentina Editores S.A.

Dobb,M.(1972). "Replica". In: Do feudalismo ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Dovring,F.(1965). "The transformation of European agriculture". In: Habakkuk,H.J. and Postan,M.(ed.). The industrial revolution and after: income,population, and technological change (II). The Cambridge Economic History, Cambridge at the University Press.

Fukuyama,F.(2011). The Origins of Political Order. From Prehuman Times to the French Revolution. New York : Farrar, Straus and Giroux.

Gies,F.&F. (1994).Cathedral, Forge, and Waterwheel. Technology and Invention in the Middle Ages. New york : Harper Collins Publishers.

Gimpel, J.(1975). La révolution industrielle au Moyen Age. Paris : Éditions du Seuil.

Goody,J.(1983). The Development of the Family and Marriage in Europe. New York : Cambridge University Press.

Greif,A.(2006). Institutions and the Path to the Modern Economy. Lessons from Medieval Trade. Cambridge University Press. Kindle Edition.

Hajnal,J. (1965). European marriage patterns in perspective. In Population in History, ed. David

Glass and D.E.C. Eversley. London : Edward Arnold.

Hobson,J.M.(2004). The Eastern Origins of Western Civilization. Cambridge University Press.

Jones,E.L.(1987). The European Miracle. Environments, economies and geopolitics in the history of Europe and Asia. Cambridge University Press.

Kula,W.(1979). Teoria econômica do Sistema feudal. Lisboa: Presença.

Landes,D.(1998). The Wealth and Poverty of Nations. New York: W.W.Norton & Company,Inc.

Laurent,R.(1976). "L'Utilisation du sol: la renovation des methods de culture". In: Histoire Économique et Sociale de la France, Tome III, Vol. II. Paris: Presses Universitaires de la France.

Le Goff,J.(1990). "Le travail dans les systems de valeur de l'Occident medieval. In: Hamesse,J. et Muraille-Samaran,C. (Ed.). Le Travail au Moyen Âge. Une approche interdisciplinaire. Textes, Études, Congres, vol.10. IEM/Université Catholique de Louvain.

Lopez,R.(1976). The Commercial Revolution of the Middle Ages 950-1350. Cambridge University Press. Kindle Edition.

Mazoyer,M.(1977). "Evolution et differenciation des systems agricoles d'exploitation de la nature". In: Les hommes et leurs sols, n.1 special du Journal d'Agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée, v. 12/3, Avril/Septembre.

McCloskey, D. N. (2006). Bourgeois Virtues. Ethics for an Age of Commerce. The University of Chicago Press.

McCloskey, D.N. (2010). Bourgeois Dignity. Why economics can't explain the modern world. The University of Chicago Press.

McCloskey, D.N. (2016). Bourgeois Equality. How ideas, not capital or institutions, enriched the world. The University of Chicago Press.

Mokyr,J.(1990). The Lever of Riches. Technological Creativity and Economic Progress. Oxford : Oxford University Press.

Mokyr,J. (2016). A Culture of Growth. The Origins of the Modern Economy. Princeton University Press.

Needham,J.(1969). The Grand Tritation. Toronto: University of Toronto Press.

North,D. and Thomas,R.P.(1973). The Rise of the Western World. A New Economic History. Cambridge at the University Press

North,D.C.,Wallis,J.J.and Weingast,B.R.(2009). Violence and Social Orders. A Conceptual

Framework for Interpreting Recorded Human History. Cambridge: Cambridge University Press.

Oxele,O.G.(1990). “Le Travail au XI siècle: réalités et mentalités”. In: Hamesse,J. et Muraille-Samaran,C. (Ed.). Le Travail au Moyen Âge. Une approche interdisciplinaire. Textes, Études, Congres, vol.10. IEM/Université Catholique de Louvain.

Olson,M.(2000). Power and Properity. Outgrowing capitalist and communist dictatorships. NY: Basic Books.

Parrain,C.(1944). “The Evolution of Agricultural Technique”. In: The Agrarian Life of Midle Ages. The Cambridge Economic History, Ed. By J.H. Claphannad E. Power, Cambridge University Press.

Pernoud,R.(1980). La femme au temps des Cathédrales. Paris: Éditions Stock.

Pomeranz,K.(2000). The Great Divergence. China, Europe, and the Making of the Modern World Economy. Princeton University Press.

Romeiro,A.R.(2017). História do Crescimento Economico. As Origens Político Culturais da Revolução Industrial. Texto para Discussão no. 312, IE/Unicamp.

Schachner,N.(1938). The medieval Universities. New York: Frederick A. Stokes. Apud Stark,R. (2014).pos.3081.

Sigaut,F.(1975). L’Agriculture et le Feu. Role et place du feu dans les techniques de preparation du champ de l’ancienne agriculture europeenne. Paris: EHESS et Mouton and Co.

Sigaut,F.(1977). “Quelques notions de base em matière de travail du sol dans les anciennes agricultures europeennes”. In: Les hommes et leurs sols, n.1 special du Journal d’Agriculture Tropicale et de Botanique Appliquée, v. 12/3, Avril/Septembre.

Slicher,Van Bath, B.H.(1966). The Agrarian History of Western Europe, A.D.500-1500. London: E. Arnold Publishers Ltd.

Stark,R.(2014). How the West Won. The Negleted Story of the Triumph of Modernity. Wilmington: ISI Books. Kindle Edition.

Sweezy,P.M.(1972). “Uma critica”. In: Do feudalismo ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Takahashi,H.K.(1972). “Uma contribuição para a discussão”. In: Do feudalismo ao capitalismo. Lisboa: Publicações Don Quixote.

Usher,A.P.(1954). A history of mechanical inventions. Harvard University Press.

Vilar,P.(1975). “A transição do feudalismo ao capitalismo”. In: Santiago, Theo A. (Org). Capitalismo, transição. Rio de Janeiro: Eldorado.

White,L.(1962). Medieval Technology and Social Change. Oxford University Press.

White.L.(1967). “The Historical Roots of four Ecological Crisis”. In: Science, 155.

# Novíssima dependência e desenvolvimentismo nos governos do Partido dos Trabalhadores (PT)[1]

**Angelita Matos Souza**[2]
*Universidade Estadual Paulista*
*angelita@rc.unesp.br*

## Resumo

*Neste artigo o objetivo é refletir sobre dependência e desenvolvimento na análise dos governos do Partido dos Trabalhadores (2003-2016). Sem deixar de reconhecer os avanços sociais e econômicos do período, a ideia central é a de que alternativas mais arrojadas de políticas estatais visando o desenvolvimento estavam restringidas pela emergência do que será apresentado como a novíssima dependência. O texto está dividido em quatro partes, além da introdução: na primeira se retoma a temática da dependência a partir do enfoque de Cardoso e Faletto, buscando distinguir a novíssima dependência; em seguida o acento recai sobre o suposto desenvolvimentismo dos governos petistas e a crise política; nas considerações finais são resumidas as ideias principais.*

**Palavras-chave:** *Governos do PT, dependência, desenvolvimentismo, imperialismo.*

*H6, I0, N46, N36*

## Abstract

*The aim of this paper is to reflect on dependence and development in the analysis of the governments of the Worker's Party (2003-2016). While recognizing the social and economic advances of the period, the core idea is that the boldest alternative state policies targeting development were restricted by the emergence of what will be presented as the newest dependence. The text is divided into four parts, besides the introduction: in the first part, the theme of dependence is picked up in light of Cardoso and Faletto's approach, seeking to distinguish the newest dependence; in the second part, the focus turns to on the so-called developmentalism of the Worker's Party governments and to the political crisis; in the final considerations the main ideas are summarized.*

**Keywords:** *PT Governments, dependence, developmentalism, imperialism.*

*1 Artigo recebido em 29/10/2017. Aprovado em 05/03/2018.*
*2 Docente no Instituto de Geociências e Ciências Exatas da Universidade Estadual Paulista (IGCE-UNESP) e pesquisadora junto ao Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais (IPPRI-UNESP).*

## 1. Introdução

Neste texto interessa a abordagem dos governos do PT como governos inseridos no contexto da novíssima dependência, que apresenta expedientes similares aos das relações de dependência tradicionais, dominantes até os anos 1930 e marcadas pelo peso da atividade primária na economia. Neste início de século um retrocesso estimulado pelas diretrizes da política macroeconômica praticadas desde fins dos anos 1990, ao encontro de uma inserção internacional por vezes descrita como neocolonial, para nós melhor apreendida a partir da ideia de novíssima dependência, pois a de neocolonialismo enfatiza a expansão dos setores intensivos em recursos naturais na economia e a redução da participação da indústria de transformação no PIB, ao passo que a noção de dependência remete primeiramente à dimensão financeira (Souza, 2001).

Dessa perspectiva, a face mais negativa da novíssima dependência é a inserção internacional do Brasil como uma espécie de paraíso dos juros, situação que foi se configurando desde o final dos anos 1970, consolidada nos anos 1990, e que restringe a possibilidade de combinar desenvolvimento com dependência. Durante os governos Lula, especialmente segundo mandato, as condições externas favoráveis tornaram esta realidade menos pronunciada, mas no governo Dilma as adversidades foram evidenciando a vulnerabilidade da economia brasileira, não obstante os avanços socioeconômicos da Era Lula.

A seguir discorremos sobre teoria da dependência, retornando sobretudo ao enfoque de Cardoso e Faletto (2004) e procurando distinguir a novíssima dependência, sua gestação no interior da fase da nova dependência e a forma assumida no final dos anos 1990. Em seguida (i) colocaremos em dúvida a definição de desenvolvimentistas para os governos do PT, (ii) com comentários sobre a política econômica e (iii) sobre a crise política que terminou no impeachment da presidente Dilma Rousseff em 2016. Ao final resumimos argumentos centrais, expostos a partir sobretudo de pesquisa bibliográfica com ilustrações baseadas em fontes primárias. [3]

## 2. Dependência e Desenvolvimento

Iniciaremos assinalando diferenças entre as duas correntes principais da denominada teoria da dependência: a estruturalista e a marxista. A primeira notadamente ligada à obra de Fernando Henrique Cardoso e Enzo Faletto, a segunda representada pela Teoria Marxista da Dependência (TMD) cujos expoentes principais são Andre Gunder Frank, Theotônio dos Santos, Rui Mauro Marini e Vânia Bambirra.

Em primeiro lugar, na vertente estruturalista prevalece a dimensão endógena, na TMD a exógena. Ao invés de operar principalmente com a dualidade Centro-Periferia, na qual o desenvolvimento nos países centrais tem como contrapartida o subdesenvolvimento na periferia, Cardoso e Faletto (2004) enfatizam a relação entre dependência e desenvolvimento. Por conseguinte, a segunda diferença diz respeito à possibilidade de desenvolvimento com dependência defendida por Cardoso e Faletto, e impossibilidade, na vertente marxista, de escapar ao subdesenvolvimento (mesmo com industrialização) prescindindo da via revolucionária-socialista, além da preocupação em definir o subdesenvolvimento (com destaque para tese da superexploração do trabalho por Ruy Mauro Marini). Em terceiro lugar, registraríamos a posição de Cardoso acerca da teoria da dependência: "Pode haver uma teoria do capitalismo e das classes, mas a dependência, tal como a caracterizamos, não é mais do que

*3 Este texto consiste em uma primeira apresentação de pesquisa em andamento que enfoca a temática da novíssima dependência, em continuidade à pesquisa sobre os governos do PT, com auxílio regular FAPESP (processo n. 2014/01559-4) entre 2014-2016. Vale registrar que reproduzimos passagens de textos anteriores, apresentados em eventos acadêmicos, nos quais procuramos expor os resultados da pesquisa anterior.*

a expressão política, na periferia, do modo de produção capitalista quando este é levado à expansão internacional" (Cardoso, 1970, 32, grifo nosso). Distinta é a posição da TMD, conforme Santos: "(...) em contrapartida [à teoria do imperialismo] se deveria desenvolver a teoria das leis do desenvolvimento interno aos países que são objeto da expansão imperialista" (1970, 231, tradução nossa).

Se existe uma teoria da dependência, se é possível sua elaboração, trata-se de um debate que não será abordado neste texto, no qual endossamos a ideia da dependência como expressão política na periferia do modo de expansão do capitalismo, não para negar a possibilidade de formulação teórica, e sim por coerência com o argumento central que apresentaremos: do tripé macroeconômico neoliberal como a expressão política mais acabada da novíssima dependência. Ademais justificamos a preferência pela vertente estruturalista em função da valoração da dimensão endógena, mas sobretudo porque não descartamos o melhoramento de posição na estrutura capitalista mundial como caminho a ser perseguido pelos Estados dependentes.

Vale notar que Cardoso e Faletto (2004, 2008) foram precursores em uma crítica ao enfoque dependentista que viria a ser frequente, na qual se censura a explicação de tudo pela variável da dependência, descuidando da articulação entre externo-interno e do papel da vida política local, o que teria dificultado a compreensão do sucesso desenvolvimentista de países asiáticos e por isso, inclusive, a teoria da dependência teria saído de moda[4]. Não seria o caso na corrente representada pelos autores, pois claramente estima a articulação externo-interno e o peso da vida política nas situações de dependência, e no campo da TMD o mesmo se pode dizer ao menos de Theotonio dos Santos (1970). Ademais, as experiências asiáticas, incluída a China, envolvem circunstâncias históricas (geopolíticas) não replicáveis para países da América Latina e África, passíveis de serem apreendidas pelas lentes dos fatores externos. Portanto faltaria à crítica estabelecer o diálogo entre as duas correntes levando mais em conta a geopolítica.

Como destaca Evans (2017) o maior mérito da obra de Cardoso e Faletto (2004) foi trazer a vida política doméstica para o centro da análise das situações de dependência, o próprio Evans (1993) transita pela vertente estruturalista conferindo ênfase à dimensão política interna. Dessa perspectiva a dependência não deveria ser analisada como uma variável externa, mas "a partir da configuração do sistema de relações entre as diferentes classes sociais no âmbito mesmo das nações dependentes" (Cardoso e Faletto, 2004, 44). No prefácio à edição norte-americana de Dependência e desenvolvimento na América Latina, Cardoso e Faletto reafirmam a importância de não reduzir fatores internos à "condição de epifenômeno" dos externos, com o imperialismo concebido como "um princípio ativo metafísico que traça os caminhos da história sobre a pele, sensível, mas passiva, dos países dependentes" (2008, 11-12)[5].

A partir da leitura de Cardoso e Faletto (2004), bem como de Santos (1970), entendemos que a dimensão estrutural relacionada ao imperialismo delimita a vida política e econômica em países da periferia, no entanto a expansão do capitalismo faz emergir conflitos sociais e processos de mudança, cujas formas estão relacionadas às vias de internalização dos interesses estrangeiros e arranjos políticos variados que vão se constituindo em torno destes. Várias são as possibilidades no campo da luta política,

*4 Essa crítica aparece em alguns dos autores entrevistados na coletânea organizada por Kufakurinani et al (2017).*

*5 A 1ª edição de Dependência e Desenvolvimento na América Latina é de 1969, em espanhol; a edição norte-americana é de 1979; aqui utilizamos a edição brasileira de 2004 e a tradução para o português do prefácio à edição americana, de 2008.*

como exemplos: em alguns casos a convergência entre interesses internos e externos é elevada e pode reunir segmentos da classe média e mesmo das classes trabalhadoras; em outros, frações das classes dominantes locais podem se aliar com segmentos das classes médias e das classes trabalhadoras e mesmo camponeses visando resistir à penetração estrangeira, podendo levar a situações revolucionárias (luta de classes).

Do ponto de vista cronológico seria possível falar em três fases nas relações de dependência da América Latina com os países centrais[6]. Especificamente no caso brasileiro, até os anos 1930 dominou o formato tradicional, com o capital estrangeiro ingressando majoritariamente na forma de empréstimos ao Estado e investimentos na atividade agroexportadora e em alguns serviços públicos. Na fase da nova dependência, de meados dos anos 1950 ao final dos anos 1970, foi possível melhorar de posição no sistema capitalista internacional via industrialização, com investimentos diretos estrangeiros associados aos investimentos estatais e privados nacionais. Finalmente a novíssima dependência, consolidada com as reformas neoliberais dos anos 1990, reduziria as chances para se combinar desenvolvimento com dependência, mesmo sob um prisma minimalista no qual o desenvolvimento é sinônimo de evolução das forças produtivas via importação de tecnologia e penetração de empresas estrangeiras nas economias dependentes (Cardoso e Faletto, 2004; 2008).

Identificamos três momentos decisivos na conformação da etapa da novíssima dependência. Primeiro, nos dois últimos governos da ditadura militar, o movimento de colagem do processo de endividamento externo ao da expansão da dívida pública interna marca o ponto de inflexão para a gestação da financeirização da economia brasileira[7], passando pela ciranda financeira dos anos 1980, com juros altos para enfrentar desequilíbrios no balanço de pagamentos e o processo inflacionário. O segundo momento é o da renegociação da dívida externa e instituição do Plano Real, que derrubou a inflação recorrendo ao regime do câmbio atrelado ao dólar e taxas de juros atrativas, agora para atrair moeda estrangeira e manter o real valorizado. Por fim, a instituição do tripé macroeconômico no final dos anos 1990, baseado nas metas de superávit fiscal, metas de inflação e câmbio flutuante, conclui o processo de inserção internacional do país como uma espécie de paraíso dos juros.

Mas comparativamente a países vizinhos (como Argentina e Chile), no Brasil as reformas neoliberais seriam menos drásticas por causa da luta política ligada à herança desenvolvimentista[8], a construção de um sistema produtivo relativamente diversificado e dinâmico, sem paralelo na região, legou uma burguesia interna robusta e porção significativa de trabalhadores organizados, forças sociais que resistiriam a reformas radicais por meio de suas entidades representativas, junto a jornalistas, economistas, intelectuais de oposição e segmentos da burocracia estatal. Além disso, por ter alcançado a estrutura industrial e o mercado interno mais relevantes, as multinacionais mantiveram o Brasil como base para suas operações na região (Bastos e Hiratuka, 2017).

Implica em dizer que o processo de industrialização não retirou o país da lista das nações periféricas-dependentes, mesmo com a

*6 Tomamos a expressão novíssima dependência de Fiori (1995) e Saes (2007), que a utilizam para caracterizar a situação de dependência decorrente das transformações na economia mundial desde o final dos anos 1970, a periodização segundo três fases também é deles, mas é a mesma que aparece em Santos (1970) e em Cardoso e Faletto (2004) no que diz respeito à nova dependência como subsequente da tradicional.*

*7 Ao contrário de boa parte das análises que localizam nos anos 1990 a origem da financeirização da economia brasileira, em meio ao processo de renegociação da dívida externa, nós localizamos ainda na ditadura militar a gestação do novo padrão de acumulação "financeirizado" da economia que viria a ser característico da fase da novíssima dependência. Ver Souza (2015).*

*8 Lógico que em termos de movimentação de valores, as privatizações no Brasil foram superiores a maioria dos países que passaram por reformas nos anos 1980/1990.*

economia alçada ao clube das dez maiores, mas influenciou nos rumos da luta política em um sentido limitador das reformas neoliberais dos anos 1990, além de servir para manter o país como plataforma regional de multinacionais. Os obstáculos ao desenvolvimento eram enormes, com destaque para as dificuldades no domínio do processo de inovação científico-tecnológico, criação e expansão do setor de bens de capital, para o evolver de um sistema financeiro privado que desse suporte à industrialização (Furtado, 1982; Melo, 1998 [1982]; Santos, 1970), sem falar na ausência de uma burguesia nacional com ambições de liderar o processo de desenvolvimento (Cardoso, 1964; 1971). Barreiras relativamente contornáveis pela via associada, em conformidade com o movimento mundial de expansão capitalista.

Entretanto, o modelo dependente e associado adotado no Brasil transferiu para o capital estrangeiro boa parte das decisões sobre investimentos e inovação, um poder enorme de barganha e pressão política em mãos de multinacionais, que sempre podem optar pelo deslocamento produtivo e/ou substituição de produção local por importações. Importa, portanto, sublinhar que a novíssima dependência consiste em um desdobramento lógico da nova, que encerrou seu ciclo em meio ao processo de endividamento externo dos anos 1970[9], principalmente por conta do II PND, o plano de desenvolvimento bastante ambicioso do governo Geisel que recorreu ao financiamento externo em momento de liquidez internacional após 1º choque do petróleo em 1973 (Souza, 2015).

Como é conhecido, nos anos 1970 uma série de mudanças ligadas a decisões políticas dos EUA levaria à ruptura do pacto keynesiano do pós-guerra: abandono do padrão dólar-ouro em 1971, transição para o regime de câmbio flutuante em 1973, choque do petróleo também em 1973[10] e o choque dos juros em 1979. Esta medida deflagrou a crise da dívida nos países endividados da periferia, uma vez que a liquidez internacional decorrente do choque do petróleo (petrodólares) tinha servido ao financiamento de políticas de desenvolvimento. A crise promoveria a inversão dos fluxos do capital, dos países devedores para o centro capitalista, em uma conjuntura de incertezas e desaceleração econômica mundial que atraiu para os Estados Unidos capitais de todo o mundo, não apenas dos países devedores. (Chesnais, 1996; 2001; 2005)

No Brasil, devido ao processo de estatização da dívida externa, as empresas estatais seriam duramente atingidas, reforçando o poder de pressão das instituições internacionais (FMI, Banco Mundial) e seus porta-vozes locais por reformas neoliberais, impostas a partir dos anos 1980-1990 em meio ao processo de renegociação da dívida externa iniciado no governo Collor e concluído no governo Itamar. Nos governos Cardoso as reformas seriam aprofundadas e, ao precisar recorrer ao FMI no segundo mandato, instituído o tripé neoliberal. Tudo em sintonia com o próprio processo de liberalização econômica, abertura comercial e desregulamentação das atividades financeiras nos Estados Unidos (Chesnais, 2005).

Com efeito, nas últimas décadas uma etapa nova foi aberta na história do capitalismo, com mais centralização e concentração da riqueza em âmbito global, relacionadas ao movimento de fusões/aquisições, desregulamentações financeiras e inserção de economias periféricas novas no sistema capitalista mundial como produtoras de manufaturados. O último acontecimento, segundo Smith (2016), propiciou ao sistema capi-

*9 A relação endividamento-monetarismo e o que o autor denomina a nova dependência foi analisada por Furtado (1982).*

*10 Que não foi uma decisão dos EUA, mas conforme Harvey teve o aval do governo norte-americano (2004).*

talista uma saída para a crise de superprodução dos anos 1970, ao permitir a empresas capitalistas do Norte escaparem dos salários relativamente altos nos seus Estados de origem rumo ao Sul global, onde atualmente se concentraria mais de 80% da mão de obra fabril mundial, notadamente na Ásia, favorecida pelo deslocamento produtivo mediante subcontratações (outsourcing)[11].

Escrevendo ainda em 1995, Fiori afirmou não haver dúvidas sobre a pertinência de se falar em novíssima dependência e sobre a produtividade da retomada da problemática da dependência na análise dos efeitos das mudanças em curso para os países latino-americanos (Fiori, 1995) [12]. E como entendemos, no caso do Brasil a expressão política mais acabada da novíssima dependência viria a ser o tripé macroeconômico edificado ao final dos anos 1990, mecanismo por excelência inibidor do desenvolvimento.

Bastos (2017) discorre sobre a origem do tripé apontando como, enredado nas crises dos anos 1990, desfeitas as promessas que acompanharam as reformas neoliberais, o governo Cardoso instituiu em 1998, como contrapartida do empréstimo do FMI (US$ 41,5 bilhões), o primeiro pilar do tripé: as metas de superávit fiscal primário. Os dois outros, câmbio flutuante e metas de inflação, vieram no ano seguinte e novos acordos seriam assinados em 2001 (US$ 15,7 bilhões) e em 2002 (US$ 37 bilhões), este durante a campanha para as eleições presidenciais, tendo sido "essencial para disciplinar as propostas de Luís Inácio Lula da Silva, que assinou uma 'Carta ao Povo Brasileiro' comprometendo-se a respeitar os termos do acordo e, na prática, preservar o tripé macroeconômico". (Bastos, 2017, 6)

Embora não fale em novíssima dependência, Bastos tem apontado em textos recente (2015, 2017) expedientes de enquadramento úteis à elucidação das práticas imperialistas que asseguram a reprodução das relações de dependência, intensificadas após 2010, do ponto de vista econômico com o incremento da substituição de produção local por importações, além da perda de mercados dos produtos brasileiros para os chineses tanto interna como internacionalmente. Isto porque a crise mundial determinou um esforço exportador da parte da economia estadunidense e europeia, e igualmente das exportações asiáticas atingidas pela desaceleração da demanda nos países centrais.

> Tudo indica a ocorrência de uma redistribuição da produção no interior das corporações globais, em benefício da produção nos mercados em crise onde também se localizavam os centros de propriedade e comando das corporações. A posição da filial sul-americana nas cadeias globais de valor foi redimensionada, tornando-se menos produtora e mais importadora, montadora e revendedora. Isso se reflete na grande mudança nos saldos comerciais brasileiros, particularmente com os países de origem das filiais aqui localizadas. (Bastos, 2017, 23-24)[13]

Do ponto de vista político a austeridade é agora apresentada como inevitável, como antes fora a globalização, o que alguns autores têm chamado de fase pós-hegemônica do neoliberalismo, segundo Davies (2016) uma etapa desdobrada do fenômeno, assemelhada a um movimento praticamente autômato, independente de governos e opinião pública, que dispensaria a necessidade da construção de consensos, transferindo a tomada de decisões sobre políticas econômicas para tecnocratas apresentados como blindados de populismos. Situação na qual sair da linha implica em punições severas (rebaixa-

*11 Conforme Smith (2016), as vantagens da transferência da produção de baixo valor agregado para países do Sul, via subcontratações, seriam o corte nos gastos com instalações fabris, força de trabalho e mesmo com investimentos em tecnologias novas, além do menor envolvimento direto nos processos produtivos, tornando empresas do Sul responsáveis pelos riscos comerciais, salários infames, combate aos sindicatos, demissões, danos ao meio-ambiente.*

*12 Um conjunto de justificativas boas para se recuperar o enfoque da dependência pode ser encontrado nas entrevistas da coletânea organizada por Kufakurinani et al (2017).*

*13 Bastos (2017) fornece dados, organizados em tabelas, a fim de corroborar sua hipótese.*

mento da nota de um país pelas agências de risco, campanhas midiáticas contra governos apresentados como populistas, fuga de capitais) e que, para nós, externa uma etapa redobrada da própria novíssima dependência.

Portanto, apesar das escolhas do governo Dilma no campo da política econômica não terem sido as mais frutíferas, com destaque para a política de austeridade do início do primeiro governo e, em seguida, às renúncias fiscais implicadas nos incentivos ao setor privado, depois de 2010 ficou mais difícil intervir na economia visando avanço industrial. A situação assemelha-se à vingança dos fatores externos, ao encontro da TMD, mesmo assim, na abordagem do governo Dilma tentaremos não reduzir a dinâmica endógena à exógena. Por sua vez, a temática do desenvolvimento esteve na ordem do dia nos governos Lula e Dilma, mas não endossaremos a hipótese de desenvolvimentismo.

## 3. Governos do PT: Desenvolvimentistas?

Este tópico deixará de fora contribuições propositivas presentes no debate político e acadêmico sobre desenvolvimentismo: a do "novo-desenvolvimentismo" ligada aos trabalhos de Bresser-Pereira e a proposta de "social-desenvolvimentismo" por economistas ligados ao PT. As duas perspectivas e seus limites foram devidamente apresentadas por Bastos (2012), aqui interessa somente pôr em dúvida a caracterização dos governos petistas como desenvolvimentistas, a partir da formulação de Fonseca (2013), que, após examinar a história do conceito e identificar um núcleo comum a respeito, formulou a seguinte definição:

> [...] entende-se por desenvolvimentismo a política econômica formulada e/ou executada, de forma deliberada, por governos (nacionais ou subnacionais) para, através do crescimento da produção e da produtividade, sob a liderança do setor industrial, transformar a sociedade com vistas a alcançar fins desejáveis, destacadamente a superação de seus problemas econômicos e sociais, dentro dos marcos institucionais do sistema capitalista. (Fonseca, 2013, 40)

A definição do desenvolvimentismo como política econômica não deixa de remeter ao sentido ideológico, mas basicamente "lembra o intervencionismo como integrante do core do conceito", segundo uma estratégia ou projeto dotado de intencionalidade, um "guia de ação para reverter um status quo não desejável". Os governos são os agentes formuladores e executores da estratégia de desenvolvimento, de forma deliberada, almejando o crescimento da produção e da produtividade. A liderança do setor industrial seria a "variável-chave do núcleo comum do desenvolvimentismo", presente em todos os autores analisados a partir de experiências históricas variadas. Isto não significa que o setor primário não integre o projeto, porém, na ausência de primazia para a evolução do setor industrial, seria difícil falar em desenvolvimentismo. (Fonseca, 2013, 40-42)

É com base na formulação de Fonseca (2013) que consideramos complicado sustentar a hipótese do desenvolvimentismo para os governos petistas, tendo em vista o período curto de crescimento econômico que animou teses a respeito, as inúmeras conjunções adversativas que as acompanham (é desenvolvimentista porém...), além do desfecho do segundo governo Dilma, mas fundamentalmente devido à dificuldade para identificar um plano devidamente explicitado e executado visando mudanças estruturais na economia brasileira, com prioridade para o setor industrial.

Conforme Bielschowsky (2012), uma etapa nova no planejamento do desenvolvimento foi aberta pela conjuntura internacional positiva

e com base em documentos governamentais de 2003 a 2010, identificados e analisados por Gimenez e Cardoso (2012), afirma que:

> Os candidatos a organizadores de um projeto nacional de cunho desenvolvimentista no período foram três: i) Crescimento com redistribuição de renda pela via do consumo de massa (PPA 2004-2007); ii) Investimentos em infraestrutura (PAC); iii) Inovação (PITCE, PDP, Plano Brasil Maior). (Bielschowsky, 2012, 735)

Entretanto, o autor sublinha a ausência de complementariedade entre as três elaborações, com cada uma pretendendo ser a fórmula de condução do desenvolvimento, sem interação com as outras duas: "nenhuma das três explorou uma integração com as demais e nenhuma delas foi efetivamente vencedora no que se refere a estabelecer um novo projeto nacional, reconhecido como tal". Apesar de avanços obtidos por meio da formulação das três diretrizes, "o desenho claro de uma nova estratégia permaneceu por ser realizado: as peças mantiveram-se dispersas em um pensamento relativamente difuso e fragmentado". (Bielschowsky, 2012, 736, grifos nossos).

Não ilustraremos o texto com dados quantitativos sobre a Era Lula, pois é conhecido que foram anos marcados pelo crescimento econômico, estímulos à atividade produtiva, avanços em infraestrutura e que os governos Lula praticaram um reformismo social com bons resultados. Tampouco nutrimos dúvidas quanto à orientação ideológica desenvolvimentista do Partido dos Trabalhadores. Mesmo assim sobra impressão de insuficiência de planificação e de prevalência da atuação reativa, inicialmente com respostas conservadoras ao ataque especulativo desencadeado pela chegada do PT ao poder, em seguida, com a oportunidade aberta pela conjuntura internacional, praticando uma política econômica "híbrida", que mesclou neoliberalismo com medidas expansionistas (Morais e Saad Filho, 2011, 521).

Como escreveu Bastos (2015; 2017), a despeito da manutenção do tripé macroeconômico, nos governos Lula três heresias foram praticadas com relação ao neoliberalismo: 1) as privatizações saíram de cena e os investimentos estatais foram retomados, especialmente no setor de petróleo, gás e energia elétrica, estimulando a indústria de bens de capital/construção naval e grandes empreiteiras; 2) os bancos públicos foram ativados para políticas de estímulo à produção, expansão do mercado interno e conquista de mercados externos; 3) um notável progressismo marcou a política salarial, trabalhista e social, com elevação do salário mínimo real, além da expansão da formalização do emprego, do crédito popular, com ampliação de programas de distribuição de renda como o Bolsa Família.

Acreditamos que foi justamente a flexibilização na ortodoxia neoliberal, acompanhada do crescimento econômico, que estimulou a retomada da temática do desenvolvimentismo nas análises acerca dos governos Lula, mormente segundo mandato, e ainda mais diante da expansão dos gastos no enfrentamento da crise que eclodiu em 2008 e crescimento subsequente da economia de 7,5% em 2010. No entanto qualquer estratégia de desenvolvimento estava de antemão comprometida pela manutenção do tripé macroeconômico indissociável da política de juros altos e câmbio valorizado. O crescimento econômico só poderia ser alavancado por condições externas favoráveis, presentes nos anos Lula e, em boa medida, aproveitadas, não sendo correto classificá-los como essencialmente neoliberais.

Todavia a bonança não obscureceu o problema da especialização em torno das exportações de commodities e redução da participação da indústria de transformação no PIB. Conforme estudo da FIESP (2015), a participação da in-

dústria de transformação no PIB em 1985 era de 21,6%; em 2000 era 15,1%; em 2003 (1º ano do governo Lula) 16,9%; em 2010 (último ano do 2º governo Lula) 15,0%; em 2014 (último ano do 1º governo Dilma) 10,9%. O documento ressalta que "o processo de desindustrialização no Brasil iniciou-se nas décadas de 1980 e 1990, mas ganhou força no período após a Crise Financeira Internacional de 2008 e 2009". Não obstante, como salientaram Sarti e Hiratuka (2017), em 2015 o Brasil ainda era uma economia industrial, a nona economia mundial em termos de valor agregado manufatureiro, podendo ser considerada uma "potência industrial", apesar da incorporação restrita dos avanços da terceira revolução industrial.

De toda maneira, o debate político sobre desindustrialização e reprimarização da economia esteve na ordem do dia durante os governos Lula, seguramente influenciando a política econômica do governo Dilma. É certo que alguns autores encaram a perda de espaço da atividade industrial como tendência mundial, ligada aos ganhos de produtividade advindos dos avanços tecnológicos (Bonelli; Pessoa, 2010). De nossa parte, consideramos a leitura de economistas heterodoxos mais acertada: no Brasil, a queda da participação industrial no PIB não estaria ligada aos ganhos de produtividade obtidos por meio do avanço tecnológico, como nos países de industrialização madura, e sim relacionada com políticas econômicas adotadas desde os anos 1990, inibindo investimentos locais, em um contexto cada vez mais marcado pela perda de competitividade frente aos produtos oriundos da Ásia. Nomeadamente a abertura econômica e o par juros altos-câmbio valorizado são apontados como estimulantes à substituição por importações e desmonte parcial das cadeias produtivas domésticas (Bastos, 2015, 2017; Belluzzo e Almeida, 2015; Bresser Pereira, 2012, 2013; Diegues Junior, 2015, 2016; Sarti e Hiratuka, 2017).

Para piorar, enquanto por aqui decaem os investimentos industriais, nos países centrais está em curso um movimento de automação capaz de abalar até as vantagens da China e seus parceiros asiáticos (Belluzzo, 2013). Conforme Sarti e Hiratuka (2017), se a "chinalização industrial" já restringe a competitividade e sobrevivência de setores industriais no Brasil, a perspectiva de um novo ciclo de inovações aponta para mais riscos e desafios enormes. Assim sendo, parece-nos acertada a estratégia perseguida pelos governos Lula de tentar preservar e fortalecer o aparelho industrial existente por meio da expansão do mercado interno e das exportações para os países menos desenvolvidos industrialmente. Contudo era preciso abandonar o tripé e cremos que o presidente tinha condições políticas para tanto, favorecido pela conjunção positiva entre fatores externos e internos.

Politicamente um caminho difícil e praticamente irrealizável com a conjuntura favorável aproveitada para promoção de crescimento econômico e melhoras dos indicadores sociais sem necessidade de enfrentamento dos interesses financeiros dominantes. Para nós um erro, afinal a primeira vitória eleitoral do PT para a presidência pode ser entendida como reação à situação de dependência construída nos anos 1990 e seria menos problemático tentar mudanças em meio a condições externas positivas, com a economia crescendo. Mas seria o governo Dilma que tentaria flexibilizar o tripé com a denominada "nova matriz econômica", como ficou conhecido o conjunto de políticas adotadas entre o final de 2011 e primeiro trimestre de 2013, em uma guinada industrialista malsucedida que serviria para alimentar a crise política, intensificada após as grandes manifestações de rua em 2013.

## 3.1 A Nova Matriz Econômica

Entre as principais medidas adotadas pela nova matriz destacaríamos: a) a utilização dos bancos públicos para redução dos juros, de 12,5% para 7,25% entre agosto de 2011 e abril de 2013; b) atuação do Banco Central no sentido da desvalorização do Real; c) capitalização robusta do BNDES destinada a subsidiar projetos de investimentos; d) desonerações fiscais para vários setores; e) rebaixamento das tarifas de energia; f) aumento das tarifas de importações e reforço da política de conteúdo nacional; g) anúncio do programa de concessões para obras de infraestrutura. Segundo Singer (2015), com tais medidas o governo Dilma teria acessado um "ensaio desenvolvimentista" e a insuficiência dos resultados seria explicada fundamentalmente pela inação da burguesia industrial, que não respondeu aos estímulos com os investimentos esperados e ainda aderiu maciçamente à campanha pelo impeachment. (Singer, 2015)

Para Fonseca (2016) a "tal matriz" foi intervencionista em reação à crise internacional e com medidas aceitas e praticadas pelo mainstream em conjunturas de desaceleração da demanda agregada. As medidas adotadas não seriam necessariamente desenvolvimentistas e as renúncias de arrecadação em prejuízo das receitas da União "talvez tenham virado aplicações financeiras", tendo em vista que os investimentos industriais não vieram (Fonseca, 2016, s/p). Já segundo Rossi e Biancarelli (2015) as medidas adotadas não serviriam mesmo para alavancar investimentos privados porque "na lógica do empresariado, em um ambiente onde todos os componentes da demanda apresentam desaceleração, é melhor recompor margem e não investir"[14]. Os autores argumentam que o ativismo do Estado deveria ter focado o investimento público em infraestrutura, em desaceleração desde 2011, ao invés de optar pela pauta da FIESP (Federação das Indústrias do Estado de São Paulo) para logo em seguida retomar a da FEBRABAN (Federação Brasileira de Bancos), subindo os juros novamente para combater tendência inflacionária (Rossi e Biancarelli, 2015, s/p).

Bastos concorda que o ativismo estatal deveria ter se concentrado no setor de infraestrutura e condena sobretudo a política de austeridade do início do primeiro governo Dilma, mas salienta restrições externas e argumenta que, no caso da indústria de transformação, foco da nova matriz, o não investimento se justificaria tanto pela capacidade ociosa decorrente da desaceleração cíclica da demanda doméstica como devido ao coeficiente de importados estimulado por anos de câmbio valorizado (Bastos, 2015; 2017). Para ele os industriais só responderiam aos incentivos do governo com novos investimentos se estivessem "apoiando politicamente o governo petista apesar da irracionalidade econômica do investimento" (Bastos, 2015, 60).

O governo certamente contava com esse apoio e não deveria considerar irracional a resposta empresarial aos incentivos na forma da expansão da capacidade produtiva, na medida em que a nova matriz priorizou o atendimento de demandas do setor industrial. No entanto, o mais provável é que a nova matriz estivesse na contramão do padrão de organização e acumulação da indústria delineado entre 2000-2010 e designado de "doença brasileira" por Diegues Jr. (2016), a fim de indicar a reconfiguração produtiva baseada na redução gradativa da produção local e aumento das importações de bens finais, partes

*14 Aliás, pesquisas da FIESP de intenção de investimento vão apontando para elevação das posições reticentes desde 2011, as razões apontadas eram crise internacional, incertezas quanto a política econômica, reavaliação da demanda, ociosidade elevada; em 2014 o quadro pioraria e a justificativa principal seria o baixo nível de confiança do empresariado devido incertezas quanto a política econômica, agravadas pelo ano eleitoral. Os relatórios anuais podem ser encontrados no site da FIESP. O de 2012 está disponível em http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/pesquisa-fiesp-de-intencao-de-investimento-2012/; o de 2014 em http://www.fiesp.com.br/indices-pesquisas-e-publicacoes/pesquisa-fiesp-de-intencao-de-investimentos-2014/, acessos em 10/03/2018.*

e componentes. Reconfiguração em face da qual seria irrazoável imaginar que a indústria fosse liderar um movimento de crescimento como o pretendido pelo governo e o autor ainda observa que muitas empresas endividadas em dólar seriam contrárias à desvalorização do câmbio, entre elas a Petrobras (Diegues Jr., 2015; 2016).

Para Carneiro (2017), até 2010 seria possível falar em especialização regressiva devido à ampliação do peso dos setores intensivos em recursos naturais, depois há desindustrialização. A expansão da demanda interna nos governos Lula foi atendida em grande parte pela indústria local (Medeiros, 2015), que para tanto aumentou importações, porém o processo de substituição por importações teria sido incrementado após 2010, com o reforço exportador estadunidense, europeu e chinês (Bastos, 2017). E como o comportamento dos agentes econômicos domésticos é muito influenciado pelo dos agentes estrangeiros, se estes boicotam governos, reduzem investimentos e substituem produção por importações costumam ser seguidos pelos nacionais, no caso das importações, com o câmbio valorizado, seria o racional (Souza, 2016).

O problema maior seriam os setores tecnológicos mais avançados: "Sem uma clara política industrial, a estrutura produtiva manteve sua diversidade, mas cresceu extensivamente sem avanços nos setores e nas atividades de maior conteúdo tecnológico" (Medeiros, 2015:143). As propostas de políticas focadas em setores tecnológicos dinâmicos e inovadores, como a Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) lançada no início de 2004, cujos propósitos seriam reafirmados em 2008 com a Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), apresentaram poucos resultados, muito provavelmente porque "(...) estratégias de desenvolvimento industrial não se fazem apenas com políticas industriais explícitas. Por melhor que seja seu desenho, devem contar com políticas macroeconômicas compatíveis" (Cano e Silva, 2010, 8).

Enfim, apesar da conjuntura internacional ter melhorado a partir de 2004, propiciando acúmulo de reservas em moeda forte e mais ativismo estatal, foram evitadas as alterações drásticas na política macroeconômica. O câmbio seguiu valorizado, os juros reais ainda atrativos em termos internacionais e setores das classes produtoras compensados com estímulos diversos, como os financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). A continuidade das taxas de juros reais médias altas tem a ver, obviamente, com o poder de pressão das forças sociais beneficiadas pelos ganhos financeiros, porém em boa medida os juros seguiram atrativos para manter o câmbio valorizado, barateando o consumo dos capitalistas e o das classes trabalhadoras, mantendo a inflação sob controle. O que aliado aos aumentos salarias reais, à expansão dos programas de transferência de renda, do crédito popular, das obras públicas e dos empregos, elevaria em muito a popularidade do presidente Lula.

Já o primeiro governo Dilma parece ter apostado na existência de espaço político para atacar o tripé em seus aspectos centrais, câmbio e juros, inclusive adotando tom confrontacionista no anúncio das medidas (Bastos, 2015; Singer, 2015). E aparenta ter operado com a ideia de oposição entre as esferas produtiva e financeira, presente no debate político desde o fim da ditadura militar, a partir de uma relação de exterioridade: as finanças freando desde fora o setor produtivo, com os investimentos restringidos devido aos juros altos, já que valeria mais a pena especular no mercado financeiro. Uma meia verdade, pois embora limite/impeça o desenvolvimento na medida em que absorve recursos estatais e enquadra a política econômica, juros altos podem ser estimulantes para os investimentos e ao cres-

cimento econômico por garantirem valorização patrimonial no mercado financeiro acrescida da possibilidade de ganhos com atividades produtivas subsidiadas pelo Estado, suporte geralmente conquistados na luta política, na qual reclamações contra os juros ajudam, ainda mais em se tratando de governos progressistas como os liderados pelo PT.

Para encerrar, outras hipóteses explicativas do insucesso da política econômica seriam: a) a nova matriz teria contrariado muitos interesses ao mesmo tempo, generalizando a desconfiança entre os capitalistas (Singer, 2015; Bastos, 2015); b) a queda na lucratividade em uma situação de quase pleno emprego passou a pesar decididamente contra uma gestão considerada cada vez mais intervencionista (Singer, 2015; Rugitisky, 2015); c) o peso da "direita liberal e dependente" (Bresser Pereira, 2013) seria muito grande e, na luta ideológica, teria atraído a camada industrial para a "formação de uma frente única burguesa antidesenvolvimentista" (Singer, 2015); d) a sustentação do ativismo estatal demandava duas condições inexistentes: uma sólida aliança interclassista e/ou intensa mobilização dos trabalhadores (Singer, 2015); e) a crise internacional e a Operação Lava Jato interromperam o processo em curso de fortalecimento da economia brasileira (Rousseff, 2017[15]).

## 3.2. Crise Política e Imperialismo

Da lógica conjuntural, os fatores políticos determinantes na derrubada do governo Dilma são: a) a reação do PSDB à derrota eleitoral, buscando revertê-la no Judiciário e Legislativo com o apoio da mídia dominante; b) a atuação antipetista de agentes do Judiciário, Ministério Público, Suprema Corte, Polícia Federal[16]; c) a inabilidade do governo Dilma na relação com o Legislativo e baixa interlocução com a sociedade civil/movimentos sociais; d) o estelionato eleitoral praticado em 2015, quando se adotou o programa de austeridade do adversário; e) o oportunismo de boa parte da classe política, com destaque para políticos do partido do vice-presidente.

Há ainda três frentes de leituras sobre a crise política mais inscritas na longa duração: a que destaca o atraso das elites derivado do sistema de valores ligado ao passado colonial-escravista; a que procura compreender a atuação de agentes do Judiciário, Ministério Público, Suprema Corte, Polícia Federal à luz dos efeitos ideológicos da estrutura jurídico-política; e a que acentua práticas imperialistas por trás de tudo. Basicamente certa ascensão social das classes populares durante os governos petistas teria desencadeado a reação de grupos sociais pertencentes aos estratos médios, incluindo agentes judiciais-policiais, especialmente suscetíveis à ideologia do mérito. Dessa ótica, fatores ideológicos derivados da estrutura jurídico-política seriam importantes ao entendimento da atuação desses agentes, que encarariam a batalha contra a corrupção como espécie de missão a cargo de pessoais comprovadamente especiais (via concursos públicos). No entanto, este componente proveniente das formas modernas de dominação (republicanismo formal, hierarquia meritocrática) estaria eivado de preconceitos sociais relacionados ao sistema de valores escravagistas, influindo na atuação judicial-policial (e universitária-intelectual) denunciada por Souza (2017) como racista e marcada pelo ódio aos pobres, afetos determinantes na antipatia contra partidos políticos e lideranças de origem obreira.[17]

*15 Voltaremos à leitura da presidente nas considerações finais.*

*16 Na medida em que nenhuma liderança do PSDB foi atingida pela possibilidade de processos que resultem em prisões é permissível falar em disposição antipetista da parte de agentes do Estado.*

*17 Acerca dos efeitos da estrutura jurídico-política sobre os agentes estatais do alto escalão judicial-policial ver Bastos (2017) e Boito Jr. (2016); sobre as teses de Jessé Souza, além do livro A elite do atraso (2017), há entrevistas com o autor disponíveis nas redes sociais. Vale notar que mesmo onde a escravidão não foi fenômeno relevante, a origem social privilegiada ajudaria a entender porque a elite estatal costuma defender os interesses das classes dominantes (Miliband, 1972), mas certamente o passado escravagista agrava o problema e a estrutura jurídico-política produz efeitos ideológicos poderosos independentemente da origem social. Seja como for, é inegável que muitas*

Mas o que mais tem a ver com a problemática da dependência são as práticas imperialistas por trás da crise política e levará algum tempo para as investigações conseguirem elucidar o peso dessas práticas nos acontecimentos, embora não faltem denúncias a respeito. Sobretudo no tocante à Operação Lava Jato iniciada em março de 2014, nas redes sociais e imprensa alternativa[18] abundam acusações de que a Operação seria uma ação dirigida dos EUA, que teriam treinado agentes judiciais brasileiros, entre eles o juiz Sérgio Moro, protagonista da Operação, o qual contaria com acesso a informações privilegiadas dos órgãos de espionagem estadunidenses. Por mais especulativas que possam ser as denúncias, os cursos de formação nos EUA, seja no âmbito do Judiciário, seja no da Polícia Federal, são comuns e constituem oportunidades para se delinear ações cooperativas. E Puty chama atenção para o documento publicado a cada quatro anos pelo governo dos EUA, Estratégia de Segurança Nacional (NSS), o de dezembro de 2017 destaca "o combate à corrupção na América Latina e à 'Ameaça Chinesa' ao livre mercado", lugar geralmente ocupado pela "defesa dos direitos humanos, democracia e meio-ambiente enquanto justificativa ideológica para intervenção nos países de nossa região" (Puty, 2018).

Seja como for, a Operação Lava Jato parece mais que mero instrumento de interesses imperialistas, ainda que venha contribuindo para com a desnacionalização da economia brasileira. Nos campos de pré-sal, foco principal do interesse estrangeiro, a Petrobras perdeu o direito à participação mínima de 30% nos consórcios de exploração e duas vendas foram bastante criticadas, tanto em função da desnacionalização como pelos valores considerados baixos: em 2016 a participação no campo de Carcará para a estatal norueguesa Statoil; e em 2017 a participação nos campos Iara e Lapa para a francesa Total, de capital misto. No início deste mês (março de 2018) novos leilões trouxeram mais desnacionalização. Em 2013, no governo Dilma, um consórcio formado pela a anglo-holandesa Shell, a francesa Total e as estatais chinesas CNPC e CNOOC já tinha abocanhado participação no campo de Libra, o maior descoberto nos últimos anos, contudo a Petrobras manteve participação em 40%, incluindo o percentual de 30%, na época obrigatório por lei.

O interesse estrangeiro pelo setor de petróleo e gás ainda envolve episódios nebulosos, desde espionagem contra a Petrobras a notícias de lobby do governo britânico visando enfraquecer a política de conteúdo nacional, passando pela pressão de empresas norte-americanas, europeias e mesmo chinesas por mudanças do marco regulatório, ocorridas em outubro de 2016, com destaque para o fim do regime que assegurava à estatal brasileira participação mínima (30%) e a condição obrigatória de operadora[19]. Por sua vez, a desnacionalização não se limita à Petrobras, atualmente mais propostas rondam os noticiários: EMBRAER, ELETROBRAS, bancos públicos.

Efetivamente não faltam indícios de práticas imperialistas por trás da crise política brasileira, inclusive com a formação comprovada de cartel internacional destinado à manipulação das taxas de câmbio no Brasil, conforme

*das denúncias de corrupção foram comprovadas e, neste sentido, o PT não deixou de fornecer armas aos inimigos.*

*18 Ou nem alternativa, como matéria publicada no jornal Clarín chileno, afirmando que EUA manejam Lava Jato para destruir o Brasil, disponível em: https://www.revistaforum.com.br/clarin-estados-unidos--manejam-lava-jato-para-destruir-o-brasil-e-america-latina/, acesso em 17/03/2018.*

*19 A Associação dos Engenheiros da Petrobras (AEPET), em edição especial de fim de ano, "2016: o ano que pode durar 20 anos", condena a "desintegração a toque de caixa" da estatal brasileira, oferecendo um panorama dos acontecimentos. Disponível em http://www.aepet.org.br/noticias/pagina/14070/2016-o-ano-que-pode-durar-20-anos. Mais notícias a respeito podem ser encontradas em: https://www.cartacapital.com.br/economia/o-lobby-petrolifero-britanico-nova-cena-de-uma-velha-historia; https://www.cartacapital.com.br/economia/leilao-do-pre--sal-a-vez-das-petroleiras-americanas; https://www.cartacapital.com.br/economia/o-pre-sal-e-a-regulacao-interesses-nacionais-ou-estrangeiros; http://www.valor.com.br/empresas/5417379/leilao-de-petroleo-arrecada-r-8-bilhoes-em-bonus-e-bate-recorde, acessos em 20/03/2018.*

investigação conduzida pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (CADE), que resultou na admissão da conduta por instituições estrangeiras e em acordos de colaboração nas investigações do CADE[20]. E qualquer um que tenha acompanhado o noticiário diariamente pôde constatar o clima forte de boicote orquestrado contra o governo Dilma. A partir do segundo semestre de 2013 intensificaram-se os editoriais desfavoráveis da parte de consultorias privadas, agências internacionais de risco, FMI, Banco Mundial (Singer, 2015), análises incrementadas e propaladas pela mídia nativa em ataque cerrado contra supostos gastos públicos excessivos, descontrole da inflação, abandono leviano do tripé macroeconômico, pedaladas fiscais (denunciadas em 2014)[21].

Tudo contribuindo para gerar um ambiente negativo para investimentos e economia do país, estimulante para a campanha política contra o governo, animada pelas movimentações de ruas desde 2013[22].

## 4. Considerações Finais

Como procuramos indicar, no cerne das dificuldades dos governos petistas para promoção de mudanças socioeconômicas consistentes estava a manutenção do tripé macroeconômico neoliberal herdado do governo Cardoso, além da não adoção de reformas estruturais, especialmente no campo tributário. Tripé acompanhado de taxas médias de juros reais atrativas em termos internacionais, contribuindo para a valoração da moeda local, igualmente favorecida pelo boom das commodities. Mas a política de juros altos reporta aos dois últimos governos da ditadura militar, sendo pertinente localizar como momento de inflexão o governo Geisel (1974-1978), ao executar um plano desenvolvimentista (II PND) cujos resultados elevariam tanto a capacidade produtiva da economia brasileira como o endividamento externo. Por sua vez, a crise da dívida, além de atrasar/limitar a incorporação dos avanços tecnológicos da terceira revolução industrial, introduziu os juros altos como política que os governos brasileiros não mais abandonariam, independentemente das motivações/justificativas as taxas médias de juros reais em níveis atrativos internacionalmente têm sido a regra nas últimas décadas.

Não obstante, como apontado, em 2015 o país ainda era uma "potência industrial" (Sarti e Hiratuka, 2017), até porque a relação entre atividade industrial e rentismo não é necessariamente de oposição, e o fato do país contar com uma indústria relevante ajuda a entender porque descontentamentos com a ortodoxia neoliberal afluíram para formação de alguma espécie de coligação produtivista apontada por meio de expressões como "frente neodesenvolvimentista" (Boito Jr., 2012), "pacto social-desenvolvimentista" (Ianoni, 2013), "coalizão produtivista" (Singer, 2015). De nossa parte, preferimos a noção de frente, mais fraca, uma frente antineoliberal moderada (Souza, 2016), indicativa da disposição em apoiar (ou ao menos tolerar) os governos petistas.

Frente liderada por representantes da burguesia interna: da indústria de transformação, da grande engenharia, do setor exportador de commodities e mesmo alguns banqueiros. Entre as classes trabalhadoras organizadas, a frente atraiu segmentos dos estratos baixos das classes médias, do operariado urbano e campesinato. Em contraposição, os partidários do receituário neoliberal, mais ou menos ortodoxo, seriam em geral alinhados com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB) e forças afins: agentes do setor comercial-importador, boa parte dos ru-

*20 Ver matéria do Jornal Valor, disponível em http://www.valor.com.br/financas/4798905/cade-firma-acordo-com-cinco-bancos-na-investigacao-de-cartel-do-cambio, consultado em 26/09/2017.*
*21 Ver, por exemplo, as matérias de Fábio Alves (2014).*
*22 Sobre o papel das manifestações de rua na crise política ver Santos e Guarnieri (2016) e a crítica aos autores por Avelar (2017).*

ralistas, dos banqueiros, segmentos das classes médias altas, eventualmente entidades do mundo operário (como a Força Sindical).

O conceito de burguesia interna foi formulado por Nicos Poulantzas (1976) a partir da ideia de fracionamento da classe dominante, no caso para pensar formações sociais dependentes e as relações com o capital estrangeiro: a burguesia nacional seria nacionalista/anti-imperialista; a burguesia compradora (associada) caudatária do capital imperialista; ao passo que a burguesia interna manteria com este capital posições políticas ambíguas, permeadas por conflitos pontuais, geralmente envolvendo disputas pelo mercado interno, aspirando à proteção do Estado ao mesmo tempo em que almeja governos capazes de atrair investimentos estrangeiros.

Tendo em vista a distinção, os governos do PT, governo Dilma em especial, passam a impressão de terem tomado o conjunto ou segmentos da burguesia interna por burguesia nacional, supostamente identificada ao interesse nacional e contra a especulação financeira, algo difícil de discernir entre as frações de classe dominantes no Brasil. Ou talvez, menos que confusão entre burguesia interna e nacional, o governo Dilma tenha apostado na transformação da burguesia interna em burguesia nacional. Com a palavra a presidente:

> Achei que eles [empresários] tinham interesse efetivo num projeto nacional de desenvolvimento, não no sentido nacionalista da palavra. Por exemplo, que usar política de conteúdo nacional, recuperar a cadeia de petróleo e gás, criar a cadeia de fármacos, colocar aqui uma parte da estrutura da indústria automobilística, através de toda aquela política que nós fizemos de garantir que as grandes empresas viessem para o Brasil — que se interessariam por isso. E o que eu vejo é que esse processo é tão duro que eles não se interessam, não. Não se interessam e a internacionalização ultrapassa as pessoas. A financeirização ultrapassa as pessoas. (Rousseff, 2017)

A presidente faz ainda a seguinte ponderação: “Até hoje tenho dúvidas. Se a crise de 2008 fosse lá por 2013, se nesse período esse pessoal não teria se fortalecido mais e aguentado esse processo de transformação”. Se bem entendemos, para a presidente o “projeto nacional [não nacionalista] de desenvolvimento” interessaria à burguesia interna, mesmo que não tivesse muita consciência disso, contudo teria faltado a maturidade em construção, como exemplo cita o caso da Odebrecht: “uma empresa de engenharia, que estava virando petroquímica e ia virar de óleo e gás. Quando o cara deixa de ser empreiteiro e passa para empresa de energia, ele tem de ter outra mentalidade”. Ou seja, o incentivo às empresas campeãs nacionais, com mais tempo poderia ter mudado a correlação de forças em proveito de um projeto de desenvolvimento em curso. A crise internacional e a Lava-Jato interromperam a mudança, com a Operação levando para prisão “todos os empresários que estavam se transformando de empreiteiros em grandes empresas de engenharia. E que tinham um papel importante nesta etapa nova”. (Rousseff, 2017)

Apesar de ter sido generosa na avaliação do legado petista, é certo que na cadeia de petróleo e gás muito foi realizado, não sendo mesmo “trivial recompor o parque naval brasileiro” ou “manter a indústria de equipamentos, bens e serviços da maior cadeia que tem no Brasil, a que tem maior impacto no PIB, que é a de petróleo e gás” (Rousseff, 2017). Impossível saber se um atraso na crise internacional teria bloqueado a reversão política, mas gostaríamos de registrar o que aparenta ser um descolamento entre política econômica e realidade, tanto no tocante à liderança improvável pela indústria de novo ciclo de crescimento, em um contexto de desaceleração da demanda interna e “doença brasileira”, como no relativo à existência de uma comunidade de interesses financeiros que congrega todas as fra-

ções do grande capital e estratos superiores das classes médias, assim como entidades dos trabalhadores como fundos de pensão, havendo mais imbricação que oposição entre atividades produtivas e financeiras.

Além do mais, cremos que o momento ideal para tentar melhorar a situação do Brasil no sistema capitalista internacional era o segundo governo Lula, uma vez que existia internamente um movimento político contrário ao neoliberalismo hard, decisivo para a chegada do PT ao poder (e para sua manutenção diante da crise do dito mensalão em 2015), movimento que poderia ter sido mobilizado para mudanças em direção a mais liberdade para conduzir a política econômica, a partir de patamares de juros e câmbio mais combatíveis com a preservação/expansão do parque industrial. O que provavelmente demandaria mobilização popular, razão pela qual era iniciativa para uma liderança popular, carismática, historicamente relevante, capaz de resistir de maneira mais prolongada e exitosa no tempo.

Não tivesse a conjuntura permitido melhoras internamente sem confrontos com interesses financeiros dominantes, mesmo reformas estruturais tivessem sido tentadas, nomeadamente no campo tributário, com vistas a oferecer alguma justiça no campo fiscal, taxando grandes fortunas e instituindo uma tributação progressiva (não desonerações fiscais para o capital como fez o governo Dilma), o que poderia assegurar vias de crescimento econômico mais autossustentáveis, menos dependentes da conjuntura econômica internacional, adversa a partir de 2010. Em boa medida por causa de políticas econômicas adotadas internamente, com destaque para o tripé macroeconômico indutor da "doença brasileira". Armação no interior da qual passaram a atuar os governos, em uma situação de dependência distinta daquela estudada por Cardoso e Faletto (2004), na qual ficou mais difícil combinar desenvolvimento com dependência, dificuldade agravada pelo próprio tripé.

O interregno propiciado pelo crescimento da economia mundial e boom das commodities foi relativamente bem aproveitado pelos governos Lula, contudo era preciso ousar mais, não sendo o caso justamente porque a conjuntura internacional colaborou. E se não é possível falar propriamente em desindustrialização no período (Carneiro, 2017), tampouco parece identificável um plano de desenvolvimento, na forma de um "guia de ação para reverter um status quo não desejável" (Fonseca, 2013): dos juros atrativos e aumento da dependência das exportações de commodities.

Sobre o governo Dilma, independentemente da hipótese de "ensaio desenvolvimentista" (Singer, 2015) ser ou não comprovável, o fato é que principalmente governos à esquerda dependem do crescimento econômico para manter o poder, do contrário as forças oposicionistas, em geral apoiadas pela mídia dominante, ganham força. Procuramos expor leituras de economistas sobre as causas do insucesso da política econômica, privilegiando a dimensão endógena, sem desconsiderar a conjuntura internacional após crise de 2008-2009, ademais das práticas imperialistas desde fora, que não deram trégua, muito embora tenha sido controversa a tentativa de flexibilização do tripé macroeconômico.

Atualmente sequer são animadoras as perspectivas de crescimento da economia brasileira por meio da atração de investimentos estrangeiros novos, os que têm investido o fazem sobretudo mediante aquisições/fusões. No caso da China, que tem expandido a presença no país, além da relação comercial assimétrica, poucos são investimentos indutores de desenvolvimento industrial, mas claro que mudanças são possíveis no sentido do desenvolvimento, a depender dos

próximos governos no Brasil. No entanto expandir a exploração dos trabalhadores, como parece ser o projeto das forças hoje no poder, não é garantia de mais IDE, mesmo chineses, ao contrário, a experiência recente indica que distribuição de renda e consumo são mais chamativos neste sentido. Portanto, não está assegurado que o desenvolvimentismo seja carta fora do baralho nas eleições de 2018 e as experiências de governos petistas constituem uma boa base de aprendizagem. Inclusive da ótica da perda de oportunidade para manobrar a conjunção positiva entre fatores externos e internos na tentativa de melhorar a inserção internacional do Brasil.

## Referências Bibliográficas:

ALVES, Fábio. Inflação, Juros e Crescimento no Governo Dilma. A Nova Matriz Econômica Brasileira no Mundo Pós-Crise, Rio de Janeiro, Alta Books, 2014.

AVELAR, Idelber. A Response to Fabiano Santos and Fernando Guarnieri. Journal of Latin American Cultural Studies, v.26, n.2, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia. Revista de Economia Contemporânea, Número Especial, p. 1-63, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth; Celso Hiratuka. A política externa econômica do governo Dilma: comércio, cooperação e dependência. Texto para Discussão, nº360, Instituto de Economia da Unicamp, 2017.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. Austeridade para quem? A crise global do capitalismo neoliberal e as alternativas no Brasil, Campinas, IE-UNICAMP, Texto de Discussão, 2015.

BASTOS, Pedro Paulo Zahluth. A economia política do novo-desenvolvimentismo e do social desenvolvimentismo, Revista Economia e Sociedade, v. 21, n. 3 (46), dez. 2012, p.779-810.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga. O capital e suas metamorfoses, São Paulo: Unesp, 2013.

BELLUZZO, Luiz Gonzaga; Júlio Gomes Almeida. Como recuperar o vigor industrial. In Luiz Gonzaga Belluzzo; Pedro Paulo Zahluth Bastos (orgs.). Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff, 2015. Disponível em: http://cartamaior.com/_a/docs/2016/02/15.pdf, acesso em 11/03/2018.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. Estratégia de desenvolvimento e as três frentes de expansão no Brasil: um desenho conceitual. Economia e Sociedade, Campinas, v. 21, Número Especial, p. 729-747, dez. 2012.

BOITO JR., Armando. Lava Jato, classe média e burocracia de Estado. Revista Princípios, n. 142, mai./jul., 2016.

BOITO JR., Armando. As bases políticas do neodesenvolvimentismo. In Fórum econômico da FGV-SP, 2012. Disponível em: http://eesp.fgv.br/sites/eesp.fgv.br/files/file/Painel%203%20-%20Novo%20Desenv%20BR%20-%20Boito%20-%20Bases%20Pol%20Neodesenv%20-%20PAPER.pdf, acesso em 11/03/2018.

BONELLI, Regis; Samuel Pessoa. Desindustrialização no Brasil: um resumo da evidência. Brasília, IBRE/FGV, n.7, 2010. Disponível em: http://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/bitstream/handle/10438/11689/Desindustrializa%E7%E3o%20no%20Brasil.pdf?sequence=1, acesso em 11/03/2018.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. O governo Dilma frente ao “tripé macroeconômico” e à direita liberal e dependente. Novos Estudos CEBRAP, n.95, março de 2012, p.5-14.

BRESSER-PEREIRA, Luiz Carlos. The value of the exchange rate and the Dutch disease. Revista de Economia Política, vol. 33, nº 3 (132), Julho-Setembro 2013, p.371-387.

CANO, Wilson; Ana Lúcia Gonçalves da Silva. (2010). Política industrial do governo Lula. Campinas, IE-UNICAMP, Texto de Discussão, n.181, 2010.

CARDOSO, Fernando Henrique; Enzo Faletto. Repensando dependência e desenvolvimento na América Latina. In Bernardo Sorj, Fernando Henrique Cardoso e Mauricio Font (orgs.), Economia e movimentos sociais na América Latina, Rio de Janeiro, Centro Edelstein de Pesquisa Social, 2008. Disponível em: http://books.scielo.org/id/rjfv9/pdf/sorj-9788599662595-02.pdf, acesso em 11/03/2018.

CARDOSO, Fernando Henrique; Enzo Faletto. Dependência e desenvolvimento na América Latina. 8ª ed. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2004.

CARDOSO, Fernando Henrique. Teoria da dependência ou análises concretas de situações de dependência. In 2º Seminário latino-americano para el desarrollo, FLACSO, Santiago, Chile, 1970. Disponível em: https://csociais.files.wordpress.com/2015/03/teoria_da_dependencia_ou_analises_concretasfhc.pdf, acesso em 11/03/2018.

CARDOSO, Fernando Henrique. Política e desenvolvimento em sociedades dependentes: ideologias do empresariado industrial argentino e brasileiro. Rio de Janeiro: Zahar, 1971.

CARDOSO, Fernando Henrique. Empresário industrial e desenvolvimento econômico no Brasil. São Paulo: Difel, 1964.

CARNEIRO, Ricardo. Navegando a contravento. Uma reflexão sobre o experimento desenvolvimentista do Governo Dilma Rousseff. Texto para Discussão. Campinas: IE-UNICAMP, 2017.

CHESNAIS, François. O capital portador de juros: acumulação, internacionalização, efeitos econômicos e políticos. In François Chesnais (org). A finança mundializada: raízes sociais e políticas, configuração, consequências. São Paulo: Boitempo, 2005.

CHESNAIS, François. Mundialização: o capital financeiro no comando. Outubro, n. 5, 2001.

CHESNAIS, François. A mundialização do capital. São Paulo: Xamã, 1996.

DAVIES, William. El nuevo neoliberalismo. New Left Review, n. 101, nov-dic, 2016.

DIEGUES Jr., Antônio Carlos. As transformações no padrão de organização e acumulação da indústria: da desindustrialização à “Doença Brasileira”, in Luiz Gonzaga Belluzzo; Pedro Paulo Zahluth Bastos (orgs.), Austeridade para quem? Balanço e perspectivas do governo Dilma Rousseff, 2015. Disponível em: http://cartamaior.com/_a/docs/2016/02/15.pdf, acesso em 11/03/2018.

DIEGUES Jr., Antônio Carlos; ROSSI Caroline Gut. Além da desindustrialização: transformações no padrão de organização e acumulação da indústria em um cenário de "Doença Brasileira", in XXI Encontro Nacional de Economia Política, UFABC, São Bernardo do Campo, 2016.

EVANS, Peter. Entrevista. In: Ushehwedu Kufakurinani; Ingrid Harvold Kvangraven; Frutuoso Santana; Maria Dyveke Styve (editors). Dialogues on Development. On Dependency. Institute for New Economic Thinking, v. I, 2017.

EVANS, Peter. O Estado como problema e solução. Lua Nova, n.28-29, São Paulo, abril de 1993.

FIESP, Federação das Indústrias do Estado de São Paulo. Perda de Participação da Indústria de Transformação no PIB, maio de 2015. Disponível em: www.fiesp.com.br/arquivo-download/?id=191508, acesso em 11/03/2018.

FIORI, José Luís. A globalização e a novíssima dependência. In José Luís Fiori, Em busca do dissenso perdido. Rio de Janeiro: Insight, 1995.

FONSECA, Pedro César Dutra. Desenvolvimentismo: a construção do conceito, Brasília, Rio de Janeiro, Ipea, 2013. Disponível em: http://repositorio.ipea.gov.br/bitstream/11058/4580/1/td_2103.pdf, acesso em 11/03/2018.

FONSECA, Pedro César Dutra. Desenvolvimentismo não é sinônimo de intervencionismo. Folha de São Paulo, 06/03/2016. Disponível em: http://www1.folha.uol.com.br/ilustrissima/2016/03/1746425--desenvolvimentismo-nao-e-sinonimo-de-intervencionismo.shtml?cmpid=compfb, acesso em 11/03/2018.

FURTADO, Celso. A nova dependência: dívida externa e monetarismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

GIMENEZ, Denis Maracci; José Celso Cardoso Junior. Planejamento e Desenvolvimento: considerações à luz de documentos do governo brasileiro entre 2003 e 2010. Brasília, IPEA, Texto para Discussão 1690, janeiro de 2012.

HARVEY, David. O Novo Imperialismo. São Paulo: Loyola, 2004.

IANONI, Marcus. Autonomia do Estado e desenvolvimento no capitalismo democrático. Revista de Economia Política, v. 33 (4), outubro/dezembro 2013, p.2-24.

KUFAKURINANI, Ushehwedu; Ingrid Harvold Kvangraven; Frutuoso Santana; Maria Dyveke Styve (editors). Dialogues on Development. On Dependency. Institute for New Economic Thinking, v. I, 2017. Disponível em:

https://www.ineteconomics.org/uploads/downloads/Dependency-Theory-e-Book-Comp.pdf, acesso em 11/03/2018.

MEDEIROS, Carlos Aguiar de. Inserção externa, crescimento e padrões de consumo na economia brasileira. Brasília: IPEA, 2015.

MELO, João Manuel Cardoso de. O capitalismo tardio. 10ª ed. Campinas: IE-UNICAMP, 1998.

MILIBAND, Ralph. O Estado na sociedade capitalista. Rio de Janeiro: Zahar, 1972.

MORAIS, Lécio; Alfredo Saad Filho. Da economia política à política econômica: o novo-desenvolvimentismo e o governo Lula. Revista de Economia Política, 31 (4), 2011, p. 507-527.

POULANTZAS, Nicos. A Crise das Ditaduras: Portugal, Grécia, Espanha. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1976.

PUTY, Cláudio Castelo Branco. A estratégia de segurança nacional do EUA e o combate à corrupção na América Latina. Revista Fórum, 06/03/2018. Disponível em: https://www.revistaforum.com.br/estrategia-de-seguranca-nacional-do-eua-e-o-combate-corrupcao-na-america-latina/, acesso em 08/03/2018.

ROSSI, Pedro; André Biancarelli. Do industrialismo ao financismo. Carta Maior, 02/02/2015. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Do-industrialismo-ao-financismo/7/32777, acesso em 11/03/2018.

ROUSSEFF, Dilma. Entrevista ao Página 13, 12/06/2017. Disponível em: https://www.jornaldonassif.com.br/page/noticia/entrevista-exclusiva-dilma-rousseff-sem-censura-ou-quase-por-pagina-13-pt-parte-2-, acesso em 11/03/2018.

RUGITISKY, Fernando. Do ensaio desenvolvimentista a austeridade: uma leitura kaleckiana. Carta Maior, 8/5/2015. Disponível em: http://cartamaior.com.br/?/Editoria/Economia/Do-Ensaio-Desenvolvimentista-a-austeridade-uma-leitura-Kaleckiana/7/33448, acesso em 11/03/2018.

SAES, Décio Azevedo Marques de. Modelos políticos latino-americanos na nova fase da dependência. In Francis Mary Guimarães Nogueira; Maria Lucia Rizotto (orgs). Políticas sociais e desenvolvimento: América Latina e Brasil, São Paulo: Xamã, 2007.

SANTOS, Fabiano; Fernando Guarnieri. From Protest to Parliamentary Coup: An Overview of Brazil's Recent History. Journal of Latin American Cultural Studies, v. 25, n. 4, 2016.

SANTOS, Theotonio dos. The Structure of Dependence. The American Economic Review, v. 60, n. 2, May, 1970, pp. 231-236.

SARTI, Fernando; Celso Hiratuka. Desempenho recente da indústria brasileira no contexto de mudanças estruturais domésticas e globais. Campinas: IE-UNICAMP, 2017. Texto para Discussão.

SINGER, André. Cutucando onças com varas curtas. O ensaio desenvolvimentista no primeiro mandato de Dilma Rousseff (2011-2014). Revista Novos Estudos, julho de 2015, p. 39-67.

SMITH, John. Imperialism in the twenty-first century: globalization, super-exploitation, and capitalism's final crisis, New York, Monthly Review Press, 2016.

SOUZA, Angelita Matos. Estado e dependência no Brasil. São Paulo: Annablume, 2001.

SOUZA, Angelita Matos. Governos Geisel e Dilma: o poder das finanças. Cuadernos de Economía, 34(66), 545-567, 2015.

SOUZA, Angelita Matos. Arriscando uma compreensão do primeiro governo Dilma. In XXI Encontro Nacional de Economia Política, UFABC, São Bernardo do Campo, 2016.

SOUZA, Jessé. A Elite do Atraso. São Paulo: Leya, 2017.

# O Estado contemporâneo em debate: apontamentos sobre as reformas neoliberais em face da mundialização do capital[1]

**Vinícius Figueiredo Silva**
*Mestre do Instituto de Economia da UNICAMP*
*vinicius.eco27@gmail.com*

**Acson Gusmão Franca**
*Mestre do Instituto de Economia da UNICAMP*
*acson_franca@yahoo.com.br*

## Resumo

*O objetivo deste trabalho é entender a partir de um breve resgate histórico as principais transformações ocorridas no Estado frente ao contexto neoliberal. Para tanto, iniciamos esta discussão apontando os principais elementos históricos que influenciaram a adoção das políticas neoliberais por parte dos países capitalistas. Em seguida, apresentamos sumariamente as bases teóricas que justificam suas ideias, bem como, evidenciamos as diferenças entre o arcabouço liberal e sua nova roupagem com intuito de entendermos como se constituiu o neoliberalismo enquanto projeto político. Na última parte, são feitos apontamentos sobre o neoliberalismo no Brasil.*

**Palavras-chave:** *Estado, Neoliberalismo, Capitalismo.*

*B27; N20; N26;N10.*

## Abstract

*The objective of this paper is to understand from a brief historical review the main transformations occurred in the State within the neoliberal context. To do so, we begin this discussion by pointing out the main historical elements that influenced the adoption of neoliberal policies by the capitalist countries. Next, we present briefly the theoretical bases that justify neoliberal ideas as well as differentiate the classical liberal framework from its new drapery, in order to understand how neoliberalism was constituted as a political project. In the last part, we focus on neoliberalism in Brazil.*

**Key-words:** *State, Neoliberalism, Capitalism.*

1 *Artigo recebido em 30/10/2017. Aprovado em 05/03/2018.*

## 1. Introdução

As novas concepções do pensamento liberal surgiram no início do séc. XX com o objetivo de oferecer consistência e novas formas às políticas econômicas e avançar sobre a "economia globalizada" nascente. Seus princípios baseavam-se na sobreposição dos interesses individuais e do mercado sobre o Estado, tendo este um papel distinto das prescrições keynesianas amplamente utilizadas pelos governos capitalistas para combater os efeitos da crise da década de 1929.

Em termos de política econômica, suas recomendações só seriam adotadas de forma mais efetiva nos anos 1970, quando a "quarentena" dos neoliberais começou a romper-se decididamente por meio da crise estrutural que se configurou nesta década. Crise que, de acordo com Chesnais (1996), atingiu o modo de produção capitalista em sua forma inteiramente amadurecida, ou melhor dizendo, plenamente "mundializada". As consequências geradas pela crise, aliadas às transformações do quadro político e econômico, repercutiram na atuação do Estado como reflexo da adoção da política neoliberal - principal instrumento político e ideológico de vários governos neoconservadores para salvar o capitalismo das amarras do comunismo.

Ao voltarem à cena, em ocasião propícia, não somente as crenças ortodoxas, mas também as companhias multinacionais se aproveitaram deste contexto de reorganização do capitalismo para espalharem pelo mundo suas filiais a fim de movimentar seus fundos financeiros e potencializar seus lucros e seu poderio (Moraes, 2001). Deu-se então, um amplo processo de descentralização das políticas empreendidas pelo Estado, não apenas nos países centrais, mas também nos países periféricos, a exemplo do Brasil.

Ao ser afetada por essas transformações e particularmente pela crise da dívida da década de 1980, a configuração da gestão do Estado, instituiu novas estratégias de interação entre o público e o privado. Cooptado a operar uma ampla reforma administrativa e influenciado pelo caráter mantenedor da acumulação capitalista, o Estado deveria transferir ao setor privado as atividades produtivas, deixando a cargo da disciplina do mercado as atividades regulatórias que devido a seu "insucesso" tentara estabelecer.

Partindo desta realidade, o objetivo deste trabalho é entender por meio de um breve resgate histórico as principais transformações ocorridas no Estado frente ao contexto neoliberal. Para tanto, iniciamos esta discussão apontando os principais elementos históricos que influenciaram a adoção das políticas neoliberais por parte dos países capitalistas. Logo após, apresentamos sumariamente as bases teóricas que justificam suas ideias, bem como, evidenciamos as diferenças entre o arcabouço liberal e sua nova roupagem com intuito de entendermos como se constituiu o neoliberalismo enquanto projeto político. Na última parte, são feitos apontamentos sobre o neoliberalismo no Brasil.

## 2. Antecedentes Históricos

A partir de meados da década de 1970, o mundo capitalista vivenciou uma série de eventos históricos que contribuíram para o definhamento do Estado de bem-estar social. Todo o período de otimismo das décadas anteriores classificado por Mandel (1990) como "os anos gloriosos do capitalismo", que como vimos - em sua política econômica, pretendia ajustar os interesses capitalistas e da classe trabalhadora, se contrastaria com a queda da lucratividade e recuo dos níveis de acumulação.

Para Carcanholo e Baruco (2006), as dificuldades em sustentar os altos níveis de crescimento conquistados no pós-segunda guerra, surgiram mediante a incapacidade dos governos

das principais economias desenvolvidas em sustentar o sistema monetário e financeiro internacional constituído em 1944, na Conferência de Bretton Woods. Para além da missão de proporcionar um clima monetário e financeiro estável para a retomada do comércio internacional, os acordos de Bretton Woods haviam refletido a alteração da correlação de forças no seio da economia mundial. O Reino Unido, a grande potência industrial e comercial até a Primeira Guerra Mundial, "cedia" definitivamente o lugar de chefia aos EUA: saídos da Guerra não apenas como a principal potência econômica, mas também militar e política.

A vitória das ideias defendidas pelo secretário do tesouro americano Dexter White, corresponderam a este ambiente favorável à emergência dos EUA enquanto motor de recuperação da economia internacional. Diante desta incumbência, os EUA passariam a dispor do privilégio de possuir oficialmente uma moeda de aceitação universal vinculada à mercadoria que historicamente representou o dinheiro universal: o ouro. Ademais, foram estabelecidas novas normas de comércio que seriam prescritas pelo FMI e pelo Banco Mundial: órgãos que a partir de então seriam responsáveis por policiar o comércio, as práticas monetárias e financiar os desequilíbrios de balanço de pagamentos dos países membros (Mendonça, 1990).

A dificuldade em manter o sistema monetário e financeiro internacional constituídos no acordo, encontrava nas pressões inflacionárias que se acumulavam em vários países, seu maior obstáculo. Vários fatores reforçaram este processo, entre os quais é importante destacar os problemas encontrados pelos EUA para equilibrar sua balança de pagamentos.

O montante de gastos com investimentos diretos, gastos militares e a ajuda financeira a outros países, antes atenuados pelo amplo saldo da balança comercial, já não era mais possível de ser realizado sem afetar negativamente as contas do EUA com o exterior. Neste mesmo contexto, países como o Japão e a Alemanha já reconstruídos, com seus sistemas organizacionais e financeiros mais novos e permeáveis às mudanças tecnológicas, passaram a disputar mercados com os produtos americanos[2].

Além de uma economia desequilibrada, na esfera política, o país também apresentava outros problemas. Internamente, o escândalo político de Watergate, que levou a renúncia do presidente Nixon, as investigações de ações secretas e ilegais por parte da CIA e outros organismos americanos e questionamentos acerca do assassinato do Presidente Kennedy, drapejaram sobre a esfera política. Externamente, a derrota não assumida no Vietnã, a crise dos mísseis em Cuba, o fortalecimento militar da União Soviética e da China, representaram na prática, os sintomas da instabilidade da potência estadunidense. Somava-se a esta questão, os gastos com o financiamento direto e indireto nas políticas locais na América Latina, Ásia e Oriente Médio (Block, 1987).

Porém, o acontecimento mais relevante que colaborou para a referida crise e para a expansão do processo inflacionário, sem sombra de dúvida, foi o aumento do preço do petróleo ocorrido inicialmente no final de 1973[3]. Nesse período, como resultado das decisões do cartel

*2 A penetração de produtos importados no mercado americano foi marcadamente pronunciada nos setores de automóveis, maquinaria e tecidos Moffit (1984, p.30).*

*3 O fim das paridades fixas e a enxurrada de petrodólares do primeiro choque (1973) impulsionou ainda uma tendência de especulação com moedas, que minavam o poder do dólar americano e, paradoxalmente, fortaleciam o marco e o iene. Estas tendências policêntricas que se desenhavam no sistema financeiro internacional influenciaram o processo de contestação do papel de dominância do Estado norte-americano. O próprio sistema bancário privado norte americano e suas empresas transacionais se movimentavam muitas vezes à revelia do interesse nacional, favorecendo ainda mais à modernização e expansão europeia e nipônica. Ver KILSZTAJN, Samuel (1989). O acordo de Bretton Woods e a evidência histórica: O sistema financeiro internacional no pós-guerra. Revista de Economia Política, 9(4): 88-100, out/dez.*

dos países produtores do petróleo, em países como a Arábia Saudita o preço do petróleo saltou de US$ 3,27 por barril de petróleo bruto para expressivos US$ 11,58 por barril, como pode ser observado na tabela abaixo.

**TABELA 1: Preço Médio do Petróleo (U$$/barril)**

| Ano | País | | | | |
|---|---|---|---|---|---|
| | Arábia Saudita | Irã | Iraque | Nigéria | Venezuela |
| **1973** | 3,27 | 3,22 | 3,24 | 4,8 | 4,45 |
| **1974** | 11,58 | 11,56 | 11,6 | 14,69 | 11,22 |

*Fonte: Adaptado de Gouveas (2010).*

As transformações estruturais induzidas por essas respostas constituíram a partir de então, no principal impulso das mudanças ocorridas nos países capitalistas. A falência do potencial de expansão do padrão de acumulação anterior e as rupturas no marco institucional geraram profundas mudanças nas condições de rentabilidade do capital[4] e desencadearam reações estratégicas por parte das empresas e dos governos, tal como afirmou Campos (2016, 09):

> Essa crise significou para o capitalismo a reestruturação produtiva e financeira, inclusive incidindo sobre uma articulação transnacional inédita das corporações, que fez emergir um novo padrão mundial de acumulação caracterizado pela financeirização, precarização do trabalho e pelo neoliberalismo. De um regime centralizado de acumulação, em que as empresas, mesmo as transnacionais, se organizavam por rígidas fronteiras nacionais de modo a integrarem-se em cadeias produtivas nacionais formadas por empresas estatais e locais, passou-se para articulação de redes industriais organizadas por uma teia global, cuja revolução da microeletrônica, desenvolvimento militar e a alforria do capital financeiro transformavam a órbita de valorização imperialista em uma mundialização financeira.

Ao lado do crescente número de desempregados, foi amplificada a pressão por desregulamentação e flexibilização dos mercados, principalmente do mercado de trabalho. Estava dada a largada de um movimento cíclico que seria constituído por uma crise em 1974-1975, seguido de uma suave recuperação no período de 1976-1977, e por uma nova crise, iniciada no ano de 1979 e que seria agravada pela subida da taxa de juros estadunidense[5] - o que possibilitou que as propostas neoliberais ganhassem cada vez mais espaço tanto no debate acadêmico quanto como política prática (Campos, 2009).

## 3. O neoliberalismo e suas bases teóricas

Por definição, o neoliberalismo constitui em primeiro lugar, uma corrente de pensamento, "uma reação teórica contra o estado intervencionista e de bem-estar" (Anderson, 1995, 9). Apesar de suas propostas serem promovidas com maior força somente a partir da crise do modelo econômico do pós-guerra, as raízes da experiência "neoliberal" estão associadas a realização do Colóquio Walter Lippmann ocorrido na França no ano de 1938.

Este colóquio serviu como ponto de

*4 As cifras específicas do período são encontradas em MADDISON, A. The world economy: a millennial perspective. Center of the Organization for Economic Co-Operation and Development, OECD, 2001.*

*5 Como medida de reafirmação da hegemonia dos EUA e da sua moeda, o FED decidiu adotar uma política restritiva sobre a expansão da massa monetária dos EUA. Tal reação, provocou níveis recordes das taxas de juros e a alta da cotação moeda estadunidense. Em resposta, outros países industrializados também foram obrigados a elevar suas taxas de juros para evitar quedas maiores das cotações de suas moedas. Certamente, os países periféricos foram os mais afetados com a subida dos juros. Espremidos entre a súbita escassez do meio de pagamento internacional e o elevado serviço da dívida externa já contratada estes países também sofreriam com a queda do preço das commodities registrada no mesmo ano. Para uma análise mais detalhada. Ver: Tavares (1997).*

convergência dos pensadores liberais europeus e americanos que viam na construção do welfare state uma ameaça à liberdade individual e se sentiam impotentes diante da hegemonia das ideias keynesianas e socialistas – especialmente as noções de planejamento econômico das propostas contidas no New Deal do Presidente Roosevelt (1935) e no planejamento centralizado dos planos quinquenais dos anos 1930 empreendido pela URSS. Mais do que uma adaptação do antigo liberalismo às novas condições do capitalismo do século XX, autores como Raymond Aron, Louis Baudin, B. Lavergne, Walter Eucken, Louis Rougier, Friedrich Hayek, Ludwing von Mises, Jacques Rueff, L. Marlio e W. Ropke ven Zeeland tinham como pauta a necessidade de repensar a relação entre Estado e mercado[6].

Para Carcanholo (2002), apesar da recuperação do individualismo metodológico, do naturalismo e da noção de progresso presentes na própria ideia de harmonia natural, a atualização da tradição liberal possuía diferenças em relação ao liberalismo clássico dos séculos XVII e XVIII. A primeira diferença se referia ao contexto histórico. Enquanto o liberalismo clássico possuía um caráter mais progressista vinculado à luta travada pela burguesia contra a aristocracia, às regalias da nobreza e aos direitos divinos, em defesa de sua inserção no espaço político e ideológico; o neoliberalismo foi esculpido através do combate de seus defensores contra o Estado interventor keynesiano e o planejamento econômico socialista, nos marcos do próprio capitalismo. Em outras palavras, ao contrário do "antigo liberalismo", o ideário neoliberal, refletia seu caráter conservador na busca pelo retorno de uma ordem já estabelecida anteriormente, em que a concorrência e a democracia eram, como se pressupõe, a norma.

> [...] não se quer aqui negar a importância analítica da relação entre Estado e capital em geral, sobretudo para compreender o processo de acumulação, mas sim mostrar que essa dimensão analítica por si só não permite compreender o Estado como o locus político em que se manifestam as lutas políticas das frações das classes dominantes, bem como as dos segmentos populares (Pinto; Balanco, 2014, 41).

Em segundo lugar, diferentemente da sua fonte de inspiração, a perspectiva neoliberal concatenou-se de tal forma com as transformações econômicas e políticas enfrentadas nas últimas décadas, que sua aceitação não foi uma mera alternativa ideológica, mas uma pretensa aceitação de fatos. Em outras palavras, ao exaltar as virtudes abstratas dos mercados, o neoliberalismo acabou por ocupar todos os espaços da sociedade, demonstrando pelo menos na aparência, sua hegemonia ideológica e unilateralidade (Carcanholo, 2002).

A terceira distinção estava associada aos conceitos de liberdade e igualdade pregados pelo liberalismo clássico. No liberalismo dos tempos de Smith e Ricardo, tais fundamentos pertenciam à filosofia dos direitos naturais e postulava que os homens nasciam livres e racionais. A ordem desses valores no liberalismo clássico, eram intimamente interligados, ao menos no que se refere à esfera jurídica. Cada indivíduo era perfeitamente livre para buscar seu próprio interesse, a seu próprio modo, desde que não violasse as leis da justiça (Corazza, 1986).

Desse modo, tanto a razão quanto a liberdade eram valores fundamentais, enquanto virtudes filosóficas e políticas. Sob outra perspectiva, o neoliberalismo não encontrou seu significado na filosofia moral ou política - representa "uma receita de política econômica, onde as esferas políticas e sociais são reflexos do comportamento econômico, subordinadas a critérios de

6 *Ver: Ezcurra (1998).*

eficiência" (Carcanholo, 2002, 28). Isto é, não estava mais subordinado aos ditames dos valores do liberalismo clássico, mas de uma visão economicista voltada basicamente aos interesses do mercado.

No caso do pensamento neoliberal, essa subalternidade mútua entre liberdade e igualdade não se apresentava. Ao invés disso, a desigualdade se tornou um valor, ao passo que, pelo lado das relações econômicas, esta seja justificável como recompensa aos mais produtivos e eficientes e moralmente, como mecanismo de incentivo à "ascensão social" por esforço pessoal. Logo, para a corrente neoliberal, "a desigualdade econômica não é justa ou injusta, já que o mercado não é algo voluntário, mas impessoal" (Carcanholo, 2002, 29).

Em última instância, também podemos definir esses dois tipos de pensamento pela ótica do papel do Estado. Ao mesmo tempo em que, o liberalismo clássico concebia um Estado mínimo, no qual a liberdade individual estaria garantida por uma relação não entre governo e governados, mas por um pacto social estabelecido pelos indivíduos que prezasse pelos direitos naturais do homem, dentre eles, o direito à propriedade - na versão neoliberal, este mesmo Estado deveria ser mínimo no sentido de propiciar o livre funcionamento do mercado, ou seja, à ordem natural harmônica (Baruco, 2005).

Em seu sentido teórico, podemos ver tudo isso apresentado por Hayek em "O caminho da servidão". Neste livro, ao estabelecer uma ligação direta entre o sistema de propriedade privada como a mais importante garantia de liberdade, Hayek buscou demonstrar a incompatibilidade entre o planejamento e a democracia. Todo o planejamento econômico, por menor que seja, seria baseado na criação de um suposto bem comum ou nacional que, por conseguinte, conduziria as nações que o aplicassem ao totalitarismo e perda de liberdades individuais. Na visão de Hayek, planificar significaria racionalizar a regulação do sistema por fora das bases decisórias individuais e do mercado. Tal afirmação fica clarividente nas palavras de Hayek (1990, 56):

> O conceito de "planejamento" deve sua popularidade em grande parte ao fato de todos desejarmos, obviamente, tratar os problemas ordinários da forma mais racional e de para tanto precisarmos utilizar toda a capacidade de previsão possível. Neste sentido, se não for um completo fatalista, todo indivíduo será um planejador; todo ato político será (ou deveria ser) um ato de planejamento, de sorte que só haverá distinção entre o bom e o mau planejamento, entre um planejamento sábio e previdente e o míope e insensato.

Hayek temia que acontecesse na Inglaterra o mesmo que havia ocorrido na Alemanha nazista e na URSS. Seu alvo de crítica naquele momento era a agenda socialdemocrata do Partido Trabalhista inglês que iria disputar as eleições gerais em 1945[7]. Para o autor, a socialdemocracia mesmo sendo portadora de boas intenções acabaria por engendrar historicamente o mesmo desastre que o nazismo alemão (Anderson, 1995). Apesar dos anseios de Hayek e da vitória das tropas inglesas na Segunda Guerra Mundial, os conservadores de Churchill perderam as eleições para os trabalhistas, liderados por Clement Attlee, que se tornou na ocasião, o primeiro-ministro.

Essa derrota não fez com que Hayek deixasse para trás seus ideais. Em 1947, o herdeiro das ideias de Ludwig von Mises conduziu os trabalhos de uma "internacional dos neoliberais", a Sociedade do Mont Pèlerin. Além de

*7 Ainda assim, sua posição não foi exclusivamente direcionada aos partidários da revolução e da economia planificada, "mas a toda e qualquer medida política, econômica e social que indique a mais tímida simpatia ou concessão para com as veleidades reformistas ou pretensões de fundar uma "terceira via" entre capitalismo e comunismo" (Moraes, 2001, 13).*

continuar a levar a cargo as tarefas do Colóquio Walter Lippmann, a sociedade de Mont Pèlerin atuaria como principal referência dos ideólogos do livre mercado que surgiram durante o colapso do consenso keynesiano (Hobsbawm, 1995). Dentre eles, o mais destacado centro de difusão desta corrente de pensamento foi a Universidade de Chicago. Núcleo que, através da chamada "escola monetarista" e de seu principal mentor, o catedrático Milton Friedman, começou a ganhar cada vez mais espaço tanto na academia quanto na condução da política econômica de diversos países (Baruco, 2005).

## 4. O neoliberalismo enquanto projeto político

As teorias neoliberais foram decisivas para a constituição de um novo projeto político-econômico não apenas no âmbito mundial, mas também para a América Latina. Através delas foram estabelecidas normas de interação econômicas globais baseadas na liberalização e desregulamentação dos mercados, das atividades produtivas e financeiras.

Neste sentido, a preponderância da liberdade de mercado instituía uma série de efeitos malignos que contrapunha à cultura democrática e igualitária do indivíduo na sociedade e enterravam a possibilidade de o planejamento econômico exercer qualquer influência sobre a economia. Mudanças que sobremaneira, impactaram diretamente nas tradicionais funções atreladas ao Estado.

Esse novo projeto de Estado – inspirado nas teses liberais da autorregulação do mercado em favor do "não intervencionismo" – encontrou no processo de valorização do capital as condições necessárias e suficientes para o fortalecimento das ações a serem executadas. Os neoliberais contestavam a intervenção estatal e defendiam o retorno dos mecanismos de mercado na regulação da atividade econômica, entendendo que a participação do Estado se resumia às funções de regulação e supervisão prudencial, o que levaria à retomada dos investimentos, do crescimento econômico e da distribuição de renda, perdidos com a crise (Moraes, 2001).

Com base nesta perspectiva, acreditavam que as raízes da crise de 1970 localizavam-se no poder excessivo dos sindicatos e dos movimentos operários, os quais corroíam as bases da acumulação capitalista com suas pressões reivindicatórias para aumento dos salários e principalmente sobre o Estado, que a partir desta lógica, tinha que arcar com o aumento nos gastos sociais (Anderson, 1995). Foi com este discurso, que o programa neoliberal ganhou adeptos e conquistou líderes partidários alinhados com esses preceitos em governos de importantes países, possibilitando que seu receituário se tornasse hegemônico. Destes, cabe destacar os governos de Margaret Thatcher na Inglaterra e de Ronald Reagan, em 1980, nos EUA e o de Helmut Kohl, em 1982 na Alemanha (Hobsbawm, 1995).

Dado seu ambicioso pacote de medidas ortodoxas aplicadas no país, o modelo inglês foi considerado o pioneiro e o mais puro de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado. Thatcher preconizou o retorno dos valores vitorianos exaltando o papel do individualismo, impostos mais baixos sobre os rendimentos altos para incentivar o investimento e estimular o mercado, bem como, uma nova legislação antissindical casada com um extenso programa de privatizações que visavam amputar o setor público e mais da metade dos seus ativos - seja em setores de transporte, de comunicações ou mesmo em indústrias básicas como o aço, a eletricidade, o petróleo e gás[8]. Nas palavras de Anderson (1995, 12):

*8 Ver: Hobsbawm (1995, cap. 8).*

> Os governos Thatcher contraíram a emissão monetária elevaram as taxas de juros, baixaram drasticamente os impostos sobre os rendimentos altos, aboliram controles sobre os fluxos financeiros, criaram níveis de desemprego massivos, aplastaram greves, impuseram uma nova legislação anti-sindical e cortaram os gastos sociais. E finalmente – esta foi uma medida surpreendentemente tardia –, se lançaram num amplo programa de privatização, começando por habitação pública e passando em seguida a indústrias básicas como aço, a eletricidade, o petróleo, o gás e a água. Esse pacote de medidas é o mais sistemático e ambicioso de todas as experiências neoliberais em países de capitalismo avançado.

Nos Estados Unidos, a prioridade neoliberal era motivada pelas tensões decorrentes da competição militar com a União Soviética. Sua estratégia era desestabilizar a economia soviética e, por esta via, derrubar o regime comunista na Rússia. Por outro lado, em sua política interna, Reagan também reduziu os impostos em favor dos ricos, elevou as taxas de juros e aplastou a única greve séria de sua gestão. Contudo, não respeitou a disciplina orçamentária perseguida por Thatcher; ao contrário, lançou-se numa corrida armamentista sem precedentes, envolvendo gastos militares enormes, que criaram um déficit público muito maior do que qualquer outro presidente da história norte-americana (Hobsbawm, 1995).

A partir da década de 1990, o receituário neoliberal se tornou hegemônico, encontrando apoio no advento da chamada globalização. Nesta condição, o processo de globalização traduzia-se na intensa circulação, não somente de mercadorias, mas também de capitais – "instaurando nas economias mundiais a internacionalização dos mercados como principal estratégia de disseminação das políticas neoliberais e de sobrevivência para os antigos mecanismos de exploração e acumulação capitalista" (Carcanholo, 1997, 2002).

Para Chesnais (1996), a substância desta globalização pode ser manifesta de modo mais adequado pelo termo "mundialização do capital". Para o autor, muito mais do que a representação das atividades dos grupos empresariais e dos fluxos comerciais decorrentes do processo de globalização, tal expressão demonstraria que este novo fenômeno de tática global apesar de aparentemente integrador se mostrou cada vez mais excludente; sendo assim, incapaz de abarcar as economias periféricas. Nas palavras de Chesnais (1996, 34):

> A mundialização é o resultado de dois movimentos conjuntos, estreitamente interligados, mas distintos. O primeiro pode ser caraterizado como a mais longa fase de acumulação ininterrupta do capital que o capitalismo conheceu desde 1914. O segundo diz respeito às políticas de liberalização, de privatização, de desregulamentação e de desmantelamento de conquistas sociais e democráticas, que foram aplicados desde o início da década de 1980, sob o impulso de Thatcher e Reagan.

Sob a égide desta mundialização do capital, cujo o único interesse é a valorização do capital, a economia mundial passou a se reproduzir com alto poder monopolista de concentração e centralização de capital. A hipertrofia da esfera financeira criou inúmeros mecanismos para romper as amarras das relações sociais, leis e regulamentações impostas pelo jogo do livre mercado, de forma a impulsionar a formação de oligopólios mundiais que ultrapassariam quaisquer fronteiras, mediante as chamadas práticas de desterritorialização. O resultado desse processo é a criação de mercados imperfeitos e uma sociedade polarizada, como afirma Chesnais (1996, 37):

> A polarização é em primeiro lugar interna a cada país. Os efeitos do desemprego são

> indissociáveis daqueles resultantes do distanciamento entre os mais altos e os mais baixos rendimentos, em função da ascensão do capital monetário e da destruição das relações salariais estabelecidas (sobretudo nos países capitalistas avançados) entre 1950 e 1970. Em segundo lugar, há uma polarização internacional, aprofundando brutalmente a distância entre os países situados no âmago do oligopólio mundial e os países da periferia.

Neste contexto, a tríade formada pela desregulamentação, privatização e o novo padrão de acumulação, se tornou a nova base estratégica deste novo Estado que, na sua complexidade, intervém diretamente nas diferentes esferas da sociedade. No entanto, não para regular o mercado, mas sim, para favorecê-lo a qualquer preço - legitimando assim, a mundialização como um regime institucional internacional do capital concentrado em favor da oligarquia financeira (Chesnais, 1996).

Diante destas exigências, os mecanismos de ação praticados por este Estado, se resumiam no crescimento do aparelho estatal enquanto indutor dos investimentos privados, que porventura, deviam ser totalmente desvinculados de quaisquer benefícios à esfera social (Netto, 2001). Tal postura, demonstraria em que medida a globalização foi perdendo seu discurso simplório de promoção de transformações qualitativas e quantitativas para o conjunto dos países e passou a representar um dos ingredientes principais do receituário do regime capitalista. Até porque, sob esta perspectiva, o Estado, deveria ter como principal objetivo, favorecer a autonomia do capital a fim de beneficiar a classe rentista e o "processo de livre concorrência" em detrimento do próprio interesse coletivo (Carcanholo, 1997).

## 5. Apontamentos sobre o Neoliberalismo no Brasil

O Brasil foi considerado, oficialmente, o último dos países da América Latina a implementar a política neoliberal. Diferentemente dos países da Europa e outros também da América Latina -, no Brasil, o processo de hegemonia do neoliberalismo deveu-se ao resultado da disputa política de classes, não de um debate ideológico anterior a sua implementação[9]. Com o esgotamento do modelo de substituição de importações e o fracasso dos planos de estabilização monetária – Plano Cruzado, Plano Bresser, Plano Verão – o neoliberalismo foi se fortalecendo (Filgueiras, 2006).

Anteriormente a esse momento, à custa de um intenso processo de endividamento externo e aprofundamento do subdesenvolvimento, o Brasil havia desfrutado de altas taxas de crescimento em decorrência da intervenção estatal do período militar.

> Na ditadura militar esse novo nexo imperialista, marcado pela industrialização e pelo domínio do mercado interno, sepultou de vez as possibilidades de uma revolução brasileira que conseguisse domesticar o capitalismo a partir da difusão de agendas sociais democraticamente organizadas por um complexo nacional-popular. Foram feitas reformas no sentido oposto, as quais garantiram um imenso crescimento da economia, sustentado por práticas ditas desenvolvimentistas, mas que na verdade aprimoraram o acesso para o capital internacional por meio de reformas financeiras, modernização conservadora dos laços de dependência e pelo aumento da repressão política (Campos, 2016, 09).

Contudo, os anos de 1980 demonstraram o grande endividamento do Estado em de-

*9 Na América Latina, o discurso neoliberal começou a se afirmar na década de 1980. No ano de 1989, foi realizada uma reunião entre membros dos organismos internacionais financeiros que ficou mundialmente conhecida como Consenso de Washington. O consenso possuía um caráter tipicamente neoliberal e objetivava fornecer subsídios aos países da América Latina e para isto, propôs aos países participantes a adoção de um conjunto de medidas como redução da intervenção do Estado e abertura total e ilimitado dos mercados. Sobre o tema, ver BATISTA, Paulo Nogueira. O Consenso de Washington: A visão neoliberal dos problemas Latino-Americanos. In: Caderno Dívida Externa. n. 6, PEDEX, São Paulo, 1994.*

corrência da política intervencionista dos anos anteriores. Diante dessa conjuntura decadente, o crescimento com endividamento havia se tornado insustentável, o que desacelerou a política desenvolvimentista[10] contida nos planos executados nas décadas anteriores, como mostra a Tabela 2.

**TABELA 2: Evolução da dívida externa brasileira (1979- 1990)**

| Ano | Dívida bruta (U$$ Bilhões) |
|---|---|
| **1979** | 55,8 |
| **1980** | 64,3 |
| **1981** | 74,0 |
| **1982** | 85,5 |
| **1983** | 93,7 |
| **1984** | 102,1 |
| **1985** | 105,1 |
| **1986** | 111,2 |
| **1987** | 121,2 |
| **1988** | 113,5 |
| **1989** | 121,5 |

*Fonte: Banco Central e Ipeadata.*

Em consonância a isto, as preocupações do Estado se deslocaram para a criação de políticas de estabilização orientadas a controlar a dívida externa, reduzir os desequilíbrios nos balanços de pagamentos e a inflação, uma vez que tais debilidades influenciavam diretamente nos rumos do país (Miglioli, 1982). Essas condições deixavam claros os limites da política econômica até então adotada. Desse modo, a década de 1980 assistiu, nos países da América Latina, a uma virada ideológica em favor do discurso neoliberal e suas políticas econômicas restritivas em favor de uma pequena parcela da população (Gros, 2002).

No caso do Brasil, não foi diferente; as condições econômicas do período aprofundaram a desigualdade social e redundaram as políticas estatais a favor da famigerada classe burguesa. Desde o final da década de 1970 o desemprego no Brasil evoluiu rapidamente (Tabela 3), de modo a alcançar taxas altíssimas. Enquanto isso, a tributação recaía principalmente sobre a classe trabalhadora, através de tributos sobre os salários e sobre o consumo, em comparação aos exíguos tributos sobre os rendimentos de capital e propriedade. Isso acarretou uma alta concentração de renda no Brasil a partir da década de 1990 (Carneiro, 2002).

**TABELA 3: Evolução da taxa de desemprego no Brasil (1976 – 1985)**

| Anos | Desemprego (%) |
|---|---|
| **1976** | 1,8 |
| **1977** | 2,3 |
| **1978** | 2,4 |
| **1979** | 2,8 |
| **1980** | - |
| **1981** | 4,3 |
| **1982** | 3,9 |
| **1983** | 4,9 |
| **1984** | 4,3 |
| **1985** | 3,4 |
| **1989** | 121,5 |

*Fonte: OIT; IBGE*

Para os países centrais, a política neoliberal resultaria no retorno ao período de acumulação perdido com as crises da década de 1970, através da abertura comercial e a expansão dos mercados além das fronteiras nacionais também para os países periféricos. Na medida em que os processos econômicos se "mundializaram", a política neoliberal apontava a necessidade de abertura das economias também dos países periféricos a fim de absorver o desenvolvimen-

*10 No Brasil, a virada das décadas de 1970/80 marcou o final do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) e uma subsequente reviravolta no planejamento econômico brasileiro, haja vista o cenário corrente de crise fiscal e financeira do Estado. Como vimos, uma grande parcela de responsabilidade por esses problemas competiu ao novo choque externo representado pelo recrudescimento da inflação mundial, sob a liderança do petróleo, o que deteriorou as relações de troca entre os países, inclusive no do Brasil. Além disto, a elevação da taxa de juros internacional também cumpriu um papel negativo nesse processo, seja pelo aumento dos serviços da dívida externa ou pelo estreitamento do raio de manobra da política monetária doméstica (Carneiro, 2002).*

to (Chesnais, 1996). Essa abertura comercial, trouxe como consequência, a venda e a fusão de empresas nacionais ao capital estrangeiro e um processo de desindustrialização sem precedentes (Filgueiras, 2006).

Tais mudanças, resultaram no fortalecimento político e econômico dos grupos financeiros e o predomínio do capital financeiro nas relações econômicas através do processo de desregulamentação dos mercados financeiros e financeirização da economia apoiada na dívida pública. A abertura dos mercados tornou a economia nacional cada vez mais instável e dependente do saldo de exportações para garantir um mínimo de estabilidade - exigindo cada vez mais a obtenção de saldos positivos na conta de transações correntes para minimizar a extrema volatilidade (Filgueiras, 2006).

Outro componente da política neoliberal, foi o processo de flexibilização das relações de trabalho, resultando na precarização do trabalho por meio do processo de terceirização e subcontratações. Tal flexibilização, levou até mesmo a precarização do trabalho no setor público, por meio de reformas administrativas que permitiram demissões e contratações para além de concursos públicos (Antunes, 2003). Neste sentido, Emendas Constitucionais possibilitaram reformas na previdência, no governo FHC e Lula, que levaram a redução de benefícios e direitos por parte dos trabalhadores com consequente aumento das contribuições, principalmente em decorrência da necessidade de superávits primários.

Em decorrência da quebra dos monopólios estatais e das privatizações, o Estado diminuiu sua participação nas atividades produtivas, cumprindo um dos objetivos buscados pela política neoliberal. Soma-se a isso o crescimento acelerado da dívida pública e a subordinação das políticas macroeconômicas ao capital resultando na fragilidade do Estado e na dependência cada vez maior da economia brasileira aos ditames do capital financeiro internacional. Sem contar, que a instabilidade econômica por intermédio da abertura comercial e financeira, vulnerabilizaram o balanço de pagamentos, resultando na necessidade de uma política de altas taxas de juros para regulação dos preços.

Toda essa instabilidade comprometeu tanto o crescimento econômico, como também as finanças públicas e potencializaram as reformas liberalizantes já citadas que, embora tenham se firmado no Brasil durante o governo Fernando Collor, se mantiveram nos governos de Itamar Franco (1992-1994), no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002) e se aprofundaram de forma, mesmo que velada, nos governos posteriores, marcadamente alinhados ao enfoque neodesenvolvimentista.

## 6. Considerações finais

A partir deste breve resgate histórico, é possível notar que a partir dos anos 1980 o mundo capitalista vivenciou uma nova era histórica, em que o advento das políticas neoliberais aliado aos efeitos da mundialização do capital atingiu proporções gigantescas, de forma a debelar qualquer possibilidade de um Estado intervir na economia, a não ser nos moldes ortodoxos. Ao sacramentar a defesa dos interesses expansionistas do capitalismo conjugado aos interesses da classe trabalhadora em meio a falência dos anos gloriosos do capitalismo, o neoliberalismo garantiu a sua permanência e dinamismo enquanto aparato de restruturação do capitalismo.

Nesse sentido, concordamos com Perry Anderson (1995), ao afirmar que realizar qualquer balanço ou análise atual sobre o neoliberalismo possui um caráter provisório, pois este movimento é inconcluso. Até porque a implementação do receituário neoliberal, ao contrário do

que garantiam seus defensores, não se processou nos moldes prometidos, redundando em perdas sociais, econômicas e por parte dos Estados.

Nos países latino-americanos, por exemplo, os gastos governamentais foram ampliados e redirecionados ao pagamento da dívida e à circulação financeira. Em contrapartida, os níveis de crescimento apresentados por estes países foram irrisórios quando comparados àqueles apresentados durante a fase excepcional de prosperidade e modernização do pós-Segunda Guerra.

No Brasil, especificamente, essas práticas, embora tenham se firmado em fins da década de 1980, com a eleição do Presidente Collor, responsável pelo processo de abertura econômica, foi no governo do presidente Fernando Henrique Cardoso com a efetivação do tripé ortodoxo: câmbio flutuante (ainda que só em seu segundo mandato), controle da inflação, taxa de juros, que as mesmas se solidificaram. Essa forma de intervenção do Estado ao invés de tornar a economia brasileira menos vulnerável em termos macroeconômicos, instaurou aqui uma lógica liberalizante que a mantém presa às armadilhas externas.

Esse conjunto de argumentações nos permite concluir que o atual modelo de intervenção estatal instaurado nos países latino-americanos se mostrou incapaz de intervir efetivamente na economia e em prol de medidas que garantissem maiores níveis de equidade. Mesmo porque, esculpido pelos interesses privados, o Estado Neoliberal desvinculou-se cada vez mais dos interesses sociais. Convive-se então com um verdadeiro “imbróglio”: que em sua essência se mostrou incompatível com a concepção de sociedade organizada e de Estado planejador tal qual fora caracterizado por Tavares (2014).

## Referências Bibliográficas


ANDERSON, P. Balanço do Neoliberalismo. In: SADER, E. (Org.). Pós-neoliberalismo: as políticas sociais e o Estado democrático. São Paulo: Paz e Terra, 1995.

ANTUNES, R. Adeus ao trabalho? Ensaio sobre as metamorfoses e a centralidade do mundo do trabalho. Campinas, SP, Cortez, 2003.

BARUCO, G. C. da C. Do consenso keynesiano ao pós-Consenso de Washington. Uberlândia. Dissertação (Mestrado em Economia) – Instituto de Economia, Universidade Federal de Uberlândia, 2005.

BLOCK, F. L. Las Origenes del desórden económico internacional. México: Fondo de Cultura, 1987.

CAMPOS, F. A A arte da conquista: o capital internacional no desenvolvimento capitalista brasileiro (1951-1992). Tese de doutorado - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Economia, Campinas, SP, 2009.

CAMPOS, F. A. Imperialismo e colapso da formação econômica brasileira. In: MAZIN, A. D.; NOVAES, H.; PIERES, J. H.; LOPES. J. A. (Orgs.). Questão agrária, cooperação e agroecologia. São Paulo: Outras Expressões, v.2, 2016.

CARCANHOLO, M. D. Globalização e o neoliberalismo: os mitos de uma (pretensa) nova sociedade. In: MALAGUTI, et al. (Org.). A quem pertence o amanhã? São Paulo: Edições Loyola, 1997.

CARCANHOLO, M. D.; BARUCO, G. C. C. Crise dos anos 1970 e as contradições da resposta neoliberal. In: Anais. Encontro Nacional de Economia Política, n. 11, Vitória, 2006.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Abertura externa e liberalização financeira: impactos sobre crescimento e distribuição no Brasil dos anos 90. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2002.

CARNEIRO. R. Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX. São Paulo: Ed. Unesp/IE-Unicamp, 2002.

CHESNAIS, F. A Mundialização do Capital. São Paulo: Xamã, 1996.

CORAZZA, Gentil. Teoria econômica e Estado: de Quesnay a Keynes. Porto Alegre, UFRGS, 1986.

EZCURRA, Ana María. Qué es el neoliberalismo?: evolución y límites de un modelo excluyente. Lugar Editorial –IDEAS, 1998.

FILGUEIRAS, L. O neoliberalismo no Brasil: estrutura, dinâmica e ajuste do modelo econômico. En publicación: Neoliberalismo y sectores dominantes. Tendencias globales y experiencias nacionales. Basualdo, Eduardo M.; Arceo, Enrique. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias

Sociales, Buenos Aires. Agosto 2006. Disponível em: <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/grupos/basua/C05Filgueiras.pdf>. Acesso em: 08 março de 2017.

GROS, D. B. Institutos liberais e neoliberalismo no Brasil da Nova República. Tese de doutorado (Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Campinas, 2002.

HAYEK, F. A. V. O caminho da servidão. 4. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura; Instituto Liberal, 1990.

HOBSBAWM, E. Era dos extremos: o breve século XX – 1914-1991. São Paulo: Companhia das Letras, 1995. 598p.

MADDISON, A. The world economy: a millennial perspective. Center of the Organization for Economic Co-Operation and Development, OECD, 2001.

MANDEL, E. A Crise do Capital: os fatos e sua interpretação marxista. São Paulo: Ensaio, 1990.

MENDONÇA, A. A crise económica e a sua forma contemporânea. Lisboa, Editorial Caminho, 1990.

MIGLIOLI, J. Introdução ao planejamento econômico. São Paulo: Brasiliense, 1982.

MOFFIT, M. O dinheiro do mundo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984.

MORAES, R. C. Neoliberalismo: de onde vem, para onde vai. São Paulo: SENAC, 2001.

NETTO, J. P. Crise do Socialismo e Ofensiva Neoliberal. São Paulo, Cortez, 2001.

PINTO, E.C; BALANCO, P. Estado, bloco no poder e acumulação capitalista: uma abordagem teórica. Revista de Economia Política, vol. 34, nº 1 (134), pp. 39-60, janeiro-março/2014.

TAVARES, M.C. A Era das Distopias. Revista Insight Inteligência. Jan/Mar 2014.

# Notas preliminares sobre: Los largos ciclos políticos en Haití durante los siglos XX y XXI y sus efectos en el crecimiento económico[1]

**Guy Pierre**
*Universidad Autónoma de la Ciudad de México*
*pierre40g@yahoo.com*

## Resumen

*Este trabajo estudia los largos ciclos políticos en Haití desde la intervención norteamericana en 1915 hasta la presente crisis electoral. Indica que el país ha registrado un total de cuatro largos ciclos políticos durante este periodo. Y también examina los efectos de estos ciclos en el crecimiento económico. Se basa en una amplia fuentes primarias y trabajos científicos así como varias series estadísticas y notas de prensa.*

**Palabras claves:** *Ciclo político largo; institución política; Partido político; sindicato; organización popular; N26; N36; N46.*

## Abstract

*This paper studies the long political cycles in Haiti from the American intervention in 1915 until the present electoral crisis. We see that the country has registered four long political cycles during this period. In addition, we examine the effects of these cycles on economic growth. This article is based on extensive primary sources and scientific works as well as several statistical series and press releases.*

**Keywords:** *Long political cycle; Political institution; Politic party; labor union; Popular organization;*

*1 Artigo recebido em 19/05/2017. Aprovado em 05/03/2018*

## Introducción[2]

El presente trabajo entra en el marco de un proyecto de investigación sobre la historia económica contemporánea de Haití. Tiene asimismo el propósito de elaborar algunas hipótesis de reflexión sobre los largos ciclos políticos que el país ha registrado entre el inicio del siglo pasado y la fecha. Principalmente con el fin de indicar en este citado proyecto el peso en términos generales de la influencia de las instituciones políticas en el gran atraso de la economía haitiana con respecto a las economías de los países del Caribe -la de la república Dominicana en particular- después de más de dos cientos años de vida independiente. No parte sin embargo, como se podrá observarlo, del periodo fundador de 1804-1806, o sea el inicio del siglo XIX, sino de la gran crisis política que sufrió el país en 1912-1914, y que precipitó la realización de un hecho de gran trascendencia histórica que no se podía de ninguna manera evitar. Es decir la integración del devenir del país, como el de las naciones vecinas hispanohablantes, en la esfera de influencia y dominación norteamericanas. Este hecho ocurrió a raíz de las tendencias principales de los largos ciclos políticos que atravesaron la nación durante todo el siglo XIX, pero conviene en realidad afirmar que fue más bien el resultado de un cierto determinismo histórico, dado la necesidad que tenían los Estados Unidos a finales de este mismo siglo XIX para transformarse, de acuerdo con el «manifiesto del destino» y como las principales potencias capitalistas europeas, en un gran imperio con el fin de potenciar fuertemente su desarrollo.

Con estas observaciones se estructura el trabajo en tres grandes secciones: una primera de carácter teórico que aclara el concepto de ciclo político y que hace también algunas consideraciones de orden metodológico respecto a las formas de relaciones que existen entre esta categoría de ciclo político y el ciclo económico. Una segunda que construye los ciclos políticos que el país ha conocido desde el arranque del siglo XX en los años 1914-1918 hasta el presente y que analiza los mismos de manera rigurosa, definiendo su duración, sus tendencias principales en términos generales así como algunos rasgos comunes que tienen con los ciclos políticos de los países del continente. Y tomando también en cuenta las características de las fases que las conforman. Y una tercera que sirve de conclusiones generales y que indica, en forma de tesis, las correlaciones que han existido -y que existen aún en el periodo actual- entre estos ciclos políticos y el desarrollo económico del país durante el largo periodo de 1915/18 y hasta 2010/2014.

El estudio está basado en varias series del Instituto Haitiano de Estadísticas e Informática (IHSI) y del Banco central del país (BRH[1]). Se ha recurrido también a varias fuentes primarias y segundarias para definir y caracterizar en base a unos criterios determinados los ciclos políticos. Concretamente, se ha consultado en particular para todo ello, en el National Archives Record Administration (NARA) de los Estados Unidos y en otros archivos públicos, varios documentos sobre las instituciones políticas del país. Y también muchos materiales de la historiografía nacional así como artículos de prensa.

## B. Teorías de los ciclos políticos y Advertencias metodológicas

En un trabajo anterior (G. Pierre, 2004) sobre «ciclos políticos largos en América Latina en el siglo XX», se ha sostenido que un ciclo político es un movimiento político de duración determinada, que es definido o constituido por una serie de momentos y confrontaciones -violentas o no- entre las fuerzas políticas y grupos de presión por el control del aparato de Es-

*2 Agradecemos a la profesora Annie Santiago de Curet por haber leído el trabajo y los comentarios que hizo al mismo.*

tado, hechos que orientan las acciones del poder central hacia una dirección determinada. Esto es así porque las fuerzas políticas y grupos sociales citados defienden conforme con sus ideologías muchos intereses económicos y se enfrentan entre ellos, con el apoyo abierto o encubierto de las oligarquías locales y los imperios internacionales, para beneficiarse de muchos privilegios y partes importantes de las rentas públicas. Esta definición indica que los ciclos políticos son muy complejos y que no se puede confundirlos con los ciclos electorales o los mandatos presidenciales o periodos constitucionales. Y ni por tanto construirlos de manera empírica, o en base, como algunos autores tratan de hacerlos (Mathieu Perona, 1975), a unos modelos matemáticos o ecuaciones algebraicas. Ello tanto más que están relacionados con los ciclos militaristas, los cuales, por ser relativamente autónomos y estar ligados esencialmente con los mecanismos de reproducción y estabilidad del aparato de Estado, se sobreponen de manera orgánica a ellos en algunas coyunturas particulares, redefiniendo de esta manera las orientaciones de éstos, e incluso las del poder central mismo.

Asimismo conviene subrayar también que, en general, los ciclos políticos son más largos que los ciclos electorales y los mandatos presidenciales. Sin embargo éstos pueden definir los límites de las fases que los conforman según las circunstancias o la intensidad de los conflictos existentes entre las fuerzas políticas y los grupos de presión, como sindicatos, asociaciones de hombres de negocios y cámaras de comercio entre otros. Estos ciclos políticos también son, por otro lado, irregulares, o sea no tienen una periodicidad bien definida o fija como algunos de los ciclos económicos clásicos, por ejemplo los ciclos Juglar o Kichin. Pueden extenderse por periodos de más treinta años, aunque también por periodos más cortos. Además generalmente son conformados o constituidos por dos fases, y éstas se definen, por su lado, por sus propias tendencias, separándose, por lo que conviene llamar siguiendo a Michel Dobry (Dobry, 1986) y Leslie Manigat (L. Manigat, 1980), coyunturas políticas críticas o grandes coyunturas políticas. Es decir por rupturas profundas en el equilibrio o pactos -explícitos o implícitos- que existen entre las fuerzas políticas dentro del ciclo. Cabe igualmente agregar en este mismo marco de observaciones que las fases de un ciclo político pueden ser subdividas en sub-fases. Eso puede ocurrir, por ejemplo, cuando las corrientes ideológicas que predominan en una fase sufren de algunas modificaciones bastante importante pero sin que su característica principal y la estructura de poder hayan cambiado sustancialmente.

Por cuestiones metodológicas, otros dos elementos deben ser tomados en cuenta, por fin, en el estudio de los ciclos políticos. El primero son las relaciones de influencias relativas, aunque no reciprocas, que pueden existir entre ciclos políticos de países con regímenes políticos distintos y de nivel distinto de desarrollo. Y el segundo se refiere a los efectos de los ciclos políticos en el crecimiento económico.

El primer elemento mencionado permite estudiar estos problemas con mucho más acierto, dado que los aparatos de Estado se reproducen con, o bajo la influencia y la prevalencia a nivel internacional de algunos modelos económicos y políticos determinados. Y ello a pesar de que las distintas formaciones sociales tengan ciertas autonomías con respecto a los sistemas centrales o imperiales con los cuales se encuentran orgánicamente ligadas o dependientes. En cuanto al segundo, la huella del factor político en el crecimiento económico, indica que los efectos de los ciclos políticos en los sistemas productivos son complejos, de manera que pueden facilitar y sostener el crecimiento, y, perturbar o

frenarlo también. Esto, independientemente de la característica ideológica principal del ciclo. Eso quiere decir que en el sistema económico de mercado, no son sólo los ciclos políticos de carácter liberal y democrático que pueden facilitar el crecimiento económico. Estas ideas se encuentran en los trabajos de algunos economistas e historiadores económicos, así como en los escritos de unos tantos científicos sociales de América Latina. Eso es totalmente falso. El estudio cuestiona la validez de estas propuestas, aunque reconoce que algunas de ellas tratan de apoyarse en series estadísticas. Los ciclos políticos conservadores u autoritarios, incluso de tipo fascista o golpista, pueden también empujar la acumulación de capital y facilitar por tanto el crecimiento económico[2], aunque sin mejorar la distribución de la riqueza que constituye, por su parte, un problema de otra índole y que no se considera en el marco del presente trabajo.

Con estas observaciones se construye en la sección siguiente los largos ciclos políticos que el país ha registrado entre el siglo pasado y hasta la fecha. Y se indica después, como ya arriba se lo han mencionado, los efectos que éstos han ejercido en el desarrollo del aparato productivo. Sin embargo, aunque no profundizamos este aspecto en particular del problema como lo hacemos en el artículo ya citado, advertimos que se basará para ello en cuatro grandes parámetros. Es decir la política económica general y la política monetaria y fiscal así como la política salarial y de inversiones públicas que el Estado ha impulsado durante los distintos ciclos políticos que configuraron el largo periodo escogido.

## C. Tres ciclos políticos de duración desigual y con un cuarto incipiente

Asimismo de acuerdo con todo lo anterior, se indica, como se puede observarlo en el esquema-gráfico que se presenta a final de esta Sección, que durante el siglo XX y hasta los años 2004/2006 el país ha registrado tres largos ciclos políticos completos, y viene, por otro lado, pasando desde la segunda mitad de la década de 2010 por un nuevo ciclo que aún sigue su curso. El primer ciclo se extendió sobre un periodo de un poco más de cuarenta años; el segundo fue más corto: abarcó un periodo de 28 a 30 años. Y el tercero duró sólo 20 años. En cuanto al que se inició en 2004/06, es difícil aún saber qué tan largo será, dado que los factores que vienen facilitando su reproducción pueden durar mucho. Ahora bien cada uno de estos ciclos define unas tendencias políticas determinadas y forman entre ellos un largo periodo continuo de un siglo. Se examina a continuación sus rasgos particulares, así como las características de las fases que les conforman. Pero advirtiendo que se enfatizará de manera particular el segundo ciclo, especialmente la primera fase de éste; ello con el fin de indicar en términos analíticos algunos aspectos muy específicos de los efectos que ha tenido en la economía nacional vista en una perspectiva larga.

### I. Primer ciclo: 1915/1918 - 1956/57

El primer ciclo se inició en el tramo de 1915-1918, es decir con tres hechos conexos: el desembarco en 1915 de los marines norteamericanos; la constitución, durante el año siguiente, por las autoridades norteamericanas de un nuevo aparato militar; y la introducción en la constitución en el año 1918 del principio legal al cual las clases dominantes locales y el viejo ejército indígena se opusieron ferozmente durante todo el siglo XIX. Es decir el principio que reconoce el derecho de cualquier ciudadano extranjero a ser propietario -en caso que lo deseaba- de bienes raíces en el país y operar por tanto, personal[3] y legalmente, al igual y con los mismos derechos que los ciudadanos nativos, como hombres de negocios. Este ciclo se caracterizó fundamental-

mente por la recomposición y reforzamiento de la dominación de las clases opulentas que venían perdiendo de manera acelerada su asidero social y su unidad orgánica desde muchos años atrás. O sea desde, primero, el periodo (1867-1869) durante el cual el país se había fracturado en tres Estados independientes a raíz de los múltiples intentos para derrocar el Gobierno populista de Salnave; y, segundo, el año (1883) durante el cual el Partido Liberal intentó sin éxito derrocar violentamente el Gobierno del Partido National, es decir el Gobierno del General Salomón.

Este ciclo se extendió hasta los acontecimientos sucesivos de la dimisión forzada en diciembre de 1956 del gobierno constitucional del General Paul Eugème Magloire y del cruente golpe de estado del 14 de junio de 1957 contra el carismático leader sindícalo-popular Daniel Fignolé[4]. Asimismo fue esencialmente un ciclo político de corte autoritario y anti-democrático, controlado, de acuerdo con lo que ya se ha dicho anteriormente, por el nuevo ejército que los US marines habían creado con el doble objetivo: primero, poner fin totalmente a los antiguos ciclos recurrentes de guerras civiles que dominaron el siglo XIX; y, segundo, garantizar al mismo tiempo también, frente a la amenaza que el recién creado movimiento socialo-comunista había empezado a desarrollar en el país como en toda la región, la seguridad tanto de las inversiones norteamericanas[5] que se venían observando como la de las clases dominantes locales que tomaban, por su parte, importantes iniciativas en algunos sectores productivos.

Ahora bien, como lo indica el esquema-gráfico ya citado, este ciclo político ha tenido dos fases: una primera, muy larga, o sea de unos 30 años; y una segunda de sólo 10 años. La primera fase corresponde, de acuerdo con un cierto supuesto derecho internacional liberal, al periodo de fundación y de legitimación de la dominación americana. Y también al establecimiento de un nuevo modelo de autoritarismo del Estado y al avasallamiento de las clases dominantes tradicionales por el nuevo imperio. Cubrió todo el tramo temporal de 1915/18-1945/46, sin embargo fue también un periodo de fuerte resistencia popular y de reivindicaciones nacionalistas (K. Millet 1973, R. Gaillard, 1974-1983), y ello aunque el Estado reforzó mucho todo el aparato de represión y aumentó específicamente, con la participación directa de los Estados Unidos, la capacidad del aparato militar, incrementando el número total de los soldados y oficiales de 2700 a 4500 entre 1920 y 1940 (K. Delince, 1977). Conviene mencionar sin embargo que, en realidad, esta primera fase se dividió, en dos sub--periodos: uno que correspondió a los mandatos de los presidentes Dartiguenave-Borno (1916-1929) y al primer mandato constitucional de Sténiot Vincent (1930-1934). Y que remite, además, a las mayores violencias que los marines han ejercido en el país, con el apoyo de las autoridades nacionales, para construir y fortalecer las bases de este ya citado nuevo tipo de autoritarismo. El otro sub-periodo se refiere al segundo mandato del presidente Sténiot Vincent (1934-1941) y al gobierno del presidente Elie Lescot (1941-1946). Y corresponde también a un verdadero régimen dictatorial que se constituyó con, primero, los ajustes constitucionales que el poder ejecutivo impuso en el año 1935 al parlamento (M. Manigat, 2005), y, segundo, la abolición de todas las garantías constitucionales durante el segundo conflicto mundial. Este régimen se manifestó particularmente durante todo este sub-periodo por la interdicción de los partidos políticos y los sindicatos que fueron declarados ilegales (Jean--Jacques Doubout y U. Joly, 1974, y J.S. Alexis, 1960).

Ahora bien, en cuanto a la segunda fase de este primer ciclo que representa un tramo

de sólo diez años, se caracterizó esencialmente por una gran apertura liberal pero esa tendencia no duró mucho, o mejor dicho no tardó mucho en reorientarse hacia el autoritarismo puesto que la gran coyuntura social que le había impulsado al inicio del año de 1946 con la caída del gobierno de Lescot se desvió muy pronto de su rumbo, y que el ejército tuvo que intervenir e instalarse en el poder, aunque fue por medio de sufragio electoral directo. Se impuso asimismo durante este tramo de diez años (1946-1956) un sistema fuertemente autoritario y anticomunista[6]. Esto a pesar de que el régimen político se había bastante modernizado con la adopción, en el año 1950, de una nueva constitución que fue aún mucho más liberal (M. Manigat, 2007) que la de 1946 que no había puesto fin al viejo sistema parlamentario. O, mejor dicho, que seguía otorgando al parlamento el poder de nombrar al presidente de la república. A decir verdad, se desarrolló ese sistema esencialmente con el fin de limitar o terminar con las agitaciones sociales que venían dominando el clima político desde el año de 1946 con el impresionante arranque del movimiento sindical[7]. Y también con la reaparición del partido comunista y el partido socialista popular (PSP) así como el resurgimiento de otros partidos progresistas que fueron ilegalizados durante la primera fase de este ciclo. Esta política autoritaria y restrictiva golpeó fuertemente el movimiento sindical arrestando a algunos de sus líderes y asesinando u cooptando a otros (Jean-Jacques (Doubout y U. Joly, 1970).

## II. Segundo ciclo: 1957/60 - 1985/86

El segundo ciclo arrancó en un clima electoral muy violento controlado por el ejército que había realizado en el año 1957 el golpe cruente ya mencionado y que en esta misma circunstancia tuvo que desplegarse mucho para mantener su unidad, puesto que, como todas las instituciones del país, estuvo fuertemente atravesado por muchos intereses de clases y, también, por el discurso «ideológico-colorista-antagónico» cuyo origen remonta al periodo colonial y que las distintas fracciones de las clases dominantes y sus respectivos pensadores intelectuales venían utilizando desde la fundación de la nación en sus luchas para controlar el poder.

Este nuevo ciclo marcó de manera absoluta el control y la dominación del Estado por las fracciones de las clases medias que se habían posicionado en la escena política desde los años 1930 con una bandera «nacionalo-negritud», pero que habían quedado frustradas en el año 1949 con la interrupción brusca del desenvolvimiento de los acontecimientos de promoción y de cambios sociales y económicos que habían iniciado en el año 1946. Se extendió hasta las protestas callejeras y sangrientas de 1985-1986 que culminaron con una nueva intervención abierta de los Estados Unidos en el país para forzar al presidente de Jean-Claude Duvalier a retirarse del poder, y reafirmar, por otro lado, la presencia del ejército, que había sido obligado durante este ciclo a compartir con una milicia popular (B. Diederich, 1969/2005)[8] su papel de fuerza de represión y de guardián en última instancia de todo el sistema social. Marcó asimismo la historia del país de manera muy especial, es decir que se caracterizó como un ciclo político de oscurantismo absoluto y de dictadura de corte descaradamente fascista. Se puede decir también que constituyó en su actuar al analizar en particular su primera fase el verdadero trabazón por el cual la economía nacional no aprovechó el importante salto cualitativo que había dado, aunque de manera limitada y con muchas deficiencias en términos de acumulación de capital, entre la Primera Guerra Mundial y el fin de la Guerra de Corea. La Guerra Fría había facilitado su proceso de reproducción. O sea que los Estados Unidos y las otras potencias capitalistas en lucha contra

el movimiento comunista internacional, que se había arraigado también en todo el Caribe y en el país con la formación a finales de los años 1950 de dos nuevos partidos marxistas (PEP et PPLN, 1960), habían sostenido su curso. Y ello, aunque la dictadura había violentado de manera grotesca los principios de base mismos del sistema democrático representativo al establecer un sistema de presidencia vitalicia y hereditaria. Es decir un sistema política grotesca que no concordaba con las teorías políticas de los grandes pensadores liberales (J. Locke; Montesquieu; etc.) y que el mundo occidental rechazaba en sus discursos con el fin de bien posicionarse filosófica e ideológicamente en su lucha contra el movimiento comunista internacional.

Cabe apuntar además que como el ciclo anterior, este ciclo tuvo dos grandes fases, aunque ninguna de estas fases presentó, a pesar de que se registraron algunos hechos muy significativos en las dos, algunas señales particulares que pudieran llevar a subdividirlas, como se lo ha hecho en el caso anterior, en dos sub-fases.

Ahora bien, las dos fases de este ciclo tuvieron aproximadamente la misma duración: 13 a 14 años. La primera abarcó el periodo de 1958/60-1968/71, y la segunda los años 1971/74-1985/86. Como el esquema-gráfico ya citado permite observarlo, la primera fue extremadamente violenta. Todos los partidos políticos opositores al político -François Duvalier- a favor de quien el ejército había organizado las elecciones de 1957 con la discreta complacencia de la Embajada norteamericana fueron golpeados y sus líderes asesinados o desterrados inmediatamente después de que Duvalier había tomado el poder. El mismo aparato militar no pudo por su parte, sin embargo, escaparse a esa purga de carácter fascista. El nuevo poder le sorprendió, no le dio tiempo de soldar totalmente de nuevo su unidad después del traumatismo que había sufrido con el enfrentamiento que unas de sus unidades de élite tuvieron entre ellas durante la jornada del 25 de mayo de 1957 a consecuencia de la agudización del clima de tensión que los viejos discursos de tinte colorista y antagónicos (negros y mulatos) habían creado durante la campaña electoral. Lo desmembró y lo forzó a compartir sus funciones represivas con esta milicia popular ya citada, colocándole sin embargo bajo el mando de ese cuerpo y nombrando al mismo tiempo en su cúpula -lo que le puso a salvo de los golpes militares clásicos ya citados que se venían realizando durante la primera mitad del siglo XX- a oficiales y soldados fieles a su doctrina.

Durante esta fase los actos represivos y autoritarios se ejercieron particularmente en contra el movimiento estudiantil y el movimiento sindical que habían resurgido con el retiro en el año 1956 del gobierno del General Paul Magloire y que venían desafiando seriamente además la estabilidad del poder con muchas huelgas y otras acciones que los partidos comunistas y militantes marxistas y progresista apoyaban. Estos actos de represión alcanzaron en los años 1963-1964 y los años 1968-1970 el mayor nivel de su expresión fascista. Se los había montado para desintegrar los distintos intentos que ha habido en esos años para tumbarlo del poder, y también obligar, por otro lado, a la ciudadanía a aceptar e interiorizar en su conciencia el principio de presidencia vitalicia como un hecho filosóficamente determinante por el destino de la nación. Y también para dislocar el movimiento comunista que había revisado totalmente, con la influencia del desarrollo del movimiento castrista y la agudización del mismo clima represivo, su línea política entre los años 1967-1968, optando abiertamente de esta manera, como muchos partidos comunistas de la región, por la lucha armada como forma de tomar el poder (PEP, Voies tactiques, 1966).

Esta fase terminó con la muerte del

dictador en el año 1971 y la imposición de su hijo en el poder. Conviene sin embargo señalar en este tono que el traspaso del poder se hizo en medio de un clima internacional y regional muy tenso. Fue en efecto durante el periodo de la primera onda larga de la Guerra Fría (1945/47-1968/71), el cual había visto desarrollarse de manera impresionante el movimiento comunista internacional y el movimiento de los países no--alineados. Y eso con unos rasgos muy particulares en América Latina en donde, a pesar del asesinato de muchos líderes sindicales, los movimientos de resistencia popular seguían desarrollándose rápidamente. El gobierno de los Estados Unidos se quedo de esta manera muy preocupado y se puso a censar y vigilar, con la ayuda de la OEA[9] y la de sus aliados en Europa y en todo el Continente, los opositores y ciudadanos -con una atención especial en los estudiantes- que estaban en el exilio. El sistema autoritario pudo así mantenerse. Es más: se refinó con nuevas técnicas de represión y nuevas formas de propaganda.

Ahora bien cabe mencionar que durante un corto periodo (1976-1980) de esta segunda fase, la escena política se complicó mucho. Unos hechos nuevos, que no se compatibilizaban en términos teóricos con la línea directriz fundamental de este segundo ciclo político, habían surgido. En efecto, durante estos años algunos semanarios no oficialistas empezaron a circular en el país cuestionando y analizando, junto con unas tantas estaciones radiales, algunos hechos fundamentales del clima social y económico. Y cuestionando también el escenario político, ya que unos líderes políticos y exiliados habían regresado al país. Muchos profesionales se habían sumado también a este proceso, o sea que habían aprovechado el momento para volver a reunirse con sus familias y sumarse a estas corrientes.

Estos hechos no habían surgido como el resultado de algunos supuestos esfuerzos por parte del poder central para reducir, como algunos autores lo presentan (por ejemplo, Sauveur Pierre-Etienne, 2007), el clima de violencia y de autoritarismo. En realidad fueron más bien los resultados de un largo proceso de lucha opositora. Así, como ya se lo ha mencionado, aunque los violentos acontecimientos anti-comunistas que habían ocurrido en los años 1968-1970 habían atemorizado profundamente las distintas capas de la ciudadanía, el régimen no había llegado a extirpar totalmente de la mente de la población el espíritu de resistencia. El esquema de presidencia vitalicia chocaba en su esencia ideológica y filosófica con el espíritu de los ciudadanos, o sea impidió que la violencia lograse su meta. Estuvo en acorde en términos generales con el largo ciclo de la Guerra Fría, pero presentaba algunos elementos de disonancia y de debilidad después de la Guerra de Vietnam. O sea que se había caducado con el tiempo. Hacía falta en este contexto revitalizarlo pero sin empujar el poder central local a renunciar a ello, ya que existía durante estos mismos años de 1976-1980 la amenaza que el movimiento nacionalista de corte radícalo-reformista que se desarrollaba en Jamaica y Guyana pudiera extenderse también al país. Washington lo entendió de esta manera, y se apresuró en buscar soluciones a eso, forzando el poder local a abrirse un poco y a integrarse al mismo tiempo en la política global por el respeto de los derechos humanos que el mismo había tenido que desarrollar bajo la presión del vasto movimiento internacional contra la Guerra de Vietnam. Así empezaron a circular en el país los semanarios de corte liberal ya citados[10]. Las estaciones radiales empezaron también, por su lado, a difundir y emitir opiniones distintas a las del poder. La iglesia católica (William Smarth, 2015), que había registrado graves conflictos políticos internos durante la primera fase de este ciclo y forzada al mismo tiempo a avalar las grandes olas de represión y de asesinato que hubo durante este mismo

periodo, decidió sumarse a estos movimientos.

Pero este clima de protestas no duró mucho, aunque logró agrietar profundamente el edificio político. El poder central se lanzó, en efecto, al inicio de los 80s en una nueva campaña de tipo fascista, allanando las estaciones radiales y arrestando y desterrando a varios periodistas, ciudadanos y militantes. E incluso asesinando a unos de ellos, como el sacerdote belga Albert Desmet y el periodista Gasner Raymond del Semanario Le Petit Samedi Soir. Todo ello no sin la discreta complicidad del imperio que había, por su lado, cambiado, con la aceleración del movimiento revolucionario en casi toda la zona de América Central y el proceso de crisis en los países del Este, su ciclo de alternancia; es decir abandonar totalmente la política de respeto a los derechos humanos y apoyar abiertamente los movimientos anti-insurgentes en América Central. Pero todo ello fue demasiado tarde, no pudo ayudar al poder local a colmatar el movimiento de noviembre-diciembre de 1985, o desvirtuarlo de su curso. Tuvo así que intervenir otra vez en el país, aunque fue únicamente con el fin de encarrilarlo hacia un nuevo ciclo político. Pero, esta vez, poniendo de lado el mecanismo anacrónico ya citado de presidencia vitalicia. Y disolviendo también el cuerpo paramilitar del gobierno de los Duvalier. Es decir llevarle a readaptarse al esquema del sistema de democracia representativa bajo el mando único del viejo ejército de 1915.

III. Tercer ciclo: 1986/91 - 2004/06

Asimismo este nuevo ciclo político, que es el tercero que se registró en el país desde la violación de su soberanía en el año 1915 según el esquema ya citado que viene abajo, se inició con el acontecimiento ocurrido el 7 de febrero de 1986, es decir la salida al exilio del presidente Jean-Claude Duvalier. Y se terminó también con un otro hecho grotesco, casi similar a éste con el derrocamiento y el exilio subsecuente en el año de 2004 de un otro presidente - Jean Bertrand Aristide- quien marcó profundamente al igual que el precedente jefe de Estado la escena política, aunque desde una perspectiva histórica y teórica totalmente distinta.

Este ciclo habrá durado pues cerca de unos 20 años. Fue en términos generales un ciclo político extremadamente complejo a causa del alto nivel que habían alcanzado los enfrentamientos entre las distintas clases sociales y los distintos segmentos de las clases medias. Fue con estas características un largo periodo de gran apertura democrática,[11] y también de férreo poder autoritario y represivo, implementado esencialmente, en un primer tiempo, por el ejército que luchaba por mantener con ligeros cambios el régimen pasado de los Duvalier. Y, en un segundo momento, por la fracción más radical del movimiento democrático que se transformó muy pronto, por oportunismo y así como amateurismo y falta de una línea coherente de reflexiones y acciones políticas, en un mero movimiento político electoralista, facilitando así la continuación de la dominación de las clases opulentas que se encontraban, por cierto, en fuerte aprieto o en una situación bastante difícil durante el primer semestre de 1991. A decir verdad, se puede incluso sostener que estas prácticas llevaron esta corriente en un callejón sin salida. Se sacrificó pues una coyuntura que hubiese podido facilitar profundos cambios estructurales e institucionales en el país, dado que beneficiaba de una gran legitimidad popular y del apoyo también de algunos hombres de negocios bien acomodados así como de ciertos segmentos importantes de las clases medias y de muchos activistas, entre ellos algunos sindicalistas y comunistas que habían regresado al país tras varios años y décadas en el exilio.

Ahora bien este ciclo está también in-

tegrado por dos fases: una primera que abarcó un periodo de unos tantos 9 años y que arrancó, tras la mencionada jornada histórica del 7 de febrero de 1986[12], con la entronización del gobierno civilo-militar pro-norteamericano para terminarse con la gran crisis política de 1991-1994. Y una secunda que va del llamado restablecimiento, en 1994, del orden constitucional que ha sido interrumpido con el golpe cruente de septiembre 1991 hasta los ya citados acontecimientos relámpagos realizados a finales del mes de febrero de 2004 por, de nuevo, los Estados Unidos. Pero, no intervino sólo esta vez para deponer el Gobierno de Aristide, sino con la participación de Francia y Canadá.

La primera fase de este nuevo ciclo marcó el surgimiento brusco en la escena política del pueblo como actor activo y que iba a estar presente en todos los acontecimientos del país. Y que también iba a influenciarlos de manera decisiva, aunque ha sido manipulado y mal orientado por las distintas agrupaciones y partidos políticos[13] que surgieron durante este periodo. Este nuevo actor intervino de manera decisiva en la escena política, y lanzó, por otro lado, desde los primeros días del mes de febrero de 1986, acciones con el apoyo de las organizaciones democráticas en contra del cuartel -Fort Dimanche[14]- que simbolizaba los horrores de carácter fascista de los años 1957-1986. Y se movilizó también, por otro lado, para echar por tierra las últimas columnas del edificio de la dictadura duvalierista. En realidad, fueron todas esas acciones e iniciativas que explican el por qué se asistieron durante esta fase a una profunda acentuación de las prácticas autoritarias y tiránicas del Estado. Los altos oficiales del ejército dirigieron esas prácticas mediante seis golpes de Estado con el objetivo principal de expulsar ese nuevo peligroso actor - el pueblo- de la escena política. Asesinaron por ello de esta manera a muchos civiles así como a varios militantes de partidos políticos y miembros de los movimientos de barrios que luchaban por el respeto de los derechos fundamentales de los ciudadanos. Y también eliminaron a sindicalistas y activistas de distintos barrios populares. Ayudaron, por otro lado, a principio de esta fase (noviembre de 1987) a los partidarios más radicales del antiguo régimen, a interrumpir violentamente junto con los antiguos «Tonton macoutes» (milicias y matones) la celebración de la primera elección pos-dictadura que era el primer test que el país realizaba para transformarse en un régimen democrático tratando de elegir a la presidencia el abogado-militante político Gérard Gourgue. También llevaron a bandas armadas ocultas a perseguir a los elementos de base de la iglesia católica que militaban en unas tantas organizaciones populares y que se transformaron durante los dos últimos años de los 80, bajo el liderazgo del sacerdote Jean-Bertrand Aristide, en uno de los movimientos más radicales y opuestos a los duvalieristas.

Cabe señalar, sin embargo, que, los altos oficiales del ejército estuvieron atravesados por su parte por fuertes tensiones internas y escisiones violentas, puesto que venían de extractos sociales y segmentos económicos distintos; y estaban integrados, por otro lado, en distintas franjas de la dictadura pasada. Eso debilitó todo el cuerpo militar. No pudieron de esta manera cumplir con sus objetivos principales, es decir dislocar totalmente los movimientos de los sectores populares e impedir asimismo que éstos sectores realizaron, entre el 16 de diciembre de 1990 y el 7 de febrero de 1991, tres importantes hechos conexos. Primero, intervenir masivamente en las elecciones de finales de los 90 y plebiscitar el líder político –Jean Bertrand Aristide- que éstos mismos venían, desde mucho antes de la caída de la dictadura de los Duvalier, fabricando junto con los voceros de la teología de la liberación

que se oponían a los grupos conservadores y pro-duvalieristas de la iglesia católica. Segundo, obligar al ex-presidente Jimmy Carter, que intentaba forzar a Aristide a renunciar a su victoria a favor del candidato[15] preferido de las Instituciones financieras internacionales y del gobierno norteamericano, a aceptar el hecho consumado. Y, tercero, aprovechar las luchas que oponían a los jefes militares mismos unos contra otros para empujar a un sector de éstos a aplastar al inicio del año 1991 un último intento de golpe de Estado y entregar el poder a su líder, es decir Aristide.

Con estos tres hechos la lucha de clases se agudizó al extremo durante esta fase; y ello tanto más que los sectores conservadores se encontraron bruscamente, como ya se dijo anteriormente, en fuerte aprieto, y que el ejército, por su lado, se reagrupó rápidamente sintiéndose amenazado con el nuevo poder. Así de inmediato pues el ejército se puso a conspirar y a preparar con el apoyo muy probablemente de algunos actores extranjeros claves y la jerarquía católica así como con la complicidad de algunos líderes políticos de la oposición y la participación activa de algunos grandes empresarios locales y de ciertas franjas acomodadas de las clases medias, un otro enésimo golpe de estado. Pero un golpe de Estado, con elementos y características, diferente de los anteriores. Es decir un golpe de Estado cuyo objetivo no fue tanto para reconstituir el viejo régimen fascista de los Duvalier que para erigir un nuevo sistema político de carácter autoritario, aunque, a pesar de las apariencias, los altos mandos militares no se habían acordado muy bien entre ellos para definir sus bases institucionales.

Cabe agregar también en este tono que si bien es un hecho que el ejército no elaboró por escrito ningún documento político de gran significado que pudiera ayudar el análisis a definir de manera muy clara ese objetivo, es importante notar que no le fue difícil realizar su cometido. Ello por el mero hecho que el líder político del momento -el ex sacerdote Jean Bertrand Aristide- y todos los dirigentes que estaban muy cercanos a él no sabían -al igual que los golpistas mismos- qué hacer con el poder[16].

En efecto, éstos dirigentes políticos y Aristide mismo habían llegado al poder con un discurso y acciones de corte populista. Muchos autores lo consideran desde esta categoría política, pero difícilmente se puede utilizar esta categoría, puesto que como sostén y vector de las acciones que se observaban, el discurso fue muy incoherente. Fue en efecto un discurso arcaico, banal, que tuvo como único objetivo el extirpar los funcionarios duvalieristas de las distintas instancias de la administración pública. Así aunque el movimiento contó al inicio con el apoyo de muchos intelectuales y profesionistas progresistas que elaboraron varios documentos de trabajo, no se fijo ningún objetivo de largo plazo o alguna política económica y social de largo plazo. El peso de Aristide en el movimiento fue demasiado fuerte. Con referencia a este periodo, Sabine Manigat habla de un «populismo hueco» (S. Manigat, 2014). Sauveur Pierre Etienne lo califica de anarco-populismo (S. Pierre-Etienne, 2007). Y Laurent Jalabert lo tilda de «populismo imperfecto» (L Jalabert, 2005). Se puede también caracterizarlo de «para-populista» con el fin de subrayar su alto contenido limitativo y caricatural. O sea en el sentido que había un actor -el pueblo- que impulsaba el movimiento, y que le faltaba al actor un líder políticamente de altura, con un mínimo de conocimientos en materia de asuntos económicos y sociales para guiarlo racionalmente, y definir así una estrategia de acciones más allá de lo que la coyuntura exigía para neutralizar y apartar de la escena política los últimos actores que luchaban por el restablecimiento de la dictadura[17]. Y esto, aunque dadas las circunstancias el líder hubiera podido aderezar sus discursos con

algunas incoherencias como lo hacían algunos de los populistas de la región en los 30s.

Fue todo ello que facilitó la intervención del ejército para sacar a Aristide y a los activistas del palacio nacional. Y también desatar al mismo tiempo, en coordinación con una fuerza para-militar -FRAP[18]- que había creado, una horrenda represión en el país. La represión se dirigió particularmente en contra los sectores de los barrios populares y en contra de unos tantos dirigentes políticos determinados y también de hombres de negocios que apoyaban el movimiento. No se dirigió, sin embargo, de manera frontal hacia los parlamentarios como actores políticos, o sea que no se disolvieron el Parlamento, aunque lo avasallaron junto a todas las otras instituciones y la universidad nacional. Derogaron los principios fundamentales de la constitución pero sin prohibirla totalmente. Cooptaron de esta manera a un gran número de actores políticos, incluso a unos tantos líderes del sector democrático y del sector liberal-conservador, asignando a ellos importantes funciones en el aparato de Estado. Pero tuvieron cuidado de no atribuirles efectivamente algún poder que hubiera podido llevar a éstos a emprender algunas maniobras políticas en su contra.

Es menester señalar en el marco de todo eso que, a pesar del alto nivel que la represión había alcanzado, los golpistas no pudieron acallar totalmente el pueblo, y llevar el ejército asimismo a estabilizar el clima político. Al contrario, el clima político se complicó mucho más, y colocó el gobierno de los Estados Unidos en una situación bastante incómoda. Es decir en una situación que le obligó a asumir una postura muy ambigua en términos políticos. Esta postura se expresaba por unas acciones totalmente contradictorias. En efecto, mientras que invitó por razones aun insuficientemente explicadas el «presidente derrocado» a instalarse en Washington y a seguir desempeñando su función de Jefe de Estado con todo su gobierno y con todos los poderes y honores que la Constitución de 1987 le otorgaba, ayudaba discreta e indirectamente a los golpistas a resistir a las manifestaciones callejeras y a las presiones que venían por parte de muchos sectores organizados e instituciones de la comunidad internacional[19]. O sea a quedarse en el poder. A decir verdad, estas acciones fueron muy bien pensadas, aunque no fueron probablemente premeditadas. Les sirvió de base a los Estados Unidos, en efecto, para que pudiera posicionarse muy bien en la segunda fase de este ciclo que se inició unos tres años después con el restablecimiento del orden constitucional en el país. E impulsar también, por otro lado, como lo veremos más adelante, por unas hábiles maniobras e iniciativas políticas por parte de su embajada en el país hacia varios líderes locales, un otro ciclo político que aún no ha terminado pero cuya tendencia corresponde totalmente con sus intereses y los del gran capital internacional.

En efecto, el 19 de septiembre de 1994 se inició la segunda fase de este tercer ciclo. Esta nueva fase arrancó mediante una enésima operación de fuerza por parte de los Estados Unidos que reinstaló manu militari el presidente Aristide en el palacio nacional. Fue en términos generales como la primera, es decir una fase muy tensa. Pero no a causa de una mayor agudización de las luchas que se daban directamente, por un lado, entre las clases populares y las clases opulentas, y por el otro, entre todo el movimiento democrático y el ejército, sino, esta vez, a causa del inicio del proceso acelerado de fragmentación de las organizaciones populares y de desviación de Aristide que marcaron el fin del movimiento «para-populista». Todo ello, aunque el «ex-sacerdote presidente» siguió declamando sin ninguna coherencia algunas frases sacadas de la bibliografía de la teología de la liberación.

En efecto, esta segunda fase fue testigo de unas luchas sin treguas entre las formaciones políticas que habían llevado Aristide junto con los sectores populares al poder en 1990/91. La primera fractura de gran alcance político se registró con la escisión en dos fracciones políticas de izquierda de la organización el FNCD[20]. Eso se dio a finales del año 1995 con el intento de Aristide de quedarse en el poder hasta mucho después de la fecha del 7 de febrero de 1996 que correspondía al fin del periodo durante el cual podía gobernar el país al ganar las elecciones de diciembre de 1990, de acuerdo con el artículo 134-1 de la Constitución de 1987.

En realidad, esta fractura había surgido a raíz de las divergencias políticas que existían ya entre los integrantes del sector democrático desde mucho antes del cruente golpe de Estado. Y también a raíz de la postura que cada uno de los grupos que integraba orgánicamente el poder central asumía respecto al rumbo que debía tomar la política económica después del golpe de Estado. Sauveur Pierre Etienne presenta en su libro «L´énigme haïtienne» (S. Pierre-Etienne, 2007) importantes elementos para analizar este aspecto de lo que provocó la fractura. Claude Moïse (Moïse, 1994) indica también algunos factores que ocasionaron esta escisión. Tomando en cuenta estas reflexiones, se puede decir que fue este problema que determinó el largo cauce de esta segunda fase, y que ésta ha sido predominantemente de tipo «para-populista». Con, además, un patrón fuertemente autoritario. Y también macabro, dado que se observó a lo largo de su desarrollo un conjunto de actos de manipulaciones políticas, asesinatos, fraudes electorales masivos, chantajes y amenazas así como distintos otros actos horribles de tinte dictatorial o duvalieriano. Todos estos actos fueron realizados directamente por el poder central contra los aliados grupos políticos de ayer. Y también contra el ejército que ya en este contexto ha sido dado de baja de manera definitiva a finales de 1994, y remplazado -ya que había perdido totalmente su significado y su grado de eficacia por el dominio de Washington en el país- por un cuerpo de policía. En efecto, al encontrarse obligado a darse por terminado su mandato el 7 de febrero de 1996 y no poder hacer valer que se debían considerar que el tiempo de tres años que pasó en Washington representaba una «interrupción» en su mandato constitucional, Aristide montó e hizo implementar por unos grupos armados -Les chimères[21]- que había organizado, una serie de operaciones punitivas en contra de los grupos citados. No tomó en cuenta que en Washington estuvo fungiendo como presidente de la república y que la Casa blanca y la comunidad internacional lo reconocían como tal. Así, para contraponerse a los reclamos de sus antiguos aliados, Aristide implementó muchas acciones. Primero, recurrió a un método parecido al presidente Elias Plutarco Calles en México, o sea se hizo suceder en el poder mediante una elección maniatada por un hombre suyo, René Préval, que le fue totalmente fiel a él y que, como él, no tenía ninguna visión política de largo plazo. Ocupó políticamente sin ser ya presidente del país el lugar de éste hombre durante las elecciones legislativas y presidenciales de 1997 y 2000. Y le sustituyó «oficial y constitucionalmente» de esta manera en el poder, habiendo lanzado a las calles los chimères, que constituían un temible grupo de choque, en contra de los ciudadanos y los miembros de los partidos políticos así como los miembros del Consejo Electoral Provisional (CEP) que no querían validar la victoria absoluta de su organización -Fanmi Lavalas- en estas citadas competiciones electorales (Sabine Manigat, 2013; Moïse, 2002).

Ahora bien el clima político se complicó muchísimo más con el regreso al

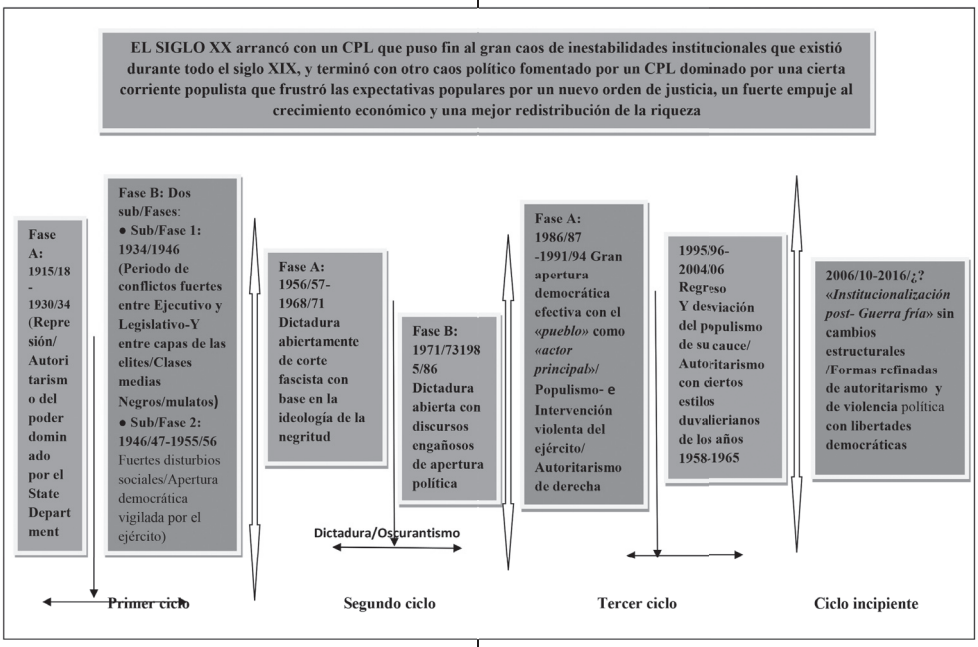
poder de esta corriente de Fanmi Lavalas por un nuevo mandato constitucional de cinco años (2000-2005). Particularmente a causa de la determinación de Aristide de no perder el control de la evolución de las correlaciones de fuerzas. En efecto, aunque el movimiento democrático se había desagregado en distintas fracciones rivales, la ciudadanía así como el sector estudiantil y algunos líderes independientes y partidos políticos no se doblegaron; siguieron denunciando el regreso al poder de esta corriente política que se había transformado con todo su líder en un gran obstáculo por el cambio. Frente a ello, y como pedían concretamente la renuncia del líder, el poder central reaccionó con muchísima más violencia que en el año 2000 y demostró hasta donde podría hacer gala del autoritarismo. Hizo pues allanar e incendiar casas de los más prominentes opositores y dirigentes políticos del momento. Se enfrentó también a la OEA que no había avalado, al igual que la sociedad civil, los resultados de las elecciones de 2000. En total mantuvo y alimentó, con los golpes que los chimères venían asestando a la ciudadanía, un clima de inseguridad extrema. En realidad, cabe advertir que la inseguridad constituía uno de los elementos claves de su estrategia política, o sea el factor por medio del cual buscaba mantenerse en poder. La desarrolló pues sin pensar renunciar en algún momento a su propósito. Lo hizo tanto más que había perdido parte de su base popular y que algunos segmentos sociales de los barrios populares -léase los chimères- de la capital exigían un «salario de recompensa» en contrapartida por las acciones punitivas ya citadas que se les encargaban realizar en contra de los opositores y los ciudadanos.

Pero, al igual de lo que ocurrió con los golpistas de 1991 y con los precedentes coroneles que fragmentaron el corto periodo de 1986-1989 con unos seis alzamientos, no pudo con todo el apoyo que recibía de unos segmentos importantes de la llamada «comunidad internacional» amedrentar la población y dislocar las organizaciones opositoras. Había perdido demasiado de su aura. El clima político siguió deteriorándose pues, particularmente a partir de la jornada del 15 de enero de 2004 durante la cual distintos sectores sociales se lanzaron a las calles de la capital y de algunas ciudades de provincia, rechazando los intentos del Gobierno norteamericano por llevarlos a sentarse con Aristide para encontrar una salida a la crisis. E incluso a integrar el gobierno, lo que en realidad era el objetivo final de este sector de la comunidad internacional. El clima imperante se había vuelto peligroso en términos de relaciones internacionales, pero no por el hecho que constituía una fuerte amenaza para la estabilidad de la región, particularmente para la estabilidad del país adyacente, la república Dominicana, y la también de Jamaica que se había involucrado mucho, junto con Sudáfrica en la crisis[22], al lado de Aristide. Sino porque causaba grandes preocupaciones con las acciones incontroladas de los chimères que intervenían con armas en varias circunstancias en contra los manifestantes, y también por el hecho que el poder central se había puesto a buscar armas en algunos de los países que le apoyaban, Sudáfrica y Jamaica entre otros. Hacía falta, en este contexto, encontrarle una solución de manera inmediata, puesto que existía la posibilidad para que el grupo, que se había formado durante la crisis misma con la federación de varias organizaciones ciudadanas y prominentes personalidades y hombres de negocio y que actuaba con el nombre «los 184[23]», se reforzara mucho y ofreciera asimismo al país, con un documento[24] de tilde social-reformista que se apretaba a difundir en los distintos sectores de la población, una alternativa contraria al orden que el imperio ha establecido en el país desde el arranque del primer ciclo político anteriormente

analizado. En este ambiente los Estados Unidos montaron, con Francia y Canadá, una otra operación de intervención militar en el país para arrancar a Aristide del palacio nacional y sacarlo del país. Esto con el pretexto de que un oscuro grupo de antiguos militares y paramilitares que había cruzado la frontera con la república Dominicana pero que no podía ocultar su identidad por los vínculos de sus mandos[25] con ciertos sectores de la comunidad internacional, iba a atacar la capital, desatando de esta manera una guerra civil.

de las fases de las cuales se conformará.

Este nuevo ciclo político marca el triunfo de las fuerzas liberales y conservadoras que buscan junto con los grandes grupos económicos y financieros, orientar el país desde el derrocamiento de Baby Doc en 1986 hacia el modelo clásico de «institucionalización» que las grandes potencias capitalistas internacionales vienen imponiendo en todo el mundo tras el derrumbe del sistema socialista. Es decir el sistema de alternancia que se da entre los partidos




IV: ¿Un ciclo incipiente: 2004/06- 2010/20?

Con esta nueva intervención militar se terminó el ciclo pos-dictatorial o «democrático--para-populista» de fanmi Lavalas (1986-2004), y se inició una nueva larga onda política que sigue aún su curso, aunque se encuentra inmersa desde el segundo semestre del año 2015 en una crisis electoral que augura al parecer el fin de una

o formaciones políticas a nivel de los aparatos de Estado, y que, sin embargo, mantiene integro los mecanismos fundamentales de reproducción de las estructuras de desigualdades sociales y de concentración-centralización de capital. Este ciclo arrancó durante el tramo de 2004-2006 con el gobierno provisional de Gérard Latortue--Alexandre, y es producto, en realidad, de la coyuntura de 1990/91-1993/94. El Departamen-

to de Estado participó con mucha maestría en su advenimiento, y pudo involucrar de esta manera en ello a todos sus principales aliados del sistema occidental así como a los países del Cono Sur, particularmente Brasil, Argentina y Chile. Asimismo llevo el Consejo de Seguridad de las Naciones Unidas a consensuar una base diplomática y jurídica de intervención militar, y empujo éste órgano a transformarse abiertamente en una instancia del aparato de Estado local, instalando en el país un cuerpo militar internacional - La MINUSTAH[26]- cuyo mandato es nombrar o designar a los presidentes del país[27] y a las principales autoridades nacionales (senadores y diputados) por medio de supuestas elecciones libres. De esta manera la MINUSTAH ha «elegido» ya sucesivamente en 2006 y 2011 a dos presidentes. Lo hizo junto con la Organización de la Organización de los Estados Americanos (OEA) y un grupo reducido de embajadores que se auto llama «amigos de Haití[28]». Como órgano directo del Consejo de Seguridad, es uno de los principales actores de esta nueva crisis electoral que afecta el país de manera que participará junto con el llamado CORE GROUP en el «nombramiento por sufragio universal» del próximo presidente, aunque algunos parámetros electorales han cambiado y que no podrá probablemente –a pesar de su estilo profundamente arrogante- hacerlo de manera tan grotesca como en 2006 y 2011(Moïse, 2015; Senteinfus, 2015)[29].

Cabe advertir asimismo que este nuevo ciclo echó sólidamente sus anclas en el escenario político. Lo hizo a raíz del miedo que ciertas fuerzas políticas oscuras implantaron en la mente de la población de la zona metropolitana con unos movimientos de extorsiones y de secuestros seguidos de asesinatos[30] que asolaron bruscamente el país durante el gobierno de Latortue-Alexandre (2004-2006). Y a raíz también de cuatro otros factores. Primero, la confusión que la perversión de la corriente Lavalas - otrora esperanzadora- ha creado a nivel de las clases populares y de las franjas bajas de las clases medias; segundo, la desviación abierta de los partidos políticos de izquierda y de las organizaciones que luchaban hasta los años 2000 por unas reivindicaciones muy progresistas hacia el conservadurismo y el electoralismo; tercero, el incremento acelerado del proceso de atomización de los partidos políticos electoralistas de tendencia tradicional; y, cuarto el respaldo discreto pero bastante visible que los elementos letrados de las clases medias manifiestan al proceso de «institucionalización» y por tanto a la permanencia -por lo menos por un periodo bastante largo- del estado mayor de la comunidad internacional, ya que esa presencia y la de las ONG, que se multiplicaron de manera impresionante a raíz del terremoto de 2010, constituyen para ellos una fuente segura de «acumulación primitiva de riqueza».

Queda demostrado con todo ello que este ciclo es también muy complejo: se diferencia de los ciclos anteriores de distintas maneras. Primero, por las formas de controlar la sociedad civil y de intimidarla mediante un nuevo estilo refinado de autoritarismo que no viola los principios de base del sistema democrático. Y mediante también, por un lado, la sumisión total y absoluta del poder central al Consejo de seguridad (Minustah- Core Group), y, por otro lado, las formas sutiles y violentas de utilizar las unidades especiales de la policía nacional y el aparato judicial en contra los sectores de la oposición. Segundo, por el retiro de hecho de la escena política del actor-pueblo, aunque siguen los movimientos de protestas y de resistencias populares. Estos movimientos en estas etapas son muy confusos, no tienen ningún objetivo claro en materia de cambios sociales profundos y son en su gran mayoría manipulados por casi todos los partidos políticos y los órganos del poder.

El grupo arriba citado de «los 184» que expresaba mucha esperanza y que hubiese podido orientar estos movimientos bajo la bandera « por un nuevo contrato social» que agitaba durante los años macabros del movimiento Fanmi Lavalas abandonó la escena de lucha. Sus líderes se dieron políticamente por muertos. Por otro lado, las pocas formaciones políticas de izquierda que habían llegado a tener efectivamente durante los ciclos anteriores una cierta estructura y algunas bases en los sectores populares tienen ahora una sola visión: ganar las elecciones, aunque sea de manera ilícita o descaradamente con fraudes.

Visto de esta manera este ciclo indica los errores de los autores que hablan de «fracaso» de la ayuda internacional en Haití, es decir del descalabro de la intervención de la comunidad internacional en el país en 2004. Esta tesis es muy simplista y carece de fundamento teórico y de perspectiva analítica de largo plazo. No se puede lamentablemente discutirla a fondo en este espacio, pero baste decir antes de indicar a manera de conclusiones las relaciones entre estos ciclos políticos y el crecimiento de la economía nacional, que parte de una cierta teoría de las relaciones internacionales y quisiera en base a ésta encontrar en el comportamiento de la «comunidad internacional» algunos elementos de solidaridad y de humanismo. O que la «comunidad internacional» expresara, aunque es en gran medida un «condensado político» disfrazado del gran capital financiero internacional, una gran solidaridad con el pueblo haitiano. Es decir ayudar a éste a establecer un sólido sistema democrático y a desarrollar su economía. Todo ello sin que los representantes diplomáticos de esta misma en el país cometieran algunos pecados graves o que manifestaran esta muy conocida arrogancia de tinte colonialista e imperial en sus relaciones y comunicaciones con los presidentes de turno.

En el sistema capitalista, estos tipos de análisis son totalmente errados e ilógicos, aunque están enzarzados con un sin fin de anécdotas, de críticas en contra la arrogancia del estado mayor de la comunidad internacional y de sólidas consideraciones políticas y técnicas que indican la violación de la carta de las Naciones Unidas por el consejo de seguridad mismo y de sus representantes. El problema es que, al intervenir en Haití, la comunidad internacional no ha en ningún momento pensado en ayudar el país a superar las grandes dificultades estructurales que tiene. Su propósito fundamental ha estado siempre en acorde con las leyes del sistema capitalista, es decir crear y mejorar condiciones e importantes nichos de inversiones o de valorización de capitales. Ello tanto para los hombres de negocios extranjeros como para los grandes grupos económicos locales. El país ha hecho ya esta experiencia en el año 1994 con la operación del retorno de Aristide al poder. O sea que esta operación ha sido realizada con el compromiso por parte del presidente carismático y de todo el sector democrático cercano al poder de acelerar la política neoliberal que había arrancado en la región durante los primeros años de los 80s. La comunidad internacional no ha modificado su patrón de acción respecto al país. O sea su objetivo es empujar y sostener la integración del país en el mercado internacional de consumo[31]. Y esto aunque algunos segmentos y voces de este informe y segregativo grupo de presión gritan y actúan con sinceridad por una mejor integración de los países del Sur en la economía mundial. Sin embargo es un hecho que, desde las grandes mutaciones del sistema capitalista internacional en los 80s-90s, las posibilidades para crear importantes flujos de capitales hacia el país e incitar paralelamente a los grupos económicos locales a valorizar sus capitales en la economía nacional misma y no exportarlos hacia los otros espacios de la región[32] (República Dominicana- Miami-

-Puerto Rico; etc), vienen disminuyéndose años tras años, ya que los ritmos y modalidades de acumulación de capital a nivel internacional han cambiado profundamente. De todas maneras las posibilidades para que eso se dé no son nulas, pueden incrementarse con la «institucionalización» del país. Pero la batalla que el imperio lidera desde la caída del muro para la «institucionalización» de todos los países periféricos en acorde con los intereses de Wall Street es muy difícil, muy compleja, sobre todo en países como Haití que ha dejado pasar varias coyunturas de desarrollo sin aprovecharlas. Y en donde también la burguesía nacional siempre ha manifestado de manera especial su preferencia por la especulación financiera y no por la acumulación de capital con base en el desarrollo de la industria de sustituciones de importaciones y del sector agropecuario. He aquí lo que se desprende de este ciclo político que sigue aún su curso, y que hubiera probablemente terminado ya su curso de no haber sido respaldado activamente desde su arranque por cuatro fuerzas políticas: los gobiernos anti-neoliberales y centro-izquierdistas del Cono Sur que se dejaron involucrarse en ello por unos cálculos diplomáticos ilusorios que podrían transformarles en potencias regionales (Ricardo Senteinfus, 2015); los partidos políticos teóricamente más progresistas y los partidos liberales de centro-derecha del país que siguen constituyendo un factor de estabilidad aunque vienen desmoronándose por su postura oportunista desde la crisis de 2004-2006; las nuevas «agrupaciones--informes» y carentes de cualquiera visión política que vienen surgiendo desde las elecciones de 2011 y que benefician abiertamente en estos periodos por razones que se debe indagar la bendición del imperio y del Core Group; y las franjas avanzadas ya citadas de las clases medias que aprovechan los «jugosos efectos económicos[33]» del terremoto de 2010 y de otras circunstancias muy recientes.

## D. A manera de conclusiones generales: las relaciones entre los ciclos políticos y el crecimiento económico

Conviene concluir ahora el análisis indicando las formas de relaciones que han existido entre estos cuatro ciclos políticos y el crecimiento económico. Asimismo como se lo ha dicho ya en la introducción, se presentan a manera de tesis sin desarrollarlas estas relaciones, aunque se menciona de manera escueta los principales mecanismos económicos por medio de los cuales se las han realizado. Se advierte asimismo que de acuerdo con las series existentes la economía nacional ha registrado, como el esquema que viene abajo las presenta, seis largas tendencias.

La primera tendencia se ha dado durante la fase A del primer ciclo político y ha sido interrumpido con la crisis de 1929 que causó hasta los últimos años de 30 una fuerte depresión. Esta tendencia marcó pues en sus inicios un cierto crecimiento, y luego se contrajo. El clima político que imperó durante estos años facilitó esos movimientos económicos. Creó de manera violenta nuevas instituciones políticas las cuales facilitaron el crecimiento. Entre estas instituciones cabe mencionar en particular la imposición de manera violenta por las fuerzas de ocupación del principio según el cual cualquier ciudadano -sea haitiano o extranjero- pueda ser propietario de bienes raíces en el país e invertir. Esta medida de fuerza causó guerras y disturbios pero resultó positivo para la economía nacional. Sus efectos volvieron a manifestarse después de la Gran Depresión, e incluso hasta los años 1955/56. Pero esta vez en combinación con otras instituciones que fueron creadas y cambios profundos que se habían producidos en unas otras, tal es la reorganización del sistema bancario y la estabilidad subsecuente del valor externo de la moneda local. Y también, posteriormente, es decir en el

año 1935, la adquisición por el Estado del Banco nacional que pertenecía a la National City Bank. Conviene advertir sin embargo que este clima autoritario impidió también que el crecimiento fuese más intensivo. Lo hizo especialmente por la política monetaria restrictiva que impuso al país, y el sistema acelerado de pago que obligó el Estado a adoptar para el reembolso del empréstito de 1922 que la NCB había colocado en el mercado de Nueva York. Pero el análisis debe considerar todos los aspectos de este ciclo político, y mencionar que el mismo facilitó durante su segunda fase la intervención del Estado en los circuitos de la comercialización de unos productos de consumo de base. Aunque no fue de muy gran alcance, es importante reconocer que esta medida tuvo un impacto bastante positivo en el aparato económico. A decir verdad por otro lado, el establecer en el país por primera en el año 1947 un régimen de salario mínimo legal representó una medida de gran trascendencia social. El análisis puede quizás considerarlo como una de las medidas más importantes que este ciclo político facilitó. Dado que el poder de compra de los obreros aumentó con ello, lo que estimuló, aunque no de manera muy sostenida, el mercado local[34].

La segunda tendencia fue totalmente depresiva, se dio durante la Fase A del segundo ciclo político, es decir después del largo proceso de acumulación que la economía nacional había registrado entre los años 1940/41 y 1950/56. O sea, para ser aún más preciso, después del periodo que se puede considerar, a pesar de los efectos perturbadores que el remanente del empréstito de 1922 y las inversiones extranjeras tuvieron en los sectores de base como el mejor momento que la economía nacional ha registrado desde la fundación misma de la nación[35]. Esta fase A fue realmente ominosa para el país; se sostuvo con las medidas autoritarias y pro-cíclicas que el presidente François Duvalier tomó. Muchas de estas medidas que consistieron en recortes de sueldos, incrementos de gravámenes sobre productos básicos; congelación de créditos y del salario mínimo legal a pesar del aumento del costo de la vida; emisiones de bonos sin respaldo legal y financiamiento de gastos públicos por el Banco nacional, se asociaron con otras abiertamente extorsionistas. Como, por ejemplo, la creación de una «Lotería para la liberación nacional» a la cual todos los funcionarios públicos debían, para evitar cualquier tipo de represalia -incluso fatal- en su contra y en la de sus familias, suscribirse.

La dinámica económica ha sido tanto más afectada con estas medidas que el flujo de capitales extranjeros que le venía estimulando después de la segunda Guerra Mundial y la Guerra de Corea se había interrumpido. Cabe apuntar sin embargo que los citados arreglos de refinamiento que el poder central hizo a principios de los 70s en el sistema de represión y la revisión de muchas de estas medidas ayudaron a la economía nacional a repuntarse y a registrar un nuevo movimiento de crecimiento sostenido con su integración durante la segunda fase de este ciclo en la industria internacional de maquiladoras. En efecto nuevas medidas institucionales fueron tomadas durante este periodo. Ahora bien algunas de estas medidas fueron meramente circunstanciadas como, por ejemplo, la tolerancia que se observó hacia unas tantas revistas y semanarios que cuestionaban el actuar del régimen en varias circunstancias. Pero otras tuvieron un gran significado político e incluso social, dado que se referían al salario mínimo legal que había subido en términos nominales de un 43% en 1971, y de un 30% tres años después respecto al aumento precedente.

Cabe apuntar sin embargo que a pesar de que estas medidas institucionales fueron favorables al crecimiento como por ejemplo la crea-

ción del banco central (BRH) y del banco nacional de crédito (BNC) en el año 1979, esta segunda tendencia terminó antes que el segundo ciclo había terminado su curso, de manera que la economía nacional entró en una fase recesiva en los primeros años 80s, lo que indica cuán complejas son las relaciones entre los ciclos económicos y los ciclos políticos. Esta nueva fase recesiva se extendió hasta los años 2004/06, o sea hasta el desembarco en el país de las tropas de Naciones Unidas. El clima democrático que surgió inmediatamente después de la caída de la dictadura de 1957-1986 no le ayudó a revertirse. Ese clima se ancló sólidamente pero no pudo contraponerse con éxitos a las medidas neoliberales que el joven chicago boy -Leslie Delatour- tomó desde su despacho en el Ministerio de Finanzas con el respaldo de los Coroneles y Generales (Henri Namphy y Williams Regala, entre otros) que controlaban el poder. Fueron estas medidas las que sostuvieron la recesión, ya que se congelaron todas las formas de apoyo financieros a los sectores de producción de base. Y aplicaron por otro lado de manera mucho más acelerada que los otros países de la región un calendario de apertura comercial total. En adición redujeron con el respaldo autoritario y «condicionante» del FMI los gastos de infraestructura así como los gastos sociales y educativos a un nivel ridículo. También mantuvieron paralelamente el salario mínimo nominal al nivel que había alcanzado en el año 1980 ($ US 3 dólares), aunque la canasta básica había encarecido.

A decir verdad, fue sobre todo durante el golpe de Estado (1991-1994) que esta recesión se agravó de manera impresionante ya que las instituciones que hubieran podido frenarla se colapsaron. Este movimiento contraccionista no se detuvo después de la disolución del aparato represivo. Siguió su curso y se evolucionó causando efectos negativos en todo el sistema social a causa de varios factores conexos. Primero, del retiro del país durante el golpe de Estado de un gran número de empresas maquiladoras; segundo, del largo tiempo que las nuevas medidas neoliberales tomaron para empezar a re-dinamizar lentamente los sectores de base; tercero del bajo nivel en el cual se encontraba la demanda aunque se habían aumentado el salario mínimo legal; y, cuarto, del clima caótico y atemorizador que los ciudadanos - Los Chimères en particular- que aún soportaban el segundo mandato de Aristide habían creado en el país.

La última tendencia aun no ha terminado; arrancó lentamente en los años 2005-2006 con un cierto flujo de capitales provocado por la implantación bruscamente en el país de las tropas de la Minustah y se detuvo de manera tajante en el año 2010 a causa del terrible terremoto que golpeó el país, provocando una desorganización casi total de la economía ya que las instituciones públicas (Presidencia; Oficina del Primer ministro; Banco central y bancos privados; Parlamento, etc) se colapsaron y que varios segmentos de las fuerzas productivas se quedaron paralizados por la tragedia. Pero la tendencia volvió a repuntarse de manera gradual a partir de los años 2012, aunque decepcionante en precios reales y con respecto al incremento de la población.

Cabe apuntar por otro lado que esta última tendencia no se basa en ningún ciclo de mercancías de manera específica, o productos de ciertos valores mercantiles en el mercado internacional y que pueden tener además a causa de su valor de uso un ciclo de vida relativamente largo. Todo ello indica que es muy frágil y que puede estancarse e incluso revertirse en un momento dado, aunque se apoya en las remesas de la diáspora que ha aumentado -por lo menos en términos corrientes- desde la ya citada catástrofe del terremoto. A decir verdad, los flujos de remesas son tanto más necesarios para que esta

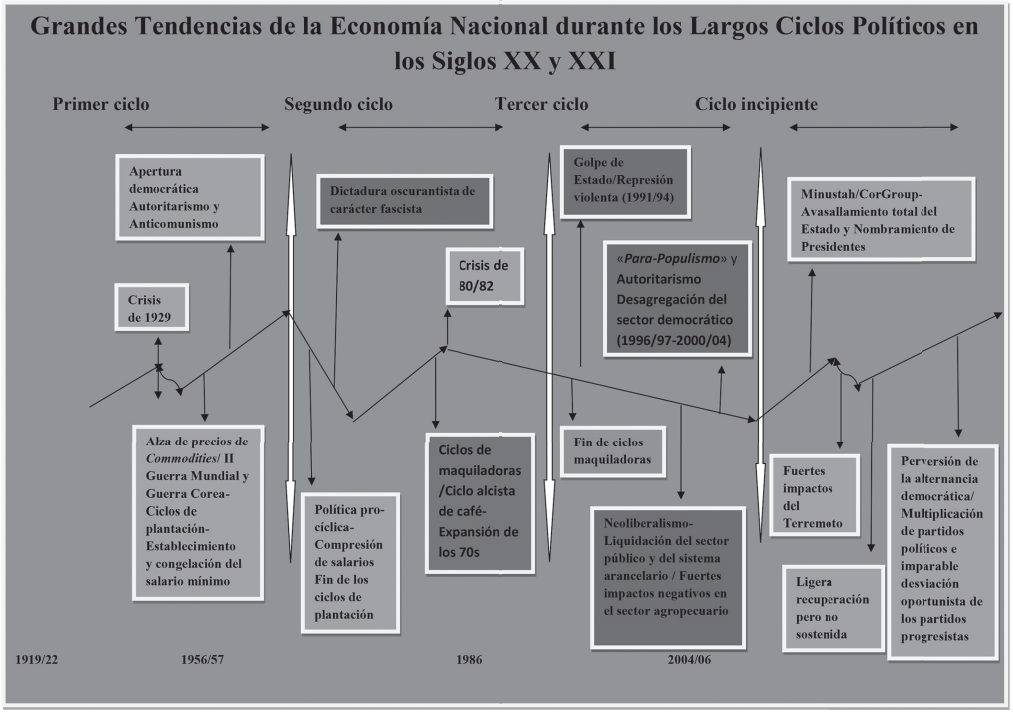
tendencia pueda seguir su curso que los flujos de dólares que los batallones de la ayuda humanitaria de la comunidad internacional y otros agentes de éstas que llegaron al país a raíz del terremoto. Pero, las unidades de guerra de la Minustah que no tienen a ningún enemigo armado en frente para pelear (Seitenfus, 2015) empiezan a disminuirse por orden del Consejo de seguridad. Esto reducirá probablemente los flujos de divisas que se necesita para impulsar el crecimiento. Pero el análisis puede admitir también que existen posibilidades para que esta tendencia de repunte siga su curso a corto plazo aunque no sea a una tasa promedio anual muy elevada, ya que se han construido en los últimos diez años una pequeña base de infraestructura de carreteras y de hoteles. Y también de parques industriales y de maquiladoras. Algunas empresas internacionales -industriales y/o de servicios- pueden dejarse atraer en sus cálculos de rentabilidad por estos factores. Eso tanto más que no necesitarán seguramente movilizar para ello una gran suma de capitales en divisas, puesto que la moneda nacional viene perdiendo de manera acelerada desde hace dos años atrás su valor respecto al dólar. Y también puesto que el salario mínimo diario es muy bajo y que la mejor apuesta a corto plazo para el Estado es entablar negociaciones con inversionistas en el marco de una ley fiscal muy coherente para que inviertan en el país dado que aún es difícil convencer a los grandes grupos empresarios locales a no expatriar sus capitales. A decir verdad, un elemento que puede ser determinante para el mantenimiento de esta tendencia es, aunque puede fluctuarse a causa de distintos factores, la reanudación del sector de extracciones mineras. Pero con el entendido que el Estado establezca una ley minera coherente, es decir una ley que obligue a las corporaciones a cumplir con sus responsabilidades fiscales y ambientales así como con sus responsabilidades laborales. Y sobre todo a comprometerse firmemente a transformar -parcialmente o totalmente- las materias brutas que extraen en el país mismo.

Se podría enriquecer mucho más el análisis comparando el esquema ya citado con los gráficos que se reproducen abajo en el anexo. Particularmente quizás con el gráfico del Banco Mundial que abarca un tiempo muy largo. Y considerando también el hecho que el mercado interno no pudo crecerse mucho más durante todo el largo periodo de 1947-1971 debido a que el salario mínimo se quedó congelado al nivel que la Ley del 22 de diciembre de 1947 lo había fijado, o sea US $ 0.70 dólares. Esta última consideración hubiera podido aclarar tanto más el problema que el costo de la vida había aumentado bastante durante este largo periodo[36] Pero lamentablemente no se puede hacer todo eso en este espacio. El análisis ha abordado bastantes problemas con respecto a esta tendencia autoritaria que domina desde el inicio del siglo XX el espacio político. Ha indicado asimismo en términos generales que el atraso del país está fuertemente relacionado con los factores que han facilitado durante todo el siglo XX la reproducción en sus distintas formas de implementación y sus distintos contenidos ideológicos del autoritarismo. Es muy probable que estos factores duren hasta el fin del ciclo político que se ha iniciado en 2004/06. Muy probablemente quizás hasta un quinto ciclo político, dado que los partidos políticos supuestamente progresistas siguen hundiéndose de manera acelerada en el oportunismo. Y que las franjas de las clases medias que aprovechan la presencia de la Comunidad internacional para acumular riquezas, tienen suficiente peso en los mecanismos electorales para desvirtuar cualquier cambio profundo en el país. Pero acaso ¿no existe, en este contexto de miseria indecible y de desesperación extrema, ninguna posibilidad a mediano plazo para que el pueblo ancle, al margen de cualquier tipo de

movimiento «para-populista» y autoritario, las bases de un largo ciclo político favorable a sus aspiraciones democráticas y su bienestar? No existen en este momento suficientes elementos seguros para contestar a esta pregunta, pero se puede sostener que las crisis electorales recurrentes y la aceleración de la doble tendencia «desintegración-desviación» de los partidos políticos pueden servir, junto con la conjunción de algunas circunstancias históricas determinadas, de punto de partida a ese ciclo político. Y esto aunque se deberá probablemente prepararse a la reacción violenta de las fuerzas políticas internacionales que luchan por el respeto del orden agobiador que los mercados financieros vienen implementando sin ninguna piedad.

## Anexos

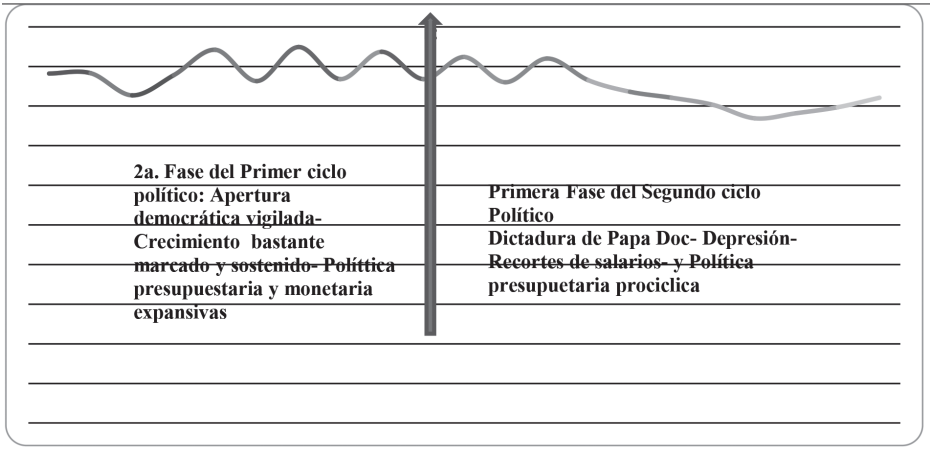
Conviene hacer dos advertencias de orden metodológico con respecto a los gráficos que vienen a continuación. Pimero, no cubren todo el siglo XX. Arrancan con el año a partir del cual se realizó por primera vez en el país unas estimaciones de contabilidad nacional. Es decir 1950. Dos, existen razones suficientes para cuestionar algunas series en base a las cuales estos gráficos han sido elaborados, particularmente las que remiten al sector agropecuario. Se puede para demostrarlo apoyarse en unos comentarios que hizo, en el año 1986, la economista canadiense Kari Polanyi Levitt de la universidad McGill sobre la economía haitiana. En efecto Kari Levitt ha sido contratada ese año por el Banco Mundial para una consulta respecto a la magnitud global y el comportamiento sectorial del PIB. Hizo observar con esta consulta un hecho muy importante, o sea indicó cómo la participación del sector agropecuario en los cálculos del PIB está subestimada. Demostró concretamente que las actividades relacionadas con la pequeña producción mercantil agropecuaria no son tomadas en cuenta. Eso hace que, en sus palabras, el



Gross National Product se ha reducido para el año citado en un 20%. Este estudio de Levitt no fue publicado, de manera que conviene con razón basarse con mucha cautela en las series del Banco Mundial y las del Instituto Haitiano de Estadísticas. De todas maneras, aunque estas series plantean problemas, constituyen una buena base de referencia, junto con las de la CEPAL y del FMI que no son considerados en este trabajo, para observar y examinar los movimientos de la economía nacional durante el siglo XX.

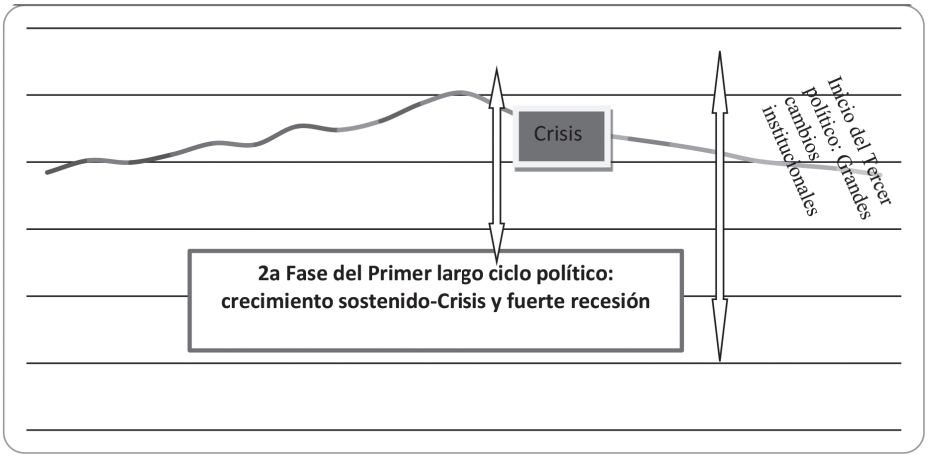
1. Tendencias del crecimiento económico durante el ciclo político de 1915/18-1955/57

**Movimientos del Producto Interior Bruto per cápita en US dólares (1970 de 1950 a 1970)**




*Fuentes : Institut Haïtien de Statistiques et d´Informatique*

**Movimientos del PIB per cápita entre las fases de dos ciclos políticos de tendencias opuestas (1970-1990)**



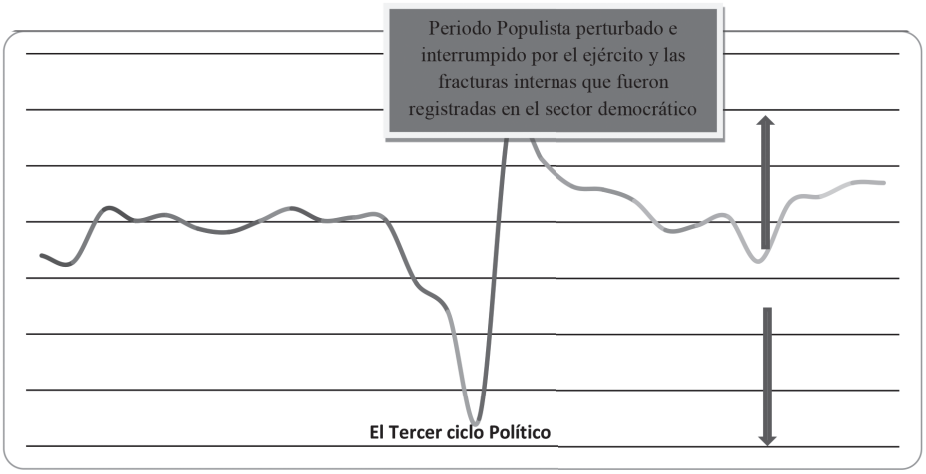

*Fuentes : Institut Haïtien de Statistiques et d´Informatique*

2. Tendencias del crecimiento económico durante del ciclo de 1956/57-1985/86

3. Tendencias del crecimiento económico durante el ciclo «democrático-para populista» de 1986/87-2003/04

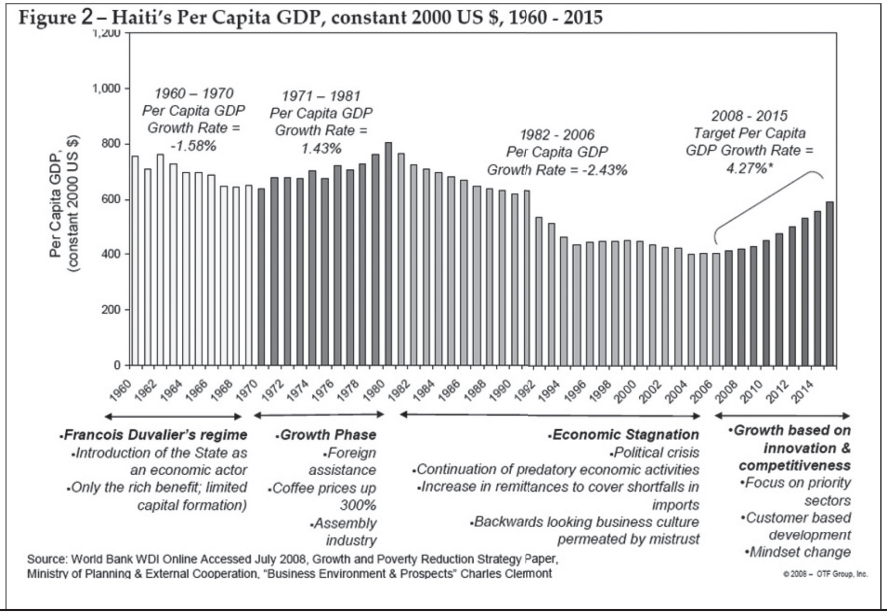
## 3. Tendencias del crecimiento económico durante el ciclo «democrático-para populista» de 1986/87-2003/04

Tendencias de la Tasa promedio del PIB de 1987 a 2004

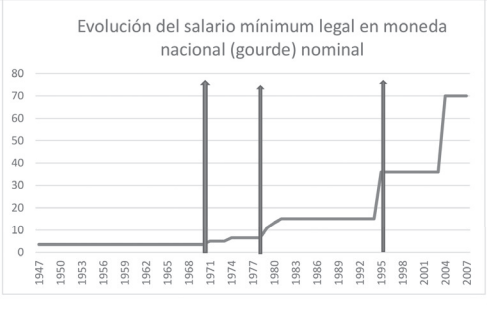



*Fuentes: Cepal, Estudio económico de América Latina y el Caribe, 2006-2007*

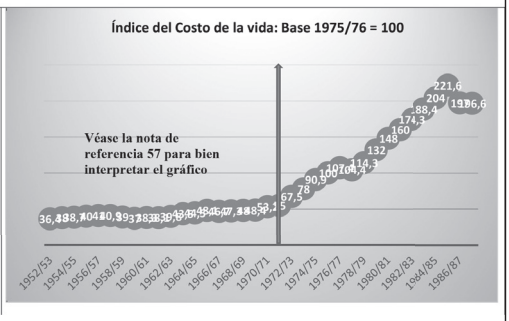
## 4. Perspectivas globales del crecimiento económico de 1960 a 2014



**5. Salario mínimum legal e Índice del costo de la vida**




*Fuentes: Secretaria de Asuntos sociales-*




*Fuentes: Jacques Vilgrain, Structure, mécanismes et évolution de l´économie haïtienne, IHSI, Tabla 2.2., página 121.*

4. Perspectivas globales del crecimiento económico de 1960 a 2014

## Fuentes

National Archives Records Administration (NARA) Estados Unidos;

Archivo General de la Nación (AGN), república Dominicana

## Periódicos

Le Nouvelliste

Le Petit Samedi Soir

Le Nouveau Monde

Le Matin

La Nation

El País

The New York Times

## Bibliografía selectiva

Alexis, Jacques Stephen (1960), Sur le mouvement communiste en Haïti, (Offset-Inédit).

Auguste, Maurepas (1974), Genèse d´une république héréditaire : Haïti 25 mai 1957 ; La Pensée Universelle, Paris.

Chérubin, Ginette (2014), Le ventre pourri de la bête, Presse de l´Université d´Etat d´Haïti.

Delince, Kern (1979), Armée et politique en Haïti, L´Harmattan, Paris.

Diederich, Bernard (1986), Papa doc et les Tontons macoutes, H. Deschamps, Port-au-Prince.

Diederich, Bernard (2005), Le prix du sang. La résistance du peuple haïtien face à la tyrannie, tome I ; Ed. CEDH.

Etienne, Eddy (2004), Deux cents ans de grands combats diplomatiques et de luttes intestines minables, in : Revue de la Société d´Histoire et de Géographie, No. 216, oct-mars 2004, pp. 65-108.

Dobry, Michel (1986), Sociologie des crises politiques ; Presses de la Fondation de Science Po., Paris.

Doubout, Jean-Jacques y Joly, Ulrick (1974), Notes sur le mouvement syndical, Mimeo.

Gaillard, Roger, Les blancs débarquent, series de 7 volumenes, varias fechas de 1974 a 1983.

Groupe des 184 (2005), Le nouveau contrat social, Place du Drapeau Arcahaie, Haití.

Hector, Cary (1991), Une quête du politique. Essai sur Haïti, CIDHICA-Deschamps, Montréal-Port-au-Prince.

Hector, Cary y Jadotte, Hérard (1991), Haïti et l´après Duvalier-Continuités et ruptures, (CIDHICA-Deschamps);

Hector, Cary (2016), Daniel Fignolé et le rassemblement fignoliste du NORD (RFN). Un apport méconnu dans la politique de 1956-1957, Ed. CIDHICA, Montréal.

Hector, Michel et Casimir, Jean (2004), Le long du XIXe siècle haïtien, in: Revue de la Société d´Histoire et de Géographie, No. 216, oct-mars 2004, pp. 35-64.

Institut Haïtien de Statistiques et d´Informatique (IHSI), varios números del Boletin anual.

Jalabert, Laurent, Un populisme de la misère. Haïti sous la présidence Aristide : 1990-2004, in : @mnis, revue de l´université contemporaine de l´université de Bretagne Occidentale, 2005.

Jean-Claude, Jean, y Marc Maesschalk (2000), Transition politique en Haïti-Radiographie du pouvoir Lavalas, L´Harmatthan.

Malval, Robert (1996), L´année de toutes les duperies ; Le Natal.

Manigat, Leslie (1968), Le reclassement des forces politiques en Amérique Latine ; in: L´Univers Politique.

Manigat, Leslie (1971), Statut Quo en Haïti ? D´un Duvalier à un autre : l´itinéraire d´un Fascisme de Sous-développement ; La Technique du Livre-Paris.

Manigat, Leslie (2002), Les deux cents ans d´histoire du peuple haïtien, 1804-2004, Collectif du CHUDAC, Port-au-Prince.

Manigat, Mirlande (2005), Entre les normes et les réalités. Le parlement haïtien (1806-2007); UNIQ, Université Quisqueya, Port-au-Prince.

Manigat, Sabine (1990), Les Partis politiques, Centre de Recherches sociales, Port-au-Prince.

Manigat, Sabine (2013), Ayiti ki demokrasy? El movimiento social haitiano entre partidos y Estado, 1986-2006, CLACSO.

Millet, Kethly, Les paysans haïtiens et l´occupation américaine : 1915-1934, Collectifs Paroles, Montréal, Canada, 1973.

Moïse, Claude (1998/2000), Constitutions et luttes de pouvoir en Haïti, 2 tomes, CIDHICA.

Moïse, Claude (2002), La croix et la bannière, Montréal. La difficile normalisation démocratique en Haïti, CIDHICA.

Moïse, Claude (2015), La question électorale. Jeux de pouvoir, péripéties et enjeux démocratiques, CIDHICA.

Moulian, Tomás (1997), Chile actual: Anatomía de un mito; Arcis universidad.

Nicholls, David, Idéologie et mouvements politiques en Haïti, 1915-1946 ; in: Les Annales, 1975, vol. 30, No. 4; pp. 654-679.

Palacios, Marco (2012), Violencia pública en Colombia, 1958-2010; FCE, Bogotá.

Parti de l´Entente Populaire (PEP), Manifeste politique.

Parti de l´Entente Populaire (PEP), Voies tactiques, 1966.

Pierre, Guy (2004), Ciclos políticos largos en América Latina durante el siglo XX y sus efectos en el crecimiento económico, in: Problemas de Desarrollo, UNAM, vol. 35, No. 139, 2004, pp. 43-69.

Pierre Etienne (2007), Sauveur, L´énigme haïtienne, Mémoire d´Encrier-Les Presses de l´Université de Montréal.

Rouzier, Phillipe (1989), En deux ans comme en deux siècles, CIDHICA.

Seitenfus, Ricardo (2015), L´échec de l´aide internationale. Dilemmes et égarements ; Editions de l´Université d´Etat d´Haïti.

Therme, Pierre, Haïti 2003-2012 : les mouvements de contestation populaire face aux logiques de l´aide ; in : Cahiers des Amériques Latines, No. 75, 2014, pp. 125-146.

The Economist intelligent, Calidad democrática de los gobiernos latinoamericanos; In: El País, 30 de agosto de 2015.

## Notas

(Endnotes)

1 Banque de la République d´Haïti.

2 Con esta observación, se deja entender aquí que el concepto de «autoritarismo político» es complejo, y que puede, según las coyunturas o el carácter y la intensidad de los conflictos sociales y políticos, frenar o estimular la acumulación de capital. Es decir el crecimiento económico, e incluso el desarrollo en el caso que el régimen autoritario corresponda a un sistema bonapartista. O sea facilita hasta cierto punto un mejor reparto de la riqueza social.

3 Antes de esta reforma constitucional, los extranjeros adquirían propiedades en el país por medio de sus esposas o de otros socios de nacionalidad haitiana.

4 El cruente golpe de Estado marcó un importante hito en la historia del movimiento popular

en el país. El recién libro de Cary Hector permite reconstituirlo y reconstruir al mismo tiempo, aunque no de manera exhaustiva, los fuertes intereses políticos y económicos que lo propulsaron. Cf. Cari Hector, Daniel Fignolé et le rassemblement fignoliste du Nord (RFN). Un apport méconnu dans la crise politique de 1956-1957 ; CIDHICA, Montréal, 2016.

5 Aunque fueron muy pocos en términos absolutos y en comparación con el monto de capitales que las empresas americanas habían invertido en Cuba, Puerto Rico y República Dominicana.

6 El carácter anticomunista del gobierno Magloire se nota en el Acuerdo que él firmó con Trujillo en el año 1954. Cf. Archivo General de la Nación (AGN), república Dominicana.

7 Jean-Jacques Doubout y Ulrick Joly sitúan efectivamente el arranque del movimiento sindical en el país a partir de los años 1946. Indican el gran número de sindicatos que ha sido formado y la tendencia que los mismos han seguido en el contexto de las luchas populares que se observaban en estos años, tras el derrocamiento del gobierno del presidente Elie Lescot y la toma del poder por las fracciones pro-negritudes de las clases medias. Cf. Notes sur le mouvement syndical en Haïti ; Imprimerie ABÉCÉ, 1974.

8 La milicia popular se fundó oficialmente en el año 1958 y se transformó en una institución armada legal con el nombre Volontaires de la Sécurité Nationale (VSN). Un gran número de libros estudia la formación y la incorporación de esta milicia en el aparato militar mismo y en el aparato de Estado. Véase particularmente los trabajos de Bernard Diderich (Papa Doc y los Tontons Macoutes, 1966; y, Le prix du sang, 2005). Y también el trabajo ya mencionado de Kern Delince: Armée et politique en Haïti, L´Harmattan, Paris, 1977.

9 Según los documentos disponibles, el Gobierno de Balaguer desempeño un papel importante en pasar informaciones al Gobierno de los Estados Unidos sobre la situación política en Haití durante la agravación de la enfermedad de François Duvalier a principios del año 1971. La secretaria general de la OEA se mostró también muy activa durante este periodo por medio del ecuatoriano Galo Plaza, quien fungía como secretario general de esta institución después de haber ocupado el puesto de presidente del Ecuador. Cf. NARA, BOX 2347- Santo Domingo, 1310.

10 Entre todos estos Semanarios, cabe citar en particular Le Petit Samedi Soir que se distinguió mucho con unos artículos y notas críticas, aunque asumió posturas oportunistas durante algunos momentos.

11 En efecto, inmediatamente después del derrocamiento de la dictadura la radio y la prensa empezaron a expresarse libremente. Muchos partidos políticos y organizaciones sindicales, de barrios y populares se formaron. Los exiliados, entre ellos comunistas y viejos opositores a la dictadura, regresaron al país y se incorporaron en la lucha política y la vida cotidiana. Muchos trabajos analizan este periodo, se puede consultar entre todos: el libro de Sabine Manigat, Ayiti ki demokrasi? El movimiento social haitiano entre partidos y Estado, 1986-2006. (CLACSO, 2014); el de Jean-Claude Jean y Marc Maesschalk, Transition politique en Haïti-Radiographie du pouvoir Lavalas (L´Harmatthan); el de Cary Hector y Hérard Jadotte, Haïti et l´après Duvalier-Continuités et ruptures, (Deschamps); etc.

12 Caída de la dictadura.

13 En efecto, un número impresionante de partidos políticos, organizaciones políticas, asociaciones, sindicatos y federaciones sindicales surgieron, algunos con antecedentes en el país y otros no, después de la caída de la dictadura.

14 Entre todos los cuarteles en donde la dictadura duvalierista torturaba y asesinaba a opositores políticos y a ciudadanos, el cuartel Fort Dimanche fue el lugar más emblemático y cínico. Se quedó gravado en la mente de la población con el nombre «Fort de la mort». En efecto casi todos los presos políticos que estuvieron en Fort Dimanche murieron, muy pocos de ellos pudieron sobrevivir al sistema de tortura y las condiciones inhumanas que los Duvalier habían establecido allí. Se pueden consultar especialmente respecto a ello los trabajos de los ex presos políticos Marc Romulus (Les cachots des Duvalier) y Patrick Lemoine (Fort Dimanche, Fort-la- mort).

15 Es decir Marc Bazin. Fue en efecto el principal candidato frente a la candidatura de Jean-Bertrand Aristide. Participó en estas elecciones bajo la bandera de la agrupación política ANDP (Alliance Nationale Pour La Démocratie et le Progrès) que estaba integrada por la organización política que él mismo había creado en 1987, el MIDH (Mouvement pour l´Instauration de la Démocratie en Haïti); el PANPRA (Parti National Progressiste et Révolutionnaire); y el MNP 28 (Mouvement National et Patriotique du 28 novembre). Cabe agregar que Bazin fue economista de formación, trabajo en el Banco Mundial, y ocupó luego la funcción de ministro de finanzas y de economía en Haití durante el gobierno de Jean-Claude Duvalier.

16 Existe sobre este punto muchos trabajos, y todos indican que Aristide y sus más cercanos colaboradores, entre ellos el que va a ser su primer ministro y más tarde presidente, no tenían ninguna capacidad política para gobernar el país. Véase entre varios libros que ayudan a considerar este problema: Malval, Robert, L´année de toutes les duperies, Editions Regain, 1996.

17 Para este punto, conviene recomendar el trabajo de Robert Malval L´année de toutes les duperies (Editions Regain, 1996). Existen en efecto muchos elementos en esta obra que pueden ayudar a entender lo que faltaba al presidente populista para llevar el pueblo a empujar muy bien sus acciones.

18 Este cuerpo para-militar, Front Populaire pour le Progrès d´Haïti (FRAP), ha sido creado por Emmanuel Constant, alias Toto Constant quien estuvo ligado con los jefes militares. El grupo estuvo integrado principalmente con unos tantos antiguos militares así como ex reos, y bandidos anclados en el lumpen proletariado.

19 La OEA en particular que había tomado con base en la Declaración de Santiago unas acciones diplomáticas y económicas drásticas en contra los militares. Entre estas medidas, el embargo económico que causó fuertes daños a la economía nacional, sobre todo al sector de las maquiladoras (Cf. Conferencia regional sobre Medidas de Fomento de la Confianza y de la Seguridad- Santiago de Chile, 28 de noviembre de 1995). Cabe decir que muchos estudiosos de este periodo se refieren a un sin fin de iniciativas y reuniones diplomáticas que han sido celebradas con la participación de la OEA y las Naciones Unidas entre el gobierno de Aristide y los golpistas con el objetivo de encontrar una solución

a la crisis. No llegan de esta manera a explicar los fundamentos de la crisis y los factores fundamentales que llevaron al final el Gobierno de Bill Clinton a realizar un acto que no tenía aún en este momento antecedentes históricos. Es decir la reinstalación en el poder de un presidente depuesto por un golpe de Estado militar.

20 Front National pour le Changement et la Démocratie (FNCD).

21 Hombres de choque, violentos, e incluso, en algunas circunstancias, sicario.

22 En efecto la probabilidad para que estos hechos pudieran contaminar la situación en estos países vecinos era prácticamente nula; no tenían suficiente fuerza para ello, aunque probablemente se han hablado de eso.

23 Agrupación de varias organizaciones políticas, de hombres de negocios y de intelectuales. Fue fundada en el año 2003 en el calor de las luchas callejeras contra el gobierno de Aristide. Y desapareció de la escena política durante la coyuntura de 2004-2006. Uno de sus principales líderes ha sido el hombre de negocio André Apaid.

24 Le Nouveau Contrat Social, Archaïe, Haïti, novembre 2005.

25 Ricardo Seitenfus explica bastante bien en su libro «L´échec de l´aide internationale. Dilemmes et égarements» los orígines de este grupo. Otros autores también

26 Mission des Nations Unies pour la Stabilisation en Haïti (MINUSTAH).

27 En efecto al presente el aparato administrativo y militar de representación de las Naciones Unidas ha nombrado a dos presidentes: René Préval y Joseph Michel Martelly. René Préval ha sido nombrado en 2006, y Joseph Michel Martelly en 2011.

28 Este grupo actúa con el nombre CORE GROUP y está integrado por unos 12 embajadores, entre ellos: el embajador de los Estados Unidos y los de Francia, de España, Canadá y Brasil así como los embajadores de la Unión Europea y el representante especial del secretario general de Naciones Unidas en el país.

29 Existen estudios que explican, aunque con excesos de detalles insignificantes, la elección del presidente del país en 2006 y 2011 por las instituciones internacionales. Véase, entre otros : Claude Moïse, La question électorale. Jeux de pouvoir, péripéties et enjeux démocratiques (CIDHICA-2015) y Ricardo Seitenfus, L´échec de l´aide internationale en Haïti. Dilemmes et égarements (Presse de l´Université d´Etat d´Haïti, 2015). Se puede consultar también el libro de Ginette Chérubin, Le ventre pourri de la bête (Presse de l´UEH, 2014) aunque no tiene ningún rigor científico. O sea, es una especie de «plaidoirie prodomo», plagada de anécdotas personales.

30 No existen muchos trabajos sobre estos acontecimientos. Ricardo Seitenfus hace mención de ellos en su libro: L´échec de l´aide internationale à Haïti (Université d´Etat d´Haïti, 2015), sin indicar sin embargo algunas pistas serias para entender este problema. Se embrolla en varios detalles y busca la

responsabilidad de ello en algunas ilustres autoridades internacionales, aunque se puede apreciar hasta cierto punto las observaciones que él hace respecto a la postura que el jefe de la Minustah - Juan Gabriel Valdés- sostuvo durante estos sucesos. Cf. Ricardo Seitenfus, op. cit., pp. 137-152.

31 Muchos autores no toman en consideración suficientes elementos objetivos para analizar la comunidad internacional. La consideran como un grupo de presión situado al margen de intereses políticos y económicos. O sea, un grupo de presión «humanista, legalista, justicialista». Que interviene en los países del Sur para ayudarlos sin ningún interés a organizar elecciones sin fraudes, respetar los derechos de votos de los ciudadanos, o sea las reglas de la alternancia democrática. Estos análisis corresponden a lo que se enseña en los Institutos de Ciencias Políticas pero no tienen ningún fundamento teórico.

32 Existen algunas estimaciones sobre los montos de inversiones realizadas por los hombres de negocios haitianos en algunos países de la región. Pero aun estas estimaciones son muy someras, no son muy fiables. Indican de todas maneras que el análisis debe remitirse a ellas para poder examinar la situación política en el país desde el segundo ciclo, periodo durante el cual los hombres de negocios locales han empezado a invertir de manera mucho más sistemática sus capitales en el extranjero.

33 En efecto, el periodo inmediatamente pos-terremoto fue un periodo de gran abundancia para los llamados consultores, es decir los supuestos expertos en estudios sociales, económicos y políticos. Muchas casas u oficinas de consultoría abrieron, e hicieron pagar entre 400 y 500 dólares por hombre/día para los estudios técnicos que se les encargaron. Hay que agregar que algunos de estos «llamados expertos» en ciencias sociales que abrieron estas oficinas, no tenían una formación académica suficiente para realizar los estudios solicitados.

34 Los obreros ganaban en promedio en las empresas de plantación US $ 0.20 del dólar americano. Este salario pasó a 70 centavos del dólar en 1947.

35 En efecto 1940/41-1955/56, fueron, en términos reales, diez y seis años de crecimiento sostenido del comercio por habitante. Eso se reflejó también, según los datos disponibles, en el movimiento del PIB per cápita. El país no había registrado anteriormente un periodo así, y no ha registrado tampoco posteriormente a estas fechas, o sea hasta la fecha de hoy, un periodo de crecimiento tan largo. Cabe advertir también que este periodo no se caracterizó sólo con el incremento del ingreso per capita, sino también con la ampliación de las relaciones asalariadas, o sea el ensanchamiento de los espacios capitalistas de producción. En este sentido, cabe relacionarlo con los veinte años anteriores de desarrollo, o sea 1920-1939, ya que durante ese tramo se observó que la estructura capitalista empezó a afianzarse, aunque la economía nacional no llego a atraer un volumen importante de capitales extranjeros.

36 Se puede entender eso comparando los dos últimos gráficos que vienen en el anexo, y advertir además también que los índices del costo de la vida que el Instituto Haitiano de Estadísticas (IHSI) ha elaborado contienen muchos sesgos, lo que significa que el movimiento de alza de los precios durante el largo periodo de 1947-1971 no ha sido tan leve como se observa, sino bastante intenso, sobre todo

por lo que se refiere a los primeros años de 1960.  El poder de compra de los obreros se ha mermado a lo largo de esos años. Y se redujo mucho más entre 1971 y 1985 hasta que se cayó totalmente durante el periodo de 1986 a 2007.

# Os Wilson na Corte Imperial

(1837-1888)[1]

**Thiago Mantuano**[2]
*Doutorando em História Social da Universidade Federal Fluminense*
*thiago_mantuano@id.uff.br*

## Resumo

*Este artigo tem como objetivo explorar a trajetória da família Wilson como estudo de caso esclarecedor de boa parte da História Econômica do Rio de Janeiro, do Brasil e mundial no século XIX. Refletindo sobre a diversidade das atividades econômicas exploradas pelos Wilson (importação, serviços portuários e construção naval, principalmente) e considerando a multiplicidade dos interesses políticos que atendiam, podemos entender melhor alguns processos importantes para a construção da economia brasileira, tanto sob o viés estrutural, quanto conjuntural. Entretanto, também ocorre o contrário, só é possível entender a trajetória dos Wilson pensando na estrutura escravista da sociedade brasileira de então, também na conjuntura de rearranjo da Divisão Internacional do Trabalho a qual o Brasil se inseria, através do Rio de Janeiro, num novo patamar de intensidade e de forma subordinada ao Imperialismo. Portanto, procuraremos traçar um perfil socioeconômico dessa empresa familiar no Rio de Janeiro como forma de esclarecer como a sua relação com outras regiões do país e do mundo condicionaram o seu enraizamento e expansão na Corte do Império.*

**Palavras-Chave:** *Porto; Navegação; Construção Naval; Rio de Janeiro; Wilson.*

*N76;N36,N86.*

## Abstract

*This article aims to explore the trajectory of the Wilson family as a case study illustrating much of the economic history of Rio de Janeiro, Brazil and the wider world of the nineteenth century. Reflecting on the diversity of the economic activities of the Wilsons (imports, port services, and shipbuilding, mainly) and considering the multiplicity of the political interests they touched, we can better understand some aspects of the development of the Brazilian economy, both in structural and in cyclical terms. However, the opposite is true: it is only possible to understand the career of the Wilsons taking into account the slave structure of the Brazilian society, as well as the International Division of Labor, in which Brazil was inserted through Rio de Janeiro at a new level of intensity and subordination to Imperialism. Therefore, we will try to outline a socioeconomic profile of this family business in Rio de Janeiro as a way of clarifying how its relationship with other regions of the country and the world conditioned its beginning and expansion in the Capital of the Empire.*

**Keywords:** *Port; Navigation; Shipbuilding; Rio de Janeiro; Wilson.*

*1 Artigo recebido em 23/11/2017. Aprovado em 05/03/2018.*
*2 Bolsista do Programa de Excelência Acadêmica pela CAPES, nível de doutorado, sob orientação do Prof. Dr. Cezar Honorato.*

## Introdução: Uma Palavra sobre a Operação Portuária Pré-Capitalista[3]

A família Wilson ficou internacionalmente conhecida por sua atuação nas atividades econômicas marítimas e portuárias no século XIX. O que poucos sabem é que o início da montagem deste conglomerado empresarial, que ostenta, há 180 anos, o sobrenome do velho Edward Pellew Wilson, se deu no Brasil. Os Wilson não só enriqueceram, como construíram importante aparato produtivo e comercial em meio ao escravismo brasileiro, nas três maiores cidades escravistas do país: Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

A impressionante amplitude de sua gama de negócios é condizente com seu trânsito no governo imperial, em outras palavras, quanto mais os Wilson serviam ao Império, mais a nação os enriquecia. Aquela família escocesa esteve longe da trajetória "padrão" do capitalista britânico, logo que arrancavam fortunas das rendas de formações econômico-sociais escravistas, conquistando poder e prestígio no nascente Império do Brasil. Império este que os Wilson colaboraram para inserir subordinadamente na Divisão Internacional do Trabalho, assim como para sua industrialização possibilitada/limitada pelos ditames do imperialismo. Veremos neste texto que ela pouco rompeu com o padrão de acumulação vigente, ao contrário, esteve a reboque da reprodução de um complexo agrário-exportador aonde o Rio de Janeiro era o centro de ligação com o mundo.

O principal questionamento que enseja este artigo é entender como num porto de operação, infraestrutura e lógica pré-capitalista existiam grandes agentes, absolutamente enriquecidos, que acumulavam poder e prestígio social, diversificavam/difundiam suas atividades e implementavam alguns melhoramentos tipicamente capitalistas, como a família Wilson. Também buscaremos compreender como o setor de transformação metal-mecânico-marítimo obedeceu a esta mesma lógica, estando entrelaçado com a operação portuária de forma sistemática, ao longo XIX, embora tenha avançado da pré-indústria dos reparos à indústria da construção naval antes mesmo da construção de um porto tipicamente capitalista, industrial.

Desvelar essa aparente contradição para o caso do porto do Rio de Janeiro é um desafio que nos impõe obstáculos e constantes reavaliações da realidade através da teoria. O porto do Rio de Janeiro, nascido graças à confluência de uma baía abrigada e bela, servido por vasta hinterlândia e em posição estratégica no Atlântico Sul, desde o século XVIII era de absoluta importância para o Tesouro Régio. Até as primeiras décadas do século XX, sustentou, por assim dizer, os vários Estados desde o português até o fim da Primeira República brasileira.

Toda essa importância se dá num complexo com lógicas muito próprias do escravismo, a exploração do porto pré-capitalista era retalhada como privilégio cedido pelo Rei, Imperador ou qualquer autoridade provincial e/ou municipal subordinadas ao soberano. Nas cidades, esses aforamentos[4] eram cedidos aos negociantes com boa reputação e acumulo de riquezas no comércio. A lógica maior desse privilégio era o controle de determinada atividade, via de regra como complemento estratégico dos negócios já em curso e, obviamente, com incremento das rendas.

*3 Este artigo é parte do resultado final de uma grande pesquisa que foi, inicialmente, apresentada em: MANTUANO, Thiago; HONORATO, Cezar Teixeira. OS AGENTES MÚLTIPLOS DO PORTO PRÉ-CAPITALISTA (1870-1900). In: VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Portuarios – Red de Estudios Portuarios, 2015, Rosário: porto de Rosário. Agradecemos ao professor Cezar Honorato pelas inestimáveis indicações e colaborações.*

*4 Cessão de privilégios revogáveis sobre um direito a ser explorado em caráter de usufruto, com certos deveres, pelo agraciado (Caetano, 1901).*

A exploração das atividades econômicas portuárias não previa um revolucionamento do processo de trabalho ou qualquer implementação de tecnologia para transformar a operação, isto impedia um aumento sistemático da produtividade e uma guinada na tendência das taxas de lucro sobre o rendimento do trabalho, que era majoritariamente escravo (HONORATO, 1996).

Desta forma, este complexo era pouco homogêneo, fazendo deste um conjunto de infraestruturas comandadas por diferentes e díspares interesses, ora conflitantes, ora harmônicos, num processo produtivo esparso, inseguro, inconstante, mal integrado e sem qualquer coordenação com prerrogativas das modernas Autoridades Portuárias (Honorato; Ribeiro, 2014). A péssima articulação entre os modais e as diferentes infraestruturas nas atividades de carga, descarga, deslocamento e armazenagem das mercadorias, assim como no abastecimento e reparo das embarcações, faziam desta operação portuária um potencial lucrativo para os homens de negócio da época. A astúcia dos negociantes residia em oferecer todos os serviços portuários e marítimos possíveis, tentando monopolizar uma "linha" de serviços e oferecendo facilidades num ambiente onde a dificuldade era regra.

Da parte de cada negociante, o que se tentava era implementar maior controle de prerrogativas comerciais e produtivas, mobilizando-as para acumular riquezas e poder político. A lógica vigente impulsionava os agentes à tentativa de ampliação e diversificação dos seus privilégios na forma de negócios, como bem define Théo Piñeiro:

> Por Negociante, estou entendendo o proprietário de capital que, além da esfera da circulação, atua no abastecimento, no financiamento, investe no tráfico de escravos, o que permite que controle setores chaves da economia, inclusive na produção escravista, face ao papel que desempenha no crédito e no fornecimento de mão-de-obra. Uma de suas características é a multiplicidade e diversidade de suas atividades, o que permite que ele detenha uma posição privilegiada na sociedade brasileira e seja capaz de influir decisivamente tanto nos rumos da economia e na política do país. Atua tanto na atividade comercial, como pode ser encontrado na manufatura, nas casas bancárias, companhias de seguro, bancos, etc. (Piñeiro, 2014, 28-29)

O volume das rendas geradas em sua taxação alfandegária, embora vultosos, não se comparavam como os lucros que os serviços portuários poderiam propiciar. Os serviços portuários eram diversos e autônomos entre si, assim como as unidades que os abrigavam e executavam de forma pouco articulada e integrada, em consonância com a independência (diversas vezes conflitiva) entre as empresas que os exploravam (Honorato; Mantuano, 2015).

Podemos dividir as atividades da operação portuária em oito (que internamente sofrem ainda outras divisões, podem se fundir numa unidade ou podem ser controladas pelo mesmo agente ou empresa separadamente) que efetivavam a movimentação da carga: transportes urbanos; armazenamento; embarque e desembarque; construção e reparo naval; abastecimento de provisões; casas de importação e exportação; transportes aquaviários; e seguros marítimos. Os subserviços também eram abundantes e tocados por trabalhos avulsos (escravos e imigrantes), mas estão incluídos nessa divisão e subordinados à contratação dos agentes e empresas que as controlavam ou de intermediários.

A conjuntura de crise do capitalismo central a partir da década de 1870 acelerou a inserção de áreas periféricas em uma nova Divisão Internacional do Trabalho, a Grande Depressão

(1873-1896) levou ao Imperialismo Capitalista. Os investimentos capitalistas europeus e norte--americanos no Brasil, em nosso recorte, saltam aos olhos e o volume das trocas cresceu substancialmente. Esse processo não significou a imediata transformação da formação social brasileira, mas tencionou rumo à lógica do capital vários setores da economia brasileira, dentre eles, os transportes. Através desses agentes, buscando fugir da crise no centro do sistema, a economia brasileira fortaleceu seu caráter agrário-exportador e desenvolveu outros setores, a partir do encadeamento das atividades ligadas, nomeadamente, ao café.

No setor de transportes, além da expansão de interesses imperialistas, notamos que antigos agentes internos passaram a intentar dominar todas as áreas de atividade nos serviços portuários, outras empresas foram criadas com a manifestada intenção de "monopolizar" toda uma linha de serviços. Sem a ilusão, durante a maior parte do século XIX, de poder gerir e ter a concessão de um porto como todo, pelos próprios limites da lógica pré-capitalista, os agentes diversificavam suas atividades para depender cada vez menos de outros (potenciais concorrentes) para efetivar o movimento das suas cargas.

Certamente que um destes foram os Wilson, mais especificamente no Rio de Janeiro, Edward Pellew Wilson Junior. Por conta da especificidade de sua atuação no setor de transformação metal-mecânico-marítimo, conjugado à tradição comercial importadora/exportadora da família, impulsionada grandemente pelo alargamento do uso da energia a vapor na segunda metade do século e pela exploração de unidades de produção portuárias estratégicas, devemos olhar mais atentamente para o processo geral de industrialização brasileiro, que se inicia, inegavelmente, no Rio de Janeiro.

## Pré-Indústria Carioca e seus Traços Permanentes

Os estudiosos da industrialização brasileira, há muito, têm se debruçado sobre algumas questões deste texto, a principal é entendê--la e interpretá-la num jogo, ora conflitivo, ora harmônico, com a base da economia brasileira no século XIX e princípios do XX. A vida econômica brasileira estava baseada no modelo agrário-exportador, que se caracterizava pela forte concentração fundiária; pela utilização em larga escala da força de trabalho escravizada africana e imigrante mediterrânica; pelo eminente caráter mercantil, coadunado pelo paulatino fortalecimento de alguns sistemas financeiros; e por sua crescente inserção na Divisão Internacional do Trabalho, em especial, após a primeira mundialização do capitalismo na década 1870.

Neste quadro, que espaço "sobra" para o setor de transformação? Para responder essa pergunta é, anteriormente, necessário estabelecer o que consideramos por "indústria": um complexo racionalizado e articulado que integra as forças produtivas, em vários e fracionados processos de trabalho que compõe um único processo de produção fluido, multiplicador do trabalho concreto e criador do trabalho abstrato, alienando os trabalhadores e tecendo uma nova relação social de produção mediada pela propriedade privada dos meios de produção. A moderna indústria capitalista se apresenta, portanto, como:

> [...] um "complexo sistema de maquinaria", [onde] o produto atravessa uma série conexa de processos detalhados, realizados por uma cadeia de máquinas interligadas. Quando esse sistema complexo é aperfeiçoado e pode realizar todo o processo de produção, com os trabalhadores como simples atendentes, torna--se um "sistema automático de maquinaria". (Bottomore, 2013, 307)

Partindo desses pressupostos, um

processo de industrialização ou um revolucionamento do processo de produção no sentido industrial - uma revolução industrial -, teria de transformar o sistema econômico-social nessas bases e subordinar a sociedade ao seu modo de produção. Considerando-se a especialização espacial da produção, o rural deveria estar subordinado e coordenado pelo urbano.

O surgimento de unidades avulsas ou agrupadas sem fazer parte de um mesmo "organismo", como um conjunto semelhante e que trabalha simultaneamente, com ou sem maquinário, cooperando mutuamente, não é garantia de um processo industrializante. Como aclarado por Beauclair, esse processo pode

> [...] resumir-se no surgimento de unidades isoladas do contexto econômico-social e condenadas, por essa razão, a serem reabsorvidas como se fossem mera irritação superficial. Já a instauração de um processo industrializante tem raízes mais profundas, que por vezes nem mesmo se traduzem imediatamente na criação de indústrias, mas que configuram um movimento que uma vez iniciado é irreversível. (Oliveira, 1992, 13)

O entendimento e a avaliação do desenvolvimento entre a manufatura e a maquinofatura, e entre esta e a indústria demandam esforços complexos ao historiador; por conta disso, se fazem necessárias a utilização de fontes diversas, outros enfoques e variados recortes que demonstrem a real transformação da base técnica e tecnológica no setor de transformação.

Entretanto, mesmo que não haja um processo de industrialização, em diversas formações econômico-sociais hegemonizadas pela produção agrária houve algum desenvolvimento no setor de transformação. Para o caso do Rio de Janeiro, até as duas últimas décadas do século XIX, consideramos que o preponderante foi a pré-indústria. A pré-indústria, como conceito, está fundada em três características gerais: não subordina a agricultura, é exclusivamente urbana e está voltada para atender preferencial e, mesmo que parcialmente, o seu mercado doméstico ou as suas necessidades internas para as trocas com o exterior.

Novamente recorremos ao trabalho seminal de Beauclair que expõe com clareza o porquê não devemos recorrer ao conceito de proto-indústria para o caso do Rio de Janeiro. Recuperando os estudos de Braudel e da Escola de Gottingen, o autor sistematiza como surgiria a proto-indústria: por conta de uma vida mais complexa no campo, surgem as necessidades por produtos mais elaborados; para atendê-las, é criada este tipo de unidade, no meio rural e direcionada para a transformação da matéria-prima produzida por ela mesma ou em sua região; de forma relativamente autônoma e pouco articulada com outras unidades, mas potencialmente grande (se comparada com a maioria das unidades pré-industriais), a proto-indústria, comumente, distribui sua produção para outras regiões ou até mesmo para o exterior.

Como esclarece o autor: "poder-se-ia asseverar, justamente, que a pré-indústria (não proto-indústria) fluminense, longe de ser uma 'indústria rural' se constitui, basicamente, de ofícios urbanos, manufaturas concentradas e outras organizações muito próprias, como suas fábricas." (Oliveira, 1992, 16). Suas limitações se dão na medida do alcance político de seus proprietários, na incapacidade da implementação conjunta de mudanças técnicas, tecnológicas e administrativas, nas dificuldades para conseguir crédito ou aportes para investimentos, na difícil integração do mercado interno e no precário sistema de transportes e comunicações.

De toda forma, o espaço urbano é expressão das contradições que fazem crescer a pré-

-indústria, numa sociedade baseada na economia agrário-exportadora e que reservaria à cidade o papel de portadora e viabilizadora do crescimento mercantil. Ainda que as primeiras cidades das sociedades pré-industriais e pré-capitalistas não tenham sido mais do que portos construídos para escoar as riquezas naturais e agrícolas em exploração, a extensão do fato urbano e das várias formas da pré-industria se constituiu no embrião de um processo de ampliação espacial da urbanização e, mais especificamente no século XIX, no suporte de articulação destas novas áreas ao capitalismo central. À medida que o próprio capitalismo se desenvolvia, esta urbanização, nas partes do mundo recém incorporadas à Divisão Internacional do Trabalho, foi se ampliando e tomando um caráter de multiplicidade funcional.

Por conta disso que Maurício Abreu trouxe à luz a estrutura urbana da cidade do Rio de Janeiro como forma de refletir sobre os conflitos entre mudanças e permanências ocorridas na sociedade brasileira, através da evolução urbana da capital do Império. Segundo o autor:

> Dado que o espaço reflete, a cada momento, as características da organização de uma sociedade, a ordem espacial de uma cidade, ou seja, sua estrutura urbana, refletirá também o resultado do confronto, reajuste ou recomposição dos sistemas que constituem a sociedade. Por essa razão, o estudo da estruturação da cidade não pode ser feito separadamente do estudo do processo de evolução da sociedade. (Abreu, 2013, 31)

O autor frisa que este processo também é reflexo, ou seja, o espaço urbano, mesmo que subordinado pelo campo, interfere de forma crescente na sociedade como um todo. A pré-indústria e sua produção são provas inequívocas disto.

> Esta influência do espaço é determinada, principalmente, pela permanência de formas anteriores, que tanto podem se constituir em barreira ao desenvolvimento de novos processos, como podem facilitá-los. Tudo depende da atribuição que essas formas antigas adquirem a cada momento da organização social, de sua capacidade de adaptar-se ou resistir às novas exigências e finalmente, do papel exercido pelo Estado [...] (Abreu, 2013, 32)

Durante quase todo o século XIX, a estrutura urbana do Rio de Janeiro foi expressivo fator limitante para o desenvolvimento de sua industrialização, ao passo que o crescimento da cidade, mesmo sem o ordenamento com a racionalidade tipicamente capitalista, propiciou o florescimento da pré-indústria. Mesmo após uma série de intervenções urbanas na segunda metade do século XIX, mesmo com a industrialização de fato nas décadas de 1880 e 1890 e, apesar das reformas de Rodrigues Alves e Pereira Passos, que, finalmente, adequaram a cidade ao espaço urbano capitalista, a pré-indústria sobreviveu no Rio de Janeiro. Este quadro aponta para o caráter excludente de sua urbanização e para a tendência permanente das atividades de transformação pré-industrial, convivendo, completando e conflitando-se com o processo de industrialização em curso.

## Como Interpretamos o Processo de Industrialização Brasileiro

Não nos parece razoável apontar o desenvolvimento industrial da cidade do Rio de Janeiro como diretamente reflexo ao crescimento da cafeicultura. Veremos mais à frente que ele ocorreu exatamente no auge da deterioração da lavoura cafeeira no sul fluminense. Também afastamos a ideia de que a industrialização na capital foi incipiente e não é digna de estudos relevantes ou, pior, como faz certa historiografia (que beira ao bairrismo), simplesmente ignora-la não é uma opção. Relevantes pesquisas, com fortes evidências e alta comprovação empírica, deixam claro que o Brasil desenvolveu sua indústria a partir do Rio de Janeiro oitocentista.

Desta forma, que caminho alternativo encontrar para dar conta de tamanha tarefa interpretativa? Nos convém e nos convence olharmos esse processo sob o viés de Hirschman (1977), apresentado e clarificado por Suzigan (1986). Sua abordagem complexa e generalizante demonstra que o crescimento econômico de um país baseado na produção de um artigo básico para exportação pode gerar um sem número de "encadeamentos generalizados", que redundam num processo de industrialização, mais ou menos, direta ou indiretamente, ligados ao cultivo deste.

Segundo Suzigan (1986, 70): "A essência do processo pelo qual a expansão das exportações induz o investimento em outras atividades da economia doméstica é o efeito de encadeamento.". Hirschman (1977, 12), ao desenvolver essa interpretação tem um claro intento: "[...] descobrir em seus pormenores como uma coisa leva à outra por meio das exigências e influências do produto primário de exportação, de facilidades de transportes a modelos de acordos, e à criação de novas atividades econômicas.".

Antes da devida crítica ao modelo, devemos clarificar sua classificação. Primeiramente com relação ao caráter dos encadeamentos:

1- Os encadeamentos de produção estão intimamente ligados aos insumos, de duas formas: fornecidos para a produção do produto básico; ou tendo o produto básico como insumo. Nas palavras de Hirschman (1977, 12), "Os efeitos em cadeia retrospectivos levam a novos investimentos no setor de fornecimento dos insumos (input-supplying), e os efeitos de cadeia prospectivo levarão a investimentos no setor da utilização da produção (output-using).".

2- Os encadeamentos de consumo estão intimamente ligados à capacidade de reprodução da força de trabalho e do próprio modo de produção, dentro e fora dos campos de produção do produto básico. A geração de renda e sua distribuição são critérios para medir o poder indutor de encadeamento do consumo, através do complexo de indústrias para atender às necessidades dos trabalhadores e das classes dominantes.

3- Os encadeamentos fiscais são aqueles que passam necessariamente pela esfera do Estado, sua capacidade de acumular recursos via impostos, diretamente do produto básico ou através das importações, feitas a partir das rendas geradas na produção daquele, e aplicar diretamente (via empresas, iniciativas, obras públicas ou garantindo lucros) ou através da indução pela regulação (com instrumentos monetários, legislativos ou alfandegários).

Relativamente a essa divisão existem três críticas e/ou complementos cabíveis: a primeira se apresenta na medida em que é pouco provável um largo encadeamento pela utilização maciça da produção como insumo, pelo simples fato de que ela necessita ser exportada para que a economia baseada em sua produção leve a cabo seus fins. Desta forma, enquanto a produção de insumos para o cultivo do produto básico tem um limite alargado, o consumo da produção como insumo tem um limite estreito, portanto, as duas não estão no mesmo patamar; a segunda se apresenta na medida em que a própria indústria, encadeada pelo consumo gerado através das rendas do produto básico, se apresenta como grande importadora e acaba, também, participando do "bolo" que lastreia o Estado; a terceira se dá na contradição da possibilidade de taxar o próprio produto básico no ato da exportação, não faz sentido taxá-lo diretamente, de acordo com a dependência econômica de uma sociedade pelas rendas deste. A perda de competitividade seria o resultado mais óbvio e o estímulo para sua superprodução não seria o mesmo.

Suzigan também nos apresenta a classificação dos encadeamentos de acordo com a sua origem: 1- interna, pelos mesmos agentes diretamente responsáveis pelo produto básico; 2- externas, por estrangeiros ou pelo Estado. Nas palavras de Hirschman:

> Uma utilização mais geral das novas categorias dos efeitos em cadeia vem a ser a possibilidade de constatar as vantagens desenvolvimentistas, e as desvantagens que podem associar-se cada uma delas. Efeitos em cadeia exterior têm a vantagem de mobilizar novos agentes e impedir uma concentração excessiva do poderio econômico, enquanto a vantagem dos efeitos em cadeia interior é de desenvolver as iniciativas empresariais dos empréstimos mais tradicionais e permitir-lhes romper com sias ocupações existentes. O balanço geral dessas vantagens e correspondentes desvantagens em cada caso particular tem probabilidade de revelar muita coisa sobre diferentes perfis de desenvolvimento e a respeito de oportunidades desperdiçadas ou aproveitadas. (Hirschman, 1972, 22)

Não podemos nos furtar à crítica que aponta a insuficiência desta divisão. Muitas das cidades-portos concentravam uma classe mercantil[5] de negociantes de grosso trato, banqueiros, importadores e exportadores, comissários, transportadores, armadores, concessionários de serviços de serviços públicos, proprietários das unidades de sua pré-indústria e rentistas de grande monta que investiam e constituíam, normalmente, as indústrias desde o início do seu desenvolvimento. Estes não são "novos agentes" e puderam até fazer o caminho contrário, acumulando fortunas mercantis e se tornando, posteriormente, donos de terras para produção do produto básico, como é o caso de Cândido Gaffrée e Eduardo Palassim Guinle (Honorato, 1996).

Apesar dos limites aqui apontados, essa é a abordagem mais adequada para o caso brasileiro. Dos vários produtos básicos com poder de encadeamento que pontuaram a história brasileira, o café certamente foi o mais bem sucedido. Seu cultivo exigiu e influenciou investimentos industriais de quase todas as ordens, subsidiários e complementares; durante os tempos de bonança da lavoura cafeeira, tanto o campo, quanto as cidades cresceram demográfica e estruturalmente, estabelecendo maior mercado doméstico (embora a renda ainda fosse extraordinariamente concentrada, também era gerada em grande escala); e o Estado nunca arrecadou tanto, as Alfândegas e os portos, que já eram a maior fonte de captação do Tesouro Público, passaram a ter importância vital para manutenção da administração pública e, em última análise, do status quo.

## Industrialização Brasileira: Jeitinho Carioca, Jeitão Inglês

Provavelmente, o mais importante fato jurídico, político e financeiro que, durante mais de vinte anos, mitigou as inversões no setor de transformação brasileiro foi a conhecida "Lei dos Entraves". Elaborada por conta do temor contra a especulação e num ambiente de vultosos capitais liberados pelo fim do tráfico de escravos, a "[...] Lei Bancária e Monetária 1860 restringiu drasticamente o funcionamento dos bancos no Brasil e se constituiu no mais deplorável controle institucional." (Oliveira, 1992, 68).

Os resultados desta política se demonstraram na prática com a tendência deflacionária do período, 1,9% de queda dos preços em média anual (Contador; Haddad, 1975) entre 1863 e 1889. O endividamento externo e interno do Estado e a instabilidade cambial geravam uma verdadeira "dança da conjuntura", que ora era mais favorável às exportações, ora mais favorável às importações. A lavoura se ressentia muito menos destas flutuações por estar plena e crescente,

*5 Tratamos essa classe social como "burguesia em construção", sendo classe em si, mas não ainda para si.*

além de não ter dificuldades para encontrar financiamento; por outro lado, o comércio, os bancos e o setor de transformação eram muito mais suscetíveis aos abalos do período.

Entretanto, os vinte anos que compreendem a década de 1850 e 1860 viram florescer as "indústrias leves" na capital do Império, também a construção civil (como resultado de seus primeiros melhoramentos urbanos) e a instalação das tão desejadas ferrovias.

As restrições não parecem ter dificultado a organização de companhias com capital restrito e de objetivos modestos. As fábricas de bens de consumo não-duráveis se multiplicaram pela cidade, entretanto, em sua maioria, serviam apenas à capital. Segundo Lobo (1978, 231), "Continuavam a predominar bebidas e alimentos, roupas e armarinhos, metais, madeiras, couro, inclusive calçados. A julgar pelo número de operários em 1872, a construção civil teve grande impulso.".

Outros fatores que poderiam estimular e acelerar a industrialização brasileira no período não cumpriram esse papel: as intervenções urbanas que se aceleraram, dotando a cidade de serviços básicos, e a implantação dos modernos meios de comunicação e transportes foram baseadas em importações, especialmente inglesas. E assim foram feitos por conta das urgências da lavoura:

> Existem muitas variedades de serviços públicos ou semi-públicos que cabem nessa categoria: fornecimento de energia, transporte, irrigação, educação e saúde pública. Frequentemente designados como "infraestrutura", como se fossem precondições para as atividades mais diretamente produtivas, têm sido providenciados, mais frequentemente, em resposta a urgentes demandas do setor diretamente produtivo e às suas necessidades de consolidação, maiores lucros e ulterior expansão. (Hirschman, 1972, 25)

Não só produtos e materiais importados passaram a fazer parte da vida urbana no Rio de Janeiro, os capitais ingleses passaram a participar das maiores sociedades na Corte (Grahan, 1973). Da sociedade com visconde de Mauá à Estrada de Ferro Dom Pedro II, passando pelas fábricas de gás, companhias de seguros e, marcadamente, pela atuação nas atividades bancárias (Guimarães, 2012).

A "exploração da cidade" inaugurada em 1862 pela The Rio de Janeiro City Improvements C., inicialmente para dotá-la de uma rede mínima de esgotos, foi seguida do serviço de gás (Abreu, 2013, 42) e dos transportes através das gigantes companhias de carris urbanos (Silva, 1992), todos com controle e investimentos de capitais ingleses.

Podemos asseverar que a industrialização brasileira começou no Rio de Janeiro, em especial na Corte. Alguns fatores pontuam uma espécie de complexo de pré-condições para tal: a experiência e o acumulo técnico e de saberes da pré-indústria; a instalação de uma infraestrutura mínima urbana, de transportes e comunicações; a criação de um arcabouço legal modernizante; o acúmulo de capitais mercantis; a atração de capitais forâneos; a inserção do Brasil na Divisão Internacional do Trabalho; o lento e programado fim da escravidão, com a intensificação de fluxos imigratórios de trabalhadores; e, especialmente, como nota Suzigan:

> [...] o desenvolvimento industrial do Brasil no século XIX pode ser explicado como um resultado do crescimento da produção industrial induzido pela expansão do setor exportador. Essa relação entra a expansão do setor exportador e o crescimento industrial continuou no início do século XX, mas foi sendo gradualmente reduzida. (Suzigan, 1986, 75)

O fim da "Lei dos Entraves" ocor-

reu com a reformulação da Lei das Sociedades Anônimas em 1882, a flexibilização de algumas obrigações e a simplificação para constituição das famosas S.A. abriram o efetivo processo de industrialização brasileiro.

Segundo Levy,

> Em que pese todos os limites legais ainda existentes, as precauções inibidoras de voos empresariais mais altos e os preconceitos de uma sociedade dominada pela agro-exportação, foi sobre essa base jurídica que se reorganizaram as principais empresas existentes e vieram a se organizar as que foram incorporadas na florescente segunda metade da década de 80. (Levy, 1994, 117)

Paralelo a isso, decaia a produção da lavoura cafeeira no Sul Fluminense e o preço dos escravos despencava com as pressões e a eminência da abolição. Para contornar as conturbações políticas, o gabinete do visconde de Ouro Preto resolve, em 1888, tomar a arriscada decisão de partilhar com a banca a emissão de moeda (sobre base metálica), além de incentivar a criação de bancos de auxílio à lavoura. A especulação frenética é um componente deste movimento que se inicia nos estertores do Império, porém o Encilhamento de fato corroborou com a tendência de aquecimento das atividades de transformação no Rio de Janeiro.

Segundo se lê em Lobo,

> Podemos concluir, com base no que já foi dito, que as condições de crédito, de câmbio, de política alfandegária, de transportes, de crescimento da população, e de abastecimento da cidade favoreceram a expansão do setor secundário da economia urbana e a transição da manufatura para a indústria. Aproximadamente metade das empresas que figuram no primeiro Censo Industrial moderno do Brasil, o de 1907, se estabeleceram entre 1889 e 1907, e sobrevieram, em 1891, à crise do encilhamento. (Lobo, 1978, 471)

Com a República, do ministro da Fazenda Ruy Barbosa, o Encilhamento tomou corpo final: a nova política monetária lastreava a emissão pela banca privada através de títulos da dívida, aumentando expressivamente o meio circulante e fazendo galopar a inflação.[6] Com os títulos da dívida pública represados, capitais ociosos entraram na onda especulatória, mas, decisivamente, também foram invertidos em indústrias, que agora contavam com restrições menores, após a revisão republicana das Leis de Sociedades Anônimas, em 1890. A principal mudança era a drástica redução do capital realizado para incorporá-las. Entretanto, no auge da crise, devido à vaga de desordem nas finanças nacionais causadas pela acentuação da inflação e desvalorização cambial, algumas iniciativas reais no setor de transformação sucumbiram (Schulz, 2013). Os grandes capitais, realmente existentes, resistiram a ela.

## Breves Considerações Sobre a Construção Naval no Rio de Janeiro do Século XIX

No que tange à construção naval, até a década de 1870, podemos asseverar que assentou suas bases em técnicas pré-industriais (Oliveira, 1992). O seu conjunto de estaleiros se tornou mais completo e complexo com o crescimento das importações de vapores. Liderados por três pioneiros: o Arsenal de Marinha da Corte, o Estaleiro da Ponta da Areia e as oficinas da Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor, o complexo oficinal da Corte tateou as novas tecnologias, improvisando e reproduzindo mecanismos, mais tarde, encontrou condições para o salto transformador que viabilizou a potente indústria metal-mecânica-naval do Rio de Janeiro.

Este processo compreendeu uma passagem do mero reparo e da simples montagem de

*6 4,9% no período de 1889-1913, segundo Contador e Haddad, já citados.*

pequenas embarcações (muitas vezes ainda com materiais menos duráveis/resistentes e tecnologias menos potentes), para a moderna construção naval de grandes paquetes a vapor com casco metálico. A nascente construção naval nacional passou da conservação ao conserto, e do conserto à construção e criação de novas máquinas e mecanismos à vapor. Em suma, os estaleiros da Corte adaptaram-se às novas tecnologias e acumularam expertise na área.

Neste sentido, cabe ressaltar a relação da construção naval com o porto do Rio de Janeiro, o maior e mais movimentado do Atlântico Sul. Os estaleiros e construtores navais cariocas sempre estiveram imiscuídos na operação portuária. Eram eles, mesmos, integrantes do complexo de unidades produtivas portuárias, logo que eram demandados para reparações urgentes de embarcações em viagem ou para reparação/construção de pequenas embarcações a serviço do porto (como reboques ou transportadores de passageiros e mercadorias); ou mesmo, estando localizados nas ilhas, praias e ruas com acesso ao mar para facilitar a importação de insumos, peças, mecanismos, ferramentas, etc. necessárias à sua produção.

Digno de nota é a importância da Guerra do Paraguai na constituição desta pré-indústria da construção naval:

> Na década de 1860, em função da Guerra do Paraguai, que aumentou as demandas navais, começou a surgir estabelecimentos de origem estrangeira nos serviços de construção e reparos navais. Podemos citar os de Capdeville & Saharon, Clavel Riesenberger & Hayden e John Foster & A. Mac Lennan, todos situados na Saúde. Durante a Guerra, foi um dos períodos mais intensos no aglomerado em função das encomendas e da contratação dos serviços de reparos feitas pelo AMC [Arsenal da Marinha da Corte] junto aos estaleiros privados. (Goularti Filho, 2011, 8)

Entretanto, as condições não eram favoráveis para grandes investimentos industriais até a década de 1880. Neste momento, reproduzir o padrão de acumulação escravista no setor de transformação era a regra.

As famosas “mortonas” ainda eram a única técnica possível para o reparo e construção naval na Corte, até que, em 1861, o Arsenal de Marinha começa a fazer os primeiros trabalhos no pequeno Dique Santa Cruz, construído na Ilha das Cobras. Assim como o Dique do Comércio, de Wilson Sons (inaugurado sete anos após o dique estatal, na Ilha de Mocanguê Penqueno), essas infraestruturas eram um grande avanço, mas sua equipagem, capacidade e dimensões ainda eram limitadas, especialmente se compararmos com os grandes diques europeus ou norte-americanos. Neste momento, a demanda atendida por esses dois diques se tolhia aos reparos de embarcações de porte médio e a construção de pequenas embarcações, para a frota militar costeira ou de reboques, em sua maioria.

Esse fenômeno é típico do que chamamos de Modernização Conservadora (Mantuano; Alvarenga; Marinho, 2015). Mais exatamente na segunda metade do século XIX, o país que mais importava braços escravos, em todo atlântico, se via premido em expandir e diversificar sua rede de transportes. Para tal, era impreterível ter uma forte marinha mercante e portos que atendessem a demanda do tráfego de cargas e pessoas. Em 1850, não havia aqui ferrovias, os vapores ainda principiavam nas comunicações internas e os maiores transatlânticos pouco tocavam a costa brasileira. Em todos os estudos, projetos e relatórios que analisamos, versando sobre os mais diversos subsetores dos transportes, é unanimidade a premência de transformá-los para atender as demandas da lavoura cafeeira e do comércio internacional.

Claro está que, como tão pioneiramente apontado por Beuclair (2001) e, posteriormente, por Chaiban El-Kareh (2002), a associação entre fundições e construção naval formavam um polo resistente e inovativo na cidade do Rio de Janeiro (Mantuano, 2015b), mas a indústria metal--mecânica-naval e a moderna marinha mercante nacional foi construída a partir da cidade do Rio de Janeiro, apenas na década de 1880.

A construção do Dique Imperial (1874), também no Arsenal de Marinha, assim como a constante expansão e modernização do Dique do Comércio, a construção do Dique Finnie ou da Saúde (1881), no morro da Saúde, e a montagem de um complexo industrial naval na Ilha do Vianna (que redundou na constituição da Companhia Nacional de Navegação Costeira, em 1891) são as evidências do salto industrial dado pelo complexo metal-mecânico-naval na cidade do Rio de Janeiro.

Goularti Filho (2011) chega a supor que há uma certa decadência, exatamente neste momento, dos estaleiros e construtores navais na cidade do Rio de Janeiro. Consideramos um erro primeiro que, em termos quantitativos, ao longo da década de 1880 o número de estaleiros cresce ininterruptamente e, ao final desse decênio, atinge o seu ápice no Rio de Janeiro (Mantuano, 2015b); e, segundo que, nos termos da brutal transformação produtiva que os diques promoveram na construção naval no Rio de Janeiro, naquele momento, uma grande concentração das demandas (consideradas escassas, de forma errônea, pelo autor) foi realizada em poucas unidades produtivas. Uma delas é o Dique do Comércio de Wilson Sons, que ao final de década de 1890 foi incorporado ao Loyd Brazileiro.

As condições inviáveis, apontadas por Beauclair (2001), para a industrialização brasileira estavam definitivamente vencidas no final da década de 1880. Neste momento, há o essencial: um projeto político industrializante, potencializado pelo reconhecido poder de encadeamento do produto básico brasileiro – o café – e a despeito das possíveis conturbações especulativas que esta política pudesse causar.

## O Império de Wilson Sons na Corte Imperial

A história da empresa familiar dos Wilson está intimamente ligada à expansão do imperialismo britânico rumo à América do Sul. A atuação destes britânicos ajuda a esclarecer como a lógica capitalista tencionava a formação social do centro-sul do Brasil, mas aplicava-se apenas tópica e subordinadamente ao escravismo em terras brasileiras, durante a maior parte do oitocentos.

Não por acaso, o jovem armador escocês chegou à Bahia em 1819, deixando seu irmão caçula Fleetwood no comando dos negócios familiares na Escócia. Aqui, os negociantes ingleses gozavam de prestígio e taxas alfandegárias mais baixas, o Brasil abria possibilidades de privilégios importantes para os britânicos que desejavam acumular riquezas fora do ambiente extremamente competitivo do Reino Unido (Saboia, 2005).

Na Bahia, fundaram, em 1837, a Wilson Sons & C., inicialmente como firma importadora e de abastecimento de carvão. Mais tarde, firmaram uma associação com seus conterrâneos David Cooper Scott e Edmund Sykes Hett que visava a expansão de interesses mútuos em três praças do país: Salvador, Recife e Rio de Janeiro.

No Rio de Janeiro, registraram a firma Scott, Hett & C., ainda na década de 1840, como casa de importação e exportação. Com esta grande parceria, os negócios da família Wilson cresceram de maneira expressiva. Suas atividades na

Bahia continuavam sob o comando do patriarca, com a firma Wilson, Scott & C., durante os vinte anos de sua atuação, não confinaram seus investimentos à operação portuária e ao abastecimento de carvão em Salvador, eles também apostaram em ferrovias, bancos, extração de minerais e na iluminação a gás da cidade.

Já década de 1840, Fleetwood abriu o escritório da companhia na City de Londres, a partir daí, os irmãos Wilson não só abasteciam as cidades e embarcações no Brasil, mas também passaram a ser responsáveis por boa parte do transporte transatlântico de carvão. Inclusive, foram um dos maiores fornecedores de carvão para as esquadras brasileiras na Guerra do Paraguai.

O seu principal fornecedor externo eram os Daves, do país de Gales. Essa parceria garantia o carvão de alta qualidade da South Wales Coaling nas principais praças brasileiras. Além dos Daves, os Wilson apoiaram Irineu Evangelista de Sousa, sendo grandes acionistas em suas principais empreitadas: a Companhia de Navegação a Vapor e Estrada de Ferro de Petrópolis, o Estaleiro e Fundição Ponta da Areia e o Banco Mauá, no Uruguai (Saboia, 2005).

A fixação desses agentes no Rio de Janeiro se deu através de Edward Pellew Wilson Junior, o filho do fundador. Nascido em 31 de março de 1832, o engenheiro prático, de ascendência escocesa e soteropolitano de nascimento, após uma década imbuído de levar os interesses de sua família ao Recife, deu passo decisivo para firmar a empresa como uma das maiores do mundo no setor:

> Ele se instala no porto, vizinho aos imensos entrepostos ligados ao ultramar, e passa a dedicar-se aos serviços ligados à navegação e ao comércio de carvão. Através de agenciamento para terceiros, traz carvão e manufaturas, e começa a enviar para a Europa e Estados Unidos sal, sisal, madeira e piaçava (Saboia, 2005, 20).

Em 1862, casou-se com Felisbela Ernestina Cintra da Silva e, no mesmo ano, fixou residência na Corte, vindo a habitar o suntuoso Palacete dos Leões na rua das Laranjeiras, número 17. Pouco tempo depois, o sócio David Scott regressou à Inglaterra e novas firmas comerciais foram abertas: Hett, Wilson & C. na Corte, Wilson, Hett & C. em Salvador, Wilson & C. em Pernambuco, Wilsons & Hett em Montevideo, Scott, Yarrow & C. em Liverpool, e D. Cooper Scott em Londres (JORNAL DO COMÉRCIO, 21/07/1863, 3).

Imagem 1: Edward Pellew Wilson Junior (1880 circa)

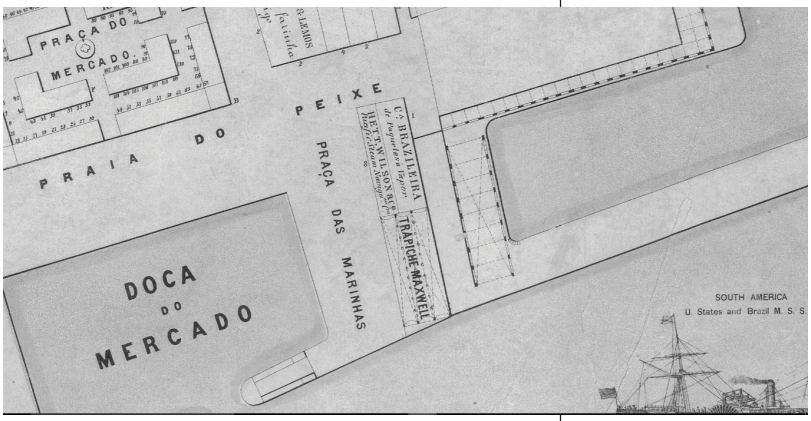
Fonte: EDUARDO PELLEW WILSON JÚNIOR. WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Wikimedia, 2017. Disponível em: < https://pt.wikipedia.org/wiki/Eduardo_Pellew_Wilson_Júnior>. Acesso em: 12 abr. 2017.

Logo cedo, instalou escritório na praça das Marinhas e iniciou a construção do Edifício

das Mil Colunas[7], grande prédio empresarial de dois pavimentos com uma área de 697, 20 m² em terreno arrendado junto à Maxwell, Wright & C. na mesma praça. A sua localização era extremamente estratégica e conveniente: ao lado do mercado municipal, próximo ao Paço Imperial, assim como da sede e Doca da Alfândega, de bancos, etc., em suma, no coração do centro comercial, financeiro e político da Corte.

Em 1864, consegue o aforamento para explorar a Ilha de Mocanguê Pequeno, na baía de Guanabara. Esta bem localizada porção de terra insular de 42 mil metros quadrados, com grandes morros de granito, que compõe um arquipélago[8] costeiro à Niterói, era considerada pelos seus contemporâneos como de serventia da Corte (Souza, 1882, 114).

Imagem 2: Parte do Mapa Mercantil do Rio de Janeiro que Registra a Localização de Hett, Wilson & C. na Praça das Marinhas (1882)




Fonte: BRASIL. Biblioteca Nacional. Cartografia. Mapa Mercantil do Rio de Janeiro (1882). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: < https://www.bn.gov.br/explore/acervos/cartografia>. Acesso em 25 de junho de 2016.

*7 O prédio que atualmente abriga a sede do Tribunal Marítimo, na Praça Sérvulo Dourado, número 2.*
*8 Entre os bairros marítimos da Ponta d'Areia e do Barreto, estão as ilhas do Vianna, do Caju, da Conceição, do Moncanguê Grande e do Mocanguê Pequeno.*

O grande projeto dos Wilson era instalar, na ilha, uma paragem internacional de referência para as embarcações de longo curso, onde as maiores e mais novas embarcações a vapor pudessem estacionar, carregar e descarregar, dispensar a marinharia, abastecer e serem reparadas, sem chegar ao continente e desembarcar na pestilenta cidade do Rio de Janeiro. Ainda dentro da lógica pré-capitalista de reproduzir as condições materiais e a operação dada, o projeto dos Wilson consistia em grande avanço.

Logo no primeiro ano na ilha, instalaram uma mortona[9] e passaram a construir um grande trapiche, com estrutura para armazenagem de carvão e outras provisões, sendo finalizado três anos depois. Mesmo antes, entre 1864 e 1866, o trapiche dos Wilson passou do simples alfandegamento à condição de Entreposto Alfandegado, ou seja, além de estarem autorizados a receberem mercadorias importadas da Tabela 6[10], nem todo carvão armazenado no Mocanguê tinha como destino o Brasil. A relevância desta informação reside na constatação que apenas os Wilson, na Ilha de Mocanguê Pequeno, e os Lage, na Ilha das Enxadas, dividam o monopólio desta prerrogativa àquela altura (Almanak Laemmert, 1865, 1866, 1869). Como se lê num recordatório do Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro:

*9 Equipamento com longas toras de madeira e correntes que retira as embarcações da água e permite a avaliação dos cascos dos navios e pequenos reparos.*
*10 As tabelas de gêneros de estiva foram implementadas desde a década de 1820 para descriminar aqueles produtos que não precisavam passar pela estrutura física da Alfândega para serem aferidos e auferidos em seus direitos devidos. Os produtos da Tabela 6 eram compostos por gêneros inflamáveis, corrosivos, explosíveis e combustíveis (Caetano, 1901).*

MOCANGUÊ PEQUENO

Permissão a Hett Wilson & C. para converterem 2 armazéns alfandegados em Entrepostos, recebendo carvão de pedra, guano, barra de cobre e outros materiais não inflamáveis, e gêneros dos navios arribadados. Carta Imperial de 16 de Agosto de 1866. (Boletim da Alfandega, 23/02/1883, 5)

A tradição de importação do combustível por parte da família foi herdada por Edward Junior, entretanto, apenas com a sua inserção no setor de transformação na Corte que os Wilson se firmaram no restrito círculo de negociantes com influência junto à família imperial. Com a presença do Imperador Dom Pedro II, em 1867, foi inaugurado o Dique do Comércio, primeira infraestrutura totalmente seca para observação e reparo de navios no Hemisfério Sul.

Aquele insignificante torrão de granito que ali permanecia inculto e abandonado, foi há tempos aproveitado para depósito de carvão de pedra, que é hoje de propriedade dos conceituados negociantes desta praça os Srs. Hett, Wilson & C.. Mais tarde derão estes senhores princípio a uma construção monumental, de alta vantagem para o commercio e incontestável melhoramento para o paiz. Com a firme vontade que os guiava, concluíram os distinctos empresários a sua obra, dotando a nossa formosa e vasta bahia de uma doca, que se inaugurou hontem sob o título de Dique do Commercio. (Correio Mercantil, 26/11/1867, 2)

As dimensões do dique eram de 250 a 280 pés de comprimento, ou cerca de 85 metros na superfície, por 35 a 60 pés de largura, ou 18 metros na superfície da água; medindo impressionantes 23 pés de altura, ou seja, podia dar entrada de embarcações com cerca de 7 metros apenas de casco; já a entrada tinha 45 pés, 12 metros. Todo maquinário era impulsionado por um vapor de alta pressão com potência de 30 cavalos, movendo sua bomba centrífuga Appold's[11]. A doca enchia-se em 20 minutos e esvaziava-se em, no máximo, 6 horas. A obra foi planejada e executada pelo engenheiro britânico-canadense Robert G. Cunningham, empregado da legendária Hudson's Bay Company.[12]

Segundo André Rebouças, o Dique construído por Wilson Sons era maior e estava em melhores condições que o Dique Santa Cruz, da Marinha, cuja utilização pelo comércio tinha custos proibitivos e ainda não permitia a observação do casco de embarcações maiores em ambiente totalmente seco, o que levou "[...] a casa Hett, Wilson & C. a construir na ilha do Mocanguê um dique de maiores dimensões que o do governo." (Rebouças, 1871, 3).

O Dique admitia embarcações de qualquer calado, mas ainda estava restrito com relação ao cumprimento dos paquetes, o que seria resolvido mediante expansão com novas obras no complexo, durante a década de 1880. A joia para as embarcações, com menos de 200 toneladas, era de 600$000, e para as maiores, com mais de 3.000 toneladas, era de 3:000$000. Segundo um anúncio no The Anglo-Brazilian Times:

DIQUE DO COMMERCIO

This dry dock is open for vessels not exceeding 300 feet in length and will shortly admit of vessels of 400 feet.

For further particulars apply to Hett Wilson & C. Coal Contractors.

Praça das Marinhas, 8 (The Anglo-brazilian Times, 07/04/1868, 4)

Apesar do grande avanço que apresentava, ainda podemos enquadrar o Dique do Comércio como uma "oficina bem montada", nos dizeres de Beauclair (1992). O nível de investimento por parte dos Wilson foi alto, mas a sua

*11 A Appold era uma grande patenteadora e fabricante inglesa de maquinários de todas as ordens. Esta bomba centrífuga foi uma das máquinas premiadas na Exposição Industrial de Londres, em 1851.*
*12 Gigante empresa anglo-canadense de comércio e transportes.*

construção contou com grande boa vontade fiscal por parte do Império e, muito provavelmente, com trabalho escravo.[13]

Fora isto, apesar do ganho de produtividade de não ter que transportar morosamente as embarcações numa velha "mortona" para fora d'água, o trabalho continuava a ser, em grande medida, uma "arte". Além do baixo nível de intervenção na natureza ao longo do processo de produção (chuvas, ventanias e a luminosidade natural eram grandes impeditivos), os processos de trabalho ainda eram muito dependentes dos saberes dos "artistas da construção naval", divididos em diversos ofícios como carpinteiros, calafates, ferreiros, maquinistas, torneiros, caldeireiros, fundidores, polieiros e modeladores (Pessanha, 2012). Por mais que, naquele momento, o estaleiro da Ilha de Mocanguê tivesse um dono e os trabalhadores não portassem mais uma ferramenta própria, os saberes deste ofício ainda eram de grande domínio dos trabalhadores e, por conta disso, sua organização no trabalho era mais ou menos autônoma.[14] Também se registre que era permitido e, até comum, a participação de escravos dos mestres metalúrgicos no trabalho.[15]

Voltando aos Wilson, a firma Hett, Wilson & C. que constava nas fontes, até então, como Negociantes Estrangeiros e dono de trapiches[16], passou a ter destaque como os únicos agentes privados a possuir um dique seco. Com o sucesso da empreitada, logo se tornaram agentes da transportadora transatlântica inglesa Pacific Steam Navegation Company, uma gigante dos vapores transatlânticos. Mais tarde, na década 1880, também representaram a U.S. Mail Steamship Company, a The New Zeland Shipping Company e a Shaw, Savill & Albion Company. Certamente que possuir uma infraestrutura de reparação naval internacionalmente reconhecida, com vasta capacidade de armazenagem de combustível, o carvão, pesava na decisão destas grandes companhias de entregar a sua representação no Brasil aos Wilson.

No início dos anos 1870, a grande sociedade entre Wilson, Hett e Scott se desfez, como registrado pelo The London Gazette:

> NOTICE
>
> is hereby given, that the Partnership heretofore subsisting between the undersigned, as Merchants, at Bahia, under the firm of Wilson, Hett, and Co., at Rio de Janeiro, under the firm of Hett, Wilson, and Co., at Pernambuco, under the firm of Wilsons and Hett, at Montevideo, under the firm of Scott, Yarrow, and Co., at Liverpool, under the firm of Wilson, Hett, Yarrow, and Co., and in London, under the firm of D. Cooper Scott, has been this day dissolved by mutual consent.—Dated the 31st day of December, 1871.
>
> Edward Pellew Wilson. A. E. Yarrow. Edwd. P. Wilson, jr. H. H. Hett. A. P. Wilson. D. Cooper Scott. Edmd. S. Hett. (The London Gazette, 09/01/1872/ 97)

Desta forma, a companhia na Corte passa por uma reestruturação administrativa, sem afetar os negócios na Bahia e no Recife (comandados ainda pelo fundador e patriarca da família), e mantendo pequena participação societária na nova Yarrow, Hett & C., em Montevideo. No Rio de Janeiro, a Hett, Wilson & C. deu lugar à Companhia do Dique do Comércio, embora ainda continuasse figurando no Almanak Laemmert e em outras fontes como existente na praça.

*13 Segundo o Censo Demográfico de 1872, 21,7% dos operários da construção eram escravos.*

*14 Esta autonomia teve viva expressão mutualista, de acordo com Goularti Filho (2011), a Sociedade Beneficente dos Artistas da Construção Naval, fundada em 1858, fora uma das primeiras associações mutualistas por ofício da Corte. Durante o século XIX, esta mesma sociedade foi refundada mais duas vezes, em 1873 e em 1879, sob o nome de Sociedade de Beneficência dos Artistas da Construção Naval. Segundo Batalha (1999), esta sociedade dispendia vultosas quantias em socorros à enfermos, pensões à famílias de sócios falecidos e em enterros.*

*15 Segundo o Censo Demográfico de 1872, 9,2% dos operários metalúrgicos eram escravos.*

*16 Os trapiches eram estruturas para embarque e desembarque de mercadorias que contavam com armazém, pátio e/ou telheiros mal integrados às pontes ou pequenos cais. Os produtos que lá desembarcavam deveriam ficar depositados o menor tempo possível, pois os custos de sua armazenagem eram altos e as condições extremamente precárias.*

**Quadro 1: Atividades Econômicas das Empresas dos Wilson no Rio de Janeiro Registradas pelo Almanak Laemmert (1857-1889)**

| | SCOTT, HETT & C. | HETT, WILSON & C. | WILSON, SONS & C. |
|---|---|---|---|
| Negociantes Estrangeiros de Importação e Exportação | 1857-1862 | 1863-1873 | 1878-1889 |
| Trapiche | | 1867-1873 | 1878-1889 |
| Armazéns de Carvão de Pedra e Coke | | 1868-1873 | 1878-1889 |
| Dique | | 1870-1873 | 1878-1889 |
| Agente de Companhias Transatlânticas de Navegação | | 1871-1873 | 1878-1889 |
| Reboques de Navios a Vapor | | | 1878-1889 |
| Transportes Marítimos | | | 1885-1889 |

Fonte: ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO (Almanaque Laemmert). Rio de Janeiro: Typographia Laemmert, 1857-1889.

Autorizada pelo governo imperial, em 28 de agosto de 1872[17], a nova companhia teve o direito de utilizar a ilha por mais noventa anos, e o dique foi, sob resolução imperial, passado como ativo.[18] Incorporada como sociedade anônima, com um conto e duzentos mil réis de capital social, divididos em ações de 200 réis, tinha como acionista majoritário e tesoureiro Edward Junior. Nesse momento, a empresa passou a ter uma estrutura funcional mais complexa, com presidente, secretário e administrador direto na ilha (sendo trapicheiro registrado na Praça do Comércio), todos sem aparente ligação familiar (Almanak Laemmert, 1873-1882).

Como uma moderna sociedade anônima, a Companhia do Dique do Comércio prometia distribuir dividendos semestralmente: "Art. 20. Dos lucros liquidos verificados nos balanços semestraes se deduzirão 5 % para fundo de reserva, fazendose do resto dividendo nos mezes de Janeiro e Julho entre os accionistas registrados na occasião de se fecharem os livros porordem da Directoria.".[19]

Os negócios dos Wilson se diversificaram e foram mundializados de forma realmente espantosa. Isso se expressa em duas ações judiciais que os envolviam, em 1874. A primeira, foi ingressada no Juízo Especial do Comércio pelo consignatário José Romaguera contra Edward. O consignatário, um grande e respeitado negociante de importação e exportação, pleiteava o pagamento de reparação pelas avarias na carga de 154 sacas de nozes trazidas de Montevideo pelo vapor Jergler dos Wilson.[20]

A segunda ação, tramitada inicialmente na Segunda Vara Comercial da Corte, fora, dessa vez, acionada por Edward contra a Companhia Seguradora Confiança, que chegou a apelar no Supremo Tribunal de Justiça, se negando a pagar o seguro do patacho Dona Raquel no valor de 12:000$000. Dizia a seguradora que a embarcação foi condenada inavegável, tendo sido obrigada a arribar no porto do Recife meses antes da feitura do seu seguro. Dois anos após, a embarcação foi vendida na ilha do Mocanguê ao Capitão português Manoel Santos.

*17 BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Decreto 5075 de 28/08/1872. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.*
*18 BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Resolução de 14/08/1872. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional.*
*19 BRASIL. CLIB. Op. Cit. (5075, 28/08/1872).*
*20 BRASIL. Ministério da Justiça e dos Negócios Interiores. Tribunal da Relação. Número 205, Caixa 537, Galeria C (28/04/1874). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1874.*

A principal argumentação dos Wilson se baseava no fato de que, antes mesmo do "sinistro" que ensejou o resgate do seguro, com a embarcação já de propriedade do capitão português, o patacho havia passado por reparações no Dique do Comércio. Demonstrando o reconhecimento do referido Dique por sua grande capacidade e competência, os Wilson declaravam que a partir daí, a embarcação passava a valer até mais que os 12 contos segurados. Além disso, juntaram toda documentação comprobatória da movimentação do referido patacho após o episódio da arribada forçada no Recife. Assim argumentavam:

> [...] da prova testemunhal pelos Embargantes (E. P. Wilson & C.) produzida, da documental e exame de seus livros resulta que o patacho D. Rachel estava em ótimas condições de navegabilidade tendo passado por grandes reparações.[21]

A primeira ação resultou na condenação dos Wilson a ressarcir Romaguera; no segundo caso, apenas em última instância e após dois anos decorridos do processo, a seguradora Confiança teve de ressarcir os ingleses, que repassaram o valor ao capitão português. Esses dois casos demonstram exemplos distintos da vasta gama de negócios dos ingleses. No mesmo ano, se envolveram em ações judiciais, por sua atividade nos fretes e por serem armadores.

Os anos que se seguiram foram de frenética expansão, o escritório em Londres passou a ganhar maior importância (comandado, agora, pelos irmãos Alexander e James Wilson), pois a demanda por carvão era grande e novas oportunidades de financiamento surgiram. As relações dos Wilson com David Davies, dono da gigante de transporte e abastecimento de carvão Ocean Coal Company, se intensificavam em todo Atlântico[22] e renderam bons negócios.

No tocante ao Rio de Janeiro, esta afirmação está comprovada no crescimento escalar da atividade importadora de carvão por parte dos Wilson na Corte do Império (Gráfico 1). O carvão importado pelos Wilson abastecia as embarcações que transportavam o café brasileiro para todas as partes do globo terrestre, especialmente pelo Atlântico. Além de importar diretamente, eles também conseguiam o combustível via consignação, faziam compras com outros importadores e depositavam/armazenavam combustível de outros interessados, especialmente das companhias de navegação transatlânticas.

Segundo os Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Porto do Rio de Janeiro, em 1878, a cidade importou 137.016 toneladas de carvão de todas as qualidades, majoritariamente do carvão de pedra, deste montante os Wilson foram responsáveis por 12,8%; já em 1888, a cidade importou 292.779 toneladas do combustível, cabendo aos Wilson a importação de 8,5% deste total.

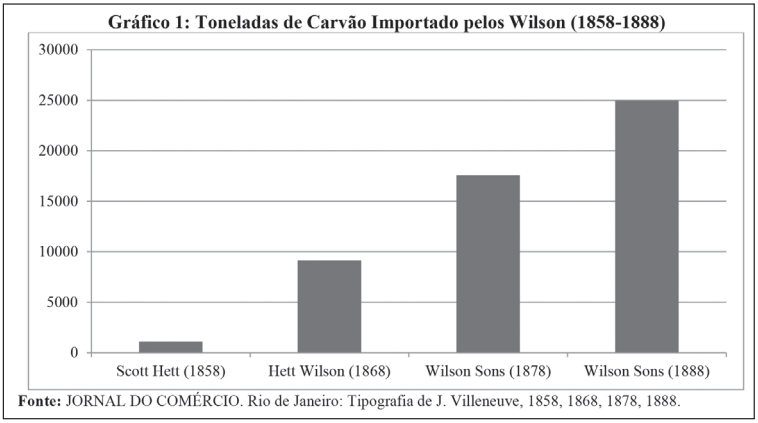
Em 1877, a estrutura administrativa da empresa foi centralizada em Londres e a Companhia do Dique do Comércio foi absorvida pela, agora unificada e mundializada, Wilson Sons & C.. Segundo Patrícia Saboia: "A empresa fundada 40 anos antes por seu pai e o tio Fletwood transformara-se numa sociedade por ações e decide partir para a verticalização." (Saboia, 2005, 34).

A nova companhia foi autorizada a operar no Império, em maio de 1878[23], e marcou o arranque final de crescimento das empresas da família. Sem citar a diversificação das emprei-

*21 BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Tribunal da Relação. Número 5929, Caixa 301, Galeria C, folha 203 (24/10/1874). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 1874.*

*22 Segundo Miguel Suárez Bosa (2008), no ano 1895, a Wilson Sons fundou a Compañía Nacional de Carbones e incorporou os ativos da Carbonera Hespérides, se estabelecendo em Las Palmas.*

*23 BRASIL. CLIB. Op. Cit. (6895, 11/05/1878).*



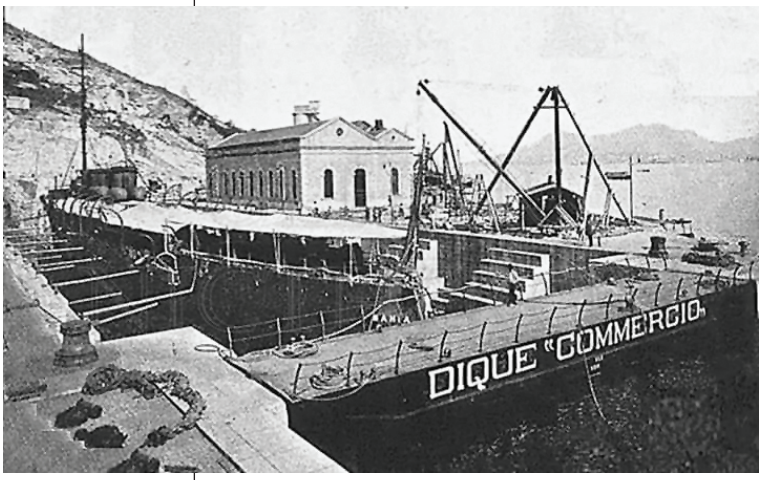

Fonte: JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve, 1858, 1868, 1878, 1888.

tadas de Edward Junior[24], procuramos nos ater às atividades de serviços portuários/construção e reparação naval da Wilson Sons & C. no Rio de Janeiro. Durante a década de 1880, a empresa passou a oferecer os serviços de translado, fretes e reboques com frota própria de embarcações a vapor que operavam em toda a Baía de Guanabara, principalmente fazendo translado entre embarcações de longo curso e a Costa.

No que tange à construção naval, apesar de não termos maiores informações a respeito do evidente salto industrial realizado no Dique do Comércio, podemos observá-lo através de duas fotografias, ambas estão no acervo da Biblioteca Nacional.

As duas fotografias foram feitas em oportunidades diferentes, com cerca de 15 anos de diferença: a primeira, registrada por Marc Ferrez, no começo da década de 1880; e a segunda, registrada pelo Loyd Brazileiro quando receberam o dique, em meados da década de 1890. Os contrastes de dimensão, capacidade e maquinários da mesma infraestrutura saltam aos olhos nas fotografias, especialmente se examinarmos a diferença tecnológica entre os guindastes utilizados e a forma de construção das laterais interiores do dique.

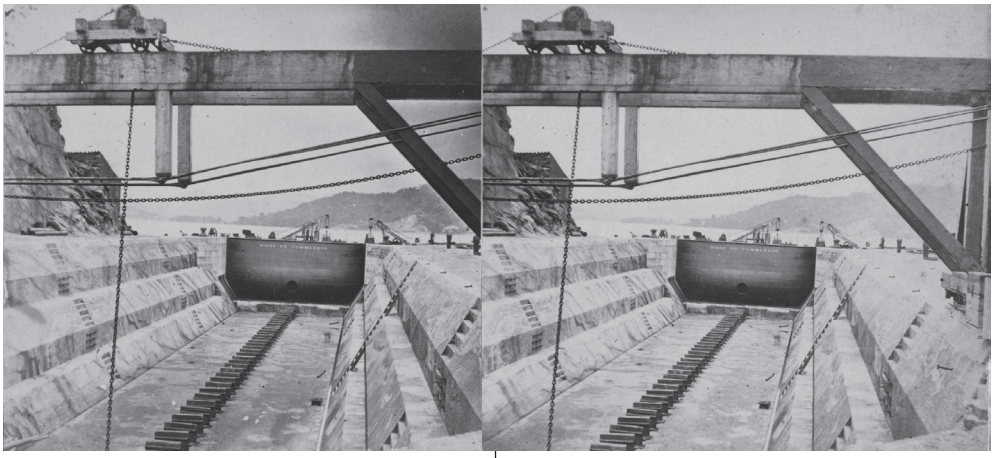
Imagem 3: Fotografia do Dique do Comércio Capturada por Marc Ferrez (1880 circa)




Fonte: BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. Brasiliana Fotográfica. Foto de Marc Ferrez do Dique do Comércio na Ilha de Mocanguê (1880 circa). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br>. Acesso em 12 de março de 2016.

Imagem 4: Fotografia do Interior do Dique do Comércio Capturada pela Cia. Loyd Brazileiro (1890 circa)

*24 Exploração para prospecção de óleo no interior da Bahia, a direção do Cassino Fluminense, consulado de Espanha e Itália, grande acionista Botanical Garden Railroad, além de dono de terras na cidade e no interior.*



Fonte: BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. Brasiliana Fotográfica. Foto do Dique do Comércio na Ilha de Mocanguê Pequeno (1890 circa). Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional. Disponível em: <http://brasilianafotografica.bn.br>. Acesso em 12 de março de 2016.

Aqui há um fenômeno que deve ser registrado: ao mesmo tempo em que uma lógica industrial, tipicamente capitalista, se constituía na construção/reparo naval realizada na Ilha de Mocanguê Pequeno, o tipo de operação portuária desempenhado pelos mesmos agentes privados ainda obedecia à lógica dos velhos trapiches. Mesmo que tivessem um aparato mais amplo e resistente, com alguns cais e armazéns, o processo de carga, descarga e armazenamento das mercadorias na ilha (especialmente, o carvão) ainda era custoso, demorado, com grandes perdas, altamente inconstante e dependente tanto da boa vontade da natureza, quanto da disposição física e mental dos trabalhadores portuários[25] (Mantuano, 2015c).

Nunca é demasiado recordar, a trajetória dos Wilson foi possibilitada na lógica do porto pré-capitalista, pela boa convivência com os poderes, especialmente com o governo imperial, que os agraciou com um sem-número de permissões, autorizações e cedeu os privilégios responsáveis pela maior parte de sua acumulação. Também por conta do jogo político, sua sobrevivência foi ameaçada. A Proclamação da República brasileira parece ter sido um golpe para a família no Brasil[26], o que não necessariamente fez desaparecer os domínios da empresa nestas terras.

O patriarca Edward Pellew Wilson falece em 1887 e, já em 1889, Edward Junior passa o controle acionário do grupo internacional para os ingleses da Ocean Coal Company, os Davies passaram então a gerir a empresa e tiraram o peso que o Brasil tinha dentre os seus maiores negócios. Entretanto, a família prosseguiu com o controle formal da empresa no Brasil e constituiu novas associações, com novo fôlego em sua atividade comercial, diversificando amplamente sua pauta de importação/exportação.

No começo da década de 1890, a Wilson Sons, integrada aos negócios dos Davies e verticalizada, especializando-se em todo o referente ao carvão, já possuía uma frota 73 transatlânticos a vapor com capacidade de carga de

*25 Os ofícios de trabalhadores dos portos são diversos, em outros trabalhos (Mantuano, 2015b), já procuramos aclarar como os processos de trabalho foram segmentados e promoveram uma estratificação nas diversas categorias portuárias, são algumas delas: estivadores, guindasteiros, remadores, guardas, foguistas, despachantes, carregadores, arrumadores, maquinistas, pilotos, conferentes e práticos.*

*26 Segundo Saboia (2005), os Wilson foram acusados de conspirar contra República e de colaborar com os revoltosos da Armada.*

132.889 quilos (Journal of the Royal Statistical Society, 1901.). Boa parte dessas embarcações foi construída no seu dique, pois, vinte anos após sua inauguração, se tonara uma das maiores unidades produtivas de construção e reparo naval do mundo.

## Considerações Finais

Certamente que o leitor deve estar se perguntando, ao final destas páginas, qual a atividade econômica era, no final das contas, o cerne dos negócios dos Wilson. Infelizmente, não podemos responder esta pergunta. Claro é que poderíamos apontar o Dique do Comércio, inaugurado há exatos 150 anos, como um ponto de viragem em sua trajetória, mas não cabe afirmar que a atividade metal-mecânica-naval era o eixo do complexo dos Wilson. O teor múltiplo de suas empreitadas e a diversificação dos negócios da empresa familiar, inclusive fundando um sem número de firmas e companhias, expressa o estágio de desenvolvimento empresarial de sua época.

Deste teor inconclusivo que surge a motivação do presente artigo. Os Wilson realmente enraizaram sua existência familiar no Brasil do oitocentos, a ponto de se envolverem econômica e politicamente de forma ativa na vida do país, sendo construtores do Estado Imperial, contribuindo com a reprodução do sistema escravista e promovendo a industrialização na Corte.

No entanto, por mais que tivessem adotado Salvador e o Rio de Janeiro como morada perpétua, individualmente, não poderiam transformar as estruturas da ex-colônia e império emergente. Ao contrário, foi por conta dessa estrutura escravista e da sua arrastada transição ao capitalismo que colecionaram privilégios e oportunidades exclusivas para controlar boa parte de lucrativos ramos comerciais, de serviços urbano-portuários e setores produtivos de transformação, enriquecendo e se empoderando.

Como deixamos claro, se importavam carvão e conseguiam vendê-lo a preços superbeneficiosos, era por que as rendas da lavoura escravista e cafeeira eram, em grande medida, represadas na cidade e financiavam tanto o transporte da mercadoria, quanto a urbanização da Corte; se foram agentes promotores da industrialização na construção naval do Rio de Janeiro, era por que os grandes paquetes a vapor foram demandados tanto para o transporte do café, quanto do carvão, num clássico efeito de encadeamento do produto primário, também havendo grande demanda na navegação interna, de cabotagem e de serviço portuário.

Longe de estarem diretamente ligados à lavoura cafeeira, os Wilson se beneficiavam do crescimento econômico que o café induzia, introduzindo o Brasil de forma constante e expressiva no mercado internacional.

Além disso, nunca abriram mão de relações de produção supostamente incompatíveis com o modo de produção capitalista. Pelo contrário, os Wilson souberam combinar, numa mesma unidade produção (a Ilha de Mocanguê Pequeno) contabilidade, gestão, administração e política empresarial típicas do centro do sistema capitalista, com a exploração da força de trabalho escrava e/ou livre não-assalariada. Finalmente, o ápice desta associação foi ter implementado um sistema fabril racionalizado, em seu dique, para ganhos de produtividade com alienação completa dos trabalhadores, como raramente se via no Brasil do oitocentos, na mesma ilha em que operavam carga e descarga de forma predominantemente manual, ainda muito dependente dos saberes e força física dos trabalhadores.

A trajetória dos Wilson se distingue e muito do conjunto de armadores britânicos do sé-

culo XIX. O fato de estarem enterrados, Edward Pellew Wilson, em Salvador, e Edward Pellew Wilson Júnior, no Rio de Janeiro, não é pouco representativo. Estes negociantes, que montaram um império dentro do jovem e escravista Império do Brasil e, a partir daqui, alcançaram o coração do velho e capitalista Império Britânico, deixaram marcas indeléveis na História Econômica do Rio de Janeiro, do Brasil e do mundo.

## Referências Bibliográficas e Fontes


ABREU, Maurício de Almeida. Evolução Urbana do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

ALMANAK ADMINISTRATIVO, MERCANTIL E INDUSTRIAL DA CORTE E PROVÍNCIA DO RIO DE JANEIRO. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1844-1888.

BATALHA, Claudio. Sociedades de trabalhadores no Rio de Janeiro do século XIX: algumas reflexões em torno da formação da classe operária. Cadernos Arquivo Edgard Leuenroth (UNICAMP). Campinas, v. 6, n.10-11, p. 41-68, 1999.

BOTTOMORE, Tom. Dicionário do Pensamento Marxista. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2013.

BOSA, Miguel Suárez. Las Empresas Carboneras en los Puertos de las Islas Atlánticas. Vida Marítima, noviembre/2008.

BRASIL. BIBLIOTECA NACIONAL. Brasiliana Fotográfica. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

BRASIL. Biblioteca Nacional. Cartografia. Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional.

BRASIL. Coleção das Leis do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1891.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento da População do Império do Brasil. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1872.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Alfândega do Rio de Janeiro. Boletim da Alfândega do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia da Alfândega, 1883.

BRASIL. Ministério da Fazenda. Mapas Estatísticos do Comércio e Navegação do Porto do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Tipografia da Alfândega, 1878-1888.

BRASIL. Ministério da Justiça e Negócios Interiores. Tribunal da Relação. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional.

CAETANO, Antônio José (org.). Repertório da Legislação sobre Docas, Portos Marítimos e Terrenos de Marinha (1821-1901). Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1901.

CONTADOR, Claudio; HADDAD, Claudio. Produto real, moeda e preços: a experiência brasileira no período 1867-1970. Revista Brasileira de Estatística, jul/set., 1975.

CORREIO MERCANTIL. Rio de Janeiro: Tipografia de J. F. Alves Branco Muniz, 1867.

EL-KAREH, Almir Chaiban. A Companhia Brasileira de Paquetes a Vapor e a Centralidade do Poder Monárquico. História Econômica & História de Empresas, São Paulo, v. 2, p. 7-27, 2002.

HIRSCHMAN, Albert. Desenvolvimento por efeitos em cadeia: uma abordagem generalizada. Estudos CEBRAP, São Paulo, n. 18, 1977.

HONORATO, Cezar. O Polvo e o Porto. São Paulo: HUCITEC, 1996.

HONORATO, Cezar; RIBEIRO, Luiz Cláudio. A Administração Do Porto Do Rio De Janeiro: Dos Anos 1850 À Estatização De Vargas (1930-45). In: POLONIA, Amelia; RIVERA MEDINA, Ana Maria. (Org.). La Governanza de los Puertos Atlánticos, Siglos XIV-XXI. Politicas e Estructuras. 1ªed. Madrid: Casa De Velazquez/Uned, 2014.

HONORATO, Cezar Teixeira; MANTUANO, Thiago Vinícius. O que era o trapiche? O porto e a cidade do Rio de Janeiro no século XIX. Acervo, v. 28, p. 144-158, 2015.

GOULARTI FILHO, Alcides. História econômica da construção naval no Brasil: formação de aglomerado e performance inovativa. Economia (Brasília), v. 12, 2011.

GRAHAN, Richard. Grã-Bretanha e o início da modernização no Brasil – 1850-1914. São Paulo: Brasiliense, 1973.

GUIMARÃES, Carlos Gabriel. A presença inglesa nas finanças e no comércio no Brasil Imperial: os casos da Sociedade Bancária Mauá, MacGregor & Cia. (1854-1866) e da firma inglesa Samuel Phillips & Cia. (1808-1840). São Paulo: Alameda, 2012.

JORNAL DO COMÉRCIO. Rio de Janeiro: Tipografia de J. Villeneuve.

JOURNAL OF THE ROYAL SATISTICAL SOCIETY. Londres: Blackwell Publishing, Setembro/1901.

LEVY, Maria Bárbara. A indústria do Rio de Janeiro através de suas sociedades anónimas. Rio de Janeiro: Editora UFRJ/Secretaria Municipal de Cultura, 1994.

LOBO, Eulália. Historia do Rio de Janeiro: do Capital Comercial ao Capital Industrial e Financeiro. Rio de Janeiro: IBMEC, 1978.

MANTUANO, Thiago Vinícius. O Trapiche e Suas Fronteiras: A Operação Portuária Pré-Capitalista no Rio de Janeiro do Século XIX. Rio de Janeiro: Autografia, 2015.

_____. A Região Portuária Segurou as Pontas - as Atividades Metal e Mecânica na Comunidade Econômica Portuária da Pré-indústria ao Pós-encilhamento (1870-1907). Niterói: PPGH (Artigo Inédito e Recém Apresentado ao Laboratório de Economia e História – LEHI-UFRRJ) mimeo, 2015a.

_____. Saudosos do Que Não Viveram: A Estiva e seu Sindicato no Porto Pré-Capitalista do Rio de Janeiro. Niterói: PPGH-UFF (Artigo Inédito e Recém Apresentado no XV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET) mimeo, 2015b.

MANTUANO, Thiago; HONORATO, Cezar Teixeira. OS AGENTES MÚLTIPLOS DO PORTO PRÉ-CAPITALISTA (1870-1900). In: VI Jornadas Interdisciplinarias de Estudios Portuarios – Red de Estudios Portuarios, 2015, Rosário: porto de Rosário.

MANTUANO, Thiago Vinícius; ALVARENGA, Thiago; MARINHO, Marcos. Modernização Conservadora no Império do Brasil: o Arcabouço Jurídico-Político Brasileiro no Século XIX (Minicurso). IV Semana de História da UFF, Universidade Federal Fluminense, 2016.

PESSANHA, Elina. Operários Navais: Trabalho, Sindicalismo e Política na Indústria Naval do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

PIÑEIRO, Théo Lobarinhas. Os Simples Comissários: Negociantes e Política no Império. Niterói: EdUFF, 2014.

REBOUÇAS, André. Companhia das Docas de Dom Pedro II nas Enseadas da Saúde e da Gamboa no Porto do Rio de Janeiro: Publicação dos Documentos Que Precederão e Motivarão sua Organização. Rio de Janeiro: Typ. de G. Leuzinger, 1871.

OLIVEIRA, Geraldo de Beauclair. A construção inacabada: a economia brasileira, 1822-1860. Rio de Janeiro: Vício de Leitura, 2001.

_____. Raízes da Indústria no Brasil: a pré-indústria fluminense (1808-1860). 1 ed. Rio de Janeiro: Studio F & S Editora, 1992.

SABOIA, Patricia. A saga da Wilson Sons. Rio de Janeiro: Desiderata Edições, 2005.

SCHULZ, John Henry. A Crise Financeira da Abolição. São Paulo: EDUSP, 2013.

SILVA, Maria Laís Pereira. Os Transportes Coletivos na Cidade do Rio de Janeiro: tensões e Conflitos. 1. ed. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esportes do Rio de Janeiro/ Divisão de Editoração, 1992.

SOUZA, Augusto Fausto de. A Baía do Rio de Janeiro: sua História e Descrição de suas Riquezas. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1882.

SUZIGAN, Wilson. Indústria Brasileira: origem e desenvolvimento. São Paulo, Brasiliense, 1986.

THE ANGLO-BRAZILIAN TIMES. Rio de Janeiro: Tipografia Laemmert, 1868.

THE LONDON GAZETTE. Londres: Published by Authority, 1872.

# Roteiro para submissão de artigos

## *Guidelines for submission of papers*

1. A revista *História e Economia* publica artigos de história econômica, história financeira e história das idéias econômicas.

2. A revista também recebe resenhas de livros e comunicações sobre dissertações de mestrado e doutorado.

3. A publicação dos artigos ocorre conforme a aprovação dos textos pelo conselho editorial.

4. Os artigos não devem exceder 30 páginas (espaçamento duplo), incluindo notas de rodapé e referências bibliográficas.

5. O texto submetido para a revista deve ser original. Em casos especiais, poderemos aceitar a publicação simultânea em revista estrangeira.

6. Recebemos artigos em português, espanhol, inglês e francês.

7. Os originais devem ser editados em MS Word.

8. As figuras, tabelas e gráficos devem ser editados em preto e branco. Caso tais figuras tenham sido geradas em outros programas que não MS Word (por exemplo: Excel, Power Point), o autor deve enviar um arquivo separado contendo o objeto no seu formato original.

9. Devemos receber um arquivo adicional com o(s) nome(s) do(s) autor(es), endereço completo para correspondência contendo afiliação institucional, posição, titulação, telefone para contato e e-mail. É necessário que o autor inclua neste arquivo o título do artigo no idioma original e sua tradução para o inglês. Além disso, o autor deve incluir uma resenha do texto no idioma original e em inglês. A resenha em ambos os idiomas não devem exceder 150 palavras.

*1. História e Economia publishes articles on financial history, economic history and the history of economic ideas.*

*2. We accept book reviews and dissertation summaries.*

*3. The journal publishes papers according to their approval by the editorial board.*

*4. The articles must not exceed 30 pages (double spaced), including references and footnotes.*

*5. The manuscript submitted to the journal should be original. In special cases, we may accept the simultaneous publication in another foreign journal.*

*6. We welcome articles in Portuguese, Spanish, English and French.*

*7. The originals must be edited in MS Word.*

*8. The figures, tables and graphics should be edited in black and white and included in the file containing the article. In case the original figure, table or graph was created in a program different from MS Word, we must receive a separate file containing the object in its original format.*

*9. We must receive an additional file with the name of the authors, complete mailing address containing the institutional affiliation, position, title, phone number and email address. We request the author to include the title in its original language as well as its English translation. In addition, the author should enclose an executive summary in the original language and in English. The executive summary and the English translation should not exceed*

10. As referências bibliográficas devem ser detalhadas e completas, elaboradas de acordo com a NBR 6023 da ABNT. Os dados históricos e as tabelas devem especificar as fontes utilizadas. Em caso de fontes primárias (originais), o autor deve fornecer o nome do Arquivo (ou Instituto, Instituição), a caixa, seção (se for aplicável) e todas as demais informações que julgar relevantes.

11. Os arquivos podem ser enviados por e-mail para: revistahistoriaeconomia@gmail.com.

12. Somente artigos que satisfizerem os requerimentos acima serão submetidos para o comitê editorial.

13. Todos os textos submetidos à revista receberão avaliações escritas dos membros do comitê editorial.

14. O recebimento do texto pela revista automaticamente implica em autorização para futura e eventual publicação. A revista não paga qualquer tipo de royalties para o autor.

15. A revista *História e Economia* deve enviar uma carta e um e-mail para o autor acusando o recebimento dos originais (caso o artigo seja aprovado, algumas mudanças podem ser sugeridas).

16. A revista não devolverá nenhum texto recebido.

## Envio de artigos

Os artigos podem ser enviados para:

Roberta Barros Meira

Instituto BBS

Instituto de História e Economia

Travessa Ponder, 67 - Vila Mariana.

São Paulo, SP. Brasil.

e-mail: revistahistoriaeconomia@gmail.com

*10. The references must be detailed and complete. Historical data and tables should specify the sources used. In case of original/ primary sources, the author must provide the archive's name, section, box (if it is applicable) and all the relevant information.*

*11. The files can be sent by email to: he@ bbs.edu.br .*

*12. Only the articles that meet the above requirements are submitted to the Editorial Board.*

*13. All the manuscripts submitted to this journal will receive written evaluations by the board members.*

*14. The submission of a manuscript to us implies authorization for future publication by its author. No royalties will be paid.*

*15. História e Economia will send a written letter and an email to the author. In case of approval, some changes may be suggested.*

*16. The journal will keep the originals.*

## *Submission of originals*

*Originals should be sent to:*

*Roberta Barros Meira*

*Instituto BBS*

*Institute of History and Economics*

*Travessa Ponder, 67 - Vila Mariana.*

*São Paulo, SP. Brazil*

*email: revistahistoriaeconomia@gmail.com*